

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

GUILLAUME AZEVEDO MARQUES DE SAES

Militares e desenvolvimento no Brasil: uma análise comparada dos projetos econômicos da oficialidade republicana de fins do século XIX, do tenentismo e da cúpula militar do Estado Novo

Exemplar revisado

Exemplar original disponível no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

São Paulo

2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Militares e desenvolvimento no Brasil: uma análise comparada dos projetos econômicos da oficialidade republicana de fins do século XIX, do tenentismo e da cúpula militar do Estado Novo

Guillaume Azevedo Marques de Saes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Nozoe

Exemplar revisado

Exemplar original disponível no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

São Paulo

2011

*Para a minha mãe Michèle, para o
meu pai Décio e para o meu irmão
Laurent.*

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer às seguintes pessoas, cuja contribuição foi valiosa durante o período em que realizamos esta pesquisa (2007-2011):

- o nosso orientador, o Prof. Dr. Nelson Nozoe, cujas intervenções foram vitais para tornar o nosso trabalho mais objetivo e racional;

- os Profs. Drs. José Flavio Motta e Júlio Manuel Pires, que compuseram a nossa banca de qualificação em 6 de outubro de 2009 e cujas sugestões ajudaram a melhorar o capítulo I de nosso trabalho;

- Gustavo Barros, por suas informações e referências bibliográficas e documentais sobre a história da siderurgia no Brasil e sobre o papel dos militares brasileiros neste setor estratégico da atividade industrial;

- Flávio Azevedo Marques de Saes e Alexandre Macchione Saes, por suas sugestões bibliográficas e metodológicas durante os nossos seminários familiares;

- os Profs. Drs. Pedro Cezar Dutra Fonseca e Maria Letícia Corrêa, pelo fornecimento de material acadêmico;

- os Profs. Drs. João Ricardo de Castro Caldeira e Fernando Tadeu de Miranda Borges, pela oportunidade de participar de seus respectivos projetos de publicação;

- os responsáveis pela Revista de História da FFLCH-USP e pela revista História e Economia da Brazilian Business School por terem publicado artigos de nossa autoria;

- os colegas do Hermes & Clio – Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica, em cujos seminários aprendemos bastante.

- os Profs. Drs. Wilson do Nascimento Barbosa e Gildo Marçal Brandão, cujos respectivos cursos seguimos no primeiro semestre de 2007.

Gostaríamos de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de Doutorado que recebemos entre junho de 2008 e março de 2011. Gostaríamos também de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa nos meses de abril e maio de 2008.

RESUMO

O objetivo desta tese é estudar o projeto econômico dos militares brasileiros num longo período situado entre a eclosão da rebelião militar contra o Império no início da década de 1880 e a queda do Estado Novo em 1945. Para que esta pesquisa seja possível, já que se trata de um espaço de tempo de mais de meio século, optamos por nos apoiar em três manifestações militares que consideramos as mais representativas: a oficialidade republicana do final do século XIX, e mais especificamente os militares que se rebelaram contra o regime imperial na década de 1880 e o **florianismo**, fenômeno político-militar da década de 1890; o **tenentismo**, movimento de jovens militares que pegaram em armas contra a república oligárquica na década de 1920, foram uma das principais forças do movimento revolucionário de 1930 e foram um dos principais sustentáculos do governo de Getúlio Vargas em seus primeiros anos; a alta oficialidade do Exército que dividiu o poder com Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Pretendemos focalizar os militares enquanto expoentes de um projeto que defendia a transformação do Brasil de país agrícola e exportador de produtos primários em país industrial, assim como o papel que esses militares atribuíam a si próprios de força dirigente desta transformação.

Palavras-chave: Brasil; militares; projeto econômico; indústria; desenvolvimento.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to study the economic project of Brazilian military in a long period situated between the outbreak of military rebellion against Empire in the beginning of the 1880's and the fall of Estado Novo regime in 1945. In order to make this research possible, since it's an amount of time of more than half a century, we chose to base on three military manifestations we consider that they are the most representative: the republican officers of the end of the 19th century, and more specifically the military who rebelled against imperial regime in the 1880's and the **florianismo**, a political and military phenomenon of the 1890's; the **tenentismo**, that was a political movement of young military officers who took up arms against the oligarchic republic in the 1920's, who were one of the main forces of the revolutionary movement of 1930 and who were one of the main bases of support of Getúlio Vargas

government in its early years; the top officers of the army, who shared power with Getúlio Vargas during the Estado Novo dictatorship (1937-1945). We intend to focus the military as exponents of a project that defended the transformation of Brazil's agricultural and exporter of primary products country in industrial country, as the role these military attached themselves of driving force of this transformation.

Keywords: Brazil; military; economic project; industry; development.

RESUMÉ

L'objectif de cette thèse est d'étudier le projet économique des militaires brésiliens dans une longue période située entre l'éclosion de la rébellion militaire contre l'Empire au début des années 1880 et la chute du régime de l'Estado Novo en 1945. Pour que la recherche soit possible, puisqu'il s'agit d'un espace de temps de plus d'un demi-siècle, nous avons choisi de nous appuyer sur trois manifestations militaires qui sont à notre avis les plus représentatives : les officiers républicains de la fin du XIX^{ème} siècle, et plus spécifiquement les militaires qui se sont rebellés contre le régime impérial dans les années 1880 et le **florianismo**, phénomène politico-militaire des années 1890 ; le **tenentismo**, mouvement de jeunes militaires qui ont pris les armes contre la république oligarchique dans les années 1920, qui sont parmi les principales forces du mouvement révolutionnaire de 1930 et qui sont parmi les principales bases de soutien du gouvernement de Getúlio Vargas dans ses premières années ; la coupole de l'armée qui a partagée le pouvoir avec Getúlio Vargas pendant la dictature de l'Estado Novo (1937-1945). Nous voulons nous concentrer sur les militaires en tant qu'exposants d'un projet qui défendait la transformation du Brésil d'un pays agricole et exportateur de produits primaires en un pays industriel, ainsi que sur le rôle que ces militaires attribuaient à eux-mêmes de force dirigeante de cette transformation.

Mots-clés : Brésil ; militaires ; projet économique ; industrie ; développement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I: A OFICIALIDADE REPUBLICANA EM DEFESA DA INDÚSTRIA NACIONAL (DÉCADAS DE 1880 E 1890)	19
I) O sentido da rebelião militar contra o Império: defesa de um projeto industrializante contra uma ordem agrária e escravista?	20
II) Os militares no poder: o projeto florianista.	66
CAPÍTULO II: TECNOCRACIA E DESENVOLVIMENTO NO PROJETO TENENTISTA	116
I) O tenentismo em sua fase insurrecional (década de 1920).	117
II) Os tenentes no poder (1930-1934).	147
CAPÍTULO III: ESTADO NOVO, MILITARISMO E INDÚSTRIA	208
I) Os militares e o Estado Novo.	209
II) A questão do desenvolvimento: siderurgia e petróleo.	258
CONSIDERAÇÕES FINAIS	312
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	321

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado é de certa forma uma sequência do mestrado que fizemos no período 2002-2005 no programa de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.¹ Em nossa pesquisa de mestrado procuramos situar o **florianismo**, fenômeno político-militar que girou em torno da figura do marechal Floriano Peixoto, dentro do contexto político da primeira década republicana. Neste trabalho tratamos apenas brevemente da ideologia industrializante do florianismo na medida em que a prioridade era uma análise das lutas políticas que seguiram à derrubada da monarquia e que tinham o fenômeno em questão entre os seus principais atores. Pensamos, então, em dedicar o nosso doutorado a um aprofundamento da questão econômica e da indústria no florianismo, para completar a análise desta corrente que é considerada um dos principais expoentes do pensamento industrializante na República Velha.

Conforme fomos avançando na elaboração de nosso projeto de doutorado durante o ano de 2006, percebemos que o pensamento industrializante representado na ideologia florianista e na política do governo presidencial de Floriano Peixoto (1891-1894) de auxílio ao setor industrial era apenas o embrião de uma tendência que se fortaleceria e se tornaria mais complexa posteriormente dentro da ideologia militar brasileira. Esta tendência atingiria um novo patamar no período 1930-1945, durante o qual os militares aliados de Getúlio Vargas foram um dos principais atores da política industrializante do regime varguista. Optamos, portanto, por preparar um projeto de pesquisa que abrangesse o longo período situado entre o advento da República e a queda da ditadura do Estado Novo em 1945, com o objetivo de mostrar a transformação do projeto industrializante dos militares brasileiros ao longo do tempo. Para tornar a pesquisa viável, já que ela cobre um período de mais de cinco decênios, decidimos nos apoiar em três exemplos históricos que consideramos os mais significativos do pensamento industrializante das Forças Armadas neste período: o florianismo, que comentamos acima; o tenentismo, movimento de jovens militares que na década de 1920 pegaram em armas contra a república oligárquica, foram uma das principais forças do movimento revolucionário de 1930 e foram um dos principais sustentáculos do

¹ As referências de nossa dissertação de mestrado, que defendemos em 10 de março de 2006, são as seguintes: SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *A República e a espada: a primeira década republicana e o florianismo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Netto. São Paulo, 2005.

governo Vargas em seus primeiros anos; o Estado Novo (1937-1945), ditadura encabeçada por uma liderança civil, Getúlio Vargas, e apoiada no poder político das Forças Armadas, e mais especificamente no poder político da cúpula do Exército liderada pelos generais Dutra e Góes Monteiro. A ideologia florianista tinha entre os seus principais tópicos a defesa da indústria nacional e o governo presidencial de Floriano Peixoto é em geral considerado pela historiografia como um dos que mais se dedicou ao desenvolvimento da indústria na República Velha. O tenentismo foi a principal força política a impulsionar o governo Vargas no sentido da regeneração e da modernização do país durante o período ditatorial revolucionário de 1930-1934. E o Estado Novo foi um regime apoiado numa alta oficialidade defensora de um projeto militarista e industrializante e foi o regime que colocou definitivamente o Brasil no caminho do desenvolvimento industrial. Durante a pesquisa para a primeira parte, dedicada ao florianismo, demos-nos conta de que o curto período de governo de Floriano Peixoto e o conturbado contexto político dentro do qual estava inserido o impediram de realizar uma política de desenvolvimento que fosse além de um estágio embrionário, e de que, portanto, não se justificava mais a dedicação exclusiva de uma parte inteira da tese a este assunto. Optamos, então, por alargar o nosso campo de pesquisa nesta primeira parte e decidimos inserir o florianismo dentro de um quadro mais amplo, que abrangia também as posições industrializantes da oficialidade que se rebelou contra o Império na década de 1880. As posições econômicas dessa oficialidade revolucionária, por sinal, eram bastante semelhantes às do florianismo, o que nos permite classificar ambas as manifestações militares dentro de uma mesma tendência industrializante. O tema da primeira parte de nossa pesquisa passou, então, a ser o pensamento industrializante da oficialidade republicana das décadas de 1880 e 1890, isto é, o pensamento industrializante da oficialidade que conspirou pela derrubada da ordem imperial na década de 1880 e que nos primeiros anos da República procurou imprimir a sua própria orientação ao novo regime.

A ação dos militares como agentes do progresso num país preponderantemente agrário e atrasado em seu desenvolvimento econômico não se manifestou apenas no Brasil. Encontramos este mesmo fenômeno, por exemplo, na atuação de Mustafá Kemal Atatürk em sua política de modernização da Turquia. General do exército turco e herói da Primeira Guerra Mundial, Kemal liderou o movimento que derrubou o regime

imperial otomano e proclamou a República em 1923. O seu regime ditatorial (1923-1938) se notabilizou por uma política de reformas progressistas no país, com destaque para a laicização da sociedade, para uma política de desenvolvimento industrial por meio de um Estado interventor e planejador e para uma política de afirmação da vontade nacional turca tanto diante das potências estrangeiras como diante das minorias étnicas que ameaçavam a unidade do país. Os pilares da ideologia kemalista eram o republicanismo, o laicismo, o progressismo, o populismo, o estatismo e o nacionalismo.² A mesma tendência se manifesta no caso de Nasser e do grupo dos Oficiais Livres, em sua tentativa de desenvolver o Egito e de transformá-lo numa liderança do mundo árabe diante do imperialismo anglo-americano e de Israel. No que diz respeito especificamente à questão do desenvolvimento, o regime militar nasserista (1952-1970) realizou uma política apoiada numa reforma agrária com o objetivo de difundir a pequena propriedade em detrimento do latifúndio e na introdução, especialmente a partir de 1961, de um capitalismo de Estado sob o controle das Forças Armadas. A implementação desse capitalismo de Estado, por meio do qual o Estado passou a controlar os bancos e os principais setores da indústria, se deveu à relutância da burguesia egípcia em investir nas atividades industriais. Essa política estatizante era acompanhada do lançamento de planos quinquenais com o objetivo de aumentar a produção nacional.³ Dentro do contexto sul-americano – bastante complexo, por sinal, por se tratar de uma região em que proliferaram regimes militares com objetivos diferentes e às vezes até mesmo antagônicos⁴ –, encontramos como um dos exemplos mais significativos o regime militar de Velasco Alvarado no Peru (1968-1975), que se destacou pela desapropriação de jazidas petrolíferas pertencentes a um grande truste norte-americano, por uma reforma agrária com o objetivo de melhorar a produção

² Para uma visão panorâmica da obra política de Kemal, ver DUMONT, Paul. *Mustafa Kemal invente la Turquie moderne*. 3ª ed. Éditions Complexe, 2006.

³ Apesar de ideologicamente anticomunista, o regime teve de contar, para a realização de sua política arrojada, com o apoio político, econômico e militar da União Soviética. Para uma visão sintética da política nasserista, ver ABDEL-MALEK, Anouar. **Nasserismo e socialismo**. In: *Problemas e perspectivas para o socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 171-196. Para uma visão mais detalhada, ver ABDEL-MALEK, Anouar. *Égypte, société militaire*. Paris: Éditions du Seuil, 1962, e HUSSEIN, Mahmoud. *La lutte de classes em Égypte (1945-1970)*. 2ª ed. Paris: François Maspero, 1971.

⁴ Sobre a diferença entre as intervenções militares na América Latina, região na qual encontramos regimes militares com objetivos progressistas, de transformação e modernização de seus países e regimes militares conservadores comprometidos com a preservação dos privilégios das classes dominantes, ver a obra de Alain Rouquié *O estado militar na América Latina* (ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984). Sobre a política militar na América Latina, ver também NUN, José. **Os golpes militares da classe média**. In: VELIZ, Claudio. *América Latina – Estruturas em crise*. São Paulo: IBRASA, 1970, p. 77-129, e os artigos publicados em LIEWEN, E., JOHNSON, J. F., ALBA, V. e PYE, L. W. *Militarismo e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

agrícola e expandir o mercado interno e por medidas em benefício do desenvolvimento industrial, como a criação de um banco de desenvolvimento e a elaboração de planos para a intervenção estatal em setores industriais de base, como a siderurgia e a química pesada.⁵

Para que os militares de um país atrasado em seu desenvolvimento econômico se tornem agentes do progresso é preciso primeiramente que as forças armadas tenham passado por um processo de burocratização que as tornem relativamente autônomas em relação às classes dominantes.⁶ Dificilmente forças armadas com características de um exército de caudilhos, cujos postos de oficial são monopolizados pelas frações hegemônicas das elites agrárias, poderiam exercer este papel. Para poderem exercer o seu papel de agentes do progresso e do desenvolvimento num país no qual os interesses agrícolas são hegemônicos, as forças armadas não poderiam ver a si mesmas como um braço armado dos interesses da elite civil. Elas teriam que se ver como um representante dos interesses da Nação em seu conjunto, desvinculadas de qualquer grupo social específico do mundo civil, e deveriam se sentir capazes consequentemente de formular um projeto político próprio independentemente das orientações políticas e ideológicas das classes dominantes. Isto só seria possível com uma organização burocrática que garantisse a abertura da carreira de oficial a todos os segmentos sociais e que garantisse, consequentemente, a não-monopolização dos postos de oficial pelas classes dominantes.⁷ Em segundo lugar, seria necessário que a oficialidade militar tivesse uma formação avançada, à semelhança da oficialidade das grandes potências industriais, e que a partir daí ela percebesse os limites militares e, consequentemente, os limites sociais e econômicos de seu próprio país. Ao adquirir uma formação técnica e científica capaz de fazê-la se interessar por assuntos relativos à indústria e ao desenvolvimento e ao ser preparada para operar com o equipamento militar das forças armadas das grandes potências, esta oficialidade adquiriria maior noção dos efeitos negativos de uma

⁵ Sobre o regime de Alvarado, ver ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*, p. 366-378.

⁶ Dizemos **relativamente autônomas**, porque nenhum ramo do aparelho de Estado pode se tornar totalmente independente das frações hegemônicas das classes dominantes cujos interesses o próprio aparelho de Estado representa.

⁷ A questão da burocratização das Forças Armadas será vista mais detalhadamente no capítulo I, quando falaremos da reforma militar realizada pelo Império em 1850.

economia preponderantemente agrícola e da ausência de um setor industrial importante para a soberania política, econômica e militar do país.⁸

Procuraremos mostrar em nosso trabalho que estes dois fatores – a burocratização das forças armadas e a formação avançada de sua oficialidade – foram determinantes para a transformação das forças armadas brasileiras, ou, melhor dizendo, de setores das forças armadas brasileiras, em agentes do desenvolvimento econômico do país. A partir do momento em que os militares surgiram como força política autônoma por ocasião da rebelião contra a ordem imperial na década de 1880, todas as principais intervenções militares na política brasileira estiveram comprometidas com o progresso e o desenvolvimento econômico. Mesmo a intervenção militar de 1964, apesar de seu maior conservadorismo (anticomunismo, antipopulismo, aliança com o imperialismo norte-americano etc.), estava comprometida com uma política industrializante, e não representou o braço armado das oligarquias agrárias contra o desenvolvimento industrial autônomo do país.⁹ Esta componente industrializante faz o com que o regime militar brasileiro de 1964-1985 se distinga do regime militar chileno de 1973-1990 e do regime militar argentino de 1976-1983, cuja política neoliberal iniciou um processo de desindustrialização de seus países.¹⁰

⁸ A modernização da organização militar dos países do mundo subdesenvolvido com base no modelo militar das grandes nações industriais e o seu impacto no surgimento de uma ideologia e de um projeto político voltado para o desenvolvimento nacional no seio de sua oficialidade é tema do artigo de Lucian W. Pye, **Os exércitos e o processo de modernização política** (In: LIEWEN, E., JOHNSON, J. F., ALBA, V. e PYE, L. W. *Militarismo e política na América Latina*, p. 91-110). Esta questão também será desenvolvida no capítulo I de nosso trabalho.

⁹ Para Antonio Carlos Peixoto, a divisão ocorrida dentro das forças armadas brasileiras no pós-1945 entre nacionalistas e pró-americanos não consistiu numa divisão entre defensores do desenvolvimento industrial e defensores do agrarismo, e sim numa divisão entre os defensores de um desenvolvimento industrial autônomo com a participação direta do Estado em setores-chave da economia e defensores de um desenvolvimento industrial com a participação do capital estrangeiro. A tendência pró-americana, hostil ao populismo varguista, se mostraria também favorável a um afastamento da classe operária do processo político (ver PEIXOTO, Antonio Carlos. **Le Clube Militar et les affrontements au sein des forces armées (1945-1964)**. In : ROUQUIÉ, Alain (dir.). *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980, p. 65-104). O caráter dirigista, industrializante, antipopular e antiproletário do regime militar de 1964-1985 é enfatizado em SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984, capítulo IV, **O Estado autocrático e a classe média: “corrupção” ou resistência?**, e em VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A ditadura foi “entreguista”?** *Política externa e desenvolvimento no regime militar brasileiro. Estudos de História: revista do Curso de Pós-Graduação em História*. Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca-SP, v. 8, nº 1, 2001, p. 301-319.

¹⁰ Sobre o regime de Pinochet no Chile e sobre o regime da junta militar argentina de 1976-1983, ver ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*, p. 309-315, 321-326 e 338-352.

Esta reflexão sobre o papel dos militares brasileiros como agentes da modernização e do desenvolvimento do país nos levou a formular a nossa primeira hipótese de trabalho para esta pesquisa:

Durante o período 1889-1945, setores das forças armadas brasileiras formados com base nos padrões militares das grandes potências europeias, ao constatar o atraso socioeconômico de seu país e ao considerar a elite civil incapaz de reverter este quadro, decidiram assumir o papel de agentes do desenvolvimento nacional e foram os expoentes de um projeto de transformação do Brasil de país agrícola e exportador de produtos primários em país industrial.

Esta primeira hipótese apresenta, portanto, certas facções das forças armadas brasileiras como expoentes de um projeto de transformação do Brasil, então país preponderantemente agrícola e exportador de produtos primários, em país industrial. Diante de um quadro socioeconômico no qual a burguesia nacional não se mostrava apta a assumir o papel de força dirigente desta transformação, esses militares se viam como a força política capaz de exercer esta função. Mesmo que o projeto econômico dos militares se baseasse no desenvolvimento da indústria privada, a eles caberia a função de coordenar, por meio de um Estado intervencionista, as atividades econômicas. Trata-se aqui, portanto, do projeto industrializante de um setor da burocracia de Estado, a **burocracia militar**, cuja formação acentuadamente técnica e avançada e cuja função dedicada à defesa da soberania nacional levaram parte de sua oficialidade a formular um projeto de modernização e de fortalecimento econômico do país.

A nossa segunda hipótese de trabalho está associada ao longo período que escolhemos para esta pesquisa, período durante o qual cada uma das três manifestações que comentamos atrás (oficialidade republicana das décadas de 1880 e 1890, tenentismo e Estado Novo) representa uma etapa diferente do projeto econômico dos militares brasileiros. Tentaremos mostrar que esse projeto se transformou ao longo deste período de mais de cinquenta anos em função de fatores internos e externos. Como diz a segunda hipótese:

Este projeto de desenvolvimento industrial, embora houvesse permanecido o mesmo na essência, transformou-se em função, internamente, do desenvolvimento socioeconômico nacional e do aprimoramento técnico-profissional da oficialidade brasileira, e, externamente, do contexto econômico e militar mundial.

Desta forma, apesar de o projeto econômico dos militares brasileiros ter permanecido o mesmo no que diz respeito ao seu objetivo final – a transformação do

Brasil de país agrícola e exportador de produtos primários em país industrial –, ele sofreu modificações quanto à forma pela qual esse objetivo seria atingido. Essas modificações se deveriam a fatores internos como o progresso socioeconômico do país e o aprimoramento profissional da oficialidade brasileira, e fatores externos como a complexidade crescente da guerra – cada vez mais apoiada na capacidade industrial dos Estados beligerantes – e o próprio desenvolvimento industrial das grandes potências. Apesar do projeto econômico dos militares ser próprio deste setor do aparelho de Estado, ele não deixou de ser influenciado por fatores externos aos quartéis e, sobretudo, ele foi obrigado a acompanhar as transformações sociais e econômicas pelas quais o Brasil passou no período de mais de meio século situado entre o início das agitações político-militares contra a ordem imperial no início da década de 1880 e a queda do Estado Novo em 1945.

Estas duas hipóteses guiarão, portanto, o nosso trabalho, e tentaremos verificar ao longo da tese se elas correspondem ou não aos fatos.

Dividimos a nossa tese em três capítulos.

O primeiro capítulo será dedicado ao projeto econômico da oficialidade republicana das décadas de 1880 e 1890. No que diz respeito à década de 1880, escolhemos como nossa principal fonte primária o jornal **Tribuna Militar** (1881-1882), que dedicou boa parte de seus artigos aos problemas econômicos brasileiros, e em especial ao problema da indústria. Já quanto à década de 1890, concentrar-nos-emos nos discursos presidenciais de Floriano Peixoto, no jornal florianista **O Nacional** (1894-1896) e nos textos de Serzedelo Corrêa, militar que foi Ministro da Fazenda de Floriano e que se destacou como um grande defensor da indústria nacional.

O segundo capítulo será dedicado ao projeto econômico do movimento tenentista. Embora tratemos brevemente das posições defendidas pelo movimento em sua fase insurrecional (1922-1930), o foco de nossa análise será o tenentismo no poder (1930-1934). Se na década de 1920 o movimento se apoiou num discurso liberal que pregava essencialmente uma reforma política, de cunho liberaldemocrático, do regime republicano, foi a partir de 1930 que ele passou a atender efetivamente para os problemas socioeconômicos brasileiros. Para a análise do projeto econômico do

tenentismo no poder, nós nos basearemos, como principais fontes primárias, no programa político do Clube 3 de Outubro, principal entidade representante do movimento no pós-1930, e nos discursos de Juarez Távora, principal liderança tenentista nesta fase; nós nos apoiaremos também nas principais medidas deste personagem à frente do Ministério da Agricultura (1932-1934).

O terceiro capítulo será dedicado ao projeto econômico dos militares que dividiram o poder com Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo. Na primeira parte deste capítulo analisaremos a ideologia da cúpula militar do regime, e mais especificamente de seu principal ideólogo, Góes Monteiro; as principais fontes primárias desta parte serão os discursos deste personagem. A segunda parte será dedicada à atuação da oficialidade técnica – aqui no caso os engenheiros militares – das Forças Armadas nos projetos industrializantes do regime, e mais precisamente à atuação de Macedo Soares no projeto siderúrgico e de Horta Barbosa no projeto petrolífero; as principais fontes primárias desta parte serão os textos e discursos destes dois personagens.

A documentação escolhida consiste em discursos e em textos publicados. Para não dispersar demasiadamente as fontes, já que a pesquisa cobre um período razoavelmente longo e repleto de acontecimentos, optamos por textos que têm um caráter oficial e descartamos, por falta de tempo, documentos mais informais como a correspondência pessoal dos personagens estudados. Usaríamos este tipo de documento numa pesquisa que focaria apenas um dos fenômenos que nos propomos a interpretar, isto é, a oficialidade republicana das décadas de 1880 e 1890, o tenentismo ou a cúpula militar do Estado Novo. Neste caso, a pesquisa poderia entrar em pormenores e até mesmo nuançar as posições oficiais dos personagens com base numa documentação pessoal ou destinada a círculos restritos.

Estamos conscientes de que uma pesquisa ideal sobre o projeto econômico dos militares brasileiros abrangeria também o período pós-1945. Neste caso, a divisão do trabalho seria estabelecida desta forma: uma primeira parte dedicada ao projeto econômico da oficialidade republicana das décadas de 1880 e 1890; uma segunda parte dedicada ao projeto econômico dos militares durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), o que englobaria o projeto tenentista e o da cúpula militar do Estado Novo; uma terceira parte dedicada às posições dos militares no pós-1945. Entretanto, a grande

complexidade desta terceira parte, na qual estariam incluídas as tensões entre as alas nacionalista e pró-americana das Forças Armadas no período 1945-1964 e o regime militar de 1964-1985 – regime dentro do qual também houve tensões entre diferentes tendências relativas à política e ao desenvolvimento econômico –, nos levou à decisão de que ela mereceria uma pesquisa à parte. Trata-se mais de uma decisão prática, que se deve às nossas dúvidas sobre a possibilidade de realizarmos uma boa pesquisa aprofundada que cobrisse um período tão longo, do que de uma escolha temática.¹¹

Para realizar esta pesquisa, baseamo-nos no acervo de diferentes instituições. Na cidade do Rio de Janeiro usamos o acervo da Fundação Biblioteca Nacional (coleções de Obras Gerais, de Obras Raras e de Periódicos), do Arquivo Nacional (fundos Floriano Peixoto e Góes Monteiro) e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – FGV/CPDOC (arquivos Juarez Távora, Macedo Soares e Horta Barbosa). Consultamos também o acervo da Biblioteca Central do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense, em Niterói-RJ. Dentro da Universidade de São Paulo, usamos o acervo da Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Biblioteca Central da Faculdade de Direito, da Biblioteca Central, da Biblioteca de Engenharia Metalúrgica e da Biblioteca de Engenharia de Minas e de Petróleo da Escola Politécnica (EP), e do Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). Consultamos também os acervos da Biblioteca Dr. Octávio Ianni do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e das bibliotecas Sérgio Milliet e Alfredo Volpi do Centro Cultural São Paulo. De grande valor foi para nós o acervo digital que pudemos consultar e ler pela internet: a maior parte do Arquivo Juarez Távora digitalizada no portal do FGV/CPDOC; o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro disponível em versão digital também no portal do FGV/CPDOC; as mensagens presidenciais e os relatórios ministeriais disponíveis no

¹¹ O projeto industrializante dos militares brasileiros não morreu em 1945. Muito pelo contrário, as divisões políticas dentro das Forças Armadas no pós-1945 se deveram essencialmente a discordâncias relativas ao desenvolvimento brasileiro – desenvolvimento nacional autônomo ou associado ao capital estrangeiro – e, como dissemos atrás, o próprio regime militar instaurado em 1964 estava comprometido com o desenvolvimento industrial do país, apesar de sua postura pró-americana e “antinacionalista”.

portal do Center for Research Libraries; a Coleção de Leis da República disponível no Portal da Câmara dos Deputados.

Pedimos desculpas de antemão ao leitor pela forma alusiva com a qual nos referimos aos fatos políticos do período. O nosso trabalho é um trabalho de história econômica, e acreditamos que se fôssemos esclarecer todos os acontecimentos políticos citados, correríamos sério risco de fazer digressões desnecessárias que além de provocar um efeito dispersivo no texto, nada acrescentariam ao que já foi escrito sobre o assunto. Para maiores esclarecimentos sobre os acontecimentos políticos que servem de pano de fundo para o nosso trabalho e para uma melhor contextualização histórica dos projetos econômicos que estaremos analisando aqui, remetemos à leitura de trabalhos clássicos sobre a história do Brasil republicano, como os de José Maria Bello, Edgard Carone e Thomas Skidmore.¹² Abdicamos de fazer aqui, nesta introdução, um comentário da historiografia sobre o tema, ou os temas, que estamos estudando nesta pesquisa; achamos que isto seria desnecessário já que os trabalhos que mais nos influenciaram, e até mesmo aqueles dos quais discordamos, são citados e comentados ao longo dos três capítulos que compõem esta tese. A apresentação, aqui nesta introdução, de uma série de pequenos resumos em sequência sobre estas obras, além de dar um tom demasiadamente escolar para o texto, faria com que a leitura se tornasse extremamente maçante.

Trata-se basicamente de um trabalho de análise de textos sobre a questão do desenvolvimento no Brasil, o que explica a grande quantidade de trechos transcritos. Aliás, no que diz respeito a estes trechos, com exceção dos títulos, adaptamos a sua ortografia para a dos dias atuais. Estamos longe de querer esgotar o assunto, e se o nosso trabalho, por mais limitado e imperfeito que seja, conseguir estimular o surgimento de outras pesquisas sobre o papel dos militares no desenvolvimento industrial brasileiro, já nos damos por satisfeitos.

¹² BELLO, José Maria. *História da República*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976; CARONE, Edgard. *A República Velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970; CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974; CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1982; CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976; SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

***CAPÍTULO I: A OFICIALIDADE REPUBLICANA EM
DEFESA DA INDÚSTRIA NACIONAL (DÉCADAS DE 1880
E 1890)***

CAPÍTULO I: A OFICIALIDADE REPUBLICANA EM DEFESA DA INDÚSTRIA
NACIONAL (DÉCADAS DE 1880 E 1890)

I) O sentido da rebelião militar contra o Império: defesa de um projeto industrializante contra uma ordem agrária e escravista?

Ineficientes e inexpressivas durante o Primeiro Reinado e o Período Regencial, as forças armadas regulares e profissionais (Exército e Marinha de Guerra) adquiriram novo papel, de maior relevo, dentro da ordem política brasileira a partir do advento do Segundo Reinado em 1840. Este papel consistiu numa dupla função:

1) **Agentes da centralização imperial.** As revoltas provinciais das décadas de 1830 e 1840, por ameaçarem a integridade do território brasileiro, levaram a uma reorganização do aparelho de Estado brasileiro com o objetivo de estabelecer uma maior centralização política e administrativa e romper, desta forma, com as iniciativas descentralizadoras da Regência. O fortalecimento das forças armadas regulares e profissionais fazia parte deste processo, já que eram elas as únicas capazes de enfrentar rebeliões de maior envergadura, rebeliões de caráter regional nas quais estavam envolvidas frações das elites provinciais. A Guarda Nacional, milícia civil não-profissional e braço armado da elite proprietária, se era suficiente para sufocar levantes populares e revoltas de escravos, não poderia garantir a mesma eficiência e a mesma lealdade no momento de combater revoluções de âmbito regional e encabeçadas por frações da própria elite imperial. Era preciso portanto se apoiar em forças profissionais cujo compromisso não fosse, pelo menos em tese, com os interesses imediatos das elites provinciais, e sim com as diretrizes do governo central. E, de fato, foram as forças armadas regulares e profissionais (Exército e Marinha de Guerra), auxiliadas por contingentes leais da Guarda Nacional, que sufocaram as principais rebeliões provinciais do período, e a figura de Caxias se destacou como liderança do Exército na vitória governamental sobre a Balaiada no Maranhão em 1841, sobre as revoluções liberais em São Paulo e Minas Gerais em 1842 e, finalmente, sobre a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul em 1845. Esta visão do Exército como agente da

centralização imperial está presente no trabalho de Wilma Peres Costa, que afirma o seguinte:

Foi nesse contexto de fortalecimento do centro político que se iniciou também o processo de estruturação da força armada profissional. A reorganização do exército emergiu da necessidade de enfrentar as forças agrárias centrífugas, no combate à segunda fase das rebeliões regenciais. Surgiu aí como uma força do centro, como parte integrante do Estado em construção. Sob o comando de Caxias, que nessa quadra ganhou a alcunha de “Pacificador”, as forças de linha, junto com os batalhões leais da Guarda Nacional, assumiram o papel de instrumentos do Estado e da centralização. Ou seja, enquanto a Guarda Nacional provou sua utilidade contra as lutas da primeira fase da regência, lutas de caráter popular e nativista das quais a tropa de linha era parte integrante, foi principalmente contra as revoltas dos proprietários, como a Farroupilha, as Revoluções Liberais de São Paulo e Minas, que o exército profissional desempenhou seu primeiro papel de relevo depois da Independência.¹³

2) **Defensoras das fronteiras do Império.** Uma das grandes preocupações da elite imperial era as ameaças vindas da problemática região do Prata, na qual continuava a luta pela consolidação dos Estados nacionais iniciada com o processo de independência. O objetivo do Império era proteger a integridade de seu território, e esta estaria ameaçada por projetos expansionistas de outras nações: o expansionismo argentino, que tinha na figura de Juan Manuel de Rosas – governante supremo do país desde 1835 – a sua expressão máxima e cujo projeto consistia na reconstituição do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia) e, posteriormente, o expansionismo paraguaio, que adquiriria caráter mais agressivo a partir da ascensão de Francisco Solano López em 1862 e cujo projeto tinha como objetivo romper com o isolamento de seu país e projetá-lo como potência na região. O projeto expansionista de outro país, mesmo que não alvejasse num primeiro momento porções do território brasileiro, poderia significar o surgimento de potências rivais, guerras futuras e uma instabilidade regional favorável ao desmembramento de um território de proporções continentais. Além do mais, a instabilidade política no Uruguai, com sangrentas e sucessivas guerras civis nas quais estava envolvida uma importante comunidade de estancieiros brasileiros instalados no país, punha em risco a fronteira província do Rio Grande do Sul, que estivera virtualmente separada do Brasil durante os dez anos da Revolução Farroupilha. A garantia da integridade do território brasileiro

¹³ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996, p. 53-54. O papel do exército brasileiro no projeto centralizador do Segundo Reinado é desenvolvido no capítulo I da obra citada, intitulado **O exército e o Império**.

dependia, portanto, da estabilidade geopolítica na região platina e para garanti-la era preciso naturalmente basear o aparelho militar do Império nas forças armadas regulares e profissionais (Exército e Marinha de Guerra). E de fato, foram essas duas forças que comandaram, com o auxílio da Guarda Nacional, de tropas irregulares de estancieiros gaúchos e de forças aliadas locais, as vitoriosas intervenções militares do Império no Uruguai (guerras de 1851 e 1864-65) e na Argentina (guerra de 1852) em defesa de facções locais mais favoráveis ao Brasil, e foram elas o núcleo das forças brasileiras na sangrenta e devastadora Guerra do Paraguai (1865-1870), na qual Brasil, Argentina e Uruguai derrotavam definitivamente o projeto expansionista paraguaio e com a qual se encerrava o ciclo de guerras do Império.¹⁴ Gustavo Barroso, embora caracterize Rosas de forma caricatural (“caudilho ensanguentado”), interpreta de forma correta a política imperial de preservação do equilíbrio geopolítico na região do Prata, neste trecho no qual analisa as razões da guerra de 1852 contra a Confederação Argentina:

A campanha que mais tarde faríamos contra ele foi ditada pela necessidade de impedir a formação dum Estado poderoso nas nossas fronteiras. Os estadistas brasileiros mantiveram por isso ciosamente a independência do Uruguai, fruto do choque da rivalidade luso-castelhana na região do Prata, fomentaram e realizaram a separação do Paraguai, e, enfim, levaram nossas baionetas vitoriosas às ruas de Buenos Aires, derrubando para sempre o caudilho ensanguentado que ousara planejar a reunião de todos os territórios da antiga colônia.¹⁵

Qual seria o objetivo por trás desta política? O objetivo por trás da política imperial de ao mesmo tempo garantir a unidade nacional por meio de um Estado centralizado e de proteger o território brasileiro das ameaças vindas da região do Prata era a **preservação do escravismo**. Por ser o Brasil o único país do subcontinente sul-americano no qual predominava a escravidão como base de sua organização social e econômica – economia agroexportadora apoiada na grande propriedade e no trabalho escravo –, era necessário manter a sua coesão como melhor forma de defesa desta organização. E para tal, era preciso dotar o país de um aparelho de Estado centralizado que consolidasse a sua unidade, como um bloco. Um dos efeitos da centralização era primeiramente evitar a abolição da escravidão nas províncias nas quais esta tinha menos

¹⁴ Para uma visão do contexto geopolítico na região do Prata, ver BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan / Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

¹⁵ BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, p. 175-176. Ao falar dos “territórios da antiga colônia”, o autor está se referindo ao antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

importância ou estava em declínio, e com isso um enfraquecimento da posição das províncias nas quais a escravidão tinha mais força e o conseqüente risco de liquidação do escravismo em todo o território. Encontramos esta interpretação em Hermes Lima, que nas páginas 78 e 79 de seu ensaio **Ruy Barbosa como jornalista**¹⁶ afirma o seguinte:

Estou em que a centralização monárquica representou, no plano político, um dos pontos de apoio e defesa da organização servil do trabalho. Em um país da extensão do nosso, da diversidade de zonas e climas do nosso, seu desenvolvimento estaria necessariamente fadado a verificar-se de modo irregular, isto é, maior numas regiões, menor noutras, aqui mais rápido e acentuado, além, mais lento e difícil. A autonomia das províncias poderia, por isso mesmo, proporcionar a abertura de brechas parciais na muralha da escravidão que, para substituir [sic] teria, portanto, de defender-se como um todo. No gozo de regalias e faculdades, que permitissem a cada província tratar dos seus próprios negócios e interesses peculiares, as possibilidades de quebra do sistema de trabalho servil podiam tornar-se múltiplas, e, assim, mais favoráveis aos esforços de renovação da estrutura economicossocial.

Num Estado centralizado, pelo contrário, a organização do trabalho servil defendia-se melhor, não se deixava atacar por partes, procurando sempre oferecer ao inimigo uma resistência maciça, unida. Para subsistir como base da economia nacional por tão longo tempo, a escravidão precisou apoiar-se num regime de centralização, de cujos postos de comando as influências, a riqueza e os interesses baseados no trabalho servil melhor se colocariam, fosse para a defesa, fosse para o ataque.

Outra razão, apontada por Décio Saes, é a necessidade de viabilização de um mercado nacional de escravos, devido às pressões externas – e mais especificamente inglesas – pela abolição do tráfico de escravos do continente africano para o Brasil, e, a partir de 1850, à supressão definitiva deste. Era necessário, portanto, como forma de compensar a crise do fornecimento externo de mão de obra escrava, desenvolver o tráfico interprovincial dos escravos das áreas agrícolas em declínio para as áreas agrícolas em expansão. Para Décio Saes:

As classes dominantes escravistas não se opunham à autonomia provincial apenas por temerem as conseqüências políticas a longo prazo de processos regionais (nas províncias onde o escravismo era economicamente declinante) de abolição da escravidão. Desde o início das pressões inglesas pela abolição do tráfico, tais classes, agora às voltas com o problema da escassez de escravos, transformaram o centralismo do Estado imperial num instrumento de formação, preservação e desenvolvimento de um *mercado nacional de escravos*.

¹⁶ In LIMA, Hermes. **Notas à vida brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1945, p. 70-86.

Em suma, a centralização do Estado escravista não apenas evitou abolições regionais da escravidão, como também garantiu o funcionamento do tráfico interprovincial de escravos, conveniente aos interesses das diferentes classes de proprietários de escravos: traficantes internos de escravos, senhores escravistas das áreas em declínio, plantadores escravistas das áreas em expansão.¹⁷

Já no que diz respeito à política externa, esta mesma preocupação (a preservação do escravismo) existia na medida em que, por ser o Brasil um Estado escravista cercado por Estados não-escravistas, qualquer projeto expansionista de outro Estado ou quaisquer perturbações em algum país fronteiriço que pudessem repercutir na vida política de alguma província brasileira representavam uma ameaça para a sobrevivência da escravidão. A invasão do território brasileiro por um Estado não-escravista poderia significar a liquidação da escravidão nas terras anexadas – ameaça similar à das invasões napoleônicas para a Europa feudal –, assim como a perda de uma parcela do território via separatismo poderia ter o mesmo efeito se esta parte do território se juntasse a um Estado não-escravista – por exemplo, uma incorporação voluntária do Rio Grande do Sul ao Uruguai: em ambas as hipóteses a posição da escravidão persistente no resto do território brasileiro sairia enfraquecida. Esta posição defensiva do escravismo levaria a uma política externa também defensiva: embora **intervencionista**, a política do Segundo Reinado no Prata não teve objetivos **expansionistas**, na medida em que as intervenções militares e diplomáticas do Império na região objetivavam essencialmente a derrubada de governos hostis ao Brasil, e não a anexação de territórios. A própria campanha do Paraguai tinha esse objetivo: se por um lado as reivindicações brasileiras no final do conflito levaram a um acerto de fronteiras favorável logicamente ao lado brasileiro, por outro durante o período de ocupação militar brasileira do Paraguai (1869-1876) a política imperial consistiu ao mesmo tempo em garantir no poder do país ocupado grupos locais simpáticos ao Brasil e em garantir a independência paraguaia frente à ameaça expansionista argentina. Tratava-se, portanto, de uma política em busca de um equilíbrio geopolítico favorável ao Brasil na região. Aliás, como afirma Francisco Doratioto:

Desde a década de 1840, o Império do Brasil implementou uma política de defesa das independências do Paraguai e do Uruguai. Preocupava à diplomacia imperial eventual expansionismo argentino, liderado por Buenos Aires, que levasse à anexação desses países e ao surgimento de uma forte república, ao sul, que se tornaria ameaça

¹⁷ SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 170.

potencial, política e militar, ao Império. A aliança do Brasil com a Argentina, para enfrentar a guerra que lhes foi declarada pelo chefe de Estado paraguaio Francisco Solano López, não foi suficiente para que os círculos governantes brasileiros abandonassem essa preocupação.¹⁸

Portanto, as forças armadas regulares e profissionais (Exército e Marinha de Guerra), embora não tivessem uma função direta na preservação da escravidão (apresamento, repressão a fugas e a revoltas de escravos), estavam indiretamente ligadas ao escravismo por serem encarregadas da preservação da unidade territorial da qual este sistema dependia.

Para tornar as forças armadas regulares e profissionais aptas a cumprir o difícil papel de defender e manter unido um território de proporções continentais, a elite imperial promoveu uma série de reformas com o objetivo de modernizá-las e burocratizá-las. Antes de mais nada é preciso lembrar que a elite imperial partia de uma boa base, já que o Brasil possuía um aparelho militar relativamente desenvolvido desde o período joanino (1808-1821). Este último não se limitou ao um mero exílio da família real portuguesa no Brasil, já que junto com a corte instalou-se no Brasil o próprio aparelho de Estado português com a sua burocracia civil e militar, o que levou a uma organização e a uma centralização precoce do Estado brasileiro antes mesmo da Independência. Como bem observa Moniz Bandeira:

Sem dúvida, enquanto a conformação definitiva e centralizada de quase todos os demais países da América do Sul, como a República Argentina, só ocorreria durante a segunda metade do século XIX, o Império do Brasil, àquela época, já estava amadurecido como Estado, possuindo um aparelho burocrático-militar capaz de defender e mesmo impor, tanto interna quanto externamente, a vontade social de suas classes dominantes. Este desenvolvimento político se devia ao fato de que o Império do Brasil não era simples sucessor do Estado português. Na verdade, era o próprio Estado português, que se desdobrara numa outra base geográfica, ajustara-se às condições econômicas e amoldara-se à estrutura social da colônia, com a consequente reformulação da aliança de classes, que as contingências históricas impuseram.¹⁹

¹⁸ DORATIOTO, Francisco. **A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)**. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 209.

¹⁹ BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*, p. 88.

Apesar das forças armadas profissionais brasileiras terem aparecido oficialmente apenas com a constituição imperial de 1824 – primeira constituição do Brasil Independente –, é do período joanino que pode ser datado o seu verdadeiro surgimento em substituição às antigas milícias coloniais e às forças reais metropolitanas. A localização do embrião da organização militar brasileira no período joanino é também defendida por Nelson Werneck Sodré:

Para a classe dominante colonial, empresária da independência, o grande problema estava em organizar um aparelho de Estado que lhe refletisse o domínio e preservasse os interesses. O embrião desse aparelho de Estado fora montado sob a regência joanina: tratava-se de ampliá-lo, em condições de suprir a ausência da metrópole, que mantivera fora do Brasil os órgãos de cúpula, aqueles em que se definiam as decisões, só presentes quando da permanência aqui da corte bragantina. Uma das peças mais importantes desse aparelho de Estado seria, necessariamente, a militar. Ainda aí, apesar da autonomia ter se realizado contra Portugal, a parte estabelecida por D. João ficou mantida, como básica.²⁰

E é desta base que partiram as posteriores reformas militares do Império. No que diz respeito especificamente ao Exército, a mais importante de todas foi a de 1850 promovida pelo Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello, que alterou os critérios de promoção dentro da corporação. Esta reforma, estudada por John Schulz²¹, instituiu normas rígidas de promoção baseadas na antiguidade e no mérito e exigia curso de nível universitário para os oficiais das armas **técnicas** (estado-maior, artilharia e engenharia). Esta reforma iria mudar a configuração do Exército ao transformá-lo numa instituição moderna ou pelo menos parcialmente moderna – isto é moderna dentro dos limites impostos pela ordem escravista do Império. Como afirma o próprio John Schulz:

O decreto de 6 de setembro de 1850 foi, ao mesmo tempo, um efeito e um catalisador da profissionalização do corpo de oficiais. Como consequência desta lei e de seus complementos, o corpo de oficiais deixou de ser uma força privilegiada tradicional do *ancien régime* para transformar-se em uma corporação relativamente profissionalizada e racional.²²

Uma das consequências da reforma militar de 1850, que, ao instituir os critérios de antiguidade e mérito para as promoções, abolia as relações sociais e familiares como critério para a ascensão na carreira – e impedia desta forma a oficiais bem relacionados

²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 87.

²¹ SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994. Ver o capítulo I, intitulado **1850 – Uma carreira se abre ao talento**.

²² SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 27.

de atingir altos postos com pouca idade –, seria o crescente desinteresse dos filhos das famílias pertencentes às frações hegemônicas da elite imperial pela carreira no Exército.²³ A oficialidade seria a partir daí originária de ramos mais modestos da elite imperial, em geral de famílias de proprietários rurais cujos limitados recursos levavam seus filhos a procurar emprego na burocracia.²⁴ Esta nova oficialidade tenderia, portanto, a ter menor identificação com a ordem social e econômica vigente do que a velha oficialidade originária das frações hegemônicas da elite imperial. A este respeito, o mesmo John Schulz, nas p. 239 e 240 de seu ensaio **O Exército e o Império**²⁵, compara o perfil de dois oficiais do exército brasileiro: Caxias, típico oficial aristocrático cuja formação profissional se deu nos primeiros anos do Império e que seria sempre leal à ordem monárquica, e Floriano Peixoto, representante desta nova oficialidade que surgiu depois de 1850 e que estaria ideologicamente mais comprometida com o Exército do que com a Coroa.

O interesse em preservar uma ordem social e econômica escravista que estava na defensiva levou a elite imperial a reforçar o caráter centralizado do aparelho de Estado, e dentro desta política estava o fortalecimento e o desenvolvimento das forças armadas regulares e profissionais (Exército e Marinha de Guerra). A origem da força política que os militares demonstrariam mais tarde está, portanto, na dupla função que a elite imperial lhes havia reservado: servir de **agentes da centralização imperial** no combate às aspirações autonomistas das províncias e **defender a integridade do território brasileiro** diante das ameaças externas, em especial das ameaças vindas da problemática região do rio da Prata. Nelson Werneck Sodré, ao interpretar a função das forças armadas brasileiras na chamada **fase autônoma** (da Independência à Revolução de 1930), afirma o seguinte:

Na fase autônoma [...] a missão das forças armadas é de manter a base física do país e assegurar nela o exercício da autoridade central. Que significa isso? Significa, de um lado, preservar o patrimônio territorial da fase anterior²⁶, daí as lutas de fronteira; de outro lado, e com papel relevante, assegurar a unidade política, criando as condições para o

²³ Cf. SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 29.

²⁴ Cf. SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 30.

²⁵ SCHULZ, John. **O Exército e o Império**. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico. 4º volume: Declínio e queda do Império*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1974, p. 235-258.

²⁶ O autor está se referindo à **fase colonial**.

exercício da autoridade central em todo o território, tarefa a que Caxias deu a sua contribuição, nos moldes que a época impunha, e que caracterizou pela generalidade das manifestações de rebeldia. Tratava-se, em suma, de assegurar a unidade nacional e o território. Existia, no problema, uma velha herança, a territorial, ligada a uma ideia quantitativa, e uma nova tarefa, a da unidade, subordinada a uma estrutura social em que a classe dominante, latifundiária e escravista, considerava como gerais, nacionais portanto, os seus interesses.²⁷

As forças armadas regulares e profissionais brasileiras tiveram, portanto, um desenvolvimento precoce dentro do contexto sul-americano devido ao caráter mais centralizado do Estado brasileiro sob o regime imperial. Logicamente, este alto nível de desenvolvimento de nossa organização militar era apenas relativo se levarmos em conta os limites impostos pelo caráter escravista da sociedade imperial à formação de uma burocracia moderna dentro dos padrões da Europa burguesa. É o que afirma Jehovah Motta ao comentar o desempenho do exército brasileiro na guerra do Paraguai:

[...] de qualquer forma, o nosso Exército apresentou-se no Prata, em confronto com os demais, aliados e inimigo, como o organismo militar mais evoluído, mais diferenciado, mais adulto. Certo, suas falhas eram grandes, sob alguns aspectos eram mesmo gritantes [...] Contudo, temos que reafirmar: num Brasil que procurava renovar-se e modernizar-se, o Exército não ficara inerte e preso a velhas formas institucionais. Ao panorama geral de mudanças existente no País corresponderam esforços em prol de mudanças militares dignas de nota. Fazer mais do que se fez, somente seria possível com transformações profundas, de âmbito geral, atingindo as estruturas social e política prevalecentes. Escravidão, recrutamento por “levas forçadas”, castigos corporais, fuga ao serviço militar, são elos de uma só cadeia, significam uma só construção, solidária e coerente, e somente derrubando-a pelos seus alicerces criar-se-iam as condições para um exército inteiramente saudável e moderno.²⁸

*

* *

Difícilmente compreenderíamos a força da rebelião militar da década de 1880 se não levássemos em conta a importância histórica da Guerra do Paraguai. Seu impacto em nossa evolução militar se deu devido às suas proporções até então inéditas na

²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*, p. 405.

²⁸ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 102.

história brasileira: se as intervenções militares do Império na Argentina em 1852 e no Uruguai em 1851 e 1864-1865 se notabilizaram por campanhas rápidas contra organizações militares precárias, de tipo miliciano, e contra países divididos pela guerra civil, o adversário agora era um Estado centralizado dotado de um grande exército regular, um Estado militarizado – a “Prússia paraguaia” no dizer de Gustavo Barroso²⁹ – que, embora economicamente pobre, tinha grande facilidade em mobilizar a população para a guerra. A luta contra a nação armada do Paraguai levou as forças brasileiras, sobretudo a partir do momento em que estas passaram de invadidas a invasoras e penetraram no pantanoso e inóspito território inimigo, a adotar princípios da guerra moderna. Estes consistiram numa nova estratégia de combate (guerra de posições em substituição às batalhas em campo aberto das guerras anteriores), na exploração geográfica de um território desconhecido, no uso intenso da engenharia militar (construção de fortificações, trincheiras, estradas e pontes) e no desenvolvimento de serviços essenciais (serviços de saúde e de suprimento das tropas). Caxias, o grande estrategista responsável por esta reorganização, lideraria as forças aliadas na série de batalhas que desembocaram na tomada de Assunção em janeiro de 1869 e, posteriormente, já sob o comando do Conde d’Eu, na destruição das forças restantes de Solano López.³⁰

A guerra de 1865-1870 foi, portanto, um marco na história militar brasileira. Os cinco anos de luta que levaram à aniquilação do Paraguai também tiveram seu preço para o Brasil (cinquenta mil mortos, grande quantidade de inválidos de guerra e um enorme déficit público), mas a sua maior consequência, além da consolidação da hegemonia do Império na região do Prata, foi o surgimento de uma forte consciência corporativa entre os militares. Esta consciência corporativa, resultante de uma longa e árdua campanha e do prestígio nacional adquirido com a vitória, logo se transformaria, especialmente no Exército, em força política e revolucionária. Como afirma Jehovah Motta:

²⁹ BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*, p. 189.

³⁰ Para esta reflexão sobre o caráter inédito da campanha do Paraguai na evolução militar brasileira, baseamo-nos em COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, capítulos IV e V, e em IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002. Para uma visão completa da campanha do Paraguai, ver DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Para as campanhas de 1851, 1852 e 1864-1865, ver BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*, segunda parte, capítulos IV e V.

O Exército voltou do Paraguai transformado em verdadeira caixa de problemas. Vitorioso, com chefes elevados à altura de figuras nacionais, com um grupo de oficiais atentos às mutações de toda a ordem que se operavam no mundo e aos aspectos negativos e retrógrados da vida brasileira, não escaparia à tendência de envolver-se nos acontecimentos sociais e políticos. Dos campos de batalha trouxera o sentimento da sua força e a Pátria, agora, chocava-o com o espetáculo das suas mazelas e fraquezas. Fez-se, assim, aos poucos, um inconformado, e acabou por constituir-se fator atuante no grande complexo de inquietação e de crítica que deu por terra com o Trono.³¹

Antes de mais nada seria preciso ressaltar que não podemos associar a ação dos militares revolucionários que derrubaram a monarquia em 1889 com a atuação política anterior de lideranças militares como Caxias, Osório, Polidoro e Porto Alegre. Estes últimos pertenciam a uma antiga geração de oficiais fiéis à ordem política, social e econômica do Império, e quando entravam para o mundo da política o faziam em nome do partido monárquico ao qual estavam filiados – Partido Conservador no caso de Caxias, Partido Liberal no caso de Osório e Liga Progressista no caso de Porto Alegre – e dos interesses que ele representava, e não em nome dos militares como força política autônoma.³² Diferente seria o sentido da intervenção militar da década de 1880: o objetivo do novo oficial não seria mais o de se integrar à vida política do Império, de se transformar em liderança num dos partidos monárquicos ou de ocupar altos cargos, e sim o de contestar a ordem vigente em nome dos interesses da corporação. Esta nova tendência já se manifestaria logo após a Guerra do Paraguai, com o surgimento no ano de 1871 do Instituto Militar, fundado pelo tenente-coronel Floriano Peixoto para defender os interesses políticos e corporativos do Exército e do qual participaram

³¹ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 147.

³² Neste sentido, consideramos correta a interpretação que José Maria dos Santos faz da atuação política de Caxias na vida política do Império: “*Não é possível recusar que o Marquês de Caxias, pela sua dupla qualidade de grande cabo de guerra e prestigioso chefe conservador, tornara-se no momento a chave da situação ministerial. Não confundamos entretanto as coisas. Não se tratava, naquelas dificuldades, de um desses casos de interferência do exército na política, a que se dá comumente o nome de militarismo. Caxias era considerado individualmente, na sua capacidade técnica pessoal, e não como representante de uma certa classe. Afastado do serviço ativo do exército pela função senatorial, a significação coletiva do marquês na política, era a de membro do partido conservador, e jamais a de parte integrante do exército. O exército, a classe militar, nada tinha a ver com tudo aquilo. Era uma questão política, entre políticos, girando em torno de um determinado indivíduo, e não em torno da coletividade militar, ou do exército.*” (SANTOS, José Maria dos. *A política geral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1989, p. 74-75). O autor está se referindo ao lendário confronto que perdurou durante todo o primeiro semestre de 1868 entre Caxias, comandante das forças brasileiras no Paraguai, e o primeiro ministro Zacarias de Góis e Vasconcelos, o primeiro representante do Partido Conservador e o segundo a Liga Progressista (uma aliança de curta duração entre dissidentes conservadores e liberais). A queda do gabinete Zacarias resultante deste confronto foi erroneamente interpretada por parte da historiografia como uma vitória do militarismo sobre o poder civil. Sobre a atuação política das grandes lideranças militares do Império, ver COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, capítulo VI, **Política e guerra**.

oficiais como Severiano da Fonseca, José Clarindo de Queiroz, José de Almeida Barreto, José Simeão de Oliveira e Antonio de Sena Madureira. Embora oferecesse a presidência de honra ao Conde d'Eu, genro do Imperador, esta entidade teve duração efêmera já que seria fechada no mesmo ano por pressão do Conselho de Estado, que via nela uma ameaça à disciplina militar; vale dizer que entre as assinaturas desta decisão do Conselho de Estado estava o nome de Caxias, o que para nós consiste num indício de que o grande general era contra uma representação política autônoma dos militares.³³ De qualquer forma, é somente na década de 1880 que este novo intervencionismo militar desvinculado das facções políticas monárquicas iria de fato se desenvolver.

Como podemos, então, explicar a politização dos militares brasileiros? Por que ela se voltou contra a ordem imperial? Por que ela só foi se manifestar de forma mais significativa na década de 1880?

O fato de o Império ter sido derrubado por sua própria força militar deixou diversos ensaístas nostálgicos do regime de posto ao mesmo tempo intrigados e inconsoláveis. Tobias Monteiro, por exemplo, procura explicar a participação central do Exército na derrubada do regime com base na tese da **hispanização** dos militares brasileiros, isto é na ideia de que a oficialidade brasileira, ao conviver com a oficialidade das nações platinas durante a guerra do Paraguai, teria adquirido gosto pelo caudilhismo hispânico; o autor cita, para fins de exemplo, a suposta admiração de Floriano Peixoto por Solano López. Oliveira Viana, por sua vez, apoia-se na tese da **instrumentalização** dos militares brasileiros, isto é na ideia de que os militares seriam incapazes de intervir na política com base em suas próprias motivações, e sim como instrumento de grupos políticos civis: da mesma forma que os partidos monárquicos cooptavam lideranças militares de prestígio, os republicanos teriam incitado os militares a se rebelar contra o regime. Eduardo Prado, um pouco mais sofisticado que os dois outros autores, vê uma diferença de comportamento político entre o antigo militar inculto e leal à monarquia, e uma nova geração mais qualificada e contestadora da

³³ Sobre o episódio do Instituto Militar, ver SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 78-79, DUDLEY, William S. *Institutional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889*. *Hispanic American Historical Review*. Vol. 55, No. 1, February 1975, p. 59, e DUDLEY, William S. *Professionalization and Politicization as Motivational Factors in the Brazilian Army Coup of 15 November, 1889*. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 8, Part I, May 1976, p. 110.

ordem vigente. No entanto, o seu monarquismo militante o leva a uma interpretação estereotipada e preconceituosa segundo a qual a antiga geração era patriótica e militarmente empenhada, enquanto que a nova geração formada nos bancos da academia era arrogante, diletante e mais interessada em filosofias subversivas como o positivismo do que na vida militar.³⁴

Diferentemente destes autores, acreditamos que a rebelião militar pode ser explicada por dois outros fatores. O primeiro deles é a contradição entre a ideologia meritocrática da oficialidade militar e a ordem escravista do Império. Encontramos esta tese, por exemplo, no trabalho de Décio Saes, **A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891**. Para este autor, a reforma parcial do Exército com base nos princípios do burocratismo burguês – não-monopolização das tarefas do Estado pela classe exploradora e hierarquização dessas tarefas segundo o critério da competência –, reforma realizada pelo Império por razões de defesa – ameaça militar vinda de Estados não-escravistas e a conseqüente necessidade de tornar as forças militares mais eficientes –, teria levado ao surgimento de uma contradição entre a burocracia militar e o Estado escravista, isto é, a uma contradição entre uma organização burocrática organizada com base em moldes burgueses e um Estado pré-burguês.³⁵ Por ter sido esta reforma do Exército apenas parcial devido aos limites impostos pela própria ordem escravista do Império, negadora dos princípios do burocratismo burguês por ser uma ordem de privilégio, a reforma completa só poderia se dar com a derrubada do Estado escravista e sua substituição por um Estado burguês. Isto explicaria a adesão da oficialidade à causa abolicionista e seu papel de vanguarda na derrubada da monarquia. Reproduzamos as palavras do autor:

³⁴ Para estas posições interpretativas da ação político-militar que derrubou a monarquia, ver MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 62, VIANNA, Oliveira. *O ocaso do império*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, s/d, quarta parte, **O papel do elemento militar na queda do Império**, e S., Frederico de [Eduardo da Silva Prado]. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 25-26.

³⁵ O **burocratismo burguês** consistiria aqui no sistema de organização do aparelho de Estado burguês (forças armadas e forças coletoras). O Estado burguês consistiria, por sua vez, num conjunto de instituições cuja função seria tornar possível a reprodução das relações de produção capitalistas, da mesma forma que o Estado escravista e o Estado feudal estariam comprometidos respectivamente com as relações de produção escravistas e feudais. O principal aspecto jurídico do Estado burguês seria a igualdade jurídica entre todos os agentes da produção (proprietário dos meios de produção e produtor direto), ao contrário dos Estados escravista e feudal, que, cada qual à sua maneira, reconheceriam juridicamente a desigualdade entre aqueles. Para maiores detalhes sobre estes conceitos, ver SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*, capítulo I – **Introdução**.

A entrada do Estado escravista brasileiro em guerras continentais determinou, portanto, a tendência à progressiva burocratização do Exército imperial segundo as normas prescritas pela ideologia burguesa (burocratismo). Mas essa forma burguesa de burocratização não podia se completar, e sequer se desenvolver, no quadro de um Estado escravista. [...] a vigência de um direito escravista e a interdição do acesso de escravos ao aparelho de Estado impediam o desenvolvimento da formalização da competência individual como critério para o recrutamento/promoção de funcionários, a clara hierarquização das tarefas do Estado, a separação entre os recursos materiais do Estado e aqueles dos proprietários dos meios de produção, a despersonalização das funções. Por isso mesmo, os oficiais do Exército escravista, desejosos de desenvolver e completar a burocratização do Exército em termos burgueses, e de atingir assim o que lhes parecia ser sua autonomia absoluta diante das classes dominantes escravistas, passaram a lutar contra aquilo que obstruía a total reestruturação do Exército segundo as normas do burocratismo burguês: a vigência de um direito escravista e, portanto, a persistência da escravidão.

Desse modo, por força de guerras onde já intervinham, de modo direto ou indireto, Estados burgueses, instauraram-se num ramo do aparelho de Estado escravista (Exército) a contradição entre normas de organização burocrática burguesas e normas de organização burocrática pré-burguesas, bem como a contradição entre aqueles elementos de burocratismo burguês e a vigência de um direito escravista. Tais contradições se exprimiram através da emergência, na segunda metade do século XIX, de uma crise interna do Estado escravista: a oficialidade militar, ao lutar pela implantação do burocratismo burguês, chocou-se com o direito escravista e a escravidão, tornando-se *antiescravista*. A partir desse momento, a oficialidade militar passou a *sabotar*, de dentro, o desempenho, pelo Estado, de sua função política geral: a conservação da dominação de classe escravista.³⁶

Encontramos raciocínio similar, embora baseado em arcabouço teórico diferente, em Wilma Peres Costa, para quem o impulso que determinou a reorganização do Exército – impulso que ia no sentido da monopolização da violência pelo Estado – foi freado pela persistência da ordem escravista, por sua própria natureza fundada na violência privada. Esta contradição, tornada mais explícita com a Guerra do Paraguai, durante a qual a precariedade da organização militar do Império ficara mais visível, teria levado a oficialidade do Exército à radicalização política contra o regime. Já para Vitor Izecksohn, a aceleração das demandas de profissionalização do Exército durante a guerra contra Solano López e a incapacidade do Império, fundado numa ordem social escravista, de levar a cabo esta profissionalização teria empurrado a oficialidade técnica (o chamado **núcleo profissional do Exército**) para a radicalização política e a oposição

³⁶ SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*, p. 173.

ao regime. Ricardo Salles também trabalha com a contradição entre a oficialidade do Exército, sobretudo a oficialidade mais democrática que se formou na guerra contra Solano López – guerra que exigiu a formação de um grande exército nacional nos moldes da Europa burguesa – e a sociedade escravista e excludente do Império. Finalmente, a ideia de que havia uma incompatibilidade entre a ideologia meritocrática da jovem oficialidade republicana e cientificista e a ordem de privilégios do Império é tema do trabalho de Celso Castro, **Os militares e a República**.³⁷

Esta contradição entre a burocracia militar, organizada com base nos moldes da Europa burguesa, e a ordem escravista imperial explica perfeitamente a ação revolucionária dos militares contra o regime. A frágil situação do Império, tanto a nível interno (rebeliões provinciais ameaçando fragmentar o território) como a nível externo (país cercado por Estados não-escravistas), levou a elite imperial a realizar uma série de reformas da organização militar com objetivo de tornar esta última mais eficiente e apta a defender a integridade do território brasileiro. Como vimos, desta integridade territorial dependia a própria sobrevivência do escravismo. A reforma mais importante de todas, na medida em que mexeu com a própria estrutura da instituição, foi, como vimos, a reforma do Exército de 1850 que modificou os padrões de ascensão na carreira. O resultado desta reforma foi o surgimento de gerações de militares cuja ideologia meritocrática iria entrar em choque com a ordem escravista, em si mesma negadora do mérito como critério hierárquico por ser baseada numa sociedade exclusivista e de privilégios. Esta contradição entre de um lado o caráter relativamente moderno da burocracia militar e a ideologia meritocrática da oficialidade e do outro a ordem escravista do Império levaria, portanto, boa parte da oficialidade militar a aderir à causa abolicionista e a empreender a ação revolucionária contra o regime ao qual a escravidão estava ligada. A revolta política contra uma ordem exclusivista fundada no privilégio acabaria por associar esta oficialidade rebelde às lideranças abolicionistas originárias das camadas médias urbanas.

Podemos ter uma ideia da ideologia meritocrática dos militares a partir deste trecho extraído de um trabalho de Antonio de Sena Madureira datado de 1874. Sena

³⁷ Sobre as posições que comentamos acima, ver COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, capítulo VII, *Os fundamentos da Questão Militar*, IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*, Considerações finais, SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 e CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

Madureira, um legítimo representante da oficialidade qualificada e da elite intelectual do Exército – e posteriormente um dos principais protagonistas das agitações político-militares da década de 1880 – assim expõe a sua visão dos exércitos modernos:

Na Grécia, em Roma, o direito de defender a República pertencia exclusivamente aos nobres e aos ricos; os proletários, os libertos, os escravos e os ilotas, eram excluídos como indignos e apenas empregados para levar ou acompanhar as bagagens. Na idade média, os homens de armas eram recrutados entre a nobreza; os servos, os vassallos não eram contados.

Presentemente, todo homem válido e que não sofreu pena infamante, deve-se à defesa do solo nacional. Pode, mesmo, por sua inteligência, coragem e saber, qualquer que seja a sua origem, chegar ao posto mais elevado da hierarquia militar, como, fora do exército, pode por seus talentos e virtudes chegar às mais altas funções civis. O exército é, assim, uma imagem reduzida da nação, na qual todas as classes da sociedade estão misturadas e obrigadas a um contato constante que produz os melhores resultados; as castas sociais ficam aí confundidas em uma mesma comunhão de ideias, a dedicação pela pátria, que é a mais alta expressão das virtudes cívicas. [...] O exército é, assim, uma vasta escola, onde cada cidadão vem conhecer novas forças morais, e partilhar os sentimentos de abnegação, de honra e de amor pela pátria.³⁸

Podemos, portanto, dizer que a contradição entre a ideologia meritocrática da oficialidade militar e a ordem escravista do Império explica a rebelião militar que levou à derrubada do regime. No entanto, ela não é suficiente para explicar a tentativa de permanência dos militares no poder após a instauração da República. Se a derrubada do Estado escravista e sua substituição por um Estado burguês fossem a única preocupação dos militares no final da década de 1880, eles poderiam muito bem ter entregado o poder voluntariamente sem nenhuma resistência aos civis logo que as novas instituições

³⁸ MADUREIRA, Antonio de Sena. *Estudo da organização militar dos principaes estados da Europa apresentado ao Ministerio da Guerra pelo capitão do estado maior de 1ª classe Antonio de Sena Madureira*. Londres: Officina Typographica de Guilherme Clowes e Filhos, 1874, p. 11-12. Após a Guerra do Paraguai, Sena Madureira passou vários anos na Europa estudando os exércitos daquele continente. Este trabalho que estamos citando consiste num imenso relatório feito para o Ministro da Guerra Oliveira Junqueira sobre a organização militar de diferentes países da Europa, relatório no qual o autor, admirador do modelo militar prussiano, faz uma defesa dos exércitos permanentes em detrimento do sistema de milícias e da guarda nacional, e uma defesa do serviço militar com base conscrição (sorteio por alistamento geral) em detrimento do recrutamento forçado parcial. Apesar de voltada essencialmente para questões técnico-profissionais, esta obra contém algumas digressões de caráter político e social aproveitáveis para o estudioso do período: apesar de mostrar-se ainda leal às instituições imperiais, Sena Madureira já revela neste texto suas convicções meritocráticas e abolicionistas, além de defender um papel de potência sul-americana para o Brasil. Para maiores detalhes sobre a trajetória profissional de Sena Madureira, ver SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 100-101, DUDLEY, William S. *Institucional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889*, p. 59-60, e DUDLEY, William S. *Professionalization and Politicization as Motivational Factors in the Brazilian Army Coup of 15 November, 1889*, p. 112-115.

estivessem consolidadas. Não foi, porém, o que aconteceu: a década que seguiu à derrubada da monarquia foi uma década de sangrentas lutas políticas nas quais diferentes facções civis e militares lutaram para se apoderar do aparelho de Estado, e no final da qual o poder civil apenas se consolidou após a derrota do grupo militar florianista. Como explica Wilma Peres Costa:

A República Oligárquica não nasceu pronta no 15 de novembro, mas foi o resultado de um lento e conflitivo processo de lutas e transações, no qual foram cooptados ou alijados os projetos republicanos rivais. Além do “bloco agrário”, capitaneado pela cafeicultura paulista, pelo menos duas outras forças estiveram presentes no movimento republicano: importantes setores das camadas médias e da intelectualidade urbana, que pela primeira vez passaram a fazer parte da cena política, e o exército, elemento decisivo para a derrubada da monarquia. Ora, as motivações antimonárquicas de cada uma dessas forças eram distintas, resultando em expectativas diferentes em relação à construção da nova ordem. Mais do que isso, no caso dos dois componentes mais orgânicos da “frente republicana” – a cafeicultura paulista e as forças armadas – essas motivações eram até mesmo antagônicas.³⁹

O único fator capaz, para nós, de explicar a tentativa dos militares de instaurar um regime controlado pelas Forças Armadas é a existência, no seio do grupo militar, de um projeto político próprio. Só um projeto próprio, mesmo que embrionário e mal formulado, poderia justificar uma tentativa de permanecer no poder por tempo indeterminado. Esta reflexão nos leva à seguinte pergunta: por que razão algumas facções militares brasileiras chamaram a si a responsabilidade de ditar os rumos do país? A partir de que momento elas se consideraram politicamente mais aptas do que a elite civil que governava o Império? Uma primeira explicação pode ser encontrada na própria formação profissional do militar brasileiro, em especial na formação do oficial do Exército. Esta última, desde a fundação da Real Academia Militar no Rio de Janeiro em 1810 por D. Rodrigo de Souza Coutinho – ministro da monarquia portuguesa exilada no Brasil e liderança política cuja preocupação era não somente formar oficiais militares, mas também engenheiros para um país gigantesco carente de infraestrutura –, assentava-se fundamentalmente no ensino científico, o que predisporia posteriormente o militar brasileiro a se interessar por políticas voltadas para a modernização de um país agrário. Jehovah Motta é um dos autores que melhor compreendeu o impacto desta

³⁹ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, p. 17.

formação profissional de cunho acentuadamente científico nas posteriores posições modernizantes dos militares brasileiros:

A Academia nascia, assim, com dupla destinação. Seria escola militar e escola de engenharia. [...] O fato é que, com ela, o Exército pode ostentar a glória de ter organizado os primeiros estudos de engenharia que se realizaram no Brasil. [...] Durante muitas décadas foram formados pelo Exército os engenheiros com que o Brasil contou. Os primeiros trabalhos de topografia e de geodésia, os primeiros canais, as primeiras e indecisas estradas rumo ao interior foram obras de engenheiros formados pela Academia Militar.

Partindo desse fato, não é de estagnar-se a vocação do homem de farda brasileiro para encarar os problemas do País em termos de criação e administração da riqueza nacional. O Exército, no Brasil, tem estado presente, sempre, nas lucubrações e nas realizações do pioneirismo administrativo. Isto no passado, quando se tratou de estradas de ferro, de linhas telegráficas, de siderurgia e, no presente, quando as questões se chamam petróleo e industrialização.⁴⁰

A reforma do Exército de 1850, ao provocar uma generalização desta formação entre todos os oficiais das armas técnicas – o “patriciado intelectual do Exército” no dizer de Jehovah Motta –, só veio acentuar a presença de um espírito científico e modernizador dentro da instituição, e levou ao surgimento de uma oficialidade qualificada que tenderia cedo ou tarde a ver com desprezo e revolta a atrasada elite do Império:

Não é de surpreender que os jovens oficiais tenham se rebelado contra a ordem imperial. Nos anos cinquenta, a academia militar da capital continuou a ser uma ilha de instrução em uma sociedade constituída por uma maioria analfabeta. Os estudantes militares liam muito e tinham uma melhor noção dos acontecimentos internacionais do que a maioria dos seus compatriotas. Instruídos por engenheiros, os estudantes reconheciam a importância da indústria e de novos métodos de transporte como, por exemplo, as ferrovias. [...] Já na década de 50, os estudantes militares reconheciam que a abolição fornecia a base para a modernização. Os oficiais tampouco ignoravam que elite fazendeira, fundamentada na escravidão e no empreguismo, era o principal obstáculo ao progresso do Brasil.⁴¹

Portanto, a oficialidade militar brasileira, e mais especialmente a oficialidade do Exército, por sua formação científica – generalizada pelo menos entre a oficialidade técnica a partir da década de 1850 –, por sua ideologia meritocrática e pela presença cada vez mais reduzida dos representantes das frações hegemônicas da elite imperial em

⁴⁰ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 22. As observações deste autor são particularmente interessantes na medida em que foi oficial de Estado-Maior do Exército e técnico de ensino para as escolas desta corporação.

⁴¹ SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 31.

seu seio, tenderia a defender a superação da atrasada ordem imperial, fundada no agrarismo e na escravidão, e sua substituição por uma sociedade industrial baseada na meritocracia e no progresso. Os militares rebeldes da década de 1880 viam, portanto, no Exército e nas Forças Armadas um agente do desenvolvimento nacional num país agrário e atrasado, país governado por grupos ligados à exportação de produtos agrícolas e cuja burguesia industrial ainda era embrionária e sem força. Desta forma, podemos dizer que a oficialidade revolucionária que derrubou a monarquia em 1889 possuía um projeto político próprio, dentro do qual estava compreendida uma política de desenvolvimento e modernização do país que acabou por se chocar com a ordem socioeconômica do Império, esta última fundada na exportação de produtos agrícolas e no trabalho escravo. A burocracia militar, ao se sentir responsável pela segurança do país e também por se sentir intelectualmente superior à elite civil do Império – devido à sua qualificação profissional e à sua formação de base essencialmente científica em contraste com a formação bacharelesca da elite imperial –, atribuiria a si própria o papel de construir uma ordem política capaz de promover o desenvolvimento do país e a superação de sua etapa agromercantil e escravista.

A modernização da organização militar brasileira com base nos modelos militares da Europa burguesa teve então a longo prazo um efeito contrário ao desejado pela elite imperial: os militares, ao adquirir uma formação compatível com a dos militares dos países mais avançados, passavam a perceber os limites de seu país, não somente na área militar como também em seus aspectos socioeconômicos. Anfriso Fialho, um ex-major de artilharia do Exército, escrevia em 1890 um ensaio de apologia à revolução de 15 de novembro de 1889, e dele extraímos um parágrafo que para nós ilustra bem o que seria uma visão que a oficialidade rebelde da década de 1880 tinha da obra política do Segundo Reinado:

É por seus resultados que a política de D. Pedro II deve ser julgada.

No fim de quase meio século de governo aparentemente constitucional, mas na realidade profundamente absoluto, deixou ele o Brasil pobre, atrasado, sem prestígio político no exterior. Não criando a indústria, nem animando os esforços dos seus súditos neste sentido, antes impedindo-lhes e dificultando-lhes a iniciativa individual, ele obrigava os brasileiros a viverem do emprego público, o qual só por ele era distribuído, conhecendo bem a verdade deste pensamento de Lamartine: “Os empregados públicos formam o exército do rei”. Ele, que empregava toda a sua solicitude em fazer crer que promovia a instrução pública, deixou mais de 90% da população completamente analfabeta; um país como o Brasil, que vive exclusivamente da

agricultura, não recebeu do governo imperial nem uma única escola agrícola, nem uma única estrada de rodagem digna deste nome; do aumento da população – o primeiro elemento da riqueza de um povo nunca cogitou *sinceramente*; algumas linhas de estrada de ferro que o país possui, absorvem (com exceção da Estrada de Ferro Central, antiga Pedro II), quase o preço do produto por seu frete excessivo.

Se perguntassem a qualquer brasileiro qual a procedência da matéria-prima dos objetos fabricados que lhe cobrem o corpo ou dos gêneros de primeira necessidade que ele consome, ele responderia inevitavelmente que tudo vem do estrangeiro. O monarquista mais dedicado à família imperial não poderia apontar fatos positivos ou medidas administrativas revelando a existência de um plano para o bem do país e cuja autoria pertença ao monarca destronado.⁴²

Para este autor, o regime imperial estava vinculado ao agrarismo e ao atraso, enquanto que a República deveria estar associada ao dinamismo econômico e ao desenvolvimento industrial:

Considerada pelo lado dos interesses ou vantagens que a revolução trouxe aos homens do trabalho, os quais no tempo da monarquia não podiam dar livre expansão a seu gênio empreendedor, aí está essa febre de empresas industriais em todos os sentidos não só para provar a confiança irrefragável que a república inspira, como também para condenar com a maior eloquência a política imperial, que tirava da inércia governamental e da escravidão enervante a sua maior força, e impedia por mil modos diferentes o espírito de associação e a iniciativa particular de se manifestarem.

Não havendo mais no governo do país uma autoridade onipotente interessada em estorvar o progresso nacional e em dominar, pela miséria, os seus *súditos*, é fora de dúvida que a felicidade dos brasileiros só depende deles mesmos; e a julgar pelo movimento industrial que se tem operado desde a fundação da república – movimento pelo menos igual ao que se fez durante meio século de reinado de D. Pedro II – deverão eles em 10 anos de ordem e tranquilidade conseguir para a sua pátria uma soma de bem-estar no interior e de força e prestígio no exterior como a monarquia não nos daria em todo o tempo de sua existência.⁴³

Esta linha de pensamento que via o Império como sinônimo de atraso socioeconômico e via no Exército um agente do desenvolvimento e da industrialização, explica, para nós, o porquê da adoção do positivismo por uma fração, mesmo que minoritária, da burocracia militar: uma filosofia apologista da sociedade industrial, de uma sociedade autoritária, hierarquizada e dirigida por uma elite científica e industrial,

⁴² FIALHO, Anfriso. *História da fundação da república no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 12.

⁴³ FIALHO, Anfriso. *História da fundação da república no Brasil*, p. 109-110. Ao descrever a expansão desenfreada da indústria no início da República, o autor está claramente se referindo ao crescimento vertiginoso do número de empresas em decorrência da política emissionista de Rui Barbosa, primeiro ministro da Fazenda do novo regime.

era uma arma ideológica para uma oficialidade de formação científica e qualificada contra uma ordem socioeconômica atrasada e governada por uma elite de bacharéis em direito originários da oligarquia agrária. O trabalho etnográfico de Celso Castro sobre a jovem oficialidade científicista e republicana do exército brasileiro no final do Império⁴⁴ mostra como o positivismo e o evolucionismo spenceriano foram armas ideológicas de jovens sem muitos recursos materiais que ingressavam na Escola Militar como meio de realizar estudos gratuitamente e que se revoltavam contra o bacharelismo jurídico da oligarquia imperial. Geraldo Mártires Coelho, em introdução para uma coletânea de artigos, ensaios e discursos do militar positivista Lauro Sodré, compreende perfeitamente o papel do positivismo na formulação da ideologia interventora e salvacionista dos militares revolucionários:

A altura, portanto, da proclamação da República, estava constituído no Exército um esprit de corps que tendia a identificar os políticos, os bacharéis e os profissionais liberais como um todo como obstáculos à existência de um governo que pretendesse o bem público e a salvação nacional. E esse discurso [...] projetava o que os militares julgavam representar a sua superioridade sobre os civis – além das virtudes patrióticas – , no caso, a formação técnica que possuíam, mais de acordo com as necessidades reais do País. Por esse caminho, um caminho problemático, é verdade, deu-se a peculiar aproximação de segmentos do Exército com a doutrina positivista, no que o Positivismo valorizava o organismo militar como parte necessária ao ordenamento da sociedade positiva – o que não se confundia com os governos militares, exemplo de retrogradação social para Comte!⁴⁵

Apesar de pacifistas e crentes no desaparecimento dos exércitos num futuro, vago e remoto por sinal, marcado pelo triunfo do regime industrial e pelo conagraçamento entre os povos, os militares positivistas brasileiros acreditavam que o Exército deveria exercer um papel decisivo no advento deste futuro. Assim, para Benjamin Constant Botelho de Magalhães, líder máximo da oficialidade positivista do Exército:

A agitação que fundamente abala o seio da pátria, as felizes tendências dos povos americanos para uma confraternização geral, tudo enfim anuncia os altos destinos sociais e políticos reservados ao Exército brasileiro bem como a todos os exércitos americanos. Os exércitos têm hoje um alto destino a desempenhar: concorrer de concerto com as outras classes para o advento do regime industrial e pacífico, para o fraternal conagraçamento dos povos – servindo às instituições em nome

⁴⁴ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Ver referências desta obra na nota 37.

⁴⁵ COELHO, Geraldo Mártires. **Introdução**. In: SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1896 – edição fac-similar – Brasília: Senado Federal, 1997, p. XXII-XXIII.

dos altos interesses da pátria e da humanidade, e enquanto elas satisfazem a esse nobre objetivo.⁴⁶

Lauro Sodré, jovem militar discípulo de Benjamin Constant, exporia a mesma ideia, só que de forma um pouco mais precisa, durante a Constituinte Republicana de 1890-1891:

[...] há uns políticos sentimentais, tímidos, que se receiam da intervenção das classes militares na política do nosso país. Esta é a verdade e não posso deixar de denunciá-la com franqueza e desassombro. [...] Sei, pelo conhecimento das leis fundamentais da história, que a guerra há de ser eliminada porque as sociedades evoluem do regime teológico-militar para o regime científico industrial. Está tocando a seu remate a tarefa principal dos exércitos permanentes, ainda que as classes militares não de subsistir como fatores sociais indispensáveis, porque elas são a garantia da ordem e da paz, condição necessária para o livre e fecundo funcionamento das indústrias, que não de ser, no futuro, o grande campo de exercício das atividades humanas.⁴⁷

Em vez de ter se tornado abolicionista e republicana por ter lido Comte, a oficialidade positivista do Exército adotou a filosofia deste como justificção ideológica para a sua oposição à ordem imperial.

Não devemos confundir um projeto militar voltado para o progresso e o desenvolvimento com reivindicações de cunho corporativo. Melhor dizendo, o fato do atraso socioeconômico de um país ser um obstáculo para a constituição de forças armadas modernas e bem equipadas não nos deve fazer crer que uma oficialidade cujas preocupações estão voltadas exclusivamente para melhorias na área militar vai passar a defender um projeto de desenvolvimento e modernização geral do país e vai se opor à ordem vigente. À primeira vista, a ideia de que a frustração das reivindicações por melhorias na área militar (demandas por mais verba, melhores salários, melhor equipamento, infraestrutura etc.) teria levado a uma radicalização política da oficialidade contra o Império pode parecer atraente. E de fato, a organização militar brasileira, que não estava imune às vicissitudes de um país agrário e escravista, revelava muitas deficiências: ausência de indústrias militares e, portanto, necessidade de importar equipamento estrangeiro, cuja diversidade de procedência impedia o estabelecimento de um padrão uniforme de armamento, e comprometia a coesão e a eficiência da

⁴⁶ Citado em CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*, p. 140.

⁴⁷ Citado em ROURE, Agenor de. *A constituinte republicana*. Brasília: Senado Federal, 1979, vol. 1, p. 148-149.

organização no momento do combate; o eterno problema do recrutamento numa sociedade baseada no privilégio, que tornava impossível a introdução da conscrição universal, e em cujas forças militares o efetivo da tropa continuava a ser constituído com base no recrutamento forçado nas camadas mais miseráveis da população; problemas salariais, que atingiam não somente a tropa como também parte da oficialidade; precariedade infraestrutural referente ao mau estado dos quartéis, dos serviços de saúde e de suprimento, assim como à ausência de vias de comunicação que interligassem o país (estradas, ferrovias, linhas telegráficas), o que impedia uma articulação mais orgânica entre as unidades militares e uma ocupação mais efetiva do território. Essas deficiências se agravariam no período posterior à Guerra do Paraguai, com a redução drástica dos investimentos do governo na área militar, que repercutiu tanto no efetivo como no equipamento das forças militares.⁴⁸ A estagnação do Império na área militar, combinada com o investimento de países como o Chile e o arquirrival, a Argentina, na modernização de seus exércitos, deixaria de fato a oficialidade brasileira preocupada com a segurança do país.⁴⁹ No entanto, se analisarmos mais detalhadamente o contexto histórico da rebelião militar, veremos que uma insatisfação de cunho exclusivamente corporativo não pode justificar, por si só, a adoção de um projeto político, social e econômico que entre em choque com a ordem vigente. O oficial preocupado exclusivamente com questões de cunho técnico e profissional exercerá uma militância que não transcenderá a área militar, isto é uma militância profissional que não se transformará em militância política. Podemos perfeitamente encontrar oficiais que defendem ao mesmo tempo melhorias na área militar e a manutenção da ordem política, social e econômica vigente: militares ligados ao estabelecimento imperial como Caxias, Osório, Pelotas e o Conde d'Eu, por exemplo, por diversas vezes pleitearam medidas

⁴⁸ Para todas essas questões envolvendo as deficiências técnicas e profissionais do exército imperial e a reação da oficialidade frente ao problema, ver SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, capítulo 4, *O Exército desprezado*, DUDLEY, William S. *Institucional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889*, DUDLEY, William S. *Professionalization and Politicization as Motivational Factors in the Brazilian Army Coup of 15 November, 1889*, e McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 27-44.

⁴⁹ Cf. MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 215. Essas reivindicações por melhorias na área militar estão representadas, por exemplo, na *Revista do Exército Brasileiro* (1882-1888), periódico voltado essencialmente para questões técnicas e profissionais e no qual colaboraram nomes como Jacques Ourique, Sena Madureira, Tibúrcio e Francisco de Moura. Para maiores detalhes sobre este periódico ver MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 148-150, DUDLEY, William S. *Institucional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889*, p. 61-62 e 64, e DUDLEY, William S. *Professionalization and Politicization as Motivational Factors in the Brazilian Army Coup of 15 November, 1889*, p. 118-119.

para corrigir as deficiências da organização militar brasileira.⁵⁰ Esta distinção entre militares expoentes de um projeto de país e militares preocupados exclusivamente com a modernização da organização militar será mais nítida, como veremos no próximo capítulo, durante a República Velha, quando encontraremos oficiais que defendiam a modernização das Forças Armadas e até a introdução de algumas indústrias estratégicas (siderurgia e armamento) sem, contudo, contestar a república oligárquica e os grupos agromercantis cujos interesses ela representava. No caso do 15 de novembro de 1889, a frustração dessas reivindicações corporativas pode no máximo explicar, como sustenta William S. Dudley⁵¹, a má vontade da oficialidade menos politizada em defender a monarquia diante da ação dos militares rebeldes, mas não a ação revolucionária em si.

Dois fatores, portanto, foram determinantes para a eclosão da rebelião militar contra o Império: a contradição entre a ideologia meritocrática da oficialidade militar – especialmente da oficialidade do Exército – e a ordem escravista vigente, e a existência de um projeto político próprio do grupo militar no qual estava compreendida uma política de modernização e desenvolvimento do país – política de modernização que entrava naturalmente em choque com a estrutura socioeconômica do Império. O importante a destacar é que o antimonarquismo dos militares se devia ao caráter socioeconômico das bases do regime imperial, e não necessariamente a uma hostilidade à forma monárquica de governo em si: se tivéssemos aqui uma monarquia moderna, militarizada e apoiada num projeto de desenvolvimento acelerado do país, como o império alemão ou o império japonês naquele mesmo momento histórico, os militares brasileiros seriam monarquistas ferrenhos.

Já no que diz respeito ao fato do movimento militar contra o regime ter se desenvolvido somente na década de 1880, encontramos também duas razões. A primeira é o desaparecimento da geração de generais mais comprometidos com a ordem imperial, como Caxias, Osório, Polidoro e Porto Alegre, oficiais cujo prestígio e liderança podiam frear o ímpeto revolucionário dentro do Exército e das Forças Armadas em seu conjunto.⁵² José Maria dos Santos, apesar de suas declaradas simpatias pelo Segundo

⁵⁰ Ver SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, capítulo 4, **O Exército desprezado**, DUDLEY, William S. *Institucional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889* e DUDLEY, William S. *Professionalization and Politicization as Motivational Factors in the Brazilian Army Coup of 15 November, 1889*.

⁵¹ DUDLEY, William S. *Institucional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889*, p. 64-65.

⁵² Cf. SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 86.

Reinado comprometerem um pouco a isenção e a objetividade de sua análise, compreendeu bem o impacto da ausência dos principais generais monarquistas na politização do exército brasileiro:

O exército brasileiro havia se colocado em face do país na posição de clientela mal satisfeita. Com o correr do tempo, sobretudo depois que desapareceram as grandes figuras da guerra do Paraguai, como Caxias, Osório ou Porto Alegre, foi-se generalizando nos meios militares a intriga de que os políticos civis não tinham pelas classes armadas toda a consideração de que os sacrifícios da campanha as fizeram merecedoras. Divergindo entre si nas suas opiniões correntes, como liberais ou conservadores que fossem na ordem política geral, os oficiais entretanto passavam a considerar com a mesma animosidade a qualquer dos governos do império, desde que se tratasse dos seus interesses de classe. Neste ponto, o país ficava para eles dividido apenas em soldados e paisanos, como se o exército subitamente se colocasse fora da própria nação e mesmo contra ela.⁵³

A segunda razão é o contexto histórico da década, isto é o contexto de crise final do escravismo (crescimento do movimento abolicionista de classe média e intensificação da rebelião escrava), que tornava o terreno mais favorável para uma ação revolucionária contra o regime.⁵⁴ A década de 1880 seria, então, marcada por uma série de acontecimentos políticos que envolveram atritos entre oficiais militares e representantes da elite política do Império. Estes episódios – em geral referentes a questões disciplinares e aparentemente desconexos entre si – seriam absolutamente inconsequentes em outro contexto histórico, mas naquele momento faziam todos eles, em seu conjunto, parte de um grande movimento militar cujo resultado final foi a derrubada da monarquia.⁵⁵

Se, como procuramos sustentar atrás, a oficialidade revolucionária possuía um projeto de país, por que ele não está presente de forma clara em seu discurso? Se encontramos, como veremos depois, reivindicações modernizantes e industrializantes expostas de forma explícita na imprensa militar da época, por que razão estas não apareceram no discurso da oficialidade no momento da grande mobilização militar contra o regime? O caráter vago do discurso da oficialidade rebelde no momento das

⁵³ SANTOS, José Maria dos. *A política geral do Brasil*, p. 163-164.

⁵⁴ Este contexto de crise final da ordem escravista do Império é analisado em SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*, capítulo III, **A transformação burguesa do Estado brasileiro**, item 2, **A posição das classes sociais no processo de transformação burguesa do Estado brasileiro**.

⁵⁵ Para as agitações político-militares da década de 1880, ver SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, capítulo 5, **A Questão Militar**, e HAHNER, June. *Relações entre civis e militares no Brasil, 1889-1898*. São Paulo: Pioneira, 1975, capítulo I, **Formação da autoconsciência militar sob o império brasileiro**.

agitações político-militares da década de 1880 tem razões táticas. Conscientes de sua inferioridade numérica diante de uma grande maioria de oficiais insatisfeitos com a sua situação profissional e com a própria situação do país, mas não dispostos a arriscar a sua carreira numa tentativa insurrecional, os militares revolucionários tiveram de apelar para a liderança de grandes nomes dentro das Forças Armadas, capazes de legitimar o seu movimento e obter o apoio do conjunto da oficialidade. As duas figuras escolhidas foram Deodoro da Fonseca e o Visconde de Pelotas, dois generais monarquistas que não compartilhavam com os ideais da oficialidade rebelde mas que aceitaram – talvez por sentir o momento histórico no qual viviam e por temer perder a sua posição de liderança dentro Exército – se colocar à frente da rebelião militar, mesmo que isso os levasse a um rompimento com a elite imperial com a qual estavam bem integrados. A presença de dois generais de grande prestígio à frente do movimento rebelde era imprescindível para a mobilização do conjunto da corporação, e especialmente para a mobilização dos elementos menos envolvidos com a oposição política à ordem imperial. Assim, quando Deodoro, então Comandante das Armas e presidente interino da Província do Rio Grande do Sul, e Pelotas, membro do Senado, assumiram em 1886 a defesa de Cunha Matos e Sena Madureira em seu confronto disciplinar com o Ministro da Guerra, a rebelião militar ganhou maior amplitude, isto é deixou de se manifestar por meio de episódios isolados para assumir a forma de um movimento unificado. Esta coesão seria sedimentada com a fundação do Clube Militar em junho de 1887, entidade de cunho ao mesmo tempo político e corporativo cujo objetivo era a defesa dos interesses da oficialidade militar, tanto do Exército como da Marinha, e que escolhia o próprio Deodoro da Fonseca para a presidência.⁵⁶

Assim, a oficialidade revolucionária (Sena Madureira, Benjamin Constant, Sólton Ribeiro, Serzedelo Corrêa etc.), consciente de sua posição minoritária diante de uma oficialidade que embora descontente não estava necessariamente disposta a arriscar a sua carreira numa tentativa aberta de derrubada do regime imperial, optou por recorrer a grandes lideranças dentro da corporação, as únicas capazes de mobilizar o conjunto desta. Por serem estas lideranças sentimentalmente apegadas à ordem imperial, era necessária alguma moderação, assim como pouca precisão política e ideológica no

⁵⁶ A escolha de Deodoro e Pelotas pela oficialidade revolucionária como lideranças da rebelião militar contra o regime imperial é analisada por Oliveiros S. Ferreira em seu ensaio **Vida e morte do Partido Fardado** (FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e morte do Partido Fardado*. São Paulo: SENAC, 2000, capítulo XI, **A Questão Militar**).

discurso dos militares rebeldes. Um discurso que defendesse abertamente a derrubada do regime e propusesse uma nova ordem política para o país poderia ter um efeito dispersivo e afugentar tanto a oficialidade mais conservadora como a oficialidade menos politizada, o que levaria o grupo revolucionário ao isolamento. Desta forma, o discurso adotado pela oficialidade revolucionária baseou-se essencialmente em duas questões, o **abolicionismo**, já bastante difundido dentro dos meios militares pelas razões que expusemos atrás, e o **orgulho corporativo**, este último imprescindível para cooptar a oficialidade que temia um envolvimento em causas políticas, mas que ao mesmo tempo possuía forte “espírito de classe”. Esta estratégia política foi decisiva naquele contexto de crise do escravismo e das instituições imperiais. A partir do momento em que as autoridades imperiais – desesperadas com a intensidade adquirida pela revolta escrava e conscientes da insuficiência das forças policiais – tiveram de contar com o Exército como força repressiva, o abolicionismo da oficialidade feriu de morte a instituição da escravidão, primeiro com a sabotagem da perseguição aos escravos que fugiam em massa das fazendas, e depois, com a recusa aberta em cumprir esta função – o que se deu com o famoso manifesto do Clube Militar de outubro de 1887, redigido por Serzedelo Corrêa e Jaime Benévolo e assinado por Deodoro. Já o orgulho corporativo foi importante na exploração política dos diversos atritos entre militares e autoridades imperiais, no sentido de mobilizar uma parcela cada vez maior da oficialidade com base no ódio à “corrupta elite civil”. Isto foi vital em 15 de novembro de 1889, na medida em que resultou na deposição do ministério Ouro Preto e, junto com ele, do regime monárquico: nesta data, a força insurrecional de seiscentos homens comandada por Deodoro e Benjamin Constant e composta pela 2ª brigada do Exército e pelos alunos da Escola Superior de Guerra recebia sem um único tiro a adesão das forças governamentais comandadas por Floriano Peixoto e derrubava facilmente o gabinete Ouro Preto. Apesar de Deodoro não parecer, naquele momento, convicto em por fim à monarquia, a falta de um contragolpe restaurador por parte de algum grupo importante das Forças Armadas – mesmo da parte da Marinha, que possuía fama de aristocrática e leal à ordem monárquica – quando a Proclamação da República foi confirmada, mostra que o regime imperial já não possuía base de apoio significativa entre os militares.⁵⁷

⁵⁷ Celso Castro (CASTRO, Celso. **Revolta de soldados contra a República**. CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.). *Nova história militar brasileira*, p. 301-313), no intuito de provar que o monarquismo tinha presença relevante dentro do Exército, enfatiza três revoltas de praças saudosas do regime deposto, Desterro (Santa Catarina) em 18 de novembro de 1889, Rio de Janeiro em

Para finalizar esta análise, resta-nos responder a uma última questão, que de certa forma levantamos no final do parágrafo anterior: *qual foi o papel da Marinha em todo este contexto?* A oficialidade desta corporação teve participação discreta nas agitações políticas e militares da década e aceitou passivamente a derrubada da monarquia. Apesar de haver simpatizantes da causa revolucionária na Marinha⁵⁸, esta última não se envolveu em seu conjunto no movimento militar contra a ordem imperial, o que acabou por reforçar desta forma a sua imagem de força conservadora e aristocrática. Apesar de não possuímos informações sobre as possíveis repercussões da reforma do Exército de 1850 na Marinha, levantamos a hipótese de que esta, a despeito da alta qualificação de muitos de seus oficiais, não passou pelo mesmo processo de transformação burocrático burguesa: ao contrário do Exército, que se transformou numa instituição aberta a todos – menos, lógico, aos escravos – e que possibilitava a ascensão de jovens de famílias pouco abastadas com base em sua competência profissional, a Marinha parece ter continuado a ter seus principais funções e postos monopolizados pelas classes dominantes.⁵⁹ O monopólio dos postos de oficial pelas frações

18 de dezembro de 1889 e foz do rio Apa (Mato Grosso) em 20 de dezembro de 1889. No entanto, o fato dessas sublevações terem sido rapidamente reprimidas pelas autoridades militares nos leva a crer que se trata de exceções que só confirmam a tese de que a monarquia não possuía de fato base de apoio significativa dentro do Exército.

⁵⁸ O **Boletim do Clube Naval**, periódico dirigido por baixos oficiais da Marinha e voltado essencialmente para questões técnico-profissionais, dedicou alguns artigos a uma apologia da revolução de 15 de novembro. Um deles, intitulado **A nova pátria** diz o seguinte: “*O ano de 1889, que marca o centenário da data mais gloriosa da História Universal, acaba de ser assinalado com uma outra data que, embora não tão grandiosa, torna-se, entretanto notável pelo ensinamento a que dá lugar. [...] se a lei de 13 de Maio apagou de vez a mancha negra da escravidão, celebrizando por esse modo esse dia, o de 15 de Novembro mais célebre ainda deve ser para todo brasileiro por ter estabelecido a liberdade para todos e a igualdade entre todos, por ser, se nos permitem a expressão, o 13 de Maio de todos os brasileiros*” (**Boletim do Clube Naval**, números 1 a 3, anno II, outubro a dezembro de 1889, p. 3-4). Neste mesmo número, encontramos um artigo que homenageia Deodoro, comparando-o a George Washington, outro artigo que homenageia Eduardo Wandenkolk, Ministro da Marinha do primeiro governo republicano, e um artigo intitulado **Organização das forças militares da República dos Estados Unidos do Brasil** (p. 32-39), que fala da necessidade do Brasil cuidar de sua organização militar, tanto terrestre como naval, diante das ameaças dos povos vizinhos – especialmente a Argentina e o Chile, que estavam modernizando suas forças armadas – e critica o “*regime monárquico, em que o país quase sempre foi governado por quem não entendia coisa alguma de administração pública, e com raras exceções, só se ocupava em fazer política de aldeia*”. Logicamente, seria necessário saber se este periódico representava as opiniões de uma parcela importante da oficialidade naval.

⁵⁹ Como observa Celso Castro (CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**, p.48), ao contrário da Escola Militar, que representava uma possibilidade de ascensão social para jovens originários de famílias sem meios materiais suficientes para custear os estudos nas faculdades de direito e medicina, a Escola Naval fazia da exigência de um caríssimo enxoval para os alunos ingressantes um filtro social que excluía aqueles que não pertencessem às famílias mais abastadas. O monopólio dos cargos de oficial da Marinha pelas classes dominantes é também ressaltado por Nelson Werneck Sodré (SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**, p. 133-134).

hegemônicas da elite imperial poderia, então, explicar a maior identificação da Marinha para com a ordem vigente e, conseqüentemente, o seu conservadorismo. Para ilustrar este raciocínio, recorreremos a José Murilo de Carvalho:

Durante o período imperial, a Marinha manteve um padrão de recrutamento mais alto do que o do Exército. Podemos encontrar almirantes filhos de importantes políticos, como o barão de Jaceguai, de famílias nobres, como Saldanha da Gama, e filhos de oficiais, principalmente da própria Marinha. No depoimento de um oficial dessa força, “a oficialidade da marinha sempre foi, ao menos uma parte, das mais escolhidas da alta sociedade do Brasil”. Tobias Monteiro, em seu libelo contra o domínio de doutores no Brasil, escreveu em 1917 que as famílias ricas queriam fazer dos filhos doutores em direito, medicina e engenharia, e, fora isso, só talvez oficial da Marinha. O estilo aristocrático do oficial da Marinha personificou-se ao final do Império e início da República na figura de Saldanha da Gama, que tanto brilhava na Academia Naval, de que era diretor, como nos teatros e salões do Brasil e do exterior. O pequeno número de oficiais dessa arma e as constantes viagens ao exterior eram fatores adicionais que favoreciam e encorajavam a manutenção desse padrão elitista de recrutamento.⁶⁰

Depois de contextualizarmos o papel dos militares na derrubada do Império, examinaremos o seu projeto econômico na década de 1880, com base na imprensa militar. A interpretação deste tipo de documento será importante para termos uma ideia do que os militares entendiam por indústria e desenvolvimento naquele momento.

*

* *

A defesa de um modelo de desenvolvimento antagônico à ordem socioeconômica do Império – esta última fundada na exportação de produtos primários, na grande propriedade e no trabalho escravo – já estava presente na imprensa militar na década de 1850. Apesar de leal ao Imperador, o jornal **O Militar**, que circulou nos períodos 1854-1855 e 1860-1861, contestava abertamente a ordem socioeconômica

⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador** In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 19.

vigente. Este periódico, estudado por John Schulz⁶¹, apresentava reivindicações voltadas tanto para o terreno técnico-profissional (defesa do serviço militar obrigatório) como para o progresso social (abolição da escravidão e política de incentivo à imigração europeia) e o desenvolvimento nacional (política de expansão das vias de comunicação – ferrovias, estradas e telégrafos – e de incentivo às atividades industriais). Ao acusar a elite imperial (a “classe legista”) de desprezar e de dificultar o desenvolvimento industrial por meio de um conjunto de leis e regulamentos, **O Militar** defendia uma política de crédito e tarifas protecionistas para a indústria. Encontramos posições similares no jornal **Tribuna Militar**, periódico também estudado por John Schulz⁶² e que circulou no período 1881-1882. Optamos por analisar mais detalhadamente as posições deste periódico no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico do país pelo fato dele ter circulado num momento correspondente à eclosão da rebelião militar contra a ordem imperial, o que nos faz supor que suas posições podem refletir melhor as posições da oficialidade revolucionária daquele momento histórico.

O jornal **Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz** saía duas vezes por semana e circulou entre julho de 1881 e março de 1882. Era publicado pela **Typographia da Tribuna Militar** na cidade do Rio de Janeiro e tinha como responsável o nome de J. A. de Castro Miranda.⁶³ Os artigos deste periódico **não são assinados**, muito provavelmente para se evitar uma punição por indisciplina, já que se trata de uma publicação realizada por militares que continha fortes críticas à ordem vigente e a personalidades do regime imperial. As posições críticas do jornal para com a ordem vigente chegam a atingir, por exemplo, um representante da alta oficialidade do Exército como o Visconde de Pelotas numa série de artigos que criticam a atuação deste militar à frente do Ministério da Guerra no período 1880-1881. Estes artigos apresentam Pelotas mais como um agente do Partido Liberal e de Silveira Martins do que como um representante dos interesses do Exército.⁶⁴ Segundo William S. Dudley, a **Tribuna**

⁶¹ Ver SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, capítulo 2, **Reformadores e revoltados**.

⁶² Ver SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, capítulo 4, **O Exército desprezado**.

⁶³ *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*. Rio de Janeiro: Typographia da Tribuna Militar, 1881-1882. Este periódico está disponível em versão microfilmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**. Não encontramos referências sobre este J. A. de Castro Miranda.

⁶⁴ Ver o sétimo artigo da série, **O ministério do visconde de Pelotas – VII. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano I, no. 8, 28 de julho de 1881, p. 2-3. Silveira Martins era naquele momento o grande líder liberal do Rio Grande do Sul e se tornaria conhecido por

Militar – continuação sob outro nome do jornal **O Soldado**, que circulou entre março e julho de 1881 – desapareceu sem razão aparente.⁶⁵

Assim como **O Militar**, a **Tribuna Militar** não se ocupava somente de questões propriamente militares, mas também de questões políticas, sociais e econômicas.

No que diz respeito às questões militares, o jornal alertava para o despreparo militar do Império diante das eternas ameaças platinas:

[...] bastam estes fatos para mostrar que temos, sempre, nos deixado surpreender pelos nossos vizinhos, que a nossa vista se preparam abertamente.

Temos sido vencedores em todas as campanhas passadas, mas a custa de quantos sacrifícios?

O sangue derramado sem necessidade, ainda na última pugna deve de ser mancha indelével na consciência dos homens de estado, que não souberam preparar o país, para decidir seus pleitos bélicos no mais certo tempo e com o menor tributo possível de vidas fito atual da civilização.

E o que vemos agora, nos horizontes do sul, além das nossas fronteiras?

O trabalho lento, gradual e meditado, de uma inteligência superior, no intuito evidente de nos ferir de súbito, e traçar em seguida com a ponta sangrenta da espada vitoriosa, os limites de um país novo, que caminha a passos agigantados na senda do progresso. [...] um belo dia, despertaremos, como já nos tem acontecido, ao som do clarim inimigo, troando em vários pontos da margem brasileira do Uruguai.

Só então julgará o governo ocasião azada de *lançar mão do último brasileiro*, de convocar voluntários da pátria, de armar o exército às pressas, de adquirir uma esquadra e de atirar ao encontro do inimigo tropas bisonhas, que saibam morrer e resistir por 5 longos anos!

A preocupação do(s) autor(es) deste artigo com a modernização da organização militar argentina é evidente:

Nunca, de ora avante, teremos mais a combater os exércitos mal armados, contra os quais podíamos atirar a nossa indômita cavalaria Rio Grandense.

suas posições conservadoras no que diz respeito à escravidão, assim como por sua hostilidade aos militares.

⁶⁵ DUDLEY, William S. **Institucional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889**, p. 60-61.

Não teremos mais a combater exércitos, mal aguerridos e esquadras que vendem a *bicadas*.

Não, mil vezes não.

O valor tradicional de nossas tropas encontrará pela frente uma barreira invencível – o tiro rápido; as cargas de nossa heroica cavalaria irão quebrar-se impotentes ante os fogos de grande curso da infantaria inimiga e a ordem dispersa moderna; e, finalmente, a mesma artilharia encontrará adversária idônea e possante.

E, nós que só temos vencido pela guerra de recursos, não a poderemos mais empregar, porquanto o adversário prepara os meios de decidir a campanha em poucos dias e, certo, o fará. [...] No mar, encontrará a nossa briosa armada encouraçados bem construídos e artilhados, comandados por práticos oficiais estrangeiros, e não teremos forças navais para opor às do inimigo.

Enquanto os nossos soldados mal sabem manejar o armamento moderno, está adestrado o exército argentino com as armas de retrocarga, e, ainda mais, jogam com elas perfeitamente cerca de 2000 guaycurús, que fazem hoje, com seus vistosos uniformes, parte desse exército.

E não nos taxem de pessimista, que é esta opinião geral do exército. Não há militar brasileiro que ignore o lastimável estado em que nos achamos. [...] Há prenúncios de tempestades ao Sul, não nos procuremos iludir, que a realidade será terrível.⁶⁶

Já no que toca às questões políticas, o periódico se apresenta ao mesmo tempo como **apartidário** e como representante da **classe militar**:

A *Tribuna Militar* não tem partido, e assim como louva o bem, censura o que por ventura desagrade ao espírito público.

Não é *governista* mas também não é *oposicionista*.⁶⁷

⁶⁶ *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 23, 18 de setembro de 1881, p. 1-2. Encontramos idéia similar em editorial de um dos últimos números do jornal, que ao comemorar o 12º aniversário do final da Guerra do Paraguai traça desta forma o estado das forças militares brasileira no período posterior ao conflito: “Entre nós é certo que passado o momento do desvanecimento nacional, tudo caiu no estado em que nos achamos em fins de 1864 quando rebentou a guerra. Nosso exército desapareceu; nossa valente esquadra vive atirada às ostras que lhe carcomem os navios. Os ínclitos marinheiros que fizeram a passagem de Humaitá jazem por aí à míngua de ocupação, desgostosos uns, reformados outros por não poderem suportar a indiferença da pátria. Finalmente: esse dia que devia figurar entre os de gala nacional, passa mais desapercibido do que outro qualquer de negócios particulares. Parafraseemos o poeta: que exemplo a futuros lutadores!” (*Tribuna Militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano II, no. 17, 2 de março de 1882).

⁶⁷ Editorial da *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 4, 14 de julho de 1881, p. 1.

A classe militar não tem partido. Nós representamos modestamente o elemento dela, e por isso repetimos: Qualquer que seja o governo, desde que em seus atos presidir o critério, desde que o bem da nação seja sua norma de proceder, a *Tribuna Militar* estará ao lado desse governo. [...] É preciso que se compreenda uma coisa a nosso respeito.

Queremos ser independentes, e havemos de sê-lo, e que no meio do jornalismo eivado de paixão partidária que esfacela o país, ergue-se a *Tribuna Militar* como a espada da justiça em defesa do direito da nação, e como uma ameaça ao desregramento de seus vícios.

Nossa missão é manter a ordem de coisas, defender a integridade e inviolabilidade das leis. Quando forem atacados tais princípios, então, se a paixão cegar os partidos, nós nos colocaremos de permeio, e aquele que melhor buscar acolher-se às instituições, nos terá a seu lado, seja qual for sua cor política.

Em uma palavra: Advogamos os direitos das classes militares, e não obedecemos senão à consciência de nosso dever. Qualquer que seja o governo, desde que respeite e faça respeitar as instituições juradas achar-nos-á a seu lado.

Do contrário estaremos no extremo oposto, como todo bom patriota ali deve se colocar.⁶⁸

Este tipo de posição política – moderada se a compararmos com as posições de outro jornal militar, **O Nihilista**, que já no ano de 1883 pregava abertamente a derrubada do regime imperial⁶⁹ – lembra a ideologia do “soldado cidadão”, que seria

⁶⁸ **Nossa missão na imprensa. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz***, ano I, no. 40, 17 de novembro de 1881. Em artigo de 27 do mesmo mês encontramos a seguinte afirmação: “[...] *não depende da forma de governo a maior ou menor soma de liberdades, de que goza o povo, a maior ou menor soma de garantias para o cidadão, a maior ou menor impulsão ao desenvolvimento moral e material do Estado. O governo pessoal e o despotismo atribuídos em geral à forma monárquica, apresenta-se terrível em repúblicas dominadas pelos Rosas e López, e é pavoroso nas comunas e nas convenções dos Robespierre e Marat. Para a TRIBUNA MILITAR portanto não tem interesse algum a questão de forma de governo, e demais como é ela representante de classes que juraram bandeira, e que tem por missão atirar-se aos campos de batalha para rechaçar os inimigos e para salvaguardar os sagrados direitos da pátria, não é lícito à TRIBUNA MILITAR nem sequer por em dúvida, quanto mais discutir o que está fora de questão. A lei é lei e deve ser cumprida a risca, sob pena de dismantelar-se toda a ordem da sociedade. [...] Apenas acrescentaremos: queremos que se respeite a lei, porque a lei é a lei.*” (**Os princípios. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz***, ano I, no. 43, 27 de novembro de 1881).

⁶⁹ “À luz dos fatos e da reflexão já não se pode duvidar da próxima e inevitável conflagração que há de sepultar a monarquia, como o 93 em França submergiu no sangue de Luís XVI e outras vítimas reais o passado tenebroso de 70 e tantos reis! [...] Mais esclarecido, mais educado e menos fraco, o povo brasileiro, escravo pela lei, escravo pela mácula do pavilhão nacional, que se dobra envergonhado com a instituição da escravatura no país, começou a intervir de algum modo nos públicos negócios já apedrejando os ministros e pateando o parlamento, já resistindo a impostos de vinténs e outras [ilegível] do governo imperial. [...] Esses fatos levam o espírito a crer na próxima revolução que será formidável, porquanto é ela o resultado do desgoverno de S. M. o Imperador e dos atos inconstitucionais de seus ministros.” (editorial de **O nihilista: orgão dos operarios, do exercito e da armada**. Rio de Janeiro, ano I, no. 23, 6 de abril de 1883, p. 1). Os números 22 e 23 deste periódico estão disponíveis em versão microfilmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**. Para mais informações sobre este jornal, que visivelmente representava as tendências mais radicais e revolucionárias dentro do movimento militar

desenvolvida durante as agitações políticas e militares da década de 1880, e retomada quarenta anos depois pelos tenentes revolucionários que pegavam em armas contra a república oligárquica, e segundo a qual o soldado deveria deixar de ser um mero cumpridor de ordens e se tornar um cidadão capaz de interpretar a política do governo no sentido de saber se ela é benéfica ou maléfica para a pátria, para a partir daí tomar posição em relação a ela.⁷⁰ Esta ideologia leva logicamente a uma justificação do intervencionismo militar na vida política do país. Podemos constatar a partir daí que a **Tribuna Militar** era uma publicação essencialmente **política** na medida em que dedicava boa parte de seus artigos a uma análise dos problemas do país. Sua visão crítica da vida política brasileira está manifesta neste artigo que faz lembrar as posições de Virgínio Santa Rosa, grande ensaísta apologista do tenentismo, contra o poder dos **coronéis** da República Velha:

O que dissemos do fazendeiro de café aplica-se, *mutatis mutandis*, ao fazendeiro de açúcar, aos potentados das províncias do norte, aos estancieiros do sul, aos mineradores do centro, etc. etc.; são os donos das terras, os proprietários territoriais. Eles e os negociantes formam a massa *da gente que tem o que perder*; eles constituem a nação brasileira, *essencialmente agrícola* e deles é que saem os eleitores e vereadores, os *fagundes* e os pais da pátria, os comendadores e os barões. O mais tudo é fósforo, é gente que não tem o que perder. São, como já dissemos, nove milhões de analfabetos, entestando com dois milhões de gente que tem, que sabe onde traz o nariz *que é instruída*. [...] Planta-se e colhe-se café, planta-se cana e faz-se açúcar como até aqui, porque o país é *essencialmente agrícola*. [...] Os nove milhões de fósforos não servem para nada; quando muito podem fornecer *voluntários* para o exército e a armada, cocheiros e condutores para bondes, guarda-freios e guarda-cancelas para estradas de ferro, foguistas e por algum milagre, maquinistas para locomotivas e vapores e disse. Nas fazendas e nas roças eles são os agregados, os peões, os tropeiros, os capangas. E como se vê bem claramente, em tempo de eleição essa caterva adquire uma tal ou qual importância, porque por meio dela é que se avança à conquista das urnas.⁷¹

Admiradores da Revolução Francesa⁷², os autores do periódico alvejavam claramente, em suas críticas, a elite política do Império. Apesar do editorial de 28 de julho de 1881 se mostrar otimista em relação ao futuro, ao elogiar a reforma eleitoral

contra o Império, ver SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 95-98.

⁷⁰ O conceito de **soldado-cidadão** é trabalhado por José Murilo de Carvalho (CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*, p. 38-40).

⁷¹ **Como são as coisas. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano I, no. 3, 10 de julho de 1881.

⁷² Ver a efeméride **O aniversario da Bastilha**, que homenageia o aniversário da Revolução de 1789. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 5, 17 de julho de 1881.

daquele ano, ao prever a extinção da escravidão, o desenvolvimento da instrução pública, da indústria, das estradas de ferro, do comércio e da lavoura, e o progresso cultural e religioso do país⁷³, os artigos deste periódico tendiam em geral a ser extremamente críticos para com a ordem social e econômica vigente. Este é o teor do texto seguinte:

Nós temos o defeito de aplicar a todas as nossas coisas o *laissez passer* da indolência que nos é congênita.

Somos o país mais atrasado na instrução, na indústria, em tudo quanto determina a riqueza de outras nações. Tudo importamos, nada sabemos exportar.

Nossos estaleiros servem apenas para concertos, e a não ser algumas *Traripes*, só uma ou outra canhoneira nela se constrói. Em geral somente escaleres, lanchões etc.

Só agora é que se está experimentando o nosso ferro de Ipanema, fábrica esta custeada pelo estado desde os tempos coloniais (!) e até hoje *única* no país. A respeito de estradas de ferro a de D. Pedro 2º é o único espécime a que todos os governos dispensaram alguma atenção. Nossas fronteiras são solicitadas por ferrovias estrangeiras! e o nosso mais fidalgo inimigo atinge-as de um modo assustador.

A indiferença... por que não diremos a verdade? o nosso desastrado desleixo, porém, cruza os braços, e deixa que o inimigo nos cerque, nos comprima e esmague. Só quando levantar sobre nós a massa que nos há de derrubar o primeiro homem, e que os parentes deste gritem e ameacem ou o estrangeiro exija a garantia de sua colônia, então chega a vez do *fervet opus*, desordenado, cego, alucinado da defesa tardia, quando qualquer remédio ao mal for impossível, e a morte sobrevenha à crise.

Nem o exemplo da questão inglesa – Christie; - nem a provação dolorosa que nos trouxe o Paraguai, nem a atividade de reorganização do exército argentino, nem o lançamento de suas vias telegráficas, de suas estradas de ferro convergindo todas às nossas fronteiras, nos movem, nos ensinam a fazer respeitar as nossas casas!

Não se diga que somos pusilânimes e visionários. Os dois fatos acima citados, quando com a rapidez dos desastres caíram sobre o país, as vítimas primeiras fomos nós, - os militares – e temos receio de continuar a ser o hirco expiatório da desídia e do erro dos nossos governos.⁷⁴

Encontramos aqui uma associação entre atraso econômico e vulnerabilidade militar. As vias de comunicação – no caso as estradas de ferro e as linhas telegráficas –

⁷³ *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, no. 8, 28 de julho de 1881.

⁷⁴ *Se vis pacem... Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 24, 22 de setembro de 1881, p. 1.

aparecem aqui como elemento de valor geopolítico e militar, por interligar o país e ajudá-lo a construir um sistema de defesa mais sólido. O texto menciona a famosa fábrica de ferro de São João de Ipanema, fábrica estatal fundada em 1810 pela monarquia portuguesa exilada no Brasil e que funcionou de forma intermitente na região de Sorocaba, interior de São Paulo, até o seu fechamento em 1895. Sua baixa produtividade e competitividade fizeram com que ela não pudesse enfrentar a concorrência do ferro importado – em especial do ferro inglês – e com que ela tivesse de se dedicar à fabricação de equipamento mais rudimentar como utensílios agrícolas e material acessório para o Exército e as ferrovias.⁷⁵

A **Tribuna Militar** apoiava a campanha abolicionista, o que pode ser constatado na leitura do artigo **Escola Militar**, de 28 de julho de 1881, que relata uma festa abolicionista do Clube da Emancipação ocorrida na Escola Militar⁷⁶, e na leitura do poema **Os escravos** recitado pelo jovem militar Servílio Gonçalves em sessão magna do Clube dos Libertos, e publicado em número de 28 de agosto de 1881.⁷⁷

As posições da **Tribuna Militar** em relação às questões econômicas consistem essencialmente – além da defesa de medidas como a nacionalização da navegação de cabotagem⁷⁸ e do comércio a retalho⁷⁹, que se tornariam bandeiras dos movimentos nacionalistas do início da República – numa defesa enfática da **indústria nacional**:

⁷⁵ Sobre a fundição de Ipanema, ver SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 257-258 e BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 71-79.

⁷⁶ Esta festa contou com a participação de nomes como o general Severiano da Fonseca (irmão de Deodoro da Fonseca), que distribuiu cinco cartas de liberdade em nome do clube, Jaime Benévolo, Saturnino Cardoso, Melquíades de Souza, Rodolfo Pau Brasil, Faria de Albuquerque, Cunha Teles, Ulysses Cabral, Godoy, Herculano de Araújo, Thomaz Alves, Servílio Gonçalves, João Clapp, Gomes dos Santos e Campos Porto (**Escola militar. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano I, no. 8, 28 de julho de 1881, p. 1).

⁷⁷ **Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano I, no. 17, 28 de agosto de 1881, p. 3.

⁷⁸ Para sustentar esta posição, o editorial de 31 de julho de 1881 transcreve um artigo do periódico **Agricultor Progressista**, que defende a nacionalização da navegação de cabotagem com base na idéia de que cada navio e pelo menos dois terços de sua tripulação deveriam ser brasileiros; o proprietário poderia ser estrangeiro, mas teria, no entanto, que se naturalizar no caso em que ele próprio comandasse o navio (**Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano I, no. 9, 31 de julho de 1881, p. 1).

⁷⁹ O número de 29 de setembro de 1881 publicava um artigo do advogado e político Henrique Alves de Carvalho no qual este anunciava a sua candidatura para a Câmara dos Deputados com base num programa que defendia uma reforma política liberal do Império (abolição do Poder Moderador, temporariedade do Senado e ampliação do direito de voto) e reformas econômicas como a nacionalização da navegação de cabotagem e do comércio a retalho e a redução de impostos (**Aos eleitores da Corte. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano I, no. 26, 29 de setembro de 1881, p. 3).

Esta é uma águia⁸⁰ que se impluma. Encara os espaços infinitos e ensaia o vôo de sua pujança.

Desembarquem-lhe as asas, e ela voejará a princípio por sobre os abismos e por sobre a voragem das tentativas arriscadas; mas fortalecida depois, amparada com cautela, a medir a extensão de seus titubeantes e mal seguros planos, ganhará a firmeza do vôo, e moderadamente se lançará na vastidão de seu completo desenvolvimento.

O governo que nos der a segurança de termos em bases sólidas o fundamento de nossa indústria, esse será por certo o salvador do país.

Nossa fortuna, nossa riqueza, nossa glória, dependem desse esforço único.

Desde que ele não for acolhido e praticado, teremos a confusão que nos rege desde que somos nação independente, a balbúrdia das finanças, o desequilíbrio já crônico constante entre a receita e a despesa, e por conseguinte o descrédito e a ruína.

Chega-nos de sobejo a longa experiência de 60 anos de provas, e aborrece-nos já a crença tão ridicularizada de que o – *Brasil é um país essencialmente agrícola*, para não dizermos – essencialmente do *palavrório*.⁸¹

Quem seriam os adversários da indústria nacional? Para o jornal, os **livre-cambistas**, vistos aqui como teóricos influenciados por ideias estrangeiras sem pé na realidade brasileira:

Continua a desgraçada mania das *sabenças de livro*, de princípios e regras decoradas, que sem critério nem reflexão querem aplicar-se a todo transe em circunstâncias inteiramente diversas. Nem a lição de meio século de existência como inculcada nação independente ainda nos escarmenta das perniciosas doutrinas que têm mantido o pobre Brasil no estado de *país essencialmente agrícola*.

Na grande imprensa, no parlamento, no governo ainda predominam ideias e princípios financeiros absolutamente inaplicáveis às circunstâncias especiais do país, e os homens completamente imbuídos naquilo que leem nos livros, mas não diferem, enrolados nas magnificências da frase dos mais eminentes escritores, continuam a apregoar os mesmos princípios, a reclamar pela rigorosa aplicação deles, e não têm olhos para ver as consequências desgraçadas que têm apresentado na prática. [...] Neste caso estão os defensores do *livre-câmbio* aplicando aos que condenam essa desordenada liberdade, o nome de *protecionistas*. [...] Os propugnadores do *free trade* aplicam o nome de *protecionistas* a todos os que não estão pelo livre-câmbio em absoluto, e sob o nome de *protecionismo* condenam toda e qualquer proteção às indústrias, proteção que aliás é de rigorosa obrigação para a governança de qualquer estado, cujo pessoal

⁸⁰ O artigo está se referindo à **indústria nacional**.

⁸¹ **Indústria nacional**. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano II, no. 18, 5 de março de 1882, p. 1-2.

governativo se compenetre da missão que lhe é incumbida – A prosperidade da pátria.⁸²

Este trecho, extraído do primeiro de uma longa série de artigos intitulada **Protecionismo**, mostra a que ponto as **tarifas protecionistas** eram consideradas pelo jornal um fator determinante para o desenvolvimento industrial do país. Ao associá-los aos escritores da escola realista, para ele falsos retratistas da realidade social, o jornal acusa os livre-cambistas de defender o livre comércio e condenar a proteção às manufaturas nacionais sem levar em conta, por ignorância ou por má fé, fatores como os privilégios e os monopólios, que tornam a liberdade de comércio tal qual a concebem os teóricos impossível;⁸³ além do mais, segundo o jornal, os livre-cambistas não levavam em conta que a defesa do livre comércio era uma arma ideológica das nações imperialistas, em especial a Inglaterra, que procuravam empurrar para as outras nações seus produtos manufaturados de má qualidade.⁸⁴ Para ilustrar as suas teses protecionistas, o jornal se apoia no exemplo dos Estados Unidos, que por meio do protecionismo conseguiram preservar a sua indústria da concorrência europeia e, desta forma, se transformaram numa grande potência econômica:

Se fosse em absoluto verdadeira a doutrina do livre-câmbio, ela não seria pregada quase que exclusivamente pelos autores europeus, e teria igualmente voga nos Estados Unidos. Ainda mais, para formal e decisiva condenação das nossas teorias econômicas, nos Estados Unidos predomina realmente o protecionismo, um protecionismo racional, baseado sobre a observação das conveniências industriais que se apresentam, mas sempre protecionismo real e eficaz que faz com que a grande competidora das indústrias europeias possa suplantar os outros países em todas as espécies de artefatos que lhe são convenientes. Basta-nos olhar para o que a grande nação nos apresenta nos produtos de litografia e marcenaria, nos quais deixa a perder de vista os similares que a indústria europeia oferece.⁸⁵

O Estado deveria ter, portanto, uma função central no desenvolvimento industrial do país ao proteger as manufaturas brasileiras da concorrência estrangeira e da ação maléfica de financistas inescrupulosos:

⁸² **Protecionismo. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz***, ano I, no. 35, 30 de outubro de 1881, p. 1-2.

⁸³ **Protecionismo. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz***, ano I, no. 36, 3 de novembro de 1881, p. 1-2.

⁸⁴ Ver o editorial da ***Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz***, ano I, no. 37, 6 de novembro de 1881, p. 1.

⁸⁵ ***Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz***, ano I, no. 37, 6 de novembro de 1881, p. 1.

Quando se pede proteção para as indústrias 1º não se pede só elevação de direitos aduaneiros 2º não se pede essa elevação de direitos sobre produtos similares e baixamento dele sobre as matérias primas, senão para as indústrias viáveis, como as de tecidos [...] 3º que a proteção pedida é principalmente contra as fraudes comerciais, que fingem fornecer mais barato e fornecem um barato que sai caro. [...] O Estado é o pai, ou deve sê-lo, das indústrias honestas e o zeloso tutor que as deve defender da ganância dos traficantes.

Se não fosse, não teria do direito de varejar as casas de negócio para mandar deitar ao mar os gêneros podres, para fazer respeitar a lei das marcas, para evitar que se venda gato por lebre ao consumidor etc. etc.⁸⁶

Trata-se aqui, portanto, da defesa do papel do Estado como regulador da economia, como impulsionador do desenvolvimento industrial, e não ainda da defesa de sua intervenção direta na produção. Por **indústrias viáveis** o autor do artigo entende as indústrias que têm condições de se desenvolver no país. No entanto, apesar do artigo mencionar o setor têxtil, não encontramos precisões sobre as demais indústrias “viáveis”, e também não encontramos uma relação das indústrias “inviáveis”. Aparentemente o artigo não está se referindo à famosa distinção entre **indústria natural**, cuja produção poderia se basear exclusivamente nos recursos do país, e **indústria artificial**, que seria obrigada a importar matéria-prima e maquinaria. Posteriormente, no contexto dos debates entre industrialistas e agraristas durante a República Velha, esta distinção seria justamente utilizada pelos adversários do protecionismo industrial que viam neste a defesa de setores parasitários e um fator do aumento do custo de vida no país. Para os agraristas, por serem as indústrias “naturais” – assim eram por eles designadas atividades como a agricultura e a pecuária – menos custosas, elas mostrar-se-iam mais capazes de se desenvolver sozinhas, isto é sem a proteção tarifária do governo; conseqüentemente, o setor têxtil, que a **Tribuna Militar** considerava uma indústria **viável**, seria classificada pelos anti-industrialistas da República Velha como indústria **artificial** junto com todas as atividades fabris.⁸⁷

Voltando para a análise das posições econômicas da **Tribuna Militar**, colocamos a seguinte questão: *que setores da indústria deveriam ser privilegiados numa política industrializante?* No que diz respeito a esta questão, o jornal não parece

⁸⁶ **Exposição industrial. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses gerais do país**, ano I, no. 49, 18 de dezembro de 1881, p. 1-2.

⁸⁷ Sobre o debate **indústria natural X indústria artificial**, que adquiriu maior notoriedade durante a República Velha, ver LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961, capítulo III, **Aspectos do pensamento nacionalista brasileiro**.

se definir. Embora encontremos referências a áreas como a militar – esta de forma bastante vaga por sinal⁸⁸ –, a siderúrgica, a têxtil e a alimentícia, não conseguimos perceber uma ênfase especial em nenhuma delas. Melhor dizendo, não encontramos um setor específico escolhido para linha de frente do processo de industrialização, como a siderurgia em larga escala e a exploração petrolífera no projeto econômico dos militares brasileiros da década de 1930. Os diferentes ramos da indústria são colocados dentro de um mesmo patamar, sem hierarquização em ordem de importância e prioridade, o que nos leva a crer que se trata aqui mais de uma **defesa ideológica** da indústria em geral, vista como o único caminho possível para o país atingir a sua independência econômica, do que de uma defesa baseada em conhecimentos precisos e detalhados. O jornal, por exemplo, não parece se preocupar com o estado de atraso técnico das fábricas brasileiras, que num período em que a grande indústria estava em processo de consolidação nas grandes potências europeias e nos Estados Unidos, não passavam em sua grande maioria de pequenas unidades artesanais e manufatureiras. Francisco Iglésias, ao comentar a evolução da indústria brasileira de 1850 ao fim do Império afirma o seguinte:

Foram empenhos consideráveis, de 1850 a 89: as antigas fiações e tecelagem, generalizadas pelas províncias; as fábricas de chapéus, inúmeras e por vezes bem montadas; retrós, calçados e artigos de couro, vidro, louça, produtos químicos, instrumentos de ótica, náuticos, engenharia; alimentos – açúcar, laticínios, carnes, massas, doces, vinhos, cigarros, sabão, velas; fundições. As unidades em regra são pequenas, as mais comuns são mesmo muito pequenas, destinando-se ao consumo de área restrita – algumas vilas ou a província. São inúmeras no interior, pelas dificuldades de comunicação, pois só em meados do século tem início a rede ferroviária e põe-se empenho nos caminhos de terra, possibilitando assim a chegada de mercadoria litorânea ou estrangeira. Em época de

⁸⁸ O único artigo que encontramos no jornal sobre um setor específico da indústria militar brasileira é o artigo intitulado **Construção naval**, publicado no número de 30 de outubro de 1881 para comemorar a construção, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, da primeira canhoneira de ferro fabricada no país. O Ministro da Marinha, Lima Duarte, é homenageado como o grande pioneiro da construção de navios de ferro no Brasil. Para o artigo, “*os inimigos de nossa indústria, os incapazes de se inspirarem no sentimento pátrio, aqueles que guerream essa gloriosa tentativa, os magister que supunham o operário brasileiro incapaz de seguir as leis evolucionistas do progresso como eles são incapazes de engrandecer nossa pátria senão pelo ridículo das citações de estrangeiros, devem a esta hora estar, não diremos arrependidos porque o arrependimento pressupõe virtude de emendar, mas envergonhados ante a inépcia de suas sentenciosas asseverações.*” O jornal aproveita, portanto, a ocasião para mais uma investida contra os inimigos da indústria nacional: “*Tudo no Brasil padece perseguição, ainda que sejam as mais úteis idéias. Teme-se que o povo se illustre, se emancipe da velha Europa, viva de si para si. O industrial, o artista, sofre a mais desnaturada guerra desses pedagogos de pergaminho, que com honrosas exceções, se inculcam os sábios, os únicos pensadores, os únicos árbitros do país*” (**Construção naval. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano I, no. 35, 30 de outubro de 1881, p. 2).

apreciável tecnologia em alguns centros europeus e nos Estados Unidos, o Brasil continua preso a padrões rotineiros, sem adotar o conseguido pelo empirismo ou pela ciência. A sociedade patriarcal resiste à máquina, temerosa de alteração da velha estrutura. Se poucos particulares, com sentido empresarial, instalam em fazendas ou fábricas urbanas a novidade, se o Estado incentiva o gosto e o emprego de inventos modernos, com a importação de alguns, com a concessão de privilégios, isenções e prêmios a quem os admite ou concebe, a extensão das experiências é reduzida.⁸⁹

A ampla satisfação com o estado técnico da indústria brasileira é visível neste artigo sobre a exposição industrial de 1881 no Rio de Janeiro. O artigo revela um ufanismo que parece desconhecer os padrões industriais de uma grande potência e coloca irrefletidamente a indústria brasileira no mesmo nível técnico da indústria dos países mais avançados:

Deslumbra o aspecto daquele harmonioso conjunto industrial.

Perante aquele certame do esforço individual ou coletivo ressalta o vigor e força de vontade de nossos patrícios tão perseguidos pela desgraçada preferência que no país se concede a tudo quanto de ruim nos envia o estrangeiro.

Entrar naquela vasta praça de nossa produção é encarar de frente com o maior documento de nossa energia.

Aqueles tecidos de algodão, as locomotivas, viaturas produtos de cerâmica... em uma palavra: todo aquele agrupamento da indústria nacional é uma pungente ironia, um sarcasmo vivo lançado àqueles que negam-nos os meios de sermos o que somos pela estulta presunção de que o Brasil é um país essencialmente agrícola.

A exposição industrial de 1881 – precipitadamente imaginada, sofregamente resolvida, e atropeladamente realizada, é uma prova, um desmentido solene, que deve a estas horas haver confundido aos inimigos do movimento de nossa independência manufatureira.

Aquele palácio está nos dizendo que tudo temos e tudo podemos ter sem a cotação da indústria de além-mar.

O ferro de nossas fábricas não tem rival, e as rodas de nossos trens aí estão para prova.

A marcenaria do país sem competidora no universo ergue-se pujante, rica de matéria-prima.

Os produtos naturais, os tecidos, os vinhos, cereais, tudo em uma palavra, do melhor, do mais puro e da mais perfeita aplicação.

A agricultura aí está bem representada pela variedade de seus artefatos, máquinas, instrumentos de lavoura e engenhos diversos.

⁸⁹ IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 51-52.

Os trabalhos de arame, camas, viveiros, redes, grades e outros acessórios confundem tanto pela variedade como por sua útil aplicação. [...] O deslumbramento que nos deixou a Exposição industrial de 1881, bem como a História do Brasil, nos convence de uma coisa que já há muito vaticinávamos: e é que o Brasil caminha a passos de gigante para o termo de sua grandeza; e que não estará longe o dia de tamanha glória.

Abra-se seu seio à [ilegível], e exonere-se nossa nascente e rica indústria das peias que a cercam, rejeitemos os maus produtos da importação estrangeira, e tanto basta para tocarmos a meta de nosso desenvolvimento social.⁹⁰

Segundo o texto, portanto, o progresso industrial do país não estaria dependendo de um maior desenvolvimento técnico das fábricas – na medida em que estas **aparentemente** já produziam produtos de alta qualidade e em quantidade suficiente para abastecer o mercado brasileiro – e sim de uma legislação que dificultasse a entrada dos produtos estrangeiros que concorriam com os nacionais. Para nós, esta associação entre de um lado protecionismo e industrialismo e do outro livre-cambismo e agrarismo precisa inclusive ser nuançada. Num país cujo setor industrial não somente é arcaico como desinteressado em se modernizar, as medidas protecionistas, ao invés de estimular o desenvolvimento industrial do país, podem simplesmente freá-lo. É esta linha de pensamento que levou Napoleão III, chefe de Estado da França entre 1848 e 1870 e grande defensor do desenvolvimento industrial, a adotar uma política livre-cambista: ao mesmo tempo em que defendia a intervenção do Estado na economia e punha em prática um vasto programa de desenvolvimento que abrangia as vias de comunicação (estradas, telégrafos, navegação fluvial e uma imensa e complexa rede ferroviária), a infraestrutura urbana e portuária, a modernização da agricultura e o desenvolvimento industrial – por meio da criação de um setor bancário dedicado especificamente ao financiamento das atividades industriais –, realizava a partir de 1860 uma política de redução de tarifas que facilitava a entrada dos produtos industriais ingleses e que obrigaria desta forma o arcaico setor manufatureiro francês a se modernizar e a se tornar mais competitivo.⁹¹ Além do mais, apesar de abolicionistas os articulistas da **Tribuna Militar** não parecem fazer a associação entre escravismo e atraso industrial, e

⁹⁰ **A exposição industrial. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano I, no. 49, 18 de dezembro de 1881, p. 3.

⁹¹ Para a política tarifária e financeira de Napoleão III, ver GERSCHENKRON, Alexander. **El atraso económico en su perspectiva histórica**. In: GERSCHENKRON, Alexander. **Atraso económico e industrialización**. 2ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1973, p. 17-25. Para uma visão geral do governo de Napoleão III, ver ANCEAU, Éric. **La France de 1848 à 1870: entre ordre et mouvement**. Paris: Librairie Générale Française, 2002.

aparentemente não levam em conta os obstáculos impostos pela escravidão à formação de um mercado de trabalho, baseado numa mão de obra livre e assalariada, sem o qual não pode haver desenvolvimento capitalista.⁹² O seu abolicionismo é aparentemente mais fundado em preocupações morais e políticas do que em preocupações econômicas.

Podemos dizer, portanto, que para a **Tribuna Militar** uma política de desenvolvimento industrial deveria consistir essencialmente numa proteção tarifária às atividades industriais já existentes, o que de fato está mais próximo de uma defesa dos interesses de uma classe, a burguesia manufatureira nacional, do que de um verdadeiro projeto contestador e alternativo ao caráter agroexportador da economia brasileira. De qualquer forma, os méritos e as insuficiências deste projeto econômico serão aprofundados no final do capítulo, após a análise do florianismo.

Podemos, resumidamente, expor as principais posições da **Tribuna Militar** que analisamos atrás. No terreno militar, encontramos uma grande preocupação com a segurança do país ameaçada pelo expansionismo argentino. No terreno político, uma crítica virulenta ao caráter atrasado e tirânico da elite imperial, sem contestação, no entanto, do regime monárquico e da figura do Imperador; a insatisfação com a ordem vigente ainda não havia se transformado em militância aberta pela derrubada da monarquia. No terreno social, encontramos um apoio à causa abolicionista. E no terreno econômico, uma defesa da **transformação do Brasil de país agrícola em país industrial**.

No que diz respeito especificamente às posições industrializantes do jornal, constatamos a pouca precisão dos artigos do periódico quanto aos setores da indústria que deveriam ser privilegiados numa política de desenvolvimento e a ausência de preocupação quanto ao atraso técnico das fábricas brasileiras. As tarifas protecionistas

⁹² Para Jacob Gorender, “o modo de produção capitalista é absolutamente incompatível com o trabalho escravo. Seu desenvolvimento depende da formação de um mercado de mão-de-obra despossuída, abundante e juridicamente livre para ser assalariada, sob contratos de trabalho rescindíveis quando convier ao empregador”. Para este autor, “esse tipo de mercado de mão de obra começou a se constituir no Brasil na segunda metade do século XIX, porém sua expansão permaneceu fortemente restringida enquanto subsistiu a instituição servil. A persistência da escravidão fazia do ócio apanágio do homem livre, de tal maneira que muitos despossuídos preferiam a marginalidade e a indigência ao trabalho assalariado. Também a imigração de trabalhadores europeus, enquanto sobrevivesse a escravidão, encontraria sérios impedimentos” (GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 19-20).

aparecem aqui como suficientes para viabilizar o desenvolvimento industrial do país. Além do mais, a condenação da elite agrária que dominava o país não é acompanhada por uma contestação da estrutura fundiária: ao contrário do tenentismo do início da década de 1930, não encontramos aqui um projeto de reforma agrária e de destruição do latifúndio improdutivo. As críticas do periódico, que antecipam o jacobinismo florianista, alvejavam de preferência setores como o grande comércio urbano: a preocupação do jornal com a ação nefasta dos comerciantes inescrupulosos e parasitários levou à publicação de uma série de nove artigos intitulada **Praxes comerciais** cujo objetivo, ao parafrasear artigos de Herbert Spencer sobre as práticas comerciais na Inglaterra, era denunciar as atividades parasitárias dos grandes grupos comerciais no Brasil; imaginamos que a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro estivesse particularmente visada.⁹³ Para o jornal, o papel reservado ao Estado numa política industrializante deveria ser o de regulador das atividades econômicas e o de impulsionador do desenvolvimento industrial. Não se trata ainda, portanto, de uma defesa da intervenção direta do Estado na produção.

Os articulistas da **Tribuna Militar** não parecem fazer a distinção entre as atividades de transformação que estão em diferentes níveis técnicos. Melhor dizendo, o jornal não distingue as atividades de transformação que ainda estão no nível **artesanal**, realizadas em oficinas nas quais o trabalhador manual fabrica inteiramente o produto com seus próprios instrumentos de trabalho, as que já estão num nível **manufatureiro**, realizadas em fábricas nas quais a mercadoria é produzida mais rapidamente e em maior quantidade e nas quais há uma divisão do trabalho em que cada trabalhador se especializa numa parte do produto – embora ainda predomine o trabalho manual e se utilize as máquinas apenas para tarefas secundárias –, e as que já podem ser classificadas como **grande indústria**, que acontece em grandes unidades

⁹³ A série de artigos **Praxes comerciais** aparece nos números publicados no período de 1º de dezembro de 1881 a 1º de janeiro de 1882. No segundo artigo da série encontramos uma interessante análise das atividades do **grande comércio atacadista**, e mais especificamente da figura intermediária do **comprador**, funcionário das grandes casas comerciais cuja função era comprar as mercadorias dos fabricantes e vendê-las para os pequenos comerciantes retalhistas. Este tipo de transação era feita com base no uso de todos os artifícios, inclusive da corrupção, para conseguir o maior lucro possível e explorar desta forma a todos, fabricantes, comerciantes retalhistas e consumidores. Ver **Praxes comerciais II. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano I, no. 45, 4 de dezembro de 1881, p. 1-2.

mecanizadas.⁹⁴ Como pudemos constatar na leitura dos textos que transcrevemos aqui, setores da economia nacional que já estão no nível manufatureiro, como o têxtil, e setores artesanais como a marcenaria e a cerâmica são igualmente classificados como atividades **industriais** sem maiores distinções, o que nos leva a crer que o conceito de **indústria** ainda não era, naquele momento, muito preciso – talvez até por se desconhecer a amplitude que estava tomando o desenvolvimento industrial nas grandes potências europeias e nos Estados Unidos. No entanto, é bom ressaltar, o jornal distingue bem essas atividades de transformação – sejam elas artesanais, manufatureiras ou grande indústria mecanizada – das atividades agrícolas e pastoris. Não encontramos em nenhum momento uma referência às atividades agrícolas e pastoris como atividades **industriais**, e em nenhum momento aparecem expressões como “indústria do café”, “indústria do açúcar” e “indústria pastoril”. A **indústria** é encarada aqui como atividade de transformação de produtos primários, e não simplesmente como “atividade econômica produtiva” – em contraposição a atividades econômicas “improdutivas” como o comércio e os bancos – na qual poderiam ser inseridas a agricultura e a pecuária.

O que podemos dizer, de qualquer forma, é que as posições do periódico a respeito das questões econômicas apresentam uma desproporção entre a grandeza de seu principal objetivo – como dissemos **transformação do Brasil de país agrícola em país industrial** – e os limites dos meios concebidos para atingi-lo – proteção tarifária a um setor manufatureiro embrionário e tecnicamente limitado. A própria questão da criação de um mercado interno mais sólido, necessário para a expansão do consumo da produção industrial brasileira, não aparece no jornal; a preocupação com o desenvolvimento das vias de comunicação é mais, como vimos, de caráter militar, isto é, integrar as diferentes partes do gigantesco território brasileiro e, com isso, construir um sistema de defesa mais sólido para o país. Não podemos, entretanto, ignorar os méritos de uma publicação como esta, comprometida inequivocamente com um projeto de modernização do país, dentro de um contexto histórico marcado pelo domínio de uma ordem agrária e escravista.

⁹⁴ A questão da diferença entre **artesanato**, **manufatura** e **grande indústria** está presente em SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, ver capítulo **Antecedentes**, item **Capitalismo e burguesia** (p. 17-30).

Quem seriam os articulistas da **Tribuna Militar**? Como frisamos no início deste trabalho, os artigos do periódico não são assinados. Podemos levantar algumas hipóteses. A primeira é de que seriam oficiais do Exército: embora não descartemos totalmente a possibilidade da participação de uma oficialidade naval insatisfeita com a ordem vigente, a Marinha, pela razão que expusemos atrás, tendia a assumir posições políticas mais conservadoras e menos contestadoras da ordem vigente. A segunda é a de que se trataria de alunos militares ou oficiais em início de carreira, já que para nós o tom inflamado dos artigos denuncia a juventude de seus autores. E finalmente a terceira é a de que seriam oficiais pertencentes às chamadas **armas técnicas**, como a artilharia e a engenharia, isto é uma oficialidade qualificada, que por sua formação acentuadamente científica, tenderia a abraçar projetos econômicos industrializantes; acreditamos que esta preocupação atingiria com menos força, por exemplo, os oficiais pertencentes à infantaria e à cavalaria, menos ou nada influenciados por essa formação técnica e científica. Não descartamos a hipótese de Serzedelo Corrêa – engenheiro militar nascido em 1858 e que, como veremos ainda neste capítulo, se tornaria nas décadas seguintes um notório militante em defesa da indústria nacional – ser um dos articulistas do jornal. Não temos informações sobre a repercussão deste periódico nos meios militares na época. Sua curta duração nos leva a supor que suas condições financeiras eram precárias, que seus assinantes não eram numerosos e que provavelmente sua circulação não ia muito além da cidade do Rio de Janeiro. Sua importância para a nossa pesquisa – além do fato de já ter sido analisado por autores como William S. Dudley e John Schulz, o que lhe garante pelo menos alguma notoriedade na historiografia – se deve menos ao tamanho de seu público, à quantidade de seus leitores, do que ao fato de que suas posições, por estarem afinadas com o projeto industrializante dos militares no poder no período 1889-1894, servem para ilustrar a ideologia modernizante de uma parte influente da oficialidade brasileira naquele conturbado período de transição da ordem imperial para a ordem republicana.

Finalmente, encontramos no editorial do último número um trecho que de certa forma retrata a ideologia do jornal:

A exemplo das nações mais adiantadas, o Brasil precisa fazer-se respeitar, e para que o seu pavilhão seja elevado à altura que lhe

competete nunca poderá prescindir do eficaz, sempre eficaz apoio das suas baionetas.

Há no progredir dos povos tantos interesses divergentes, tantas ambições mal entendidas, e diremos mesmo, tantas anomalias em seus modos de pensar, que somente pelo respeito que impõe o exército, a força armada de um deles, poderá sempre ter a primazia e ser respeitado, se não pela força do direito, ao menos pelo direito da força.

Longe de nós a propaganda da Nação em constante pé de guerra.

Não. Nunca!

O Brasil deve prosperar pela indústria, pela agricultura e pela ciência.

O exército, o seu exército, servir-lhe-á então somente de escudo, a cuja sombra descansa garantida toda a sua riqueza, todo o seu futuro.⁹⁵

Veremos agora o projeto econômico dos militares no poder durante o período 1889-1894, com destaque para o **projeto florianista**.

II) Os militares no poder: o projeto florianista.

Em 15 de novembro de 1889 a monarquia unitária e parlamentar que governara o país por sessenta e sete anos era substituída por uma república federativa e presidencial. No mesmo dia era instalado um governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca, líder militar da revolução, e em cujo ministério estavam representadas as principais tendências antimonárquicas do momento (militares, republicanos do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, além dos adesistas de última hora). Todas as medidas tomadas pelo Governo Provisório da República para consolidar este novo regime seriam coroadas com a promulgação da primeira constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891.

Qual foi o papel desempenhado pelos militares neste momento inicial do regime? O governo de Deodoro pode ser considerado representante do grupo militar revolucionário que se voltou contra o Império na década de 1880?

⁹⁵ *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano II, no. 20, 12 e 16 de março de 1882.

Como vimos na primeira parte deste capítulo, o movimento militar contra a monarquia consistiu na iniciativa de um núcleo revolucionário do Exército, que para obter a adesão política da totalidade ou pelo menos da maior parte de sua corporação teve de contar com a presença, no comando do movimento, de uma liderança militar de prestígio, mesmo que esta última não comungasse com os ideais da oficialidade rebelde. Isto foi conseguido quando Deodoro da Fonseca e o Visconde de Pelotas se colocaram à frente da rebelião militar contra as autoridades imperiais, e quando o primeiro assumiu a liderança do golpe de Estado que derrubou a monarquia. No entanto, esta frágil e precária coesão do movimento militar em sua fase insurrecional (1886-1889) se transformaria em falta de coesão quando este chegaria ao poder. A partir do momento em que o exercício do poder exigiria uma maior definição política e ideológica por parte dos militares, estes logo se dividiriam em diferentes grupos e facções, divisão que desembocaria em luta armada durante o governo de Floriano Peixoto. A falta de união e de organização política dos militares se revelaria, por exemplo, no período da Assembleia Constituinte (15 de novembro de 1890 a 24 de fevereiro de 1891), durante o qual a considerável presença de oficiais do Exército e da Marinha⁹⁶ – quarenta militares na Câmara dos Deputados sobre um total de 206 membros e catorze no Senado num total de 63 senadores – não foi suficiente para que surgisse um **partido militar** que propusesse um projeto alternativo de república ao vitorioso projeto liberal-federalista defendido pelos poderosos representantes da cafeicultura paulista. Segundo Wilma Peres Costa:

A bancada militar na Constituinte [...] apesar de numericamente expressiva, não se configura como um bloco coeso. Longe disso, o campo militar se encontrava profundamente dividido do ponto de vista ideológico (que se expressava nas profundas divergências entre o radicalismo da oficialidade mais jovem e mais ilustrada e os velhos “tarimbeiros”, crescentemente desconfiados dos efeitos da politização dos quartéis). Paralelamente, exacerbavam-se das ambições políticas individuais de lideranças militares como Wandenkolk, Custódio de Melo, José Simeão, Floriano Peixoto e que não esperariam sequer o final dos trabalhos da Constituinte para se manifestarem. [...] Do ponto de vista das relações entre civis e militares, o confronto no Congresso Constituinte foi entre, de um lado, um conjunto de forças civis aglutinadas em torno dos princípios federalistas e da liderança da bancada paulista e, de outro, uma bancada militar cuja força política é significativamente comprometida pela ausência de um projeto comum em relação às questões corporativas e dividida pelas ambições

⁹⁶ Cf. COSTA, Wilma Peres. **Os militares e a primeira Constituição da República**. In: MORAES, João Quartim de, COSTA, Wilma Peres, OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *A tutela militar*. São Paulo: Vértice, 1987, p. 43.

políticas das diferentes lideranças. Os militares não conseguiram, portanto, opor resistência à maré descentralizadora que, em todos os planos, ampliou a competência dos poderes locais às custas da União.⁹⁷

A crise do grupo militar se revelaria mais aguda na relação entre Deodoro da Fonseca e a oficialidade revolucionária. Oliveiros S. Ferreira explica a origem desta crise do grupo militar no poder com base em seu conceito de **Partido Fardado**. Este último consistiria numa união temporária de militares dispostos a intervir na vida política do país em momentos de crise da nação. Esta intervenção só poderia ser bem sucedida, isto é, só poderia arregimentar a quantidade de adeptos suficiente para produzir o impacto político desejado, se houvesse boa receptividade dentro da corporação para as ideias dos oficiais rebeldes e se houvesse a presença de um centro aglutinador, uma liderança (ou lideranças) de grande prestígio dentro da instituição, um **totem** que, mesmo que não comungasse com essas ideias, fosse capaz de trazer para a causa do Partido Fardado a parcela mais significativa da corporação. Este teria sido o papel de Deodoro da Fonseca e do Visconde de Pelotas por ocasião da crise da monarquia na década de 1880, e seria posteriormente o papel de Hermes da Fonseca e Isidoro Dias Lopes por ocasião das rebeliões tenentistas da década de 1920. No que diz respeito especificamente à crise do grupo militar no início da República, Oliveiros afirma o seguinte:

Exatamente porque a proclamação da República foi obra do Partido Fardado, é preciso atentar para alguns aspectos que contribuem para melhor definir a maneira pela qual ele intervém na política nacional. [...] A ação do 15 de novembro permite observar um traço característico dessa organização que não tem, enquanto tal, existência permanente no tempo. Malgrado estarem cômnicos de que são a força propulsora do movimento e de que as mudanças não se realizarão sem eles, os que integram o Partido Fardado têm plena consciência de que é preciso sempre um totem para que a tropa possa se movimentar. Essa consciência de que é a hierarquia – e não a “causa” – o que, ao fim e ao cabo, acabará determinando a adesão dos indecisos, é que torna o Partido Fardado politicamente débil. [...] Em outras palavras, o Partido Fardado faz que o processo siga seu curso, mas nem o dirige nem o lidera. Decorre daí que as mudanças provocadas no sistema político pela intervenção do Partido Fardado tenderão, sempre, a frustrar-se na conciliação entre a hierarquia e a revolta. Quero dizer com isso que as intervenções militares na política brasileira não produziram frutos mais radicais – isto é, não conduziram à incorporação do “povo”, descoberto nos primórdios da Questão Militar, ao processo destinado a acabar com a “aristocracia do dinheiro e dos pergaminhos” – porque o partido (Gramsci), que

⁹⁷ COSTA, Wilma Peres. **Os militares e a primeira Constituição da República**, p. 44-45.

deveria ser direção e liderança, não tinha do processo uma concepção clara e, além disso, viu-se preso nas teias do “ethos” burocrático, não conseguindo fugir do respeito à hierarquia, tanto assim que precisou de um totem para assumir o comando. É da maior relevância prática esse impulso de subordinação à hierarquia: os totens pertencem ao Estabelecimento Militar, o que quer dizer que, por sua posição funcional, partilham dos mesmos valores da sociedade culta que vive da aparência dos “pergaminhos” a que o Partido Fardado se opõe. Partilham, inclusive, dos valores que justificam a subordinação do “povo [...] vítima da prepotência e do massacre”. Em outras palavras, por sua posição funcional e pelas condições que cercam sua inserção no meio social e político, os totens são a negação dos ideais do Partido Fardado. É por isso que, necessitando do totem para levar avante a derrubada das muralhas de Jericó, o Partido Fardado não consegue realizar as transformações que teriam sido possíveis – dentro da lógica interna da guerra – a partir da quebra da hierarquia e da disciplina.⁹⁸

Se no final da década de 1880 Deodoro sentira o momento histórico em que vivia e apesar de sentimentalmente preso à ordem imperial optara por se colocar à frente da rebelião militar, ao chegar ao poder como chefe do Governo Provisório mudaria de orientação e voltaria aos poucos às suas antigas posições conservadoras. No que diz respeito à sua relação com os militares, Deodoro procuraria neutralizar a oficialidade revolucionária e procuraria restabelecer a disciplina dentro do Exército. Esta política o levaria a entrar em conflito com Sólton Ribeiro, um dos principais articuladores da conspiração republicana entre os militares, e a uma série de atritos com Benjamin Constant, o que provocaria a saída deste último do Ministério da Guerra em abril de 1890. O progressivo divórcio entre Deodoro e o grupo militar revolucionário seria acompanhado do progressivo divórcio entre Deodoro e as demais facções republicanas. O poderoso e influente grupo republicano paulista se transformaria progressivamente, especialmente no parlamento, no principal grupo de oposição civil ao general: desejosos de se livrar da presença militar no governo, os republicanos de São Paulo também estavam preocupados com os efeitos negativos da política financeira do Ministro da Fazenda Rui Barbosa, apoiada incondicionalmente por Deodoro, no desenvolvimento da cafeicultura paulista. Este divórcio entre de um lado Deodoro e do outro os militares revolucionários e os principais grupos republicanos levaria à renúncia do ministério em janeiro de 1891 e à sua substituição por outro formado pelo Barão de Lucena, antigo correligionário do general no Partido Conservador do Império e um legítimo representante da elite política deposta em 1889. A formação deste ministério, que

⁹⁸ FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e morte do partido fardado*, p. 82-83.

ganharia o cognome de “ministério dos áulicos” por ser formado basicamente por antigos monarquistas, marcava, portanto, o rompimento definitivo de Deodoro com a coalizão republicana que subira ao poder em 15 de novembro de 1889. Apesar de ainda contar, em 25 de fevereiro de 1891, com forte apoio nas Forças Armadas para garantir a sua eleição como primeiro presidente constitucional do Brasil, Deodoro rapidamente perderia sua posição de liderança política dentro do Exército.⁹⁹

Podemos considerar a política econômica do governo Deodoro uma política industrializante? Podemos considerá-la a manifestação de um projeto econômico do grupo militar? A primeira questão é de difícil resposta na medida em que a controversa política financeira emissora que o Ministro da Fazenda Rui Barbosa, sob a proteção de Deodoro, realizou a partir de janeiro de 1890, foi interpretada de diferentes formas pela historiografia, e aparentemente não se chegou a um consenso em relação a ela. Nelson Werneck Sodré e o grupo da **História Nova do Brasil**, por exemplo, afirmam que esta política tinha como objetivo o financiamento das atividades industriais e veem Rui Barbosa como agente da nascente burguesia industrial em confronto com a oligarquia latifundiária. Werneck Sodré, por exemplo, fala da “*orientação do ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que vinha, pelas medidas que propunha ou executava, servindo ao desenvolvimento das relações capitalistas, em detrimento dos interesses do latifúndio*”.¹⁰⁰ E de fato, o discurso industrialista do próprio Rui Barbosa e o fato de sua política financeira, reforçada pela reforma alfandegária de cunho protecionista de outubro de 1890, ter levado ao surgimento de diversas empresas industriais – e nem todas fictícias – ao proporcionar facilidade de crédito, nos impede de descartar a presença de objetivos industrializantes. Por outro lado, para autores como Edgard Carone, Renato Perissinotto e John Schulz a política financeira de Rui Barbosa, continuação de forma acentuada da política financeira dos

⁹⁹ Para maiores detalhes sobre o contexto político dos momentos iniciais da República, e em especial no que diz respeito às tensões que envolvia o grupo militar, ver HAHNER, June. *Relações entre civis e militares no Brasil, 1889-1898*, capítulos II e III, BELLO, José Maria. *História da República*, capítulos V e VI, CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*, p. 7-51, e SOUZA, Maria do Carmo Campello. *O processo político-partidário na Primeira República*. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 183-252.

¹⁰⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*, p. 164. O grupo **História Nova do Brasil**, do qual fazia parte o próprio Werneck Sodré, também defende este ponto de vista nas p. 109-124 do ensaio **O significado do Florianismo (O significado do Florianismo)**. In: SANTOS, Joel Rufino dos. *História nova do Brasil. Vol. IV: Abolição – Advento da República – Florianismo*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 109-118).

dois últimos gabinetes monárquicos, procurava principalmente socorrer grupos prejudicados pelos efeitos econômicos da abolição da escravidão. Segundo esta interpretação, que achamos mais plausível, a política financeira do Ministro da Fazenda do Governo Provisório da República teria como objetivo aumentar o limitado meio circulante – bastante reduzido depois da abolição pelo fato do escravo ter sido a base do crédito durante o escravismo – e beneficiar desta forma frações da antiga elite escravista: antigos fazendeiros escravistas em dificuldades financeiras e que necessitavam de crédito, e, sobretudo, um poderoso setor bancário situado no Rio de Janeiro e representado por nomes como o Visconde de Figueiredo, Francisco de Paula Mayrink e o Conde de Leopoldina. O financiamento das indústrias seria desta forma um efeito indireto, e não um objetivo, desta política.¹⁰¹ De qualquer forma, e isto nos leva à segunda questão, seja qual for o objetivo original desta política – fornecer crédito ao ainda pequeno e embrionário setor industrial ou socorrer grupos agrários e financeiros prejudicados pelos efeitos econômicos da abolição da escravidão –, não encontramos nenhum indício de que Rui Barbosa, ao realizar sua política financeira, estivesse agindo em nome dos militares revolucionários. Aliás, podemos até dizer que não havia vínculo ideológico algum entre Rui Barbosa e a oficialidade revolucionária: se no final da década de 1880 Rui colocara, por razões táticas, seus talentos de jornalista a serviço da rebelião militar, no período republicano ele viria a assumir postura francamente antimilitarista quando na oposição ao governo de Floriano Peixoto. O próprio Deodoro da Fonseca já não se colocava mais como representante do grupo militar. Sua política, mal sucedida por sinal, de restabelecimento da disciplina e da hierarquia nos quartéis correspondia a uma tentativa de anulação política da oficialidade revolucionária.

A renúncia do ministério do Governo Provisório em 21 de janeiro de 1891 e sua substituição por um novo organizado pelo Barão de Lucena – que era um dos chefes políticos do antigo Partido Conservador do Império e era bastante ligado aos grupos financeiros beneficiados pela política vigente –, marca, portanto, a reconciliação de Deodoro com a deposta elite imperial e o abandono definitivo de sua posição de líder do movimento militar revolucionário. Podemos dizer que a partir daí o governo de Deodoro passaria a ter de lidar com dois grupos opositoristas, que se tornavam cada

¹⁰¹ Para a ligação entre a política emissionista de Rui Barbosa e frações da antiga classe dominante escravista (fazendeiros e banqueiros), ver CARONE, Edgard. *A República Velha (instituições e classes sociais)*, p. 100-107, PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 55-62 e SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 145-151.

vez mais fortes e influentes: os republicanos paulistas, na medida em que a política emissionista e inflacionária vigente prosseguida de forma acentuada pelo ministério Lucena prejudicava seriamente os interesses de importantes setores da economia cafeeira paulista¹⁰², e o grupo militar revolucionário, que se sentia traído pela nova postura política do chefe do governo. Embora ainda mantivesse uma base importante de apoio dentro das Forças Armadas, Deodoro veria a oposição ao seu governo progredir tanto no Exército como na Marinha, oposição que se desenvolveria de fato após o início do período constitucional em 25 de fevereiro de 1891. A hostilidade do Congresso dominado pelos republicanos paulistas à política financeira do governo levaria ao golpe de Estado de 3 de novembro de 1891, por meio do qual Deodoro instaurava a ditadura. Este golpe, também conhecido como “golpe da bolsa” por atender aos interesses dos grupos financeiros e especuladores beneficiados pela política financeira vigente, não representava, portanto, uma tentativa do grupo militar de assumir de forma ditatorial o comando dos destinos da República, e sim a ditadura de uma importante fração da antiga elite imperial – a mencionada burguesia bancária do Rio de Janeiro – pela espada de um general. Junto com o golpe vinha um projeto de reforma constitucional que defendia entre outras coisas o aumento das prerrogativas da União em detrimento dos Estados, a proibição da eleição de militares da ativa para cargos políticos e a redução do número de deputados.¹⁰³ O caráter autoritário e centralizador deste projeto poderia a princípio fazer pensar num projeto de cunho militarista, mas, ao proibir a candidatura dos militares da ativa ele procurava atingir justamente o grupo militar revolucionário ao obrigá-lo a retornar aos quartéis. O projeto de revisão da constituição concebido por Deodoro e seus aliados mais próximos procurava, portanto, dar um fim ao grupo militar enquanto força política autônoma.

¹⁰² Apesar de a política emissionista ter beneficiado os fazendeiros de café devido à facilidade de crédito que permitiu a expansão dos cafezais, ela prejudicou a fração hegemônica da elite cafeeira de São Paulo, o chamado **grande capital cafeeiro**, isto é um conjunto de grupos ligados ao financiamento e à comercialização da produção cafeeira e também a outras atividades como os serviços urbanos, as ferrovias e até um pequeno setor industrial, todas elas vinculadas ao complexo cafeeiro. A política econômica do Governo Provisório, ao criar uma grande instabilidade financeira, abalou a imagem do Brasil perante os investidores estrangeiros (e especialmente ingleses) aos quais o grande capital cafeeiro estava ligado. Esta política teve repercussão particularmente negativa no desenvolvimento do setor ferroviário, vital para a expansão da economia cafeeira, já que ela encareceu as importações das quais o sistema ferroviário obtinha seus principais meios de produção, encareceu os juros e as amortizações dos empréstimos externos contraídos pelas ferrovias e provocou uma inflação que por sua vez gerou pressões para o aumento dos salários (cf. PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*, p. 57-58). O Partido Republicano Paulista, que representava de fato os interesses desta fração, logo se colocaria na oposição ao governo de Deodoro. Para uma visão detalhada das frações de classe dentro da elite cafeeira paulista, ver a obra citada.

¹⁰³ Cf. CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*, p. 47.

A mobilização militar contra a **ditadura deodorista** não se faria esperar e giraria, dentro do Exército, em torno de Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República, José Simeão de Oliveira, Sólon Ribeiro e Serzedelo Corrêa, e, dentro da Marinha, em torno de Custódio de Melo e Eduardo Wandenkolk. Em 23 de novembro de 1891, uma conspiração no Rio de Janeiro baseada numa esquadra rebelde comandada por Custódio de Melo apoiada em terra pelos alunos das escolas militares e por unidades do Exército levava Deodoro à renunciar e a entregar seu cargo a Floriano Peixoto, seu sucessor constitucional. Um movimento militar antideodorista punha, portanto, fim a uma ditadura de vinte dias.¹⁰⁴

José Maria dos Santos compreendeu bem o caráter essencialmente militar do movimento que levou à deposição de Deodoro, movimento que apesar de contar com o apoio de setores civis opositoristas – praticamente todos os principais grupos republicanos, com destaque especial para os republicanos paulistas – consistiu numa ação da oficialidade revolucionária que se sentira traída pela virada conservadora do general. Aliás, é sintomático que o único governador estadual a condenar o golpe de 3 de novembro de 1891 tenha sido justamente Lauro Sodré, Governador do Pará e um dos principais nomes da oficialidade revolucionária. Esta insatisfação da oficialidade revolucionária seria, inclusive, difundida em amplos setores das Forças Armadas. Como afirma o autor citado ao falar da reação política contra a recém-instaurada ditadura de Deodoro:

[...] foi, precisamente, dos meios militares, que a reação partiu. Proclamada pelo Major Lauro Sodré no Pará, estendida às tropas do Rio Grande do Sul, pela intervenção modesta, mas tão eficaz, do Capitão Chachá Pereira, para logo fazer-se intimação direta e inadiável no levante da frota, na baía do Rio de Janeiro, ela apresentou-se tão ampla e bem conduzida, que impossível seria esconder o seu caráter de simples operação militar, preparada metodicamente em cada um dos seus detalhes, com toda a bem calculada e indispensável antecedência.

Os membros civis do parlamento dissolvido quiseram acreditar que aquele perfeito desenvolvimento estratégico fosse o espontâneo e poderoso reflexo da sua revolta de representantes do povo, violentamente esbulhados dos seus direitos. [...] Mas, expulsos das suas sedes legais, privados do telégrafo pela censura, sujeitos ao nosso precário sistema de transportes daquele tempo e sem o menor apoio na opinião pública, como poderiam os congressistas haver levantado as tropas de um extremo a outro do país, em vinte dias apenas, quando

¹⁰⁴ Para maiores detalhes sobre os acontecimentos políticos daquele momento, ver as obras citadas na nota 99.

sabemos que eles não só não dispunham do mínimo prestígio nos meios militares, como mesmo eram ali profundamente desconsiderados? Aquela ampla e bem combinada operação exigia, certamente, um preparo muito mais longo, dentro de certas condições técnicas e psicológicas, que inteiramente faleciam àqueles representantes da nação por mandato fictício.¹⁰⁵

Deodoro visivelmente não estava comprometido com o projeto político da oficialidade revolucionária e era ele próprio dominado por ministros civis – primeiro Rui Barbosa e depois Lucena – que não possuíam vínculo com aquela. No fundo, enquanto um dos últimos representantes da antiga oficialidade monarquista do estilo de Caxias, Osório e Porto Alegre¹⁰⁶, Deodoro não defendia um projeto político que contestasse a ordem socioeconômica do Império. Sua adesão à rebelião militar dera-se, como vimos, sob a pressão do movimento da oficialidade mais jovem. Esta última, decepcionada e frustrada com a postura de Deodoro, encontraria seu verdadeiro líder na figura de Floriano Peixoto.

*

* *

O florianismo é um fenômeno difícil de ser interpretado na medida em que apresenta diferentes facetas. Visto ora como consolidador das instituições republicanas ameaçadas por uma contrarrevolução restauradora, ora como liderança autoritária apoiada na plebe urbana e em luta contra as oligarquias, ora como representante de um Brasil nacionalista, brutal, mestiço e provinciano contra o Brasil liberal, cosmopolita, bacharelesco e “branco” das elites dirigentes, Floriano é sem dúvida uma das figuras mais controvertidas da história política brasileira. Para José Maria Bello:

¹⁰⁵ SANTOS, José Maria dos. *A política geral do Brasil*, p. 212-213.

¹⁰⁶ Originário de família da oligarquia alagoana, Deodoro ingressou no Exército em 1845. Tomou parte na repressão à Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1849, e nas campanhas do Uruguai (1864-1865) e do Paraguai (1865-1870). Seu grande prestígio militar o levaria a ser cooptado por políticos do Partido Conservador, entre eles o Barão de Cotegipe, que via nele um novo Caxias. Desta forma, em 1885 seria nomeado pelo gabinete Cotegipe Comandante das Armas e Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, onde sua carreira política mudaria de rumo devido à rebelião militar contra a ordem imperial. Para um perfil conciso de Deodoro, ver BELLO, José Maria. *História da República*, p. 35, e SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 106-107.

Se para a maior parte das elites brasileiras, Floriano pode ser uma expressão das forças mais bárbaras da alma do País, uma espécie de retardado na crosta da civilização litorânea, ou do que em outro plano psicológico e outras condições sociais, seria, por exemplo, para os norte-americanos, ainda educados no clima de Washington, de Jefferson e de Hamilton, a presidência do rude *frontierman* Jackson, para a enorme massa dos seus contemporâneos encarnava justamente o que havia de mais profundo, mais sincero e mais telúrico na nacionalidade. Quebrado o verniz da sua vida, mal adaptado a modelos exóticos, o Brasil primitivo encontraria perfeita correspondência com a fria, astuciosa e indomável psique do seu herói caboclo. Assim, pode ser por muito tempo, e um pouco ainda hoje, um símbolo da nação autêntica dos sertões imensos e brutos contra a nação artificial das cidades, que o Império alimentara e os bacharéis e jornalistas do Governo Provisório supunham intangível...¹⁰⁷

Lincoln de Abreu Penna, estudioso do florianismo, apresenta Floriano como uma liderança de tipo bonapartista que possuía bases de apoio tanto entre as elites dirigentes, isto é, nas altas esferas políticas e militares, como entre as camadas médias e populares urbanas; sua política de redução de preços dos aluguéis das casas populares e dos gêneros de primeira necessidade no comércio lhe valeu sem dúvida amplas simpatias entre as pessoas de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro.¹⁰⁸ Nelson Werneck Sodré e o grupo da **História Nova do Brasil**, que não escondem a sua admiração pelo Marechal de Ferro, também ressaltam a dimensão popular da política de Floriano de redução de preços e de combate aos especuladores do grande comércio urbano.¹⁰⁹ No entanto, o aspecto que exploraremos aqui, e que de fato interessa para a nossa pesquisa, é o de Floriano Peixoto como representante das aspirações do grupo militar revolucionário que se rebelou contra o regime imperial e que depois rompeu com Deodoro quando este passou a defender os interesses de frações da elite antiga elite monárquica. Esta oficialidade revolucionária ganhava, portanto, com a subida de Floriano ao poder, uma nova chance de impor o seu projeto de país dentro da nova ordem.

¹⁰⁷ BELLO, José Maria. *História da República*, p. 83.

¹⁰⁸ A relação entre o **florianismo de governo**, representado nas altas esferas políticas e parlamentares – em especial na figura de Francisco Glicério e no seu Partido Republicano Federal (PRF) – e o **florianismo de rua**, representado nas camadas médias e populares urbanas, é trabalhada em PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997, capítulo 3, **Uma idéia de ordem: a República Florianista**.

¹⁰⁹ Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*, p. 178-179 e **O significado do Florianismo**, p. 130-132.

Nascido em 1839 numa família de senhores de engenho de Alagoas, Floriano Vieira Peixoto era oficial da arma de artilharia do Exército, para o qual entrou em 1857. Participou da campanha do Paraguai (1865-1870), na qual se destacou por sua bravura e frieza durante os combates. Posteriormente, filiado ao Partido Liberal, exerceu em 1884-1885, durante os gabinetes liberais Dantas e Saraiva, a Presidência e o Comando das Armas da Província de Mato Grosso. Nesta ocasião destacou-se por sua aproximação com o movimento abolicionista local, pela repressão brutal aos índios hostis da região e por suas tentativas em desenvolver a economia do mate. Republicano e abolicionista, Floriano representava – diferentemente de Deodoro, cujo perfil apesar de tudo ainda correspondia ao da velha oficialidade conservadora ligada à monarquia – a oficialidade do pós-1850, que pelas razões que expusemos atrás se sentia menos comprometida com a ordem imperial. Apesar de não ter tomado parte nas agitações políticas e militares da década de 1880, Floriano desempenharia papel decisivo no 15 de novembro de 1889. Enquanto comandante do Exército – Floriano exercia a função de Ajudante-General, que corresponderia hoje à de Chefe do Estado-Maior – e ao mesmo tempo conivente com a conspiração militar, a sua adesão e a de suas tropas à ação da força insurrecional facilitou o empreendimento golpista e deu o golpe final na monarquia, que caiu sem efusão de sangue. Embora não fosse uma liderança intelectual do Exército e visse com antipatia o positivismo – como mostra o seu projeto frustrado de mudança da bandeira republicana¹¹⁰ –, Floriano se cercaria de jovens oficiais do grupo de Benjamin Constant por ver neles uma importante base de apoio para o seu projeto político de modernização do país.¹¹¹ A jovem oficialidade positivista, por sua vez, sem referencial após a morte de Benjamin Constant em janeiro de 1891, procuraria se apoiar numa liderança militar ao mesmo tempo com tendências progressistas e com prestígio na tropa, e ela se tornaria, portanto, um dos principais sustentáculos do

¹¹⁰ Em setembro de 1892, Floriano, por meio de seu secretário particular, coronel Oliveira Valadão, apresentava na Câmara dos Deputados um projeto de mudança da bandeira nacional, que substituiria a esfera celeste na qual estava inscrita a divisa **Ordem e Progresso** pelas armas nacionais, e enviava-o aos governadores estaduais e às guarnições federais para sondá-los. A reação inflamada da jovem oficialidade positivista, que viria inclusive a protestar pessoalmente no palácio do governo, o fez recuar, já que o grupo de seguidores de Benjamin Constant era uma importante base de apoio para seu governo. Segundo Serzedelo Corrêa, Floriano via a bandeira positivista com maus olhos por ser ele católico convicto (ver CORRÊA, Serzedello. *Páginas do passado: Floriano Peixoto na intimidade o mesmo na vida pública (subsídio para a história)*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1919, p. 55-56). Já para Custódio de Melo, inimigo político do **Marechal de Ferro**, este projeto de mudança da bandeira era apenas uma manobra oportunista com o objetivo de aumentar a base de apoio de Floriano (ver MELLO, Almirante Custódio José de. *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, 1º tomo, p. 394, e 2º tomo, p. 11-23).

¹¹¹ Cf. SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 152.

governo de Floriano.¹¹² Jehovah Motta assim comenta o apoio da Escola Militar, então dominada pelos jovens seguidores de Benjamin Constant, ao **Marechal de Ferro**:

A Escola, com grande acuidade, soube ver, por entre o cipoal dos interesses e das paixões, que Floriano, naquela hora, encarnava a causa republicana. E deu-lhe, em crença e fervor, o que já dera a Benjamin ao tempo da propaganda e da proclamação. Fez-se florianista, empolgada pela mística da defesa da República a todo transe. Quando, em 1893, rebentou a revolta da Armada, nela Floriano teve “o seu melhor apoio, uma pepineira de recursos combativos”. Nesse lance os alunos foram tudo e fizeram tudo: foram combatentes da linha de frente, agentes de ligação, escolta de presos políticos, organizadores de batalhões populares. E quando a luta terminou, ninguém se sentiu tão vitorioso quanto eles, que a ela haviam dado tudo, num clima de exaltação cívica que à História cabe registrar, para ensinamento e orgulho das novas gerações.¹¹³

Já no que diz respeito ao autoritarismo político de Floriano, que explica as suas tentativas no sentido de consolidar o seu poder pessoal dentro do governo e do regime, ele já estava manifesto em sua famosa carta de 10 de julho de 1887, ao seu amigo também militar João Neiva. Nesta carta, revelada ao público por Tobias Monteiro e reproduzida posteriormente em diversas outras publicações, Floriano, ao comentar os acontecimentos da Questão Militar que ele acompanhava de longe, de seu engenho em Alagoas, afirmava o seguinte:

Vi a solução da questão da classe, excedeu sem dúvida a expectativa de todos. Fato único, que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e, portanto a necessidade da ditadura militar para expurgá-la. Como liberal, que sou, não posso querer para meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça e aí estão os exemplos de que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social, que como o nosso está corrompido.¹¹⁴

Um nacionalismo autoritário e militarista manifesto na defesa de uma ditadura militar regeneradora, assim como o comprometimento com o projeto político da oficialidade revolucionária que se rebelou contra o Império caracteriza, portanto, a ideologia de Floriano Peixoto. Na medida em que dentro do projeto político do grupo militar revolucionário havia, como vimos atrás, um projeto econômico, de que forma ele se manifestou no discurso e na atuação de Floriano?

¹¹² Para um breve perfil de Floriano, ver BELLO, José Maria. *História da República*, p. 82-86. Para maiores detalhes sobre a política de Floriano como Presidente da Província de Mato Grosso, ver MACEDO, Roberto. *A administração de Floriano. Floriano: memórias e documentos. Vol. V*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, vol. V, p. 14-17.

¹¹³ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 208.

¹¹⁴ MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*, p. 62.

O documento que melhor ilustra o projeto de país defendido por Floriano é a mensagem presidencial de 12 de maio de 1892 ao Congresso.¹¹⁵ Neste discurso encontramos, por exemplo, uma defesa da reforma e do saneamento da cidade do Rio de Janeiro, na época assolada por doenças tropicais¹¹⁶, e da fundação, prevista na Constituição, de uma nova Capital Federal a ser situada no Planalto Central.¹¹⁷ Aliás, sobre esta última questão, Floriano nomeava no mesmo ano de 1892 uma comissão chefiada pelo engenheiro belga Luís Cruls para reconhecimento e demarcação da área do Planalto Central que deveria ser escolhida para a construção da nova capital. Os trabalhos da comissão, encerrados em 1894, fixariam um quadrilátero – o **quadrilátero de Cruls** –, que seis décadas depois serviria de base, com algumas alterações, para a construção de Brasília.¹¹⁸ No mesmo discurso Floriano defende a modernização das Forças Armadas. Sobre a modernização do Exército encontramos as seguintes considerações:

Com relação ao Exército, que tão assinalados serviços tem prestado à nossa Pátria, e que ainda agora, na mudança de suas instituições, representou papel tão saliente, não posso deixar de solicitar vossa atenção para o fim de dotá-lo de todos os meios que o tornem apto ao desempenho de sua nobre e patriótica missão. Difícil se tem tornado o preenchimento dos claros nas fileiras depois de abolido o prêmio aos voluntários engajados [...] A introdução de alguns melhoramentos já adotados em certos países a fim de ministrar-se ao soldado mais ampla e completa instrução nos campos de manobras, a urgência do aperfeiçoamento de novo material de guerra e especialmente de transporte, a criação de parques de aerostação militar, são outros assuntos que esperam de vosso patriotismo e amor à paz o maior desvelo e cuidado, dotando o Governo dos recursos necessários para realizá-los.¹¹⁹

Já sobre a Marinha, encontramos o seguinte:

¹¹⁵ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Texto disponível em versão digital no portal do **Center for Research Libraries** (ver link <http://www.crl.edu/brazil/presidential>).

¹¹⁶ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura,* p. 13.

¹¹⁷ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura,* p. 14.

¹¹⁸ Sobre a **Comissão Cruls**, ver MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 163-165.

¹¹⁹ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura,* p. 14-15.

Cumpre-me recomendar-vos aqui especialmente tudo quanto concerne a nossa marinha de guerra, que com dificuldade poderá desempenhar seu árduo e nobre destino, sob o ponto de vista tanto do pessoal como do material. Relativamente ao pessoal, é ele deficientíssimo para guarnecer todos os navios de que agora se compõe a nossa esquadra, faltando-lhe, além disso, a necessária instrução prática. Para obviar o primeiro destes inconvenientes [...] faz-se mister que autorizeis o Poder Executivo a aumentar o número das referidas escolas¹²⁰ [...] Ainda no intuito de aumentar o número dos nossos marinheiros, convirá uma lei de sorteio e outra que regule a nacionalização da cabotagem. A reforma das escolas de artilharia e torpedos, já por vós autorizada com o intuito de obviar a falta de instrução prática do pessoal, quer superior, quer subalterno, traz como consequência a concessão do crédito indispensável, convindo também a criação de outra escola de tiro de fuzil, que reputo de imprescindível necessidade. Relativamente ao material naval, urge que o Governo fique habilitado com crédito extraordinário preciso para aumentá-lo, de sorte que a Armada Brasileira possa manter as tradições gloriosas que até hoje tem conquistado e que a tornam criadora da gratidão nacional.¹²¹

A necessidade da modernização dos portos e a necessidade do desenvolvimento do serviço de correios e telégrafos também são lembradas.¹²² Deter-nos-emos, no entanto, nos itens relativos à economia e ao desenvolvimento, que interessam mais à nossa pesquisa. Encontramos, por exemplo, uma defesa do desenvolvimento das vias de comunicação:

Carece [...] ainda de mais amplo desenvolvimento a nossa rede de comunicações, quer fluviais, quer terrestres, e certamente não deixareis de atender, dentro dos limites de nossos recursos, a esta necessidade.

Em tempo oportuno vos será apresentado o plano geral de viação, no qual foram lançadas as linhas que, para satisfazer aos interesses do comércio e da lavoura, da administração e até os de política internacional, devem ser prontamente construídas.

Para este assunto solicito toda a vossa atenção, pois a ele se liga o maior ou menor incremento de nossas fontes de produção, e dele depende o maior ou menor grau de efetiva solidariedade entre os povos sul-americanos.

Para garantia dessa solidariedade pela facilidade de relações de ordem comercial e econômica, e também pela uniformidade de interesses e

¹²⁰ Floriano se refere aqui às escolas de aprendizes marinheiros.

¹²¹ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura*, p. 15-16.

¹²² *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura*, p. 14 e 18-19.

vistas políticas, estão no referido plano indicadas as linhas de comunicação entre o Brasil e as outras Repúblicas que o circundam.¹²³

Esta ênfase na importância das vias de comunicação é acompanhada de uma preocupação com a insuficiência de nossos portos e ferrovias:

Ao extraordinário aumento da produção que se tem operado nestes dois últimos anos, não tem o Governo podido corresponder com a facilidade do transporte indispensável ao movimento de mercadorias, importadas e exportadas, que dele resultou. Este inconveniente é devido não só à falta de boas condições para o embarque e desembarque de mercadorias nos diversos portos, mas também à deficiência de material rodante, especialmente na Estrada de Ferro Central do Brasil.¹²⁴

Podemos ver aqui que a preocupação com o desenvolvimento e a expansão das vias de comunicação possui um sentido ao mesmo tempo **econômico** (desenvolvimento do comércio e da lavoura, escoamento da produção nacional, recebimento e distribuição das mercadorias importadas), **administrativo** e **geopolítico** (facilitar as relações com os povos sul-americanos). A preocupação com o desenvolvimento da lavoura fica clara neste trecho em que Floriano fala da necessidade da criação de núcleos coloniais, nacionais ou estrangeiros, não somente na região meridional como também na região setentrional do país:

Para satisfazer os reclamos da lavoura, e no intuito de obedecer ao pensamento do legislador, não só têm sido regularizados os serviços de imigração e colonização no sul da República, mas tem também o Governo procurado com empenho desenvolvê-los no Norte.

Convencido de não estar para aí estabelecida a corrente migratória, apenas pela circunstância da falsa apreciação que na Europa se faz, desta parte do País, ficou resolvido e está já iniciado o estudo preliminar indispensável a um trabalho efetivo de propaganda, pela qual fiquem perfeitamente conhecidas as condições climáticas, orográficas, hidrográficas, riqueza florestal, fertilidade do solo, vias de comunicação existentes, fretes, etc., em cada um dos Estados setentrionais, desde o de Alagoas até o Amazonas. Desde já, porém, estão os Governos Estaduais habilitados, com os recursos que votastes, para iniciar a fundação de núcleos, povoando-os de nacionais ou estrangeiros que para eles se encaminhem.

Confiando nas medidas postas em execução, espero que veremos dentro em poucos anos completamente modificadas, pela abundância

¹²³ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura*, p. 17-18.

¹²⁴ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura*, p. 18.

de braços, as condições de nossa indústria agrícola, para cujo desenvolvimento concorrerão também de modo eficaz as linhas férreas, já autorizadas e cuja construção constitui um dos maiores empenhos do Governo.¹²⁵

A indústria também é contemplada e encontramos a defesa de uma política de auxílios a este setor:

Atendendo aos instantes reclamos de importantes associações industriais, que lutam com grande dificuldades para se desenvolverem, tendo aliás bons elementos de vida, resolveu o Governo ouvir sobre o assunto a opinião de homens práticos e competentes e nomeou para tal fim uma comissão.

Aguardo esse parecer, que não pode demorar-se, para levar ao vosso conhecimento o plano que julgar mais adequado a fim de facilitar os meios de crédito e melhorar a situação das indústrias, que forem merecedoras desses auxílios, mediante providências que resguardem os interesses do Tesouro e a boa localização dos recursos solicitados.

Ficareis assim habilitados para obviar aquelas dificuldades e promover o desenvolvimento e progresso das indústrias nacionais.¹²⁶

O texto se refere também à Exposição Colombiana de Chicago, Estados Unidos, – gigantesca exposição universal que seria realizada no ano seguinte para comemorar o quarto centenário da chegada de Cristóvão Colombo à América e que simbolizaria a ascensão dos Estados Unidos como nova grande potência – e à necessidade do Brasil enviar representantes de sua indústria para ali expor os seus produtos.¹²⁷

A preocupação com o desenvolvimento econômico se traduz também na defesa do ensino profissional:

O Governo tem se desvelado em difundir a educação popular e a instrução pública; e aguarda de vossa sabedoria a necessária cooperação para a efetividade desse grande empenho.

O desenvolvimento da indústria acentua a necessidade de prover com a máxima brevidade, e eficazmente, ao ensino profissional, tão descuidado entre nós. O Instituto para esse fim ultimamente criado pelo Decreto nº 722 de 30 de janeiro não poderá iniciar sua importante

¹²⁵ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura*, p. 17.

¹²⁶ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura*, p. 22. Falaremos do parecer desta comissão mais adiante.

¹²⁷ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura*, p. 16-17.

função sem que concedais ao Governo os recursos necessários, a fim de ser instalado convenientemente.

O comércio, integrante da vida industrial, não possui ainda um instituto de instrução e aplicação, no qual se preparem e eduquem os cidadãos, que se destinam aos variados e proveitosos ramos mercantis.

Será, pois, medida relevante habilitardes o Governo a criar um liceu comercial, cujos fins, estou certo, compensarão largamente quaisquer despesas decretadas.¹²⁸

O texto está se referindo ao decreto nº 722, de 30 de janeiro de 1892, que “*providencia sobre a criação do Instituto de Educação Profissional e dá outras providências*”. Para esta instituição, que deveria funcionar no palácio da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, antiga residência da família imperial, seriam transferidos menores abandonados do Asilo de Meninos Desvalidos que tivessem condições de ter o aprendizado profissional. Não encontramos, entretanto, maiores informações sobre o destino desta entidade.¹²⁹ De qualquer forma, fica clara a preocupação com a formação de um proletariado qualificado, essencial para o desenvolvimento da indústria, assim como com a formação de profissionais do comércio.

Esta mensagem presidencial que acabamos de analisar expõe, portanto, um programa voltado inequivocamente para o progresso econômico do país, como o mostra a sua ênfase no desenvolvimento dos transportes e das vias de comunicação, assim como da produção nacional, agrícola e industrial. Esta preocupação com o desenvolvimento econômico está associada à ideia de defesa da soberania e da projeção do Brasil dentro do continente sul-americano, ideia que encontramos também em mensagem posterior de Floriano, datada de 7 de maio de 1894, na qual o general fala da “*necessidade que temos de por o Brasil em condições de ser respeitado como deve e exige a sua posição no continente americano*”.¹³⁰ No que diz respeito especificamente à questão da indústria, não encontramos, entretanto, maiores precisões sobre quais ramos específicos da atividade industrial deveriam ser desenvolvidos.

¹²⁸ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por ocasião de abrir-se a 2ª sessão legislativa da 1ª legislatura*, p. 13-14.

¹²⁹ O decreto em questão está disponível em versão digital na **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil** do Portal da Câmara dos Deputados (ver link <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1892/L1892-024.pdf>).

¹³⁰ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, por ocasião de abrir-se a 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p. 19. Texto disponível em versão digital no portal do Center for Research Libraries (ver link <http://www.crl.edu/brazil/presidential>).

Consultamos a extensa relação do conteúdo do **Fundo Floriano Peixoto do Arquivo Nacional**, e não encontramos nenhuma documentação relativa às questões econômicas e do desenvolvimento. Este fundo, muito rico em correspondência passiva e em documentação administrativa, não oferece grande subsídio para os estudiosos do pensamento de Floriano Peixoto. Isto se deve, não a uma deficiência do arquivo, e sim ao próprio perfil de Floriano, que, apesar de liderança política, não era uma liderança intelectual dentro do Exército, como o fora Sena Madureira e Benjamin Constant. Por exemplo, não temos informação a respeito de algum estudo de sua parte sobre um assunto relativo aos problemas brasileiros: suas observações sobre as questões políticas, sociais e econômicas nacionais estão concentradas basicamente em seus discursos oficiais, como o que acabamos de analisar aqui. José Maria Bello, certamente com certo exagero, afirma que a cultura de Floriano era escassa e se limitava aos conhecimentos técnicos de sua profissão.¹³¹

De qualquer forma, como Floriano não era uma liderança intelectual do Exército e provavelmente inexistia uma produção intelectual de sua parte a respeito de assuntos relativos a problemas econômicos e ao desenvolvimento, recorreremos à imprensa florianista, e mais especificamente ao jornal **O Nacional**. Este periódico, estudado por Suely Robles Reis de Queiroz¹³², circulou entre setembro de 1894 e junho de 1896, e representou, junto com o jornal **O Jacobino**, o principal meio de expressão das facções mais radicais do florianismo, isto é, o chamado grupo **jacobino**. Este grupo caracterizou-se por um florianismo exaltado, um republicanismo fervoroso e um nacionalismo autoritário que se apoiava na defesa da ditadura militar e de um Estado centralizado que combatesse os grupos oligárquicos reacionários, promovesse o desenvolvimento acelerado do país e tomasse medidas para elevar o nível de vida das camadas populares. Os jacobinos, fortes especialmente em setores das camadas médias cariocas (militares, funcionários públicos, pequenos comerciantes), adotavam um discurso virulentamente xenófobo, que alvejava especialmente a poderosa comunidade portuguesa do Rio de Janeiro, ligada ao grande comércio.¹³³ Apesar de dirigido por civis

¹³¹ BELLO, José Maria. *História da República*, p. 83.

¹³² QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986, capítulo 2, **Tessitura das bases ideológicas**. Segundo esta autora o jornal **O Nacional** circulou primeiramente com o nome de **A Bomba** e mudou para **O Nacional** em 1º de janeiro de 1895 (cf. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*, p. 85).

¹³³ Para uma visão dos pilares da ideologia jacobina e das bases sociais do movimento, ver a citada obra de Suely Robles Reis de Queiroz e artigo de Wilma Peres Costa sobre o mesmo assunto (COSTA, Wilma

– os jornalistas Aníbal Mascarenhas e Lindolfo Azevedo –, **O Nacional** pode nos dar um indício das posições de Floriano e de seu grupo a respeito do desenvolvimento da indústria na medida em que era um periódico que defendia fervorosamente a obra política do Marechal de Ferro e que se interessava bastante por assuntos econômicos – especialmente pela defesa da produção nacional contra o imperialismo econômico estrangeiro. Em artigo de 3 de abril de 1895 que critica a atuação de Rodrigues Alves, então Ministro da Fazenda do governo presidencial de Prudente de Moraes, encontramos a seguinte digressão a respeito da orientação econômica do Império:

“País essencialmente agrícola; plantar café e exportá-lo, comprando tudo mais; abandonar completamente a indústria nacional, grande perigo que não só enriquecia o proletariado como libertava-nos da indústria estrangeira; emitir apólices internas; pedir ouro emprestado aos judeus ingleses; prometer sempre retirar papel moeda de circulação, mas nunca cumprir essa promessa por incapacidade dos meios de realizá-la, etc.” Eis os grandes alicerces do edifício financeiro do império.¹³⁴

No número seguinte, encontramos um artigo da mesma série sobre o Ministério da Fazenda, desta vez comentando o atraso e a fragilidade da economia brasileira. O conteúdo deste texto parece até uma réplica dos artigos da **Tribuna Militar**:

Em um país como o nosso em que a exportação está onerada de mil entraves, desde a ignorância do lavrador até a falta de transportes para os produtos agrícolas; desde os vexatórios impostos sobre nossos gêneros de exportação até a falta de trabalhadores; em um país onde tudo importamos desde a roupa que vestimos até a mobília de nossas casas, desde as máquinas que nos auxiliam no trabalho, até os gêneros com que nos alimentamos; em um país onde cada trabalhador é um imigrante e em que cada imigrante é um agente de exportação de moeda metálica, é absurdo esperar câmbio alto, isto é, perfeita relação entre a entrada e a saída de metal amodado. [...] Nós temos dois *déficit* atacando as duas grandes modalidades da nossa vida econômica; o *déficit* comercial e o *déficit* orçamentário.

Combata-se o primeiro, protegendo a indústria agrícola com vias de comunicação; fornecendo instrução profissional ao lavrador; fomentando a introdução lenta e criteriosa do emigrante trabalhador; cessando os impostos de exportação, e protegendo a indústria fabril com isenção de direitos para as matérias primas, tarifas protecionistas para os produtos similares e difusão de conhecimentos necessários para uma boa instrução industrial. [...] Já aqui estamos ouvindo os

Peres. **Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro**. *Cadernos IFCH UNICAMP*. Campinas-SP: IFCH-UNICAMP, nº 16, janeiro de 1985).

¹³⁴ **Ministério da Fazenda**. *O nacional: órgão de propaganda contra o sebastianismo, o clericalismo e o estrangeirismo*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1895, nº. 56, p. 2. Os números publicados entre 27 de março de 1895 e 7 de junho de 1896 estão disponíveis em versão microfilmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**.

nossos financeiros de tesouro – docti cum libro – deixar pairar um sorriso de mofa ao ler a nossa doutrina protecionista, quando eles repotreados em cômodas poltronas olham com a vaidade de sua sabedoria barata para as empoeiradas estantes onde fulguram como ornamento de luxo os Leroy-Beaulieu, Smith e outros economistas da velha Europa, pregadores do livre-câmbio.

Finanças de livro!... É o que eles sabem!¹³⁵

Com base nestes dois trechos, podemos ver que **O Nacional** é um crítico do atraso econômico brasileiro, da falta da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da produção nacional e da conseqüente submissão da economia nacional aos interesses estrangeiros, aqui encarnados na figura do “judeu inglês” – retórica antissemita bastante usada para designar a poderosa burguesia bancária da Inglaterra. A defesa do desenvolvimento das vias de comunicação e do ensino profissional como fatores imprescindíveis para o desenvolvimento da produção nacional revela certo grau de precisão dentro do projeto econômico defendido pelo jornal. O periódico mostra-se preocupado tanto com a produção agrícola como com a produção industrial; a primeira é aqui designada como “indústria agrícola” e a segunda como “indústria fabril”. No que diz respeito a esta última, o seu desenvolvimento dependeria – além da instrução industrial que deveria ter como objetivo formar um proletariado qualificado – de uma política tarifária que reduzisse as tarifas alfandegárias para as matérias-primas necessárias ao funcionamento das fábricas e elevasse as tarifas para os produtos manufaturados similares aos produzidos no Brasil. O fato do artigo não mencionar a redução de tarifas para a importação da maquinaria necessária às indústrias revela, se não um lapso da parte de seu autor, uma despreocupação com o desenvolvimento técnico das fábricas. Não encontramos aqui, também, uma prioridade para um ou mais setores específicos da indústria, e sim uma defesa da produção industrial nacional em geral contra a concorrência estrangeira. Esta defesa dos interesses econômicos nacionais diante dos interesses estrangeiros é válida também para o comércio: numa seção intitulada **Commercio Brasileiro** o jornal divulga casas comerciais pelo fato de pertencerem a brasileiros e serem, portanto, uma alternativa nacional diante do poderoso comércio estrangeiro – e em especial o de origem portuguesa – instalado no Rio de Janeiro.¹³⁶

¹³⁵ Ministério da Fazenda. *O nacional: órgão de propaganda contra o sebastianismo, o clericalismo e o estrangeirismo*, 6 de abril de 1895, nº 57, p. 2.

¹³⁶ Esta seção tinha a seguinte apresentação: “*Propondo-se a nossa folha combater sem tréguas o estrangeirismo, e sendo a usurpação do comércio um dos meios eficazes que ele emprega para exercer*”

Em que consistiu a política econômica do governo de Floriano Peixoto?

A historiografia dedicada à análise da política econômica no Brasil republicano tende em geral a considerar o governo de Floriano Peixoto como o que mais se dedicou ao desenvolvimento da indústria durante a República Velha. É o caso, por exemplo, do grupo da **História Nova do Brasil**, para quem o florianismo foi uma expressão da classe média radical e republicana desejosa de modernizar e industrializar o país, mas sem reais condições de fazê-lo devido a um contexto brasileiro caracterizado pela ofensiva econômica das grandes potências imperialistas e pela expansão da economia cafeeira:

Com Floriano, os setores radicais do republicanismo passaram a ter predominância no governo Federal. Ao invés de se enfraquecerem, aumentaram suas forças na campanha oposicionista a Deodoro. Apesar disso, a classe média não teria força para extirpar pela raiz todos os males que a afligiam. Não era possível, naquele tempo. Numa época de grande avanço e de pleno poder do imperialismo em todo o globo, em que a partilha das regiões coloniais se firmava, numa fase histórica em que o latifúndio cafeeiro se apresentava em progresso e sem concorrentes de porte no mundo, num momento de tais condições estruturais, a liquidação do sistema de economia colonial era obra por demais vultosa para as débeis forças das camadas médias e da indústria nacional. Essa tarefa veio a pertencer aos nossos dias.

Assim, não chegando a enfrentar a reformulação das próprias estruturas sociais, os florianistas procuraram realizar pequenas medidas (pequenas diante do quadro, mas grandes para a época) que os favorecessem, como que abrindo uma trilha, a duras penas, no campo adverso do sistema colonial.¹³⁷

Outros autores, como Nícia Vilela Luz, John Schulz e Steven Topik¹³⁸ também reconhecem que o governo de Floriano corresponde a um dos momentos mais favoráveis ao desenvolvimento industrial durante a República Velha. No entanto, é preciso não exagerar as dimensões desta política industrializante: embora acreditemos que ela tenha de fato existido, isto é, que o governo de Floriano, especialmente no

sua maléfica influência, deliberamos trazer para nossas colunas a indicação de um certo número de casas brasileiras, para as quais pedimos a proteção dos nossos patrícios” (Commercio brasileiro. O nacional: órgão de propaganda contra o sebastianismo, o clericalismo e o estrangeirismo, 6 de abril de 1895, nº 57, p. 3).

¹³⁷ **O significado do Florianismo.** In: SANTOS, Joel Rufino dos. *História nova do Brasil. Vol. IV: Abolição – Advento da República – Florianismo*, p. 125.

¹³⁸ Ver LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*, p. 169-172, SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 176-181 e TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, s/d, capítulo 5, **Industrialização**.

período em que Serzedelo Corrêa ocupou a pasta da Fazenda, procurou de fato impulsionar as atividades industriais, seu fôlego foi curto devido ao conturbado contexto político daquele momento. Por causa de sua curta duração, e com a agravante de que a partir de fevereiro de 1893 todas as suas atenções estariam voltadas para o combate às revoltas armadas que objetivavam à sua deposição, o governo de Floriano não teve tempo de realizar o seu projeto de desenvolvimento. Suas medidas econômicas, por esta razão, foram mais de caráter conjuntural do que fundadas num programa definido.

Ao assumir o governo presidencial em 23 de novembro de 1891 Floriano encarnava uma coalizão das principais forças políticas que se opuseram a Deodoro e que estavam agora representadas no ministério recém-formado. Assim, por exemplo, os militares antideodoristas Custódio de Melo e José Simeão de Oliveira eram nomeados respectivamente para as pastas da Marinha e da Guerra, enquanto que a pasta da Fazenda era ocupada pelo paulista Rodrigues Alves, representante político dos interesses da cafeicultura de seu Estado e um ortodoxo no terreno da economia. Em seu manifesto de posse, datado do mesmo dia e publicado na imprensa oficial no dia seguinte, Floriano se apresentava como defensor da legalidade democrática e republicana, anulava o ato ditatorial de 3 de novembro que dissolvera o Congresso, e, em contraste com a aventura financeira do governo de Deodoro, pregava uma política de redução dos gastos públicos e de saneamento das finanças:

A Administração da Fazenda com a mais severa economia e a maior fiscalização no emprego da renda do Estado será uma das minhas maiores preocupações.

Povos novos e onerados de dívidas nunca foram felizes, e nada aumenta mais as dívidas dos Estados do que as despesas sem proporção com os recursos econômicos da Nação, com as forças vivas do trabalho das indústrias e do comércio, o que produz o desequilíbrio dos orçamentos, o mal-estar social, a miséria. Espero que, fiscalizada e economizada a Fazenda Pública, mantida a ordem no país, a paz com as nações estrangeiras sem quebra da nossa honra e dos nossos direitos, animados os trabalhos agrícolas e industriais e reorganizado o regime bancário, os abundantes recursos do nosso solo, valorizarão progressivamente o nosso meio circulante, depreciado para as permutas internacionais, e fortificarão o nosso crédito no interior e no exterior.¹³⁹

¹³⁹ O manifesto está reproduzido em SANTOS, Noronha. **A revolução de 1891 e suas conseqüências. Floriano: memórias e documentos. Vol. II.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, p. 112-113.

Em seus primeiros momentos o governo Floriano encarnava, portanto, a legalidade republicana e a responsabilidade econômica e fiscal. Rodrigues Alves, por sua vez, iniciava na pasta da Fazenda uma política de saneamento financeiro para combater os efeitos do Encilhamento: preocupado com a desvalorização da moeda, a inflação, os déficits orçamentários e a queda dos investimentos estrangeiros resultantes da política emissionista da Rui Barbosa e Lucena, o novo Ministro da Fazenda optaria pela encampação, por parte do governo, das emissões de dinheiro por meio do Tesouro Nacional, com objetivo de estabelecer o controle das emissões pelo Estado.¹⁴⁰ A reação dos grupos depositos em 23 de novembro não se faria esperar e levaria a um ciclo de revoltas militares – a revolta do encouraçado 1º de Março (13 e 14 de dezembro de 1891), a revolta do sargento Silvino (19 e 20 de janeiro de 1892), o Manifesto dos 13 generais (6 de abril de 1892) e o golpe frustrado de 10 de abril de 1892 – que infernizariam o governo até abril de 1892.¹⁴¹ Essas revoltas **deodoristas**¹⁴², ocorridas no Rio de Janeiro e rapidamente sufocadas pelo governo, tinham como objetivo o retorno de Deodoro ao poder e consistiam numa aliança entre militares ligados ao presidente deposto, lideranças políticas estaduais derrubadas pelo novo governo ou pelos aliados locais deste último, e grupos financeiros e especuladores beneficiados pela política emissionista de Rui Barbosa e Lucena e logicamente prejudicados pela política de saneamento financeiro de Rodrigues Alves. Esta aliança entre militares ligados a Deodoro, lideranças estaduais depositas e os grupos financeiros e especuladores do Encilhamento é bem retratada por Custódio de Melo em suas memórias:

[...] tendo o General formal e peremptoriamente negado os auxílios que lhe solicitaram companhias fraudulentamente falidas, organizadas durante o Governo Provisório, - notadamente a monstruosa e celebérrima Companhia de Estradas de Ferro cuja liquidação forçada determinou a de algumas outras companhias e bancos, - uniu-se à oposição dos que pretendiam escalar o Tesouro Nacional a chusma dos gananciosos e insaciáveis agiotas e bolsistas que daquelas companhias auferiam consideráveis lucros por meio de vergonhosos e indecentes manejos. A estes se juntaram também aqueles que de boa fé nelas empenharam seus capitais, e perderam as esperanças de reavê-los em virtude da irrevogável recusa de auxílios por parte do Governo.

¹⁴⁰ Ver TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*, p. 44-45, e PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*, p. 60.

¹⁴¹ Para maiores detalhes sobre estes episódios, ver CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*, p. 67-78.

¹⁴² A expressão **revoltas deodoristas** é usada por Edgard Carone na obra que citamos na nota anterior.

Pelo correr do tempo foram-se alistando nas mesmas fileiras os Governadores depostos, os que por esse fato perderam as negociatas e arranjos clandestinos já entabulados, os que pelo mesmo fato perderam as posições oficiais, e, finalmente aqueles que, por princípios errôneos e falsas suposições, combatiam a todo transe a deposição dos Governadores.

A essa oposição, forte pelo número, e, principalmente, pela força militar em que, como era geralmente sabido, ela se firmava, incorporaram-se ainda alguns Oficiais Generais, os quais tendo apoiado o golpe de estado foram repelidos quando pretenderam aderir à legalidade, por entender o Presidente da República, para boa marcha dos negócios públicos, ser preferível a guerra que eles lhe pudessem fazer ao apoio suspeito que lhe viessem a prestar.¹⁴³

A vitória governamental sobre as revoltas, acompanhada da reforma de generais hostis ao governo e da deportação de lideranças oposicionistas para localidades no Amazonas, ao mesmo tempo anulava o grupo deodorista dentro do Exército e dava a Floriano mais confiança para iniciar um projeto político próprio, independentemente de seus aliados de 23 de novembro. Esta nova orientação política do chefe do governo se refletiria na composição do ministério. Já em fevereiro de 1892, José Simeão de Oliveira, irritado pelas constantes interferências do chefe do governo na pasta da Guerra, renunciava e era substituído por Francisco de Moura, general ligado a Floriano e fiel executor de sua política. Em junho o gaúcho Antão Gonçalves de Faria renunciava a seu cargo de Ministro da Agricultura devido ao apoio de Floriano ao jovem líder republicano e positivista Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul¹⁴⁴, e era substituído por Serzedelo Corrêa. Finalmente, no final de agosto ocorria a mudança mais importante – e também a mais radical – com a saída de Rodrigues Alves da pasta da Fazenda e sua substituição pelo mesmo Serzedelo Corrêa, jovem militar ligado ao grupo de Benjamin Constant, que assumia o cargo de Ministro da Fazenda primeiro como interino e depois, a partir de dezembro, de forma efetiva. É a partir deste momento que seriam tomadas medidas econômicas de forma consciente com o objetivo de desenvolver o setor industrial. José Maria Bello, grande retratista das lideranças políticas, ao comentar as mudanças ministeriais no governo Floriano – no total 39 ministros num espaço de três anos – afirma o seguinte:

¹⁴³ MELLO, Almirante Custodio José de. *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893*, 1º tomo, p. 201-202.

¹⁴⁴ Júlio de Castilhos, governador gaúcho aliado de Deodoro, fora derrubado em novembro de 1891 por uma coalizão entre militares antideodoristas e a oposição local, à qual pertencia Antão de Faria. No entanto, Floriano, por se identificar com o projeto político de Castilhos, logo iniciaria articulações que levariam à volta deste e de seu grupo ao poder em junho de 1892. Para maiores detalhes sobre esta questão, ver BELLO, José Maria. *História da República*, p. 99-107, e CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*, p. 80-85.

Os seus ministros demitiam-se, sendo substituídos sem maiores dificuldades. Céptico sobre o valor dos homens, o chefe do Governo pouca importância ligava às aptidões especiais que pudessem revelar. Os seus auxiliares viviam em constante contradição, de uma pasta para a outra, por vezes acumulando várias delas. O Governo era ele, a sua desconfiada vigilância, a sua disfarçada vontade de domínio...¹⁴⁵

Na área financeira, Serzedelo Corrêa procuraria dar continuidade à política de saneamento de seu antecessor, e iria mais longe com a criação do Tribunal de Contas da União, instituição inaugurada em janeiro de 1893 e destinada a fiscalizar as despesas do Poder Executivo. Com o decreto de 17 de dezembro de 1892, o governo operava a fusão dos dois maiores bancos da época, o Banco do Brasil e o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil – ambos envolvidos na política emissionista do período deodorista e agora à beira da falência – num novo Banco da República do Brasil: trata-se do decreto n. 1167, de 17 de dezembro de 1892, que “*autoriza a fusão do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil com o Banco do Brasil, sob a denominação de Banco da República do Brasil, provê ao resgate do papel-moeda do Estado e dá outras providências*”.¹⁴⁶ Este novo banco, que permanecia privado mas cujo presidente, vice-presidente e um dos diretores eram nomeados pelo governo, passava a ser praticamente um banco oficial do governo e tornava-se o único com o direito de emitir dinheiro. Com esta política de centralização das emissões, o governo de Floriano procurava consolidar o controle do Estado sobre o setor bancário. À primeira vista pode parecer contraditório que um governo com objetivos industrializantes procurasse dar sequência à política financeira ortodoxa de Rodrigues Alves, representante de interesses agroexportadores. Entretanto, como mostram os trabalhos de Pedro Cezar Dutra Fonseca¹⁴⁷ e Ana Luiza Backes¹⁴⁸, a associação em geral feita entre de um lado emissão e industrialismo e do outro ortodoxia e agrarismo deve ser nuançada. O primeiro autor mostra como entre os apoiadores da política financeira de Rui Barbosa havia um predomínio de grupos

¹⁴⁵ BELLO, José Maria. *História da República*, p. 88. Para uma relação completa dos ministros do governo Floriano, ver MACEDO, Roberto. *A administração de Floriano*, p. 71-254.

¹⁴⁶ O decreto possui vinte artigos; o 1º é o que autoriza a fusão, e os demais versam sobre as funções da nova instituição, sua organização ou as condições que ela deve seguir. O artigo 9º, que autoriza o empréstimo do Banco da República do Brasil à indústria, será comentado mais adiante. O decreto em questão está disponível em versão digital na **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil do Portal da Câmara dos Deputados** (ver link <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1892/L1892-130.pdf>).

¹⁴⁷ Ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A controvérsia entre papelismo e metalismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil*. Trabalho apresentado no IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (BRASA), realizado na Tulane University, New Orleans, Estados Unidos, de 27 a 29 de março de 2008.

¹⁴⁸ Ver BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales*. Brasília: Câmara do Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

voltados para interesses agrícolas e, portanto, hostis a qualquer projeto industrializante que ameaçasse a “vocação agrícola” do Brasil, enquanto que entre os defensores de uma política financeira ortodoxa havia lideranç as políticas industrialistas como Serzedelo Corrêa e os positivistas. O segundo autor, ao analisar a estratégia política por meio da qual o Presidente Campos Sales (1898-1902) – também um representante dos interesses da cafeicultura paulista – conseguiu estabelecer uma base de apoio para sua política de saneamento financeiro, mostra como entre os que formavam esta base de apoio havia lideranç as defensoras da indústria nacional como Serzedelo Corrêa e Alcindo Guanabara, lideranç as ligadas anteriormente a Floriano e que acreditavam que não era possível dar início a uma verdadeira política de desenvolvimento enquanto permanecesse o caos financeiro herdado dos tempos de Deodoro. Assim, não se pode confundir **projeto econômico** com **política econômica**, na medida em que esta é apenas um mecanismo por meio do qual um governo consegue atingir os objetivos daquele. Grupos com projetos econômicos antagônicos podem defender a mesma política econômica num determinado momento e num determinado contexto; era o caso dos republicanos paulistas e dos florianistas, os primeiros ligados a interesses agroexportadores e os segundos comprometidos com um projeto de transformação do Brasil em país industrial, mas ambos favoráveis a uma política que saneasse as finanç as naquele momento abaladas. Desta forma, o jovem Ministro da Fazenda Serzedelo Corrêa, ao dar seq ncia   política de redução do meio circulante e de equilíbrio orçamentário, não a via como obstáculo   viabilização de um projeto econômico de caráter industrializante. O saneamento financeiro era uma necessidade para se por fim ao alto custo de vida causado pela inflação galopante e ao ambiente de incertezas marcado por diversas falências que passava inseguranç a a novos negócios. Aliás, como explica Steven Topik:

À primeira vista isso parece uma estranha posição a ser tomada por um governo, considerado o representante de uma nascente burguesia industrial. Todos os três homens que chegaram a servir como ministros da Fazenda sob o “Marechal de Ferro” (apelido de Floriano), Francisco de Paula Rodrigues Alves, Inocêncio Serzedelo Correia e Felisbelo Freire, acreditavam num orçamento equilibrado, numa redução do meio circulante e na volta ao padrão ouro. Apesar do fato de o primeiro deles supostamente representar os interesses dos cafeicultores paulistas e o segundo e o terceiro interesses urbanos e industriais, havia entre os três um surpreendente grau de coincidência

de pontos de vista e de políticas. Eles divergiam, entretanto, nos raciocínios.¹⁴⁹

Já no que diz respeito à indústria, duas medidas merecem destaque. A primeira é a reforma tarifária aprovada pelo Congresso em novembro de 1892 e que aumentava em 30% as tarifas sobre a importação de produtos têxteis, móveis de luxo e mercadorias de luxo em geral e reduzia em 30% as tarifas para importação de maquinaria, implementos agrícolas e gêneros alimentícios básicos. Estamos nos referindo à lei nº 126 A, de 21 de novembro de 1892, que “*orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1893, e dá outras providências*”. No item **Importação**, em relação à lei orçamentária do ano anterior (lei nº 25 de 30 de dezembro de 1891) são:

elevados ao triplo os direitos que pagam os fósforos; a mais 30% os que atualmente pagam os tecidos e artefatos de seda e de linho puro, os tecidos com bordados, franjas, rendas, requifes, gregas de qualquer matéria, os artigos de moda, roupas de fantasia, joias, artigos de, ou com madreperla, marfim, tartaruga, coral, ouro, prata, platina, pedras preciosas; espelhos, quadros, molduras, cristais, porcelanas finas, vinhos finos espumantes, licores, conhaques; mobílias de luxo, perfumarias, lustres, cartas para jogar, bijuteria de qualquer qualidade, estátuas e vasos ornamentais de qualquer espécie, objetos de mármore e outras pedras; arreios e carruagens; artigos de charão, metal prateado ou dourado; aparelhos para jogos de qualquer qualidade, objetos de vime, fogos de artifício; veludos, pelúcias e tapetes; queijos, chouriços, presuntos e frutas em conservas; calçado de fantasia, leques, luvas, armas de fogo, punhais, bengalas de estoque, papel pintado, pássaros cheios, pólvora e panaceias; diminuídos de 30% os que pagam os maquinismos, os instrumentos de lavoura, as ferramentas de operários, as matérias-primas; as substâncias tintórias e os produtos químicos de uso industrial e os demais artigos de consumo necessário nas fábricas; e suprimidos os impostos sobre o gado vacum.¹⁵⁰

Esta lei era considerada por Serzedelo Corrêa como protetora das indústrias nacionais.¹⁵¹ E, de fato, ela beneficiava claramente a burguesia manufatureira nacional ao dificultar a entrada de produtos similares aos fabricados aqui e ao facilitar a entrada

¹⁴⁹ TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*, p. 44.

¹⁵⁰ Esta lei está disponível em versão digital **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil do Portal da Câmara dos Deputados** (ver link <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1892/L1892-015a.pdf>).

¹⁵¹ Ver *Ministério da Fazenda. Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda Innocencio Serzedello Corrêa no anno de 1893, 5º da Republica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 127. Documento disponível em versão digital no portal do **Center for Research Libraries** (ver link <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/fazenda>).

de máquinas e matéria-prima necessárias para o funcionamento e o desenvolvimento das fábricas brasileiras.

A segunda lei favorável à indústria nacional é o famoso empréstimo decretado em 17 de dezembro de 1892, no qual o governo fornecia cem mil contos de réis ao recém-criado Banco da República do Brasil para que eles fossem repassados a empresários manufatureiros em dificuldade financeira devido aos efeitos do Encilhamento. Trata-se do artigo 9º do mencionado decreto que fundou o Banco da República do Brasil, que estabelece o seguinte:

Fica autorizado o Banco da República do Brasil, a fim de ocorrer às necessidades das indústrias nacionais, que tenham condições de vitalidade, a emitir, até à quantia de 100.000:000\$, bônus ao portador no valor de 200\$ a 1:000\$, de 4% de juros, pagos semestralmente e amortizados no prazo de 20 anos, a começar a amortização no primeiro ano do segundo quinquênio e por quotas previamente determinadas pelo Governo.¹⁵²

O empréstimo do banco aos industriais seria de fato autorizado por meio de outro decreto, o de nº 1308 de 8 de março de 1893, que:

autoriza o Banco da República do Brasil, de acordo com o artigo 9º do decreto 1167 de 17 de dezembro de 1892, e na forma do capítulo II, título VII dos seus estatutos, a emitir bônus ao portador, até a soma de 100. 000:000\$, do valor de 200\$ a 1:000\$ cada um, com juro de 4% ao ano, pago pelo mesmo banco.¹⁵³

A ideia deste empréstimo foi adotada com base nos trabalhos de uma comissão nomeada pelo governo, a pedido de associações industriais, para estudar a situação de empresas em dificuldades financeiras. Ao enviar o parecer desta comissão ao Congresso em 28 de maio de 1892, Floriano afirmava o seguinte:

Submetendo ao vosso exame o parecer daquela comissão, assim como a exposição que me dirigiu sobre o importante assunto o ministro da fazenda, cumpro o dever de comunicar-vos que reputo urgente a intervenção do Poder Legislativo, em ordem a habilitar o governo com os meios necessários para impedir que as empresas honestas, que têm bons elementos de vida, mas lutam com grandes embaraços para se desenvolverem, sejam compelidas a uma liquidação precipitada, comprometendo os seus capitais e a sorte dos operários nela empregados. Dos alvites sugeridos naqueles documentos, o que

¹⁵² Para as referências deste documento, ver nota 146.

¹⁵³ Documento disponível em versão digital **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil do Portal da Câmara dos Deputados** (ver link http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/Leis1893-Executivo/L1893_29.pdf).

reuniu maiores adesões e para o qual solicito o exame e aprovação do Congresso, porque satisfaz, em meu conceito, as exigências do momento – é o que consiste na emissão de apólices, de tipo especial, com prazo curto de resgate [...] Emissão de apólices, de juro de 5% ao ano, até o máximo de sessenta mil contos, resgatáveis necessariamente no fim de dez anos.¹⁵⁴

Infelizmente, não temos uma relação das empresas que foram beneficiadas pelo auxílio, o que seria útil para o entendimento do verdadeiro carácter desta política industrializante. De qualquer forma, assim se pronunciava Serzedelo Corrêa sobre este empréstimo em seu relatório ministerial de abril de 1893:

A autorização para a emissão do *bônus* ao portador atendeu a uma grande necessidade. É sabido que muitas empresas industriais, por carência de capital circulante, atento o retraimento do numerário, se achavam atrofiadas e sob a ameaça até de ruína. O banco, mediante primeira hipoteca, e por meio do penhor mercantil, facilitando recursos a essas empresas industriais, concorrerá para que elas salvem o capital empregado, o que é de alto interesse público, e foi praticado na França em situação difícil, sob o império de Napoleão III.¹⁵⁵

Posteriormente, quando Ministro da Fazenda de Prudente de Moraes, Rodrigues Alves se queixaria desta política de auxílio ao setor industrial, sob a alegação de que ela desviava o dinheiro que, em sua opinião, deveria ser destinado à lavoura; para ele, o desenvolvimento industrial, ao atrair para os centros urbanos a mão de obra e os capitais necessários à lavoura, estava prejudicando a agricultura.¹⁵⁶

É possível que tivéssemos no governo Floriano o embrião de uma política com o objetivo de criar, a exemplo da França de Napoleão III e da Alemanha de Bismarck¹⁵⁷, um setor bancário destinado a financiar a indústria. Entretanto, o fato de que esta política acabou não tendo sequência devido ao conturbado contexto político daquele momento nos impede de afirmar com certeza se essas medidas faziam de fato parte de um programa de desenvolvimento ou se na verdade eram meras medidas emergenciais.

¹⁵⁴ Documento disponível em versão digital nos **Anais da Câmara dos Deputados** do **Portal da Câmara dos Deputados** (ver link http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp). Este discurso é também analisado em LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*, p. 170, e CARONE, Edgard. *A República Velha (instituições e classes sociais)*, p. 88-89. Infelizmente não encontramos referências sobre os integrantes da referida comissão e nem sobre as associações industriais que pediram a sua formação.

¹⁵⁵ *Ministério da Fazenda. Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda Innocencio Serzedello Corrêa no anno de 1893, 5º da Republica*, p. 74.

¹⁵⁶ LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*, p. 173.

¹⁵⁷ Sobre a participação do setor bancário nas políticas industrializantes européias do século XIX, ver GERSCHENKRON, Alexander. *El atraso económico en su perspectiva histórica*, p. 17-25.

O objetivo industrializante delas é, de qualquer forma, evidente.¹⁵⁸ John Schulz compreendeu bem a que ponto o conturbado contexto político daquele momento impediu o governo Floriano de dar sequência à sua política econômica:

[...] a lei de 17 de dezembro assinalou o término do período de reformas de Floriano. A partir de fevereiro de 1893, o vice-presidente envolveu-se na guerra civil entre o PRR e os federalistas no Rio Grande do Sul. Esta luta consumiu uma parcela significativa da energia e do dinheiro do governo federal, deixando Floriano sem recursos suficientes para promover outras reformas ou controlar a inflação. A guerra no Rio Grande colocou o vice-presidente na dependência do PRP, sendo que este [...] tinha pouco interesse pelo seu programa econômico.¹⁵⁹

E, de fato, o início da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, na qual o Governo Federal optou por apoiar política e militarmente o governador Júlio de Castilhos contra os federalistas de Silveira Martins, marca uma nova etapa no governo de Floriano Peixoto, etapa que duraria até setembro de 1894 e que se caracterizou pelo monopólio das atenções do governo para o enfrentamento às rebeliões armadas. O apoio de Floriano aos castilhistas e o conseqüente aumento dos gastos militares do governo levaria à renúncia, em fins de abril de 1893, de Custódio de Melo e Serzedelo Corrêa. O primeiro criticava o autoritarismo e o personalismo de Floriano e alegava que sua política no Sul era responsável pela intensificação da guerra civil, pelo aumento dos gastos militares e que, conseqüentemente, prejudicava a política de saneamento financeiro do governo.¹⁶⁰ Já para o segundo a principal razão residia no projeto do governo de reforma do Tribunal de Contas com o objetivo de reduzir o controle desta instituição sobre os gastos governamentais, o que para Serzedelo significava ao mesmo tempo despotismo, desrespeito às instituições republicanas e carta branca para futuras políticas de despesas públicas irresponsáveis.¹⁶¹ Na verdade, Custódio de Melo, frustrado em suas ambições de se tornar a eminência parda do governo, se colocava na oposição ao perceber as aspirações cesaristas e continuístas de Floriano. Diante da

¹⁵⁸ Para a análise da política econômica do governo Floriano, tomamos por base os trabalhos de Nícia Vilela Luz (LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*, p. 169-172), John Schulz (SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 176-181), Steven Topik (TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*, p. 157-162) e do grupo *História Nova do Brasil (O significado do Florianismo)*, p. 125-130).

¹⁵⁹ SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 181.

¹⁶⁰ Ver carta de demissão de Custódio de Melo reproduzida em MELLO, Almirante Custodio José de. *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893*, 2º tomo, p. 72-76, e em MACEDO, Roberto. *A administração de Floriano*, p. 109-112.

¹⁶¹ Cf. CORRÊA, Serzedello. *Páginas do passado: Floriano Peixoto na intimidade o mesmo na vida pública (subsídio para a história)*, p. 29. A carta de demissão de Serzedelo Corrêa está reproduzida em MACEDO, Roberto. *A administração de Floriano*, p. 83-86.

impossibilidade de atingir seus objetivos pela via legal, o almirante, usando de seu prestígio dentro da Marinha, liderava em 6 de setembro de 1893 no Rio de Janeiro uma grande sublevação de boa parte da esquadra brasileira com o objetivo de depor o governo: é a famosa Revolta da Armada que infernizaria a vida da população carioca por seis longos meses. Floriano, que contava com a maior parte do Exército e com o apoio político e material do poderoso Estado de São Paulo – tão interessado quanto ele no esmagamento das rebeliões armadas – derrotaria após meses de luta os revoltosos da Armada em março de 1894 e enfraqueceria bastante os federalistas no Sul; estes últimos entregariam finalmente as armas em junho do ano seguinte, já sob o governo presidencial de Prudente de Moares.¹⁶²

O rompimento de Serzedelo Corrêa com Floriano Peixoto – e sua posterior prisão durante a Revolta da Armada por se recusar a enfrentar os rebeldes, embora não tenha aderido ao movimento – se deve mais a questões conjunturais – a tentativa de Floriano de se livrar do controle orçamentário do Tribunal de Contas e organizar à sua maneira os gastos governamentais – do que à existência de projetos antagônicos. Ambos queriam uma política industrializante e modernizante e por um fim ao poder econômico dos grupos financeiros e especuladores do Encilhamento. O que podemos, todavia, dizer é que talvez tenha faltado a Serzedelo maior percepção política num período revolucionário e de lutas políticas durante o qual grupos remanescentes das elites dirigentes depostas em 1889 procuravam retornar ao poder e durante o qual os representantes da nova ordem lutavam a ferro e fogo para preservá-la. Assim, o aumento dos gastos militares resultante do apoio federal ao grupo castilhistas no Rio Grande do Sul não significava um mero capricho de Floriano e sim o apoio de um representante da oficialidade revolucionária que depusera a monarquia a uma corrente republicana radical em confronto contra antigas frações da elite imperial. Se a preocupação com a preservação do orçamento público era louvável e necessária em períodos normais da vida política nacional, ela não poderia se transformar em prioridade num contexto de transição de uma ordem política para outra, no qual as facções antagônicas pegavam em armas para obter a hegemonia. No momento de eclosão da Revolta da Armada, Serzedelo não aderiu ao movimento rebelde, mas ao mesmo tempo

¹⁶² Para uma visão geral dos acontecimentos políticos do governo de Floriano Peixoto, ver BELLO, José Maria. *História da República*, capítulos VII a X, e CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*, p. 51-132.

se recusava a combatê-lo por desconfiar das aspirações autoritárias de Floriano. Esta curiosa posição de neutralidade é assim explicada em suas memórias:

[...] não podendo ir para a revolta, pois apesar de amigo do almirante Mello, não havia sido consultado nem conhecia os seus intuitos, e não querendo, como republicano, servir a Floriano, pois desconfiava que, vitorioso, se perpetuasse no poder, pedi a minha demissão do Exército e de lente, perdendo vinte e cinco anos de serviço.¹⁶³

Esta reflexão sobre a posição de Serzedelo Corrêa por ocasião das revoltas armadas contra o governo de Floriano Peixoto nos leva a formular a seguinte questão: *haveria por trás das revoltas antiflorianistas uma tendência econômica agrarista e uma contestação da política industrializante do governo?* Esta tese é defendida pelo grupo da **História Nova do Brasil**, que faz uma relação, não muito precisa por sinal, do antiflorianismo com uma aliança entre o latifúndio e as grandes potências imperialistas, aliança cujo objetivo seria o de frear o desenvolvimento industrial brasileiro e impedir o país de atingir a sua independência econômica.¹⁶⁴ Acreditamos, entretanto, que a questão é mais complexa. O caráter conservador das revoltas contra o governo de Floriano é evidente: no Rio Grande do Sul os rebeldes federalistas eram liderados por Silveira Martins – um destacado chefe político do Império, militante antiabolicionista na década de 1880 e representante dos interesses dos grupos sociais dominantes na região ligados à pecuária – em luta contra o republicanismo radical e positivista de classe média encarnado na liderança de Júlio de Castilhos; a Revolta da Armada, além de ser comandada por oficiais pertencentes a uma corporação tradicionalmente aristocrática e conservadora, tinha entre seus principais financiadores Francisco de Paula Mayrink, o Visconde de Figueiredo e o Conde de Leopoldina, banqueiros do Encilhamento e representantes da antiga plutocracia financeira do Império.¹⁶⁵ Não fica evidenciado, entretanto, que o motivo destas revoltas tenha sido uma reação **agrarista** contra a política industrializante de Floriano. O movimento federalista, a princípio de âmbito regional, se voltou de fato contra Floriano quando este passou a apoiar política e militarmente o grupo castilhista. Já no que diz respeito à Revolta da Armada, o discurso

¹⁶³ CORRÊA, Serzedello. *Páginas do passado: Floriano Peixoto na intimidade o mesmo na vida pública (subsídio para a história)*, p. 30.

¹⁶⁴ Ver **O significado do Florianismo**, p. 142-152.

¹⁶⁵ Cf. McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*, p. 57. Edgard Carone também menciona a importante participação do Conde de Leopoldina no financiamento da revolta (ver CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*, p. 103).

de Custódio de Melo se limita a uma crítica superficial de cunho liberal ao autoritarismo, ao militarismo e à irresponsabilidade fiscal de Floriano.¹⁶⁶ A adesão, em dezembro de 1893, de Saldanha da Gama, ídolo na Marinha e oficial assumidamente monarquista, acentuaria o caráter conservador da revolta. No entanto, se o monarquismo de Saldanha da Gama pode denunciar uma nostalgia – em pelo menos uma parte dos revoltosos – da ordem social e econômica do regime deposto em 1889, ainda não fica evidente uma defesa dos interesses agroexportadores contra a política industrializante de Floriano. Além do mais, a heterogeneidade presente tanto na base de apoio do governo como na oposição – heterogeneidade que se deve ao contexto revolucionário de consolidação de uma nova ordem política – só vem aumentar a dificuldade de interpretar o sentido das revoltas armadas contra o governo de Floriano Peixoto. Como observa John Schulz:

Tanto entre os florianistas como entre os rebeldes havia republicanos históricos e antigos monarquistas, positivistas e não positivistas, fazendeiros conservadores e agitadores urbanos, nacionalistas econômicos e outros para quem a indústria era assunto sem interesse. Os rebeldes tinham a seu lado a maioria da marinha e uma parcela pequena do exército, enquanto Floriano contava com o grosso do exército e uma parcela pequena da marinha. Floriano e seus principais aliados (os republicanos paulistas) no íntimo se detestavam [...] Tanto os rebeldes como os partidários de Floriano afirmavam estar lutando para restaurar a ordem e dar fim ao militarismo; mas a verdade é que nem Floriano nem Custódio apreciavam a ideia de um presidente civil. De maneira geral, os rebeldes eram formados por grupos que não estavam no poder: federalistas no Rio Grande, deodoristas em outros estados e inimigos pessoais de Floriano. Floriano contava com o apoio do exército e da burocracia (que ele favorecia com promoções, novos

¹⁶⁶ Nas memórias de Custódio de Melo fica visível, no entanto, o seu ressentimento em relação ao poder político do Exército, que segundo ele havia decidido se apoderar da República: “[...] *o Exército, de há muito desviado de sua áspera, afanosa, mas nobre e sublime missão, viciado por uma educação totalmente desvirtuada dos fins a que se destina o soldado nas sociedades modernas, e por instrução indigesta, bebida, sem discernimento e critério, nas doutrinas positivistas, - as quais, destarte, só podem incutir nos espíritos tolas presunções e fatuidades pretensiosas, além dos desvairamentos até a bravura inconsciente e sanguinária, a que os expõe o fetichismo de seita; - viciado ainda pelo concurso que, sob promessas de comissões vantajosas e de promoções prestavam no antigo regime Oficiais gerais, superiores e subalternos às lutas eleitorais, rebaixando e aviltando assim a classe a que pertenciam; e, por último, irritado pelas violências com que já no declínio da Monarquia, os Ministros que se sucederam pretenderam corrigir o espírito de insubordinação e indisciplina, que, aliás, eles mesmos plantaram no seio dessa corporação; o exército, dizemos, indisciplinado, com todos esses vícios e despeitos, tendo sido infelizmente maior parte na transformação política que se operou no país a 15 de novembro de 1889, convenceu-se de que a República era obra inteiramente sua e, portanto, de que a ele cabia ocupar as principais posições na administração e na política do País. [...] É que o militarismo começava a organizar-se, e a constituir no País o – governo da espada – .” (MELLO, Almirante Custodio José de. **O Governo Provisorio e a Revolução de 1893**, 1º tomo, p. 124-125).*

empregos etc.), os grupos jacobinos urbanos (fracos porém atuantes) e os partidos situacionistas nos estados.¹⁶⁷

Esta heterogeneidade política dentro dos dois campos não quer dizer, entretanto, que não houvesse um confronto político e ideológico concreto entre o florianismo e o antiflorianismo: apesar desta diversidade, dentro do florianismo predominava tendência ao mesmo tempo autoritária e progressista que correspondia às aspirações do grupo militar revolucionário que derrubara a monarquia, enquanto que no campo oposicionista predominava uma tendência liberal conservadora apoiada em frações da deposta elite imperial (burguesia bancária fluminense, pecuaristas do Rio Grande do Sul). O que achamos difícil é que o motivo dessas revoltas tenha sido uma reação dos interesses agroexportadores contra a política do governo de incentivo às atividades industriais. Primeiramente esta tese não explica o rompimento de Serzedelo Corrêa, grande defensor da indústria nacional, com Floriano, e nem o apoio político e material do Estado de São Paulo – controlado pelos representantes da cafeicultura e por natureza contrários à superação da etapa agroexportadora da economia brasileira – ao governo durante as revoltas. Em segundo lugar, não acreditamos que as medidas tomadas pelo governo com o objetivo de auxiliar algumas indústrias, exatamente por serem medidas de caráter emergencial e não parte de um programa econômico bem formulado, pudessem assustar os grupos agromercantis dominantes. Para nós, as revoltas contra o governo de Floriano consistiram numa luta pelo controle do aparelho de Estado entre diferentes facções políticas, umas mais progressistas e outras mais conservadoras, num momento de transição de uma ordem política para outra. Certamente frações importantes da elite imperial se viam ameaçadas pelo possível domínio político da nova ordem pela oficialidade revolucionária, mas isto está longe de significar uma reação contra a moderada e provisória política de Floriano de auxílio ao setor industrial, que em si não significava uma tentativa de prejudicar ou liquidar o setor agroexportador.

Vitorioso no terreno militar após o final da Revolta da Armada e o enfraquecimento dos federalistas, o florianismo seria derrotado no terreno político. Os republicanos paulistas, que haviam apoiado o governo por estarem interessados no aniquilamento político de grupos que poderiam ser um obstáculo à sua futura ascensão ao poder federal (facções militares rivais e frações da antiga elite imperial), procurariam

¹⁶⁷ SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 192.

agora se livrar de seu incômodo aliado. Para os grupos agromercantis paulistas, a permanência de um governo militar nacionalista seria desfavorável ao posterior desenvolvimento da economia cafeeira. O caráter naturalmente mais centralizado e autoritário de uma república militarizada poderia significar o risco de intervenções constantes do governo central nos Estados, e, conseqüentemente, de deposição dos republicanos paulistas do governo estadual. Além do mais, o centralismo militar poderia levar a reformas constitucionais que mesmo que não abolissem oficialmente o sistema federativo, retirariam dos Estados importantes prerrogativas como o imposto de exportação, tornado estadual com o advento da República e vital para o desenvolvimento da economia cafeeira paulista; a luta pela regionalização do imposto de exportação fora, aliás, uma das principais razões pelas quais os representantes da cafeicultura paulista adotaram a bandeira da federação contra o centralismo imperial a partir de 1870. A instauração de um Estado industrializante sob controle militar poderia também significar um redirecionamento de boa parte dos lucros gerados pelo setor agroexportador para o setor industrial, o que impediria a cafeicultura paulista de reinvestir esses lucros na modernização e no desenvolvimento das atividades cafeeiras (crédito para a lavoura, compra de maquinaria agrícola, investimento no setor ferroviário e na infraestrutura comercial do complexo cafeeiro etc.). Finalmente, um regime militar poderia criar um ambiente de instabilidade política desfavorável à presença de investimentos estrangeiros – em especial os empréstimos dos bancos ingleses – dos quais a cafeicultura paulista necessitava para se desenvolver. Desta forma, os paulistas passariam a arregimentar as forças políticas estaduais em torno do apoio ao novo Presidente da República eleito, o também paulista Prudente de Moraes, e procurariam agora isolar o grupo florianista. Este último, devido às divisões políticas dentro das Forças Armadas e à hostilidade das oligarquias estaduais, também interessadas no fim do militarismo, não possuía bases sólidas para empreender uma tentativa continuísta e ditatorial, e Floriano seria obrigado, portanto, a entregar o poder a seu sucessor legal.¹⁶⁸ A derrota do florianismo e a volta dos militares aos quartéis significaram a derrota final do grupo militar que havia se rebelado contra o Império.

¹⁶⁸ Sobre a peculiar relação entre o governo de Floriano Peixoto e os republicanos paulistas, ver HAHNER, June. *Relações entre civis e militares no Brasil, 1889-1898*, capítulo VII, **Os Paulistas e o Governo de Floriano**. Sobre este conturbado contexto ver também CARDOSO, Fernando Henrique. **Dos governos militares a Prudente – Campos Sales**. FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira. Tomo III: O Brasil republicano. 1º volume: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1975, p. 13-50 e SOUZA, Maria do Carmo Campello. **O processo político-partidário na Primeira República**.

Tentativas posteriores de volta ao poder – como por ocasião da campanha de Canudos (1897), quando os militares florianistas aproveitaram o contexto da luta contra os camponeses monarquistas de Antônio Conselheiro para enfraquecer o governo de Prudente de Moraes, ou durante a Revolta da Vacina (1904), quando militares remanescentes do florianismo como Lauro Sodré, Barbosa Lima e Silvestre Travassos aproveitaram a rebelião popular no Rio de Janeiro contra a vacina obrigatória para empreender uma tentativa golpista contra o governo de Rodrigues Alves – redundaram em fracasso. Uma nova tentativa revolucionária de caráter militar contra a república oligárquica só ocorreria duas décadas depois, com o **tenentismo**.

João Quartim de Moraes apresenta o florianismo, junto com a ação política da oficialidade republicana e abolicionista da década de 1880, dos **tenentes** das décadas de 1920 e 1930 e dos generais nacionalistas e democratas da década de 1950, como uma das principais manifestações da **esquerda militar** na história brasileira. Embora entendamos a argumentação do autor, para quem os termos **esquerda** e **direita** possuem um significado relativo – isto é, as questões em torno das quais gira a polarização **esquerda X direita** dependem do contexto histórico dentro do qual esta se dá –, preferimos utilizar o termo **progressista**, que para nós define melhor uma corrente política com objetivos industrializantes e modernizadores dentro de uma sociedade agrária, sem o risco de anacronismo. Na medida em que o termo **esquerda** acabou por ser associado dentro do imaginário político ao socialismo e à luta proletária contra a dominação burguesa, achamos que o uso do termo **esquerda militar** para correntes comprometidas com a modernização e o desenvolvimento, sem rompimento com a ordem burguesa, poderia induzir em erro. Assim, achamos que a denominação **esquerda militar** caberia melhor na caracterização de fenômenos políticos assumidamente **esquerdistas**, como a intentona de 1935 e a ação de Carlos Lamarca contra o Regime Militar na década de 1960.¹⁶⁹

O florianismo representa, portanto, a última tentativa política da oficialidade progressista que se rebelou contra a ordem imperial na década de 1880 de dirigir os destinos do país e de colocá-lo no caminho do desenvolvimento e da modernidade.

¹⁶⁹ Para esta reflexão de João Quartim de Moraes, ver MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil. Volume I: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Antes de fecharmos esta parte sobre o projeto econômico florianista aprofundaremos um pouco mais as posições de Serzedelo Corrêa sobre o desenvolvimento brasileiro, na medida em que foi o integrante do governo Floriano que esteve mais diretamente associado à política de apoio ao setor industrial, e foi sem sombra de dúvida o militar que mais se destacou na luta em defesa da indústria nacional nas primeiras décadas do regime republicano.

Nascido em Belém do Pará em 1858, Inocêncio Serzedelo Corrêa era oficial da arma de engenharia do Exército e professor na Escola Militar. Republicano e abolicionista, foi um ativo participante da conspiração republicana dentro do Exército no final da década de 1880 e fez parte da força insurrecional de 15 de novembro de 1889 comandada por Deodoro e Benjamin Constant que depôs o ministério Ouro Preto e com ele a monarquia. No novo regime, ocupou cargos como o de secretário de Benjamin Constant no Ministério da Guerra (novembro e dezembro de 1889) e o de governador provisório do Estado do Paraná (agosto a novembro de 1890). Representou o Pará, sua província natal, na Constituinte de 1890-1891 e no Congresso Nacional a partir de maio de 1891, e destacou-se nesta ocasião como opositor do governo de Deodoro. Participante da conspiração militar que depôs este último em 23 de novembro de 1891, Serzedelo ganhou posição de destaque dentro do governo de Floriano, no qual ocupou, além da pasta da Fazenda, as pastas do Exterior (fevereiro a junho de 1892), da Agricultura (junho a dezembro de 1892), e, interinamente, as pastas do Interior, da Justiça e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos nos meses de março e abril de 1892. Muito provavelmente com certo exagero, Serzedelo Corrêa se apresenta em suas memórias como figura central dentro do governo Floriano:

Eu fui ministro do marechal da sua mais completa e absoluta confiança.

Era um verdadeiro presidente do conselho, pois que nada se fazia nas outras pastas, de importante, sem a minha anuência e audiência. Era tal a certeza de apoio, que eu tinha, que estudava os mais sérios e importantes papéis, dava-lhes despacho, mandava publicá-los para conhecimento das partes, e só oito ou dez dias depois é que levava os decretos à assinatura do marechal.¹⁷⁰

¹⁷⁰ CORRÊA, Serzedello. *Páginas do passado: Floriano Peixoto na intimidade o mesmo na vida pública (subsídio para a história)*, p. 28.

O seu rompimento com Floriano o levou a se desligar do Exército, para o qual retornaria apenas em 1900. Na primeira década do século XX, Serzedelo se tornou um defensor fervoroso da indústria nacional no Congresso. Em 1904 fundou, junto com outras lideranças industrialistas como Vieira Souto, Cunha Vasco e Jorge Street, o Centro Industrial do Brasil, do qual foi o primeiro presidente; ocupou o cargo até 1912. Esta entidade – resultado da fusão da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro – tinha como principal objetivo centralizar as reivindicações da indústria nacional e fazê-la atuar politicamente de forma unificada.¹⁷¹ Como observa Maria Letícia Corrêa, estudiosa do pensamento econômico de Serzedelo Corrêa, este último não parecia ter interesses particulares e materiais na defesa da indústria nacional – as informações disponíveis apontam para o fato de que vivia de seus salários de político e de militar –, o que para nós é um sério indício de que a sua militância era **ideológica**, isto é, ela era essencialmente baseada na visão do desenvolvimento industrial como fator de independência econômica do país. A autora citada, ao comentar a atuação de Serzedelo dentro do Congresso como representante dos interesses da indústria nacional a partir de 1895, afirma o seguinte:

Sua aproximação com as lideranças industrialistas do período se teria dado antes por vinculação programática aos ideais defendidos pela fração de classe que passava a representar e organizar, do que por eventuais relações ou pelo exercício de atividades econômicas.¹⁷²

O principal trabalho que ilustra o projeto econômico de Serzedelo Corrêa para o Brasil é o seu livro **O problema econômico do Brasil** (1903), baseado num conjunto de artigos publicados no mesmo ano no jornal carioca **A Tribuna** e no qual encontramos uma enorme e detalhada relação de todos os setores da economia brasileira que deveriam ser desenvolvidos naquele momento. Apesar de ser datado de dez anos depois de sua saída do governo Floriano, acreditamos que sua análise é importante por se tratar

¹⁷¹ Para uma síntese da carreira política e militar de Serzedelo Corrêa, ver o trabalho de Maria Letícia Corrêa sobre o pensamento deste personagem (CORRÊA, Maria Letícia. *As idéias econômicas na Primeira República: Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha*. Dissertação apresentada no Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Niterói-RJ, 1996, capítulo 1, **Serzedelo Corrêa: uma trajetória**). Ver também LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*, nota da página 73, e a introdução de autoria de Washington Luís Neto ao livro de Serzedelo Corrêa, **O problema econômico do Brasil** (CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil (1903)*. Brasília: Senado Federal / Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC, 1980, p. 9-14).

¹⁷² CORRÊA, Maria Letícia. *As idéias econômicas na Primeira República: Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha*, p. 50.

de uma fase em que Serzedelo avançou mais no estudo dos problemas do desenvolvimento brasileiro e conseguiu formular e propor soluções de forma mais clara e sistemática. Além do mais, nesta obra o autor se apresenta mais do que nunca como um defensor do desenvolvimento industrial brasileiro, visto como fator de independência econômica, o que mostra continuidade, e não rompimento, com o seu pensamento em 1892-1893.

Na obra que mencionamos acima Serzedelo defende o desenvolvimento da produção nacional como fator de emancipação nacional, num país que do ponto de vista econômico ainda não havia superado o seu estágio colonial:

O Império legou à República a solução do problema de nossa emancipação econômica. Somos, com efeito, um povo livre e independente politicamente falando, mas, na ordem dos interesses econômicos somos, ainda hoje, uma colônia. [...] Os povos, com efeito, que não têm a independência econômica não podem jamais constituir o tipo de uma grande nação, que List, o iniciador do *Zolverein*, traçou, quando nos diz que uma nação bem organizada e independente possui ao lado da língua e de uma literatura, de um território extenso e de uma população desenvolvida, a agricultura, a indústria manufatureira, o comércio e a navegação, harmonicamente desenvolvidos, enquanto as artes, as ciências, os meios de cultura geral e de instrução se elevam à altura da população [sic] material.¹⁷³

O autor se refere aqui ao economista alemão Friedrich List (1789-1846), um grande ideólogo do protecionismo. Preocupado, portanto, com o desenvolvimento e a independência econômica do país, Serzedelo defende neste trabalho uma série de medidas neste sentido. Consciente da importância da unificação do mercado interno para o desenvolvimento da produção nacional – mercado interno cuja unidade havia sido prejudicada pelo advento do federalismo –, Serzedelo propõe, por exemplo, a **abolição dos impostos interestaduais**:

A abolição dos impostos interestaduais. Essa medida é urgente e necessária, já em benefício da ordem política, já em proveito da ordem econômica.

País vasto como o nosso, projetado ao longo do meridiano, onde a diversidade de climas e o cruzamento de raças pela imigração lentamente irão formulando diferenciações que contribuirão para enfraquecer a unidade de raça, a comunhão primitiva dos costumes, da língua e da religião, isto é – a própria unidade nacional – necessário se faz que se fortifique a comunhão dos interesses materiais. Temos meios e recursos para tudo produzir, não se compreendendo senão como obra de rematada ignorância, de grosseiríssimo egoísmo e de

¹⁷³ CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, p. 19.

condenável desamor que fechemos os mercados de uns Estados à produção de outros e queiramos ter a veleidade de abrir mercados externos à nossa produção.¹⁷⁴

Sua insatisfação com o sistema tributário brasileiro, para ele inibidor do desenvolvimento econômico, aparece também na defesa de uma reforma relativa ao item da **discriminação de rendas** (rendas federais e rendas estaduais). O imposto de exportação nas mãos dos Estados e o imposto de importação como principal fonte de renda da União são vistos como empecilhos ao desenvolvimento da produção e ao incremento das exportações:

Colocar os Estados na contingência de taxarem a exportação de seus produtos para poderem viver, é um contrassenso, é um absurdo. Todos os países procuram facilitar a saída de seus produtos e concedem até prêmios para estimular a exportação, e nós, ao contrário, constituímos os Estados a devorarem-se a si mesmos.

Por outro lado, não é razoável que a União continue a fazer da importação a sua principal e quase única fonte de receita.

É pelas tarifas de entrada que os povos modernos se defendem e amparam a sua produção e o trabalho nacional, e isso torna-se impossível a uma Federação que não pode permitir e incrementar o desenvolvimento desta ou daquela indústria, porque isso diminui as suas rendas, porque isso defrauda e desfalca os seus orçamentos! Necessitamos amparar a nossa produção, e um dos meios que ensina a ciência é o abaixamento das taxas para a matéria-prima e a elevação dos direitos para os produtos manufaturados.¹⁷⁵

A solução apontada por Serzedelo é a atribuição dos impostos de importação e de exportação à União, que deveria ter a função privativa de regular o comércio internacional e promover o desenvolvimento geral do país. Aos Estados, ficaria o imposto de consumo, com taxas iguais para o consumo de produtos nacionais e estrangeiros. O autor também se refere à necessidade de se atribuir à União o imposto sobre a renda, aos Estados o imposto territorial, e aos Municípios os impostos que afetassem exclusivamente a sua economia interna (predial, transmissão de propriedade imóvel, indústrias e profissões, água, esgotos, etc.), mas infelizmente não entra maiores detalhes sobre o assunto.¹⁷⁶

Outra questão vital para o desenvolvimento era a dos meios de transporte e das vias de comunicação, que Serzedelo também apresenta como fatores de unificação do

¹⁷⁴ CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, p. 25.

¹⁷⁵ CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, p. 25-26.

¹⁷⁶ Ver CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, capítulo V, **A revisão constitucional do ponto de vista da discriminação de rendas**.

mercado interno. Ao citar o economista clássico francês Jean-Baptiste Say (1767-1832), para quem o grau de civilização de um país correspondia à extensão de seus meios de comunicação, Serzedelo afirma em seu livro que são estes últimos que garantem os mercados, que por sua vez dão valor à produção. Este raciocínio é apresentado de forma detalhada no trecho que segue:

Para que se possa bem avaliar da importância da indústria de transportes, basta dizer que a facilidade e rapidez deles traduzem-se logo em abaixamento no custo das mercadorias, o que importa por sua vez em colocá-las ao alcance de maior número de consumidores, de modo que nessa série de reações recíprocas verifica-se que o acréscimo de consumo produzido pela diminuição dos fretes solicita um acréscimo de produção, este acréscimo de produção permite lucros que estimularão a aquisição de melhores máquinas, mais aperfeiçoada divisão do trabalho, maior facilidade de produção, e, afinal, uma nova redução de preço do produto em consequência do aperfeiçoamento dos processos, lucrando o povo, beneficiados ao mesmo tempo o produtor e o consumidor. Finalmente, assim como as grandes facilidades de comunicações na Europa, e entre os diversos Estados da União Americana entre si, têm alargado o campo da concorrência, chamando os diversos países e os referidos Estados a uma sorte de especialização profissional de suas aptidões, consagrando-se assim cada um de preferência à produção em que pode ter vantagens, nivelando-se os preços para cada mercadoria, evitando-se os monopólios especuladores, etc., assim também as facilidades de comunicações e de transportes entre os diversos Estados brasileiros nos dariam, na unificação de todos os nossos mercados internos para a produção nacional, uma melhor especialização profissional e produtiva para cada Estado, além da extraordinária vantagem do fortalecimento dos laços da Federação pela solidariedade das permutas e dos interesses materiais no sentimento da integridade e unidade nacional.¹⁷⁷

Neste item Serzedelo fala da importância do desenvolvimento das ferrovias e das estradas de rodagem, assim como do desenvolvimento da marinha mercante, necessário ao incremento das exportações – especialmente para tornar as exportações brasileiras independentes das frotas mercantes estrangeiras; a nacionalização da navegação de cabotagem também é defendida.¹⁷⁸

O pensamento de Serzedelo Corrêa se caracterizava pela defesa do desenvolvimento da produção nacional, tanto a agrícola como a industrial. Em seu livro encontramos uma relação exaustiva dos setores da produção nacional que deveriam ser desenvolvidos: a **indústria manufatureira** (têxtil, alimentício, metalúrgico,

¹⁷⁷ CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, p. 290.

¹⁷⁸ Ver CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, capítulo LI, **Indústria de transportes – cabotagem nacional e marinha mercante**.

farmacêutico, de transportes, móveis, cerâmica, vidros, papel, óleos, perfumaria), a **indústria agrícola** (café, cana, fumo, algodão, arroz, cereais, vinha) e a **indústria pastoril** (charque, banha, laticínios, peles e couros). Serzedelo condenava a distinção, muito corrente naquela época, entre **indústrias naturais** e **indústrias artificiais**:

Em primeiro lugar, devo desde logo afastar a ideia corrente em muitos espíritos de que só devemos amparar o que chamam eles indústrias naturais – isto é, indústrias que têm em nosso país a matéria-prima.

A indústria é sempre o resultado do trabalho humano e é pelo trabalho que o homem consegue dar a todos os objetos a utilidade, isto é – a qualidade abstrata que os torna aptos à satisfação de nossas necessidades, e que os transforma em riqueza. Indústria natural é, pois, um contrassenso.

A matéria que a natureza nos oferece é, sem dúvida, alguma coisa, porque é o elemento sobre o qual se exerce a nossa ação; mas, o trabalho é tudo, porque é por meio dele que se consegue o produto, cujo valor sobe à proporção que o trabalho é dirigido por uma competência industrial e artística e uma inteligência cada vez mais elevadas. “Um pouco de ferro nas entranhas da terra nada vale; se porém, o mineiro o arranca do solo, já tem algum valor; se o químico o isola das gangas e impurezas que contém, o seu valor é maior; se o industrial o transforma em aço, maior ainda é esse valor; se este aço é trabalhado ou em molas ou em objetos de arte, extraordinário pode ser o seu valor.” Vê-se, pois, que na indústria, antes de tudo, há uma questão de trabalho, e que sob esse ponto de vista não têm razão os que falam em indústrias naturais como as únicas dignas de amparo.¹⁷⁹

A importância atribuída à produção agrícola não impede Serzedelo de contestar a tese da “vocação agrícola” do Brasil. Para ele, como vimos acima, a produção agrícola e a produção industrial deveriam andar juntas em benefício do desenvolvimento nacional:

Longe vai o tempo em que, governando-nos o empirismo, passava por verdade indiscutível que  ramos um País essencialmente agrícola. Certo, a agricultura é ainda a nossa principal fonte de produção; mas, somos hoje um País vastíssimo, com grandes focos de vida coletiva, grandes centros de população, e daí a necessidade de impulsionar o trabalho, o que só conseguiremos pelo amparo às nossas indústrias.

É hoje, além do mais, um erro grosseiro pensar que, fora do desenvolvimento correlato da indústria agrícola e das indústrias manufatureiras, há para os povos um progresso real e efetivo e meio seguro de conservar e de realizar o tipo de uma grande e vigorosa nação.¹⁸⁰

¹⁷⁹ CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, p. 129-130.

¹⁸⁰ CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, p. 26.

Apesar do termo **indústria** ser também empregado para designar atividades agrícolas e pastoris, podemos notar, com base no que expusemos acima, que o autor distingue bem estas últimas das atividades manufatureiras e fabris; não encontramos, portanto, a possibilidade de haver aqui um projeto agrarista por trás de um discurso industrializante. Já no que diz respeito ao meio de promover a produção nacional Serzedelo assume uma postura abertamente dirigista que defende a intervenção do Estado como elemento impulsionador do progresso, especialmente nas nações que estão numa etapa menos avançada de seu desenvolvimento e nas quais a iniciativa privada ainda se revela insuficiente:

Nos povos modernos, se o indivíduo, exatamente porque o direito universal lhe reconhece a liberdade civil e a liberdade do trabalho, é uma força econômica poderosa; se pela associação ele tem produzido milagres e tem realizado empreendimentos que assombram, também o Estado, sem as estreitezas da escola individualista e sem exageros das teorias socialistas, é, nos tempos modernos, fora de suas funções essenciais e orgânicas de justiça e de ordem, um vigoroso elemento de progresso material.

O Estado é de fato uma robusta e enérgica força econômica. Essa força toma vulto, se engrandece, se multiplica e é mesmo indispensável para as nações novas, onde a iniciativa individual é fraca, e que não têm, nas lutas do comércio internacional, nas concorrências dos mercados e da produção, a tradição e o tempo, que são condições de indiscutível superioridade no trabalho.¹⁸¹

Qual seria a forma pela qual a intervenção do Estado na economia se daria? Basicamente o **protecionismo**. Este último, como vimos, era concebido naquele período como o principal instrumento de uma política industrializante pelos militares preocupados com a modernização do país, e sua presença tem uma importância central no pensamento de Serzedelo Corrêa. Para este último, a política livre-cambista adotada pelo Império foi responsável pelo atraso de todos os setores da produção brasileira:

Força é confessar: foi a política de abandono de nossas indústrias, de proteção a tudo o que era estrangeiro e importado, que retardou o nosso progresso material, que afastou do nosso solo a imigração de população inteligente e preparada, do operário apto e capaz, que impediu o nosso desenvolvimento industrial, e na própria indústria agrícola nos deixou viver no regime da rotina e do atraso.

Não fora a política do *laissez-faire* e do livre-câmbio que o Império sempre afagou em nome dos interesses do consumidor e que retardou o nosso progresso, que nos acorrentou no comércio ao regime dos monopólios, na agricultura aos processos de rotina, na indústria a só

¹⁸¹ CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, p. 24.

produzir o que havia de mais grosseiro e imperfeito, e o futuro da nação a um regime monetário que nos isola no comércio internacional, que nos depaupera, que permite todas as explorações de nosso trabalho e de nossa atividade, e outra seria a nossa força e o nosso progresso.¹⁸²

Uma política diferente, voltada para a proteção da produção nacional, deveria ser posta em prática:

Julgo imprescindível ao futuro engrandecimento de minha pátria levar ao espírito de todas as classes dirigentes, a convicção da necessidade de uma política comercial eminentemente nacional, que comece reservando à nossa produção os nossos mercados internos. [...] Primeiro: - Porque só ela é capaz, conforme se colhe da lição da história, de desenvolver as forças produtivas nos países novos. [...] Ora, um país que tem de seu lado largos anos de prática, a seu favor vasto patrimônio científico difundido por suas escolas, que tem por si a tradição, uma *ouillage* mais aperfeiçoada, um grande pessoal técnico, mercados e clientela, escolas profissionais, capitais fixos já constituídos, etc., dispõe também de enormes vantagens. É claro, pois, que um país novo, onde todos esses elementos escasseiam, na luta pela concorrência será esmagado e sua produção nascente no próprio mercado interno não encontrará saída e remuneração, se certos e determinados limites não forem criados à entrada do similar estrangeiro. [...] Segundo: - Porque só com essa política de defesa a produção nacional é capaz e pode manter a independência nacional, pela organização e riqueza das indústrias que lhe são necessárias. [...] Terceiro: - Porque são positivamente prósperas as nações que têm a superioridade do estado econômico complexo e a solidariedade das indústrias de produção, e isso só é possível nos países novos, com uma política nacional de proteção e de defesa. [...] Quarto: - Finalmente, porque seria fácil ainda demonstrar que só essa política é capaz de manter a atividade do trabalho nacional, libertando o país dos monopólios industriais e comerciais.¹⁸³

Os Estados Unidos são citados como exemplo de país que se desenvolveu rapidamente graças a uma sábia política de amparo e de defesa de sua produção.¹⁸⁴ Também aqui o intervencionismo econômico é concebido como um apoio do Estado – aqui no caso via proteção tarifária – à iniciativa privada nacional, e não como uma intervenção direta do Estado na produção. Como observa Maria Letícia Corrêa, as atenções de Serzedelo estão voltadas para interesses industriais já consolidados no país.¹⁸⁵ Não se trata, pois, de criar setores novos, por meio da ação direta do Estado. Mesmo no caso da siderurgia, que naquele momento ainda era um setor pouco

¹⁸² CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, p. 131.

¹⁸³ CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, p. 134-136.

¹⁸⁴ CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, p. 137.

¹⁸⁵ CORRÊA, Maria Letícia. *As idéias econômicas na Primeira República: Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha*, p. 149.

expressivo e de pouca produtividade no Brasil, o autor se limita a defender o apoio às fundições já existentes no país – são citadas a fábrica de Ipanema, que aliás já estava desativada, e as usinas de Esperança e Miguel Burnier, ambas particulares e situadas em Minas Gerais – e não parece estar interessado na criação de novas empresas, de maiores proporções, com participação estatal. Vejamos como Serzedelo comenta esta questão da produção de ferro no país:

Apesar de tudo isso, longos anos têm decorrido e tudo continua no mesmo, ou para pior, pois que não funciona hoje a fábrica de Ipanema.

A nossa tarifa, quase sempre irracionalmente feita, favorece de tal arte os artefatos de ferro e de aço que dificilmente vai se desenvolvendo o trabalho nacional, quando em muitos casos poderíamos ter. [...] As fundições não se desenvolvem, não aumentam o raio de sua produção, porque é irracional o modo como estão taxados os artefatos de ferro e de aço, e por sua vez S. João de Ipanema não fornece ferro, e a exploração não se faz em nossas ricas minas, pela simples razão de que o ferro fundido, o ferro gusa entram com a taxa de 10 réis.

Nestas condições, como ter essa indústria?

Estabeleçam os prêmios que quiserem: enquanto não ampararem a produção na tarifa, colocando o similar nacional em condições de viver, tudo será inútil.¹⁸⁶

O problema do desenvolvimento industrial aparece aqui novamente associado a uma questão tarifária, e não se leva em conta se as fábricas de ferro nacional possuíam capacidade técnica para abastecer satisfatoriamente a demanda interna (arsenais de Guerra e de Marinha, ferrovias etc.). Assim como no caso da **Tribuna Militar**, notamos uma despreocupação ou simplesmente um desconhecimento do nível técnico das fábricas brasileiras em relação às unidades industriais europeias e norte-americanas, e as tarifas protecionistas aparecem como suficientes para garantir um setor industrial capaz de abastecer o mercado nacional. Não estamos, com isso, fazendo juízo de valor, até porque isto seria anacrônico: como pensador econômico da virada do século XIX para o XX, Serzedelo Corrêa ainda estava preso dentro do universo liberal, no qual uma ação direta do Estado tal qual seria feita posteriormente na era Vargas era inconcebível.¹⁸⁷

¹⁸⁶ CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, p. 213. Este trecho está situado no capítulo XXXVII, **Indústrias metalúrgicas**. Veremos em maiores detalhes a questão siderúrgica no capítulo III de nossa tese, ao analisarmos o projeto siderúrgico do Estado Novo.

¹⁸⁷ A solução privada aparece inclusive na questão da exploração das riquezas minerais do subsolo, com a qual Serzedelo Corrêa de certa forma antecipa os debates da década de 1930. Consciente da importância das riquezas minerais para a indústria e crítico da Constituição de 1891 por ter ela garantido o domínio das riquezas do subsolo ao proprietário do solo – que tinha com isso o poder de explorá-las ou de deixá-las inutilizadas –, Serzedelo propunha uma reforma da lei com o objetivo de regularizar a exploração do

Inserido dentro deste contexto histórico de fins do século XIX e início do século XX, podemos afirmar sem sombra de dúvida que Serzedelo foi um ícone do pensamento industrializante e modernizador no Brasil.

Podemos dizer, portanto, que Serzedelo Corrêa era defensor de um projeto de desenvolvimento apoiado no **capital privado nacional**, com o Estado com uma função de agente regulador e impulsionador das atividades econômicas privadas. Hostil ao capital estrangeiro, cuja presença acentuada no grande comércio urbano, nas companhias de seguro e na comercialização da produção agrícola para exportação o preocupava especialmente no que dizia respeito ao problema da remessa de lucros para o exterior, Serzedelo pregava uma **nacionalização da economia brasileira**, isto é, uma economia brasileira apoiada fundamentalmente em grupos nacionais.¹⁸⁸

*

* *

Como podemos caracterizar o projeto econômico da oficialidade republicana?

Como vimos, as posições desta última sobre os problemas econômicos e sobre o desenvolvimento eram de cunho inequivocamente **industrializante**. E o que os militares daquele período entendiam por **indústria** está claramente relacionado com atividades de transformação, sejam elas artesanais, manufatureiras ou grande indústria mecanizada. As eventuais referências às **indústrias agrícolas** e às **indústrias pastoris**,

subsolo, de limitar o poder do proprietário do solo sobre as suas riquezas e, desta forma, permitir a entrada de capitais interessados nesta atividade (ver CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, capítulo IX, **Exploração de nossas riquezas minerais**). Como podemos ver, ainda estamos longe da estatização das riquezas do subsolo realizada por Juarez Távora à frente do Ministério da Agricultura em julho de 1934. Na medida em que Serzedelo concebia o Estado como regulador e como um impulsionador das atividades econômicas, mas não como um interventor direto na produção, mesmo na questão do subsolo a solução apontada se limitava a uma vaga proposta de lei que “limitasse” o poder do proprietário do solo sobre as riquezas do subsolo correspondente.

¹⁸⁸ Esta questão é comentada em CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*, capítulos XI a XV. Não quisemos esgotar aqui todas as questões estudadas por Serzedelo Corrêa em *O problema econômico do Brasil*, na medida em que fugiríamos demasiadamente de nosso objeto de pesquisa, e correríamos o risco de cair num fichamento de leitura que não acrescentaria nada ao que já foi escrito sobre este autor. Para uma visão dos principais tópicos do pensamento econômico de Serzedelo Corrêa, ver CORRÊA, Maria Letícia. *As idéias econômicas na Primeira República: Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha*, p. 136-153. Ver também LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*, p. 73-77.

que encontramos em alguns dos documentos que trabalhamos atrás, não significam que houvesse uma confusão entre **indústria** e **atividade econômica produtiva**: as atividades de transformação eram distinguidas das atividades agrícolas e pastoris, e em nenhum momento encontramos a possibilidade de haver um projeto agrarista por trás de um discurso pretensamente industrializante. O que podemos, todavia, notar, é a pouca precisão no que diz respeito aos setores da indústria que deveriam ser privilegiados numa política de desenvolvimento. Melhor dizendo, apesar de diversos ramos da indústria serem mencionados, não encontramos setores chave nos quais deveria se apoiar uma política de desenvolvimento industrial acelerado, como foram a siderurgia e a exploração petrolífera na era Vargas. Os diversos setores da indústria são colocados num mesmo patamar, sem ordem de importância; temos aqui, portanto, uma defesa **ideológica** do desenvolvimento industrial como fator de progresso e de independência econômica, mas cuja concepção de indústria é genérica.

A pouca precisão deste projeto industrializante se reflete na despreocupação com o atraso técnico das unidades industriais brasileiras em relação à grande indústria em processo de consolidação nas potências europeias e nos Estados Unidos. Apesar da defesa de uma política de importação de maquinaria industrial revelar alguma preocupação com a mecanização das fábricas brasileira, esta preocupação não se traduz num projeto definido de criação de grandes unidades industriais mecanizadas capazes de enfrentar de fato a concorrência estrangeira. As tarifas protecionistas são em geral vistas como suficientes para o desenvolvimento das indústrias nacionais, por sua vez consideradas capazes de produzir em quantidade e qualidade suficientes para abastecer o mercado brasileiro. Como observamos atrás, ramos da indústria que estão em diferentes níveis técnicos, como as unidades artesanais, as unidades manufatureiras e a grande indústria mecanizada, são colocados num mesmo patamar, não são distinguidos.

Podemos dizer, entretanto, que o projeto econômico dos militares naquele momento histórico se mostra preciso na defesa de medidas que podiam contribuir para um futuro desenvolvimento industrial, como a expansão das vias de comunicação, que ajudariam a unificar o mercado interno e a criar com isso um mercado consumidor maior e mais sólido para a indústria brasileira, e o desenvolvimento do ensino profissional, que ao formar um proletariado mais qualificado contribuiria para o aprimoramento técnico das unidades industriais brasileiras. Não encontramos nos documentos que analisamos nenhuma crítica à **estrutura fundiária** brasileira. A

contestação do estágio agrícola da economia brasileira não era acompanhada de uma contestação do latifúndio improdutivo e de uma defesa da criação de uma pequena burguesia rural, vital para a expansão do mercado interno. Não encontramos também referências à **questão operária**, o que revela a ausência naquele momento de um movimento operário importante. O movimento operário só ganharia impulso no Brasil na década de 1910, quando do surgimento de uma classe operária mais numerosa e importante em decorrência de um maior desenvolvimento da indústria brasileira.

O projeto econômico dos militares tal qual ele aparece na **Tribuna Militar**, no discurso florianista e no pensamento de Serzedelo Corrêa, está inequivocamente comprometido com uma política de desenvolvimento industrial baseada no **capital privado nacional**. A função do Estado seria a de criar as condições necessárias ao desenvolvimento da indústria nacional (vias de comunicação, ensino profissional, política creditícia, tarifas protecionistas), a de regular e de impulsionar este desenvolvimento, mas não de assumir ele mesmo setores da atividade industrial. Não sabemos, inclusive, se o desenvolvimento de setores como as vias de comunicação e o ensino profissional deveriam ficar a cargo diretamente do Estado, ou se eles seriam entregues a grupos privados sob supervisão governamental; talvez os militares não tivessem pensado nesta questão. Como dissemos atrás, os militares brasileiros do final do século XIX ainda estavam presos aos princípios econômicos liberais, que permitiam um dirigismo que se limitasse a estimular o setor privado, mas nunca a intervir na produção. O exemplo japonês de uma política de industrialização acelerada baseada na criação de grandes empresas estatais que após consolidadas seriam entregues a grupos econômicos privados provavelmente não era conhecido no Brasil, até porque o Japão só surgiria como potência para o mundo ocidental com a vitória na guerra russo-japonesa de 1904-1905.¹⁸⁹ Notamos, entretanto, uma grande admiração dos militares pelos Estados Unidos e à sua política de desenvolvimento industrial autônomo com base no protecionismo, que segundo eles seria responsável pela transformação da grande república do Norte numa potência capaz de enfrentar o poderio dos principais Estados europeus. Esta admiração pelos Estados Unidos caracterizaria, inclusive, a ideologia da oficialidade republicana em geral, assim como a ideologia florianista: diante do

¹⁸⁹ Sobre os princípios do desenvolvimento industrial japonês, ver CURY, Vania Maria. *História da industrialização no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, capítulo 4, **Japão: um singular caso de modernização, 1868-1914**.

imperialismo das velhas monarquias europeias, a jovem e dinâmica república norte-americana representava o que havia de mais novo e saudável, um exemplo a ser seguido pelas nações sul-americanas. Não se trata ainda da defesa da participação norte-americana no desenvolvimento econômico brasileiro, que caracterizaria o pensamento de boa parte da oficialidade brasileira do pós-1945.

Apesar da pouca precisão no que se refere especificamente aos setores da indústria a serem desenvolvidos, podemos supor que o projeto econômico defendido pelos militares, se vitorioso, poderia ter acelerado o desenvolvimento industrial brasileiro. Primeiramente ele teria levado ao estabelecimento de uma organização política e administrativa mais centralizada controlada pela oficialidade progressista das Forças Armadas e que excluiria do poder central os representantes políticos dos interesses agromercantis; assim, as rendas provenientes das atividades agroexportadoras poderiam ser em grande parte direcionadas ao financiamento da indústria, e não apenas ao reinvestimento na economia agrícola. Em segundo lugar, teríamos uma série de medidas capazes de impulsionar a indústria nacional: expansão das vias de comunicação com o objetivo de interligar o país – e não apenas de escoar a produção agrícola para exportação –, o que ajudaria a unificar e a alargar o mercado interno; difusão do ensino profissional e conseqüente surgimento de uma mão de obra capaz de se adaptar às exigências de uma indústria moderna; política creditícia para o setor industrial, o que o ajudaria a conseguir fundos para a importação de maquinaria e o ajudaria desta forma a se mecanizar; tarifas protecionistas, que, se aplicadas criteriosamente – isto é, que não fossem aplicadas para a defesa de setores arcaicos e desinteressados em se modernizar –, poderiam ajudar setores mais dinâmicos e promissores da indústria nacional a se desenvolver livres da concorrência estrangeira.

Os limites do projeto econômico dos militares brasileiros naquele momento histórico só podem ser entendidos se inseridos dentro do contexto de sua época; julgá-lo exclusivamente com base em parâmetros atuais e ignorar este contexto histórico seria correr o risco de cair no anacronismo. Afinal de contas, o Brasil era naquele momento um país agrícola recém-saído do escravismo e com um setor industrial pequeno e embrionário (e em certos setores bastante rudimentar); a própria fraqueza da burguesia industrial brasileira naquele momento tornava a base social de apoio de um projeto

como este bastante frágil. Para uma maior sofisticação do projeto econômico dos militares brasileiros seria preciso o surgimento de fatores externos, como a Primeira Guerra Mundial, durante a qual a associação entre grande indústria e poderio militar ficaria mais evidente, e de fatores internos, como o desenvolvimento industrial impulsionado pela expansão da economia cafeeira durante a República Velha, que tornaria o contexto nacional mais favorável ao surgimento de projetos econômicos de maior envergadura.

***CAPÍTULO II: TECNOCRACIA E DESENVOLVIMENTO
NO PROJETO TENENTISTA***

CAPÍTULO II: TECNOCRACIA E DESENVOLVIMENTO NO PROJETO TENENTISTA

I) O tenentismo em sua fase insurrecional (década de 1920).

O período compreendido entre o desaparecimento do florianismo (final da década de 1890) e o surgimento do tenentismo (início da década de 1920) pode sem dúvida ser caracterizado como um período de rápidas e significativas transformações na estrutura socioeconômica brasileira, que de certa forma prenunciam a posterior passagem do país para uma etapa industrial. O desenvolvimento da economia cafeeira e de todas as atividades comerciais e financeiras a ela ligadas, já num contexto marcado pela extinção do escravismo decretada em 1888 e pela expansão do mercado de trabalho, levou ao desenvolvimento dos centros urbanos, e, dentro destes, ao desenvolvimento do setor terciário (burocracia, bancos, comércio, serviços urbanos etc.). Este processo, conseqüentemente, levou ao crescimento das camadas médias urbanas e ao surgimento de um mercado de consumo capaz de impulsionar a formação de um setor industrial de bens de consumo, como o têxtil e o alimentício. Segundo Steven Topik, o Brasil obteve substancial desenvolvimento industrial ao longo da Primeira República, e tornou-se virtualmente autossuficiente em tecidos, roupas, sapatos e alimentos, que correspondiam juntos a 60% de todas as indústrias no país.¹⁹⁰ Boris Fausto e Francisco Iglésias afirmam, ambos com base na análise do recenseamento de 1920, que os setores predominantes da indústria brasileira eram então o têxtil e o alimentício, isto é bens de consumo leves, enquanto que os ramos básicos da infraestrutura industrial, como a siderurgia e a mecânica pesada, não representavam proporção relevante¹⁹¹. Outro elemento importante naquele momento é a posição de liderança da indústria paulista, seguida da indústria fluminense¹⁹², a antiga líder, e da indústria gaúcha: a primeira estava situada no grande centro da economia agroexportadora daquele momento; a segunda, na região onde se encontrava a Capital

¹⁹⁰ Cf. TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*, p. 181.

¹⁹¹ Ver FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 36-41, e IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*, p. 75-80.

¹⁹² Quando falamos de **indústria fluminense**, estamos considerando o Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro juntos, embora no censo de 1920 eles apareçam separados (ver FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, p. 38).

Federal e o principal centro urbano do país, além de antigo grande centro da economia cafeeira; e a terceira era resultante da política de diversificação agrícola empreendida pela progressista administração do grupo castilista no Rio Grande do Sul desde os primórdios da República.¹⁹³ No que diz respeito ao estágio de desenvolvimento técnico da indústria brasileira naquele período, já encontramos uma coexistência das pequenas unidades artesanais e manufatureiras herdadas do Império com novas e grandes unidades mecanizadas.¹⁹⁴

É comum na historiografia a tese, a nosso ver correta, da vinculação econômica, política e ideológica da burguesia industrial brasileira com o setor agroexportador. Segundo esta interpretação, a burguesia industrial brasileira, cujas atividades econômicas eram originárias da expansão e do desenvolvimento das atividades agroexportadoras, veria a sua sorte presa à sorte dos grupos agromercantis e se alinharia politicamente com ele. A sua militância se limitaria a reivindicações de caráter classista como a defesa de tarifas protecionistas, sem, no entanto, advogar por um projeto econômico alternativo que procurasse superar a estrutura socioeconômica vigente. Por sua vez, o regime republicano oligárquico, representante dos interesses agroexportadores, retribuiria este apoio da burguesia industrial à ordem vigente com uma política altamente repressiva em relação aos trabalhadores urbanos, e garantiria aos industriais apoio integral do governo diante das reivindicações da classe operária. Tal posição política conservadora da burguesia industrial explicaria, por exemplo, o ingresso dos representantes da indústria de São Paulo no Partido Republicano Paulista – por sua vez representante dos interesses da cafeicultura –, assim como a sua ausência no movimento revolucionário de 1930 e a sua oposição ao governo Vargas e aos **tenentes**¹⁹⁵ durante o episódio do movimento constitucionalista de 1932; o próprio líder industrial paulista Roberto Simonsen se destacaria por sua atuação na mobilização de guerra dos constitucionalistas de São Paulo.¹⁹⁶ Assim, ficam claras algumas das

¹⁹³ A política de diversificação agrícola empreendida pelo governo estadual do Partido Republicano Rio-Grandense durante a República Velha, e seu impacto no surgimento de um setor industrial importante no Rio Grande do Sul é comentada em FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 67-68 e 80.

¹⁹⁴ Cf. CARONE, Edgard. *A República Velha (instituições e classes sociais)*, p. 80.

¹⁹⁵ Usamos o termo **tenente** em negrito para designar o membro do movimento tenentista e para evitar confusão com a patente militar. Estamos usando critério semelhante ao de José Augusto Drummond em seu trabalho sobre o tenentismo (ver DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 15).

¹⁹⁶ Cf. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, p. 49. Encontramos a idéia do vínculo entre a burguesia industrial e o setor agroexportador no Brasil da Primeira República em

principais características da indústria brasileira daquele momento histórico, características que ajudarão a entender a ausência da burguesia industrial brasileira entre as bases de apoio de Vargas e seus aliados militares: concentração na produção de bens de consumo – e o consequente desinteresse por projetos mais ambiciosos como o siderúrgico e o petrolífero –, dependência econômica para com o setor agroexportador e consequente aliança política com este último.

O fato de haver um setor industrial associado com o setor agroexportador não significa que o regime **oligárquico**¹⁹⁷ que foi instaurado durante o governo presidencial de Campos Sales (1898-1902) e que seria derrubado em 1930 pode ser considerado **industrializante**. Como vimos, este setor industrial é originário do desenvolvimento do setor agroexportador, e não houve uma política governamental consciente e sistemática para a sua criação, e muito menos para a sua transformação em atividade econômica predominante. Steven Topik, ao comentar a política do Estado brasileiro em relação à indústria na Primeira República, mostra como esta política não era necessariamente hostil, mas também não estava de fato interessada na criação de um setor industrial sólido e importante. Para este autor, o desenvolvimento da indústria dependeu essencialmente do mercado:

Mas enquanto a política oficial estimulava o crescimento de pequenas indústrias, ela ao mesmo tempo inibia o aparecimento de um setor dinâmico, moderno e verticalmente integrado. [...] Não havia qualquer planejamento por parte do Estado nem qualquer empenho para coordenar o desenvolvimento de indústrias complementares. Salvo os

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, capítulo 1, **Burguesia industrial e Revolução de 1930**, SOUZA, Maria do Carmo Campello. **O processo político partidário na Primeira República**, TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*, capítulo 5, **Industrialização**, SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984, p. 27-42, e GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*, capítulo **Origens e características da burguesia industrial**.

¹⁹⁷ Usamos aqui neste texto o termo **oligárquico** com base num critério político, e não econômico. Melhor dizendo, quando falamos de **oligarquia** não estamos nos referindo necessariamente aos latifundiários e aos exportadores de café, e sim a grupos políticos, mesmo que representantes dos interesses dessas categorias sociais. Seguimos por isso o critério adotado por Pedro Cezar Dutra Fonseca: “Entendo por oligarquia uma situação de poder em que são estabelecidas regras ou normas, legais ou tradição, que permitem a um mesmo grupo dirigente perpetuar-se no poder, ou só abri-lo a outros grupos com seu expresso consentimento. Se o grupo dirigente não conseguir monopolizar o poder, ou tiver que compartilhá-lo com outros devido à força destes, sua situação oligárquica tende a esvaziar-se. Daí usá-lo para caracterizar o sistema político da República Velha, especialmente após Campos Sales, quando não só o “controle do voto”, mas principalmente a linha de conduta do reconhecimento dos eleitos, e portanto dos detentores do poder, passou a ser definido pelo princípio de “reconhecer somente os diplomas dos candidatos eleitos pelas situações no poder naquele momento dos respectivos Estados”. [...] As “oligarquias” em si não são classes sociais, embora geralmente representem e defendam os interesses de alguma(s) dela(s)” (FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*, p. 142).

casos de alguns poucos setores tidos como vitais para a segurança nacional, era sempre mais o mercado do que o Estado a determinar o ritmo e a forma da industrialização. O Estado só intervinha em momentos de crise para socorrer indústrias que já tinham provado sua capacidade competitiva. Por tudo isso o Brasil deixou de tirar proveito do potencial de muitas das matérias-primas por ele produzidas.¹⁹⁸

Ao falar das intervenções do Estado no setor industrial, o autor citado está se referindo basicamente a tarifas protecionistas e a políticas de câmbio baixo.

O regime oligárquico da República Velha foi sempre o representante político dos grupos agromercantis de São Paulo, que assumiram o poder central com a queda do grupo militar florianista em 1894 e que a partir daí o mantiveram sob controle, seja diretamente, seja por meio de governos aliados. Segundo Décio Saes:

Sob o controle da burguesia cafeeira, o Estado oligárquico preencheu, ao mesmo tempo, duas funções. De um lado, o Estado de classe cumpriu sua função política superior assegurando a ordem social: manutenção do estatuto da propriedade rural e das relações de trabalho predominantes no campo, repressão do movimento operário nas cidades. O Estado oligárquico preenchia, assim, sua função conservadora assegurando a dominação de classe. De outro lado, o Estado da burguesia cafeeira implementava uma política econômica destinada a assegurar a expansão do capitalismo agrário-exportador. Esta missão prospectiva o Estado oligárquico a cumpria defendendo os interesses do complexo agrário-exportador e, sobretudo, os da economia cafeeira. Portanto, todos os instrumentos econômicos do Estado oligárquico foram colocados, seja no plano regional, seja no plano nacional, a serviço desta política.¹⁹⁹

O próprio governo de Hermes da Fonseca, apesar de ter sido o único governo presidencial durante o qual os republicanos paulistas estiveram na oposição, não significou uma tentativa de rompimento com a orientação econômica vigente. Assim, com um sistema político excludente estabelecido durante o governo de Campos Sales, criou-se um mecanismo pelo qual o governo central, representante dos interesses agromercantis hegemônicos, os da cafeicultura paulista, garantia a permanência de determinados grupos nos governos estaduais – via fraude eleitoral, violência coronelística, controle do reconhecimento dos candidatos eleitos etc. – em troca do apoio destes últimos à sua política por meio de seus representantes no Congresso. Este **sistema oligárquico**, que fazia com que o regime vigente fosse uma república liberal-democrática apenas no papel, garantia o apoio político a todas as medidas governamentais de auxílio ao setor cafeeiro, como a obtenção de empréstimos

¹⁹⁸ TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*, p. 182-183.

¹⁹⁹ SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*, p. 39-40.

estrangeiros para o financiamento da cafeicultura e a política de valorização do café – produto ameaçado pela superprodução e pela conseqüente desvalorização no mercado mundial – por meio da compra pelo governo do excedente da produção cafeeira.²⁰⁰ Com o crescimento dos novos grupos urbanos (camadas médias e proletariado) resultante da diversificação econômica do setor agroexportador, e com o desgaste da própria economia cafeeira visível a partir da década de 1920 – quando se tornou cada vez mais difícil garantir o equilíbrio entre a produção e a demanda no mercado mundial – o sistema político vigente, elitista e excludente, e a ordem sócio-econômica que ele representava, mostrariam os seus limites. Apesar de significar um avanço considerável em relação ao período imperial, a indústria brasileira do período republicano ainda estava enquadrada, portanto, dentro dos limites da economia agroexportadora. Para que se pudesse promover a sua transformação em principal atividade econômica do país, seria necessária a mudança de regime político, isto é a **derrubada da república oligárquica**.

Durante este período as forças armadas brasileiras passaram por uma série de reformas com o objetivo ao mesmo tempo de modernizá-las do ponto de vista técnico e profissional e de afastá-las da política e garantir a sua subordinação ao poder civil. No que diz respeito ao Exército, houve primeiramente uma mudança no ensino com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904 devido à participação de seus alunos em tentativa de golpe militar contra o governo presidencial de Rodrigues Alves no mesmo ano, e, após um período de funcionamento provisório em Porto Alegre, com a inauguração de uma nova em 1911, a Escola Militar do Realengo, situada no subúrbio carioca. O surgimento desta nova escola militar não representou apenas uma mudança de localidade para mais longe do foco de tensões políticas que representava a cidade do Rio de Janeiro, mas também uma mudança de orientação no ensino militar, que procurava erradicar a influência de filosofias “subversivas” como o positivismo, característica do ensino mais teórico da Praia Vermelha, e orientar a formação do oficial num sentido mais prático e profissionalizante. Com base nesta mesma orientação, foram enviados grupos de jovens oficiais à Alemanha imperial, a grande potência militar

²⁰⁰ Cf. SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*, p. 40. Sobre a organização política vigente durante a República Velha, ver o já citado ensaio de Maria do Carmo Campello de Souza. Para um estudo das articulações políticas que giraram em torno da construção dessa ordem política, ver BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales*.

daquele momento, em três turmas sucessivas (1906, 1908 e 1910) para dois anos de estágio no exército daquele país, o que levaria ao surgimento de uma geração desejosa de reformar o exército brasileiro com base nos moldes alemães. Posteriormente chegaria a controversa Missão Militar Francesa, contratada em 1919 e que durante vinte anos colaboraria na formação profissional da oficialidade do exército brasileiro. A Marinha, por sua vez, receberia uma missão naval norte-americana na mesma época. Esforços para o equipamento das Forças Armadas seriam realizados durante o governo presidencial de Afonso Pena (1906-1909), com a encomenda dos encouraçados São Paulo e Minas Gerais, de fabricação inglesa, junto com outras unidades para a Marinha, e com a fundação da fábrica de pólvora de Piquete, no Estado de São Paulo, fábrica estatal sob o controle do Exército. A implementação da lei do serviço militar obrigatório por sorteio em 1916 resolveria, pelo menos em parte, o problema do recrutamento para as fileiras do Exército, que deixaria de compor as suas tropas com base no recrutamento forçado nas camadas mais miseráveis da população e passaria a envolver todas as classes da Nação. No final da década de 1910 era criada a aviação militar, cujo pessoal seria repartido em 1920 entre o Exército e a Marinha; a Força Aérea só surgiria como corporação autônoma em 1941.²⁰¹

No entanto, apesar de todos esses esforços no sentido de aprimorar técnica e profissionalmente as forças armadas brasileiras, a modernização completa destas últimas era cerceada pelos próprios limites do país. Melhor dizendo, impossível seria a elevação da organização militar brasileira ao nível das grandes potências europeias e dos Estados Unidos, dentro do quadro de uma economia agroexportadora. O equipamento militar, devido à ausência de um verdadeiro parque industrial voltado para as indústrias de base e para as indústrias militares, continuava sendo importado; a principal fonte para o armamento do Exército era a indústria alemã até a Primeira Guerra Mundial e, depois, a indústria francesa, enquanto que a Marinha recorreria às indústrias inglesa, norte-americana e italiana.²⁰² Tentativas de modernização, tanto no Exército como na Marinha, da parte de autoridades civis e militares, esbarrariam nos obstáculos impostos pela realidade brasileira. Assim comenta Nelson Werneck Sodré os

²⁰¹ Para as reformas estruturais dentro das forças armadas brasileiras durante a Primeira República, ver CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas na Primeira República: o poder destabilizador**, McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*, capítulos 2 a 6, e SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*, p. 177-198.

²⁰² Ver HILTON, Stanley. **The Armed Forces and Industrialists in Modern Brazil: The Drive for Military Autonomy (1889-1954)**. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 62, No. 4, November 1982, p. 633-634.

equivocados esforços de Júlio César de Noronha, um ícone da oficialidade naval, em suas tentativas de modernizar a Marinha, sem atentar para o atraso econômico do país, no início do século XX:

A reação contra o descalabro militar começou muito mais cedo na Marinha do que no Exército, pela primazia de que o seu papel se revestia na época. Foi espetáculo digno de ver-se o esforço dos oficiais de Marinha em defesa do reaparelhamento de sua força armada. Nesse esforço, destacou-se, por todos os títulos, a figura do almirante Júlio César de Noronha. Dava ele, inclusive em sua campanha de imprensa, ênfase entusiástica à aquisição de poderosas naves de guerra, em absoluta desproporção com o quadro de desenvolvimento do país, e até em contraste com este quadro. O grave engano, a profunda ilusão que embalava o idealismo dos que formavam com a campanha de Júlio de Noronha consistia em desligar o problema da Marinha do quadro geral do país, em não compreender que só país altamente desenvolvido pode ter poderosa Armada, em supor que o contrário seria possível e traduzisse força real. Essa deficiência de compreensão estava ligada, evidentemente, à grave lacuna que surge da tese, cujo traço político é evidente, de que o militar não deve se interessar pela política. Um soldado e particularmente um chefe, não pode, de forma alguma, desobrigar-se do conhecimento político, e é claro que isso não tem parentesco algum com a militância partidária. A compreensão política permitiria aos idealistas do programa naval de 1904 situar o particular do país no geral do mundo, e entender que só poderia o Brasil ter a Esquadra com que sonhavam quando tivesse a indústria pesada que a construísse e mantivesse, e que este era o marco inicial, e não a compra de navios, que seria arremedo de poder.²⁰³

Impacto considerável teria a Primeira Guerra Mundial na conscientização dos militares brasileiros a respeito do problema industrial. Isto não somente pelo fato da importação de armamento estar bloqueada com o fechamento do mercado europeu por causa do conflito – o que em si já justificaria a existência de projetos de indústria militar autônoma –, mas também pelo fato da guerra de 1914-1918 ter sido o primeiro grande conflito militar-industrial da História: as antigas grandes potências que estavam atrasadas em seu desenvolvimento industrial, como o Império Russo, o Império Austro-Húngaro e o Império Otomano, foram punidas com a sua própria destruição, enquanto que prevaleceram os Estados com economia industrializada, como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Alemanha; esta última, a grande potência militar e industrial do continente europeu, foi derrotada no final por uma série de fatores que não o seu atraso econômico. A Primeira Guerra deixou bem claro a importância militar de setores econômicos como a siderurgia, para a fabricação em massa de armamento

²⁰³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*, p. 188-189.

pesado, e o petróleo, para o fornecimento de combustível para veículos e aviões. Da mesma forma, ela deixou bem clara a importância do planejamento econômico, o que acabou por reforçar o papel dirigista do Estado, exigido por um conflito de tão grandes proporções e de longa duração. A Primeira Guerra Mundial foi a primeira **guerra total** da História, guerra na qual foram mobilizados amplos setores da sociedade, e inclusive os principais setores da economia.²⁰⁴ Apesar do Brasil não ter participado do conflito, a oficialidade brasileira passou a dar mais ênfase a setores mais sofisticados da indústria naquele momento, como a siderurgia. A partir da guerra encontraríamos diversos representantes da alta oficialidade do Exército, como Cardoso de Aguiar, Ministro da Guerra em 1919, e Tasso Fragoso, naquele momento Diretor de Material do Exército e mais tarde Chefe do Estado-Maior do Exército por um longo período, pedindo a instalação de um parque industrial voltado para o ferro e o aço. O grupo dos **jovens turcos**, os mencionados oficiais brasileiros que estagiaram na Alemanha na virada da primeira década de 1900 para a de 1910, e que ganharam este apelido por lembrarem a jovem oficialidade revolucionária do exército otomano, passaram a defender nas páginas de sua revista **A Defesa Nacional** a criação da indústria nacional do aço.²⁰⁵

Não devemos confundir, contudo, este reformismo militar de cunho técnico e profissional com um projeto de país que contestasse as bases socioeconômicas da República Velha. Da mesma forma que no período imperial os generais que defendiam apenas uma modernização e uma melhor organização das forças armadas brasileiras não podiam ser confundidos com os militares revolucionários que puseram abaixo a monarquia, no período republicano também não podemos fazer uma associação sistemática entre uma oficialidade que reivindicava reformas de cunho exclusivamente técnico e profissional e o movimento tenentista. Tomemos como primeiro exemplo a

²⁰⁴ Sobre o caráter revolucionário e devastador do primeiro grande conflito mundial, ver RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 a nossos dias*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1982, capítulos 1 e 2, e HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, capítulo 1, **A era da guerra total**.

²⁰⁵ Sobre as reivindicações da oficialidade brasileira pela implementação da siderurgia e de indústrias militares no Brasil durante a República Velha, ver HILTON, Stanley. **The Armed Forces and Industrialists in Modern Brazil: The Drive for Military Autonomy (1889-1954)**, p. 638-646, McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*, p. 237-243 e 273-276, MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 225-226. Sobre a defesa da indústria pesada feita pelos **jovens turcos** ver também CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**, p. 60. Segundo Stanley Hilton, a preferência dos militares naquele período era pela **indústria privada** (caso de Hermes da Fonseca e dos **jovens turcos**). Para Frank D. McCann, os militares naquele período estavam divididos entre os defensores da iniciativa privada e os defensores da solução estatal sob controle direto das Forças Armadas.

figura de Hermes da Fonseca. Este alto oficial de grande prestígio no Exército, talvez o militar de maior prestígio em toda a República Velha, se notabilizou como Ministro da Guerra de Afonso Pena entre 1906 e 1909 por seu envolvimento fervoroso num projeto modernização e fortalecimento da organização militar brasileira. Durante o seu período à frente da pasta da Guerra, promoveu reformas na organização das tropas e do corpo de oficiais, fez aprovar no Congresso, em 1908, a lei do serviço militar obrigatório – que só viria a ser aplicada em 1916 – e demonstrou preocupação com o problema siderúrgico antes mesmo da guerra de 1914-1918. Germanófilo, Hermes advogaria pela vinda de uma missão militar alemã para o treinamento e a formação da oficialidade brasileira, e seria inclusive convidado pelo Imperador Guilherme II para assistir a manobras de seu exército na Alemanha; pouco depois mudaria de posição, e passaria a simpatizar com a ideia da vinda de uma missão militar francesa.²⁰⁶ Esta ênfase reformista na área militar não acompanharia, entretanto, Hermes da Fonseca em sua atuação política: apesar de mobilizar, devido ao seu prestígio militar, boa parte da oficialidade em sua vitoriosa campanha para a Presidência da República no ano de 1910 – e apesar do caráter militar de sua candidatura ser realçado pela ideologia civilista da campanha oposicionista de Rui Barbosa –, podemos dizer que em nada a atuação de Hermes da Fonseca como Presidente da República (1910-1914) parece uma nova manifestação do grupo militar que havia sido apeado do poder em 1894 ou um prenúncio do tenentismo. Apesar de ser o único governo presidencial da República Velha em que os paulistas estiveram na oposição, não encontramos no governo Hermes da Fonseca nenhuma contestação da natureza socioeconômica do regime. A sua atuação “antioligárquica” se limitou à promoção da derrubada de grupos situacionistas nos Estados do Norte e Nordeste e à sua substituição por outras frações das elites estaduais ligadas a ele. Politicamente, o **hermismo** não pode ser considerado como a manifestação de um projeto militar de país, e sim o braço armado de oligarquias dissidentes e grupos oposicionistas estaduais. Hermes da Fonseca é, portanto, um

²⁰⁶ Sobre o reformismo militar de Hermes da Fonseca, ver McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*, p. 137-150, e MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 219-221. Sobre as preocupações de Hermes da Fonseca com a siderurgia e as indústrias militares ver HILTON, Stanley. *The Armed Forces and Industrialists in Modern Brazil: The Drive for Military Autonomy (1889-1954)*, p. 642-643.

exemplo típico de reformista militar que não se transformou em revolucionário político.²⁰⁷

Outro exemplo que a nosso ver ilustra esta ideia é o do mencionado movimento dos **jovens turcos**. Como vimos, este grupo esteve entre os principais militantes pela modernização da organização militar brasileira, e como antigos estagiários no exército alemão, desejavam que ela fosse realizada com base nos moldes deste último. Esta militância, porém, não se transformaria em contestação da ordem vigente. Segundo José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho, a militância dos **jovens turcos** permaneceu dentro dos limites corporativos, e a sua ideologia pregava o não envolvimento dos militares na política, isto é, para este grupo os militares deveriam se preocupar exclusivamente com o seu aprimoramento profissional; João Quartim de Moraes, ao contrário, vê na ideologia dos **jovens turcos** e de sua revista **A Defesa Nacional** uma apologia a um intervencionismo militar de direita, em defesa das oligarquias, assim como uma concepção do papel do Exército como fator de estabilização e conservação social num país de formação recente e ainda carente de instituições organizadas.²⁰⁸ De qualquer forma, seja qual for a postura ideológica dos **jovens turcos** – defesa de um Exército apolítico ou defesa de um intervencionismo conservador –, este grupo claramente aceitava a ordem política vigente e suas bases socioeconômicas. Isto explica pelo menos em parte porque duas lideranças dos **jovens turcos** como Bertholdo Klinger e Euclides Figueiredo se tornaram posteriormente ferozes opositores do tenentismo e comandantes militares da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. Aqui mais uma vez a militância pela modernização da organização militar não era acompanhada por uma contestação da hegemonia política das elites agromercantis. Podemos dizer o mesmo de Tasso Fragoso, defensor ardoroso da modernização da organização militar nacional e ao mesmo tempo perfeitamente integrado dentro da ordem política da República Velha: este oficial foi

²⁰⁷ Segundo José Murilo de Carvalho, “a conotação militarista do governo deveu-se muito mais à campanha de Rui Barbosa do que à presença do marechal” (CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**, p. 46). Sobre o governo presidencial de Hermes da Fonseca, ver BELLO, José Maria. *História da República*, capítulos XVII e XVIII, e SOUZA, Maria do Carmo Campello. **O processo político partidário na Primeira República**, p. 201-212.

²⁰⁸ Sobre o ativismo ao mesmo técnico-profissional e antipolítico dos **jovens turcos**, ver CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**, p. 27-28 e COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 92-96. Para a interpretação de João Quartim de Moraes, ver MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil. Volume I: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*, p. 138-141.

Chefe do Estado-Maior do Exército durante o ciclo das revoltas tenentistas na década de 1920, esteve ausente do movimento revolucionário de 1930 e veio a liderar a junta militar que depôs Washington Luís em outubro do mesmo ano apenas para frear o processo revolucionário.²⁰⁹ Como observa Thomas Skidmore, ao comentar a participação de última hora de representantes da alta oficialidade na derrubada da República Velha:

Generais como Tasso Fragoso, que encabeçara a junta que passou o poder a Vargas, estavam ressentidos com o que consideravam medidas míopes e impopulares da elite política no poder. Estavam também inquietos com a pouca vontade dos governos civis de examinar com mais benevolência os requisitos técnicos das forças armadas – a necessidade de novos equipamentos e orçamentos mais generosos. [...] Essa frustração transbordou em outubro de 1930 e apareceu como a causa final da saída prematura de Washington Luís da presidência. Muitos oficiais superiores, portanto, acreditavam que a profundidade do descontentamento no país provava que o Brasil necessitava de reformas em 1930. A sua preocupação não deve ser confundida com o zelo mudancista manifestado pelos tenentes. Estes últimos estavam separados dos seus comandantes, não só pela diferença de idade, mas também pelas ambições de carreira e por uma diversa visão do mundo.²¹⁰

O fato de uma parcela importante dos representantes desse reformismo militar de cunho exclusivamente técnico e profissional se preocupar com a instalação de algumas indústrias não deve nos fazer pensar numa contestação da hegemonia dos interesses agroexportadores. Neste caso, a defesa da instalação de indústrias estava inserida em reivindicações corporativas: de forma contraditória, esta oficialidade pedia aos governos representantes dos interesses agroexportadores algumas medidas voltadas para o setor militar, entre elas a implementação de indústrias estratégicas do ponto de vista militar como a siderurgia e a indústria armamentista, sem ver a impossibilidade disto acontecer dentro do quadro de uma economia voltada para a exportação de produtos primários – especialmente se o parâmetro desses militares fosse a grande indústria pesada e armamentista das potências europeias. Esta incompreensão seria decisiva para a

²⁰⁹ Para um perfil político e profissional de Tasso Fragoso, ver McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*, p. 275-276, 303-304, 327-329 e 377-378.

²¹⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, p. 29-30. Para maiores detalhes sobre a participação da junta militar encabeçada por Tasso Fragoso, Mena Barreto e Isaías de Noronha na derrubada de Washington Luís em 24 de outubro de 1930, e a sua relutância em passar o poder a Getúlio Vargas e aos revolucionários, ver as p. 21-27 da obra citada, além de BELLO, José Maria. *História da República*, p. 281-282 e YOUNG, Jordan. *Aspectos militares da Revolução de 30*. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (coord.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 15-35.

superação política deste tipo de militar pela oficialidade revolucionária que se voltou contra a república oligárquica.

Jehovah Motta compreendeu bem, no trecho que transcrevemos abaixo, a situação das forças armadas brasileiras na República Velha:

Tinha o Brasil o Exército que podia ter, levando-se em conta o seu estágio de desenvolvimento econômico, consideradas a sua pobreza e as condições de dependência econômica em que vivia.

Do nosso estado militar o ponto verdadeiramente débil era o do armamento. Cada ano que passava as nações ricas, industrializadas, equipavam-se com material bélico mais poderoso e sofisticado, enquanto às subdesenvolvidas ficava mais e mais difícil acompanhá-las no evoluir dos seus exércitos. De tal modo que o fosso entre ricas e pobres era sempre e cada vez maior não havendo dispêndios financeiros capazes de diminuí-lo. Os países como o Brasil gastavam muito com suas Forças Armadas e nem por isso se livravam da sensação de insuficiência e atraso; os seus militares estavam fadados a carregar, sempre, o travo das frustrações, diante da impossibilidade de se realizarem plenamente no campo da “modernidade” do seu ofício. A solução do seu problema profissional não estava no Exército, ou na Marinha, em si, mas na substituição da atrasada estrutura econômica do País. Para termos Forças Armadas autônomas, capazes de autodesenvolvimento, teríamos que possuir, antes, a nossa autonomia econômica.²¹¹

De qualquer forma, por mais precária que fosse a estrutura socioeconômica brasileira naquele momento histórico e por mais que isto se refletisse na organização militar do país, o Brasil havia atingido um estágio de desenvolvimento claramente mais avançado em relação ao período imperial, o que proporcionaria condições favoráveis para a elaboração de projetos econômicos industrializantes mais ambiciosos. Se na década de 1880 o grande alvo da revolução fora a extinção do escravismo, agora seria a vez da hegemonia política, social e econômica das elites agromercantis.

*

* *

²¹¹ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 225-226.

Os historiadores em geral são concordes em afirmar que a primeira fase do tenentismo, isto é a **fase insurrecional**, correspondente às rebeliões da década de 1920, caracterizou-se por reivindicações que não iam além de uma reforma política do regime republicano. Esta reforma teria como objetivo moralizar as instituições republicanas e acentuar as suas características liberal-democráticas, desrespeitadas pela oligarquia dominante; tratar-se-ia, portanto de uma ação política em nome de uma “**republicanização da República**”. Analisemos, para confirmar ou refutar esta tese, o discurso tenentista do período compreendido entre os levantes de julho de 1922 e a internação da Coluna Prestes em território boliviano em fevereiro de 1927.

Os principais episódios que caracterizaram o tenentismo nesta fase foram:

1) Os levantes de julho de 1922 na cidade do Rio de Janeiro, em Niterói e na Primeira Circunscrição Militar de Mato Grosso. Essas revoltas militares, rapidamente sufocadas nas duas últimas localidades, mas com desfecho sangrento na primeira, ocorreram dentro de um contexto marcado pela derrota eleitoral de Nilo Peçanha, político fluminense que representava a Reação Republicana – movimento de dissidências oligárquicas que contava com a adesão em massa das Forças Armadas – para o político mineiro Artur Bernardes, representante dos interesses oligárquicos hegemônicos – São Paulo e Minas Gerais –, nas eleições presidenciais de março de 1922. Este interessante momento político revela um princípio de rebelião militar contra a situação política dominante, e as tensões entre civis e militares – estes últimos falavam em nome dos bríos das classes armadas ofendidas por uma corrupta elite civil encarnada nas figuras do Presidente da República Epitácio Pessoa e de seu sucessor eleito Artur Bernardes – lembram em muitos aspectos o episódio das agitações político-militares da década de 1880. Aos protestos dos políticos e dos militares ligados à Reação Republicana contra os resultados eleitorais seguiria a radicalização de parte da jovem oficialidade do Exército contra o governo. Esta radicalização, que se transformou em revolta armada e que não contou com o apoio dos mencionados políticos e militares da Reação Republicana – estes últimos recuaram diante do perigo revolucionário – serve como indício de que por trás da rebelião da jovem oficialidade havia algo de mais profundo do que uma mera contestação eleitoral. Nesses levantes de 1922, entretanto, os militares rebeldes ainda não lançaram manifestos, e o seu plano de depor o governo de

Epitácio Pessoa e impedir a posse de Artur Bernardes aparece, conseqüentemente, como o único objetivo visível.²¹²

2) Os levantes de julho de 1924 em São Paulo, Mato Grosso, Sergipe, Amazonas e Pará, os de outubro do mesmo ano no Rio Grande do Sul e o levante de jovens oficiais da Marinha em novembro no Rio de Janeiro. Desta vez o movimento era prolífico em manifestos e declarações públicas, e a sua ideologia aparecia de forma clara. Com base na análise dos quatro documentos dos rebeldes de São Paulo, da proclamação dos rebeldes de Sergipe e dos manifestos de São Borja e Santo Ângelo no Rio Grande do Sul²¹³, podemos estabelecer as principais reivindicações do movimento tenentista naquele momento, além da deposição do Presidente Artur Bernardes: 1) reforma liberal-democrática do sistema político, com a introdução do voto secreto, a moralização do Poder Legislativo e do processo eleitoral (combate às fraudes e à violência nas eleições), a garantia da liberdade de imprensa e de pensamento, e um maior equilíbrio entre os três poderes contra a hipertrofia do Poder Executivo; 2) moralização administrativa, com o combate à corrupção e uma fiscalização rigorosa dos gastos públicos; 3) maior centralização política e administrativa contra os excessos do federalismo republicano, com a unificação da Justiça, a abolição dos impostos interestaduais e uma reorganização dos Estados com o objetivo de diminuir a quantidade de unidades federativas e equilibrá-las melhor. A defesa do ensino profissional e a denúncia do imperialismo econômico inglês revelam alguma preocupação com o desenvolvimento econômico. De qualquer forma, com exceção do caso do Amazonas, onde o governo militar provisório liderado por Ribeiro Júnior assume um perfil jacobino ao incluir elementos populares e ao expropriar um mercado e um matadouro pertencentes a uma firma inglesa, no geral encontramos essencialmente a defesa de uma reforma política com o objetivo de transformar a **república oligárquica** em **república democrática**, sem uma contestação clara da ordem socioeconômica vigente. A própria tentativa de aliança com grupos dentro dos setores oligárquicos dominantes, quando os rebeldes de São Paulo oferecem o governo provisório do Estado

²¹² O contexto da revolta tenentista de 1922 é bem explicado em FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, capítulo 2, **As primeiras manifestações tenentistas**. Para o contexto do apoio militar à campanha da Reação Republicana e da eclosão do primeiro levante tenentista, ver também PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

²¹³ Estes documentos estão reproduzidos em CARONE, Edgard. *O tenentismo (acontecimentos – personagens – programas)*. São Paulo: DIFEL, 1975, p. 271-300.

a Antonio Prado, um dos maiores representantes do complexo cafeeiro paulista, e propõem o nome do mineiro e ex-presidente da República Wenceslau Brás para assumir provisoriamente o Governo Federal, mostra, senão a ausência de objetivos autenticamente revolucionários, pelo menos a cautela e a moderação de seu discurso. Outros aspectos presentes nestes manifestos revelam o caráter moderado do discurso tenentista, como a ausência de uma defesa da ditadura militar, e a apresentação do Exército como guardião das instituições republicanas – inclusive por ter sido o autor da revolução que derrubou a monarquia – chamado a intervir sempre quando estas estariam em perigo: trata-se, portanto, como bem observa José Augusto Drummond, da defesa de uma intervenção militar **saneadora**, com o objetivo de purificar as instituições republicanas para depois entregá-las a governantes civis honrados. Este autor, ao comparar o tenentismo ao florianismo, afirma o seguinte:

[...] os *tenentes* recuperam do florianismo a afirmação agressiva da *superioridade do Exército Brasileiro*, enquanto organização, *no quadro político nacional*. [...] Os *tenentes* buscavam uma atuação coletiva, institucional, para resguardar a “honra” do Exército e questionar profundamente a condução do governo pelos políticos, pelos civis. O sabor florianista é evidente, mas há uma diferença fundamental e, até certo ponto, intrigante: os *tenentes nunca propuseram o governo militar como solução para a política do país*. A atribuição ao Exército de um papel político excepcional, arbitral, é comum ao florianismo e ao tenentismo; mas os *tenentes* defendiam uma intervenção castrense “saneadora” da qual deveria sair um “bom” governo *civil*, e não uma ditadura militar. [...] essa recuperação apenas parcial do florianismo, aliada a uma tônica geral fortemente militarista, trouxe seguidos embaraços aos *tenentes* na “escolha” de seus aliados civis.²¹⁴

3) A Coluna Prestes (1925-1927), originária da união, em abril de 1925 no oeste do Paraná, das forças revolucionárias de São Paulo lideradas por Isidoro Dias Lopes com as forças revolucionárias do Rio Grande do Sul lideradas por Luís Carlos Prestes. Esta coluna revolucionária, comandada nominalmente por Miguel Costa e comandada de fato por seu chefe de estado-maior Luís Carlos Prestes, teve seu efetivo composto de rebeldes do Exército, da Força Pública do Estado de São Paulo e de tropas irregulares dos chefes **libertadores** gaúchos, e protagonizou uma marcha épica por onze estados brasileiros, durante a qual combateu e fugiu das forças governamentais até se internar

²¹⁴ DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico*, p. 62-63. Esta idéia do discurso **saneador** do tenentismo, com a qual concordamos, é recorrente ao longo da obra citada. Para o contexto dos levantes tenentistas de 1924, ver FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*, capítulo 3, **As revoluções de 1924**.

em território boliviano em fevereiro de 1927. No que diz respeito ao discurso político da Coluna, ele é exatamente o mesmo dos levantes de 1924, o que explica o porquê de Maria Cecília Spina Forjaz, estudiosa do movimento tenentista, inserir as rebeliões de 1924 e a Coluna Prestes dentro de um mesmo ciclo, a **fase liberal-democrática** do movimento. O que diferencia os dois acontecimentos é essencialmente a estratégia revolucionária, na medida em que os levantes de 1924 objetivavam uma ação direta de derrubada do governo, enquanto que a Coluna, com a estratégia de **guerra de movimento** de Prestes, procurava propagandear a revolução pelo país e, desta forma, insuflar novos levantes militares que deveriam se incumbir da tarefa de depor o governo de Artur Bernardes.²¹⁵

Aprofundemos o estudo do discurso tenentista desta fase, agora com base na análise de duas publicações, cada uma de autoria de um participante do movimento.

A primeira é o ensaio panfletário **A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa**, de Joaquim Nunes de Carvalho – tenente do Exército participante do levante de 1924 em São Paulo –, obra publicada durante o exílio do autor na Argentina em 1925.²¹⁶ O autor inicia o ensaio criticando a degradação do regime republicano por uma elite política corrupta e oportunista:

Desgraçadamente a República no Brasil, instaurada há trinta e cinco anos, não foi todavia organizada, nem entrou em funcionamento nos seus moldes democráticos de governo do Povo pelo Povo, senão acidentalmente, em curtos períodos de governos que puseram por momentos os seus interesses políticos de lado para se entregar ao estudo das necessidades da comunhão nacional e à prática dos princípios constitucionais.

Com um Estatuto Fundamental embora baseado na Constituição norte-americana, a nova forma de governo caiu desde logo nas mãos dos “republicanos históricos” do dia 16 de novembro de 89 em diante, os

²¹⁵ Sobre a estratégia militar da Coluna Prestes, ver FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*, p. 108-112, e DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico*, p. 124-129.

²¹⁶ CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos de L. J. Rosso y Cía, 1925. O nome de Nunes de Carvalho consta entre os revoltosos que optaram por se refugiar em território estrangeiro, sem participar da Coluna Prestes (ver DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico*, anexo II, no qual consta a relação dos rebeldes de São Paulo e do Rio Grande do Sul que se encontraram no oeste do Paraná em abril de 1925). Este trabalho que vamos analisar aqui é também mencionado em FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, p. 87. Não encontramos maiores referências sobre este personagem.

quais muito de indústria, olvidaram a organização de partidos políticos que orientassem o povo na escolha dos seus dirigentes.

A esses “históricos” fora sempre mais cômodo filiar-se à corrente bafejada por quem estivesse na governança, do que lutar contra o Poder, uma vez que defendiam interesses próprios e não coletivos.

Assim, os vinte Estados da Federação passaram a constituir vinte feudos, cujos senhores eram escolhidos pela política dominante, senão pelo próprio Presidente da República, mas nunca pelo Povo.

E essa troca de serviços e favores, entre bajuladores e bajulados, trouxe a estes, a fascinação do **endeusamento**, da lisonja, que, quando lhes faltavam espontâneos, eram arrancados a peso de ouro das penas dos jornalistas venais.²¹⁷

Este contexto, marcado pelo domínio de uma elite de falsos republicanos, teria se agravado nos últimos dez anos, durante os quais a ação corruptora oficial repercutiu fortemente nas Forças Armadas, no funcionalismo público, na imprensa, na Justiça etc., instituições nas quais a submissão aos desejos arbitrários da ordem vigente se tornou condição para o sucesso na carreira. Esta crítica ao caráter autoritário e corruptor da república oligárquica seria completada com uma denúncia dos gastos irresponsáveis do governo, que levavam o Tesouro Nacional à bancarrota, e da ação insolente do imperialismo econômico inglês, que agia com o beneplácito das autoridades brasileiras.²¹⁸ Como solução para os problemas do país, o autor propõe um projeto de revisão constitucional que compreenda o estabelecimento de uma maior independência e uma maior harmonia entre os três poderes, uma reforma do Legislativo que o transforme num Conselho Federal composto de número igual de representantes por Estado da Federação, uma reforma do Judiciário que unifique a Justiça e cuide de forma rigorosa da seleção de seus membros, e uma reorganização dos Estados e Municípios conforme os moldes da organização federal.²¹⁹ No que diz respeito aos problemas econômicos, o autor propõe o seguinte:

Poderá o Executivo, com calma e reflexão, cuidar dos problemas que mais de perto digam com o bem estar do povo, com os créditos e o progresso do País que reclama sem cessar o equilíbrio orçamentário, a obrigatoriedade da instrução intelectual e profissional do povo, o desenvolvimento industrial e agrícola, o resgate de dois milhões e

²¹⁷ CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*, p. 11.

²¹⁸ Estas críticas estão presentes em CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*, capítulo **Considerações geraes**.

²¹⁹ Ver CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*, p. 22-24.

meio de papel moeda, o desdobramento das vias de comunicação e tantos outros assuntos nacionais.²²⁰

Nas suas instruções para a formação de centros cívicos destinados a denunciar os atos nocivos do governo e orientá-lo no sentido da honra e do patriotismo – instruções datadas de dezembro de 1923 e transcritas na obra que estamos comentando –, Nunes de Carvalho afirma que:

Tendo por escopo a regeneração dos costumes políticos e dos créditos nacionais, o Centro Cívico apoiará, incondicionalmente, o Governo que se propuser, a sustar todos os gastos que não digam respeito propriamente com o bem estar do povo ou com a defesa do País; a evitar as emissões e os empréstimos, salvo em caso de calamidade pública ou de guerra externa; a assegurar o equilíbrio orçamentário; a estabelecer a arrecadação em ouro de parte dos impostos aduaneiros, a fim de habilitar o Tesouro a fazer face aos compromissos externos; a criar os fundos de resgate e de garantia do papel moeda em circulação; a difundir e incrementar a instrução pública intelectual e profissionalmente; a promover o progresso da lavoura e da indústria do país, prestando auxílio aos pequenos lavradores; a **promover a revisão da constituição vigente – nos pontos em que se possa evitar os abusos dos detentores do poder, os quais muito têm prejudicado a prática do regime.**²²¹

Nunes de Carvalho deixa bem claro que força deveria ser encarregada da reforma política da qual necessitava o Brasil para o seu progresso:

A quem se poderá recorrer para alcançar tão patrióticos objetivos?

Aos políticos profissionais, cuja única preocupação é ser agradável àqueles que de mais influência dispõem no momento, pelo jogo de interesses a que estão ligados?

A esses mesmo políticos, causadores conscientes da situação precária a que chegamos? A esses políticos, não; porque a eles só convém a ignorância do povo, só interessam as transações de valorização das mercadorias exportáveis e o jogo do câmbio.

Apelar para o povo, esse infeliz povo sobrecarregado de impostos, sem instrução e sem vida, que jaz disseminado pelo imenso território brasileiro, em pontos onde muitas vezes não chega sequer sombras de civilização, onde não bafeja o sentimento, a ideia de Pátria? Esse povo, só por si, nada poderá fazer; mas se à sua frente estiver a síntese do patriotismo nacional, a síntese desse mesmo povo – o Exército Brasileiro – composto de caracteres bem formados, com a noção exata do cumprimento do dever – de “defensor da Pátria no exterior e mantenedor das leis no interior” – esse povo terá alcançado um nível

²²⁰ CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*, p. 24.

²²¹ CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*, p. 28.

bem mais elevado do que aquele em que vive hoje aos olhos do estrangeiro ganancioso e audaz.

É, pois, para esse pioneiro e expoente do civismo nacional que apelamos, no sentido de arrancar a República desse lamaçal pútrido das bajulações interesseiras e das negociatas imorais e alçá-la ao Altar Mór da Pátria que se tornará assim mais forte e mais respeitada...²²²

Esta atribuição, ao Exército, do papel de vanguarda política da nação, não implica, todavia, uma defesa da ditadura militar:

Modestos são os sonhos que animam os empreiteiros dessa cruzada, cuja ambição maior é o bem-estar e a grandeza da Pátria.

Vitoriosos os seus ideais, entregam-na ao Povo, para que este, livremente, ou por orientação dos partidos que organizarem em cada Estado, Município ou classe, possa escolher no comércio, na indústria, no magistério, os seus representantes, os seus dirigentes, sem a pressão oficial, sem a coação do Poder, sem o abuso das ameaças e das destituições de empregos ou de transferências incômodas e prejudiciais ao serviço público.²²³

Nesta mesma publicação, o autor transcreve documentos dos revolucionários de 1924 em São Paulo,²²⁴ o que mostra identidade política e ideológica com as posições defendidas nos manifestos que comentamos atrás.

Podemos assim definir, de um modo geral, as posições políticas de Nunes de Carvalho: 1) defesa de uma reforma constitucional que estabeleça uma maior separação e independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como a

²²² CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*, p. 24.

²²³ CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*, p. 24-25. O autor legitima a intervenção política das Forças Armadas com base na análise do polêmico artigo 14º da Constituição de 24 de fevereiro de 1891: “‘A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, e obrigada a sustentar as instituições nacionais’” (artigo 14º da Constituição da República). Quando o legislador constituinte disse – dentro dos limites da lei – subtendeu que fora desse limite a autoridade hierárquica se anula, e preponderam as razões que determinaram a coerção dos abusos cometidos pela autoridade transviada. Em outros termos – que, quando o militar obedece a um superior hierárquico que está fora dos limites da lei, ou que não a cumpre em absoluto – esse militar, além de revelar ignorância dos seus deveres para com a Pátria, comete ainda o crime de abuso de autoridade em conivência com o seu superior e se torna com este passível de penas severas. Como guarda da lei “e obrigada a sustentar as instituições nacionais” à força armada compete empregar os meios de que dispõe contra quem quer que se arroge ao direito de deturpá-las, para obrigá-lo ao cumprimento da lei. Quando esses crimes são contínuos e praticados pelas autoridades mais elevadas, e a força armada ressentida de meios para anulá-las ou obrigá-las ao cumprimento da lei, nasce daí a necessidade da substituição dessas autoridades e da criação de recursos que evitem de futuro outros abusos. Decorre daí o direito da Revolução, para depurar as velhas e amorfas instituições, para construir sobre bases sólidas o edifício de uma Pátria nova, que se torna assim redimida dos seus males e fundida sobre os moldes da liberdade e do direito, base da felicidade e do progresso de uma nacionalidade” (CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*, p. 58).

²²⁴ Ver CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*, p. 33-34 e 41-42.

unificação da Justiça, a transformação do Legislativo em Conselho Federal com igualdade de representação entre os Estados e uma reorganização dos Estados e Municípios de forma similar ao poder federal, todas essas reformas, bem entendido, acompanhadas de uma política de moralização das instituições; 2) defesa de medidas de alcance social e econômico, como o saneamento das finanças, a garantia do equilíbrio orçamentário, a difusão da instrução intelectual e profissional, o impulso ao desenvolvimento agrícola e industrial e a expansão das vias de comunicação; 3) defesa do papel do Exército como guardião das instituições republicanas e da intervenção militar na política como legítima para purificar o regime – para livrá-lo das autoridades corruptas e incompetentes que o degradam – sem que esta defesa implique, todavia, uma apologia da ditadura militar – esta é aqui justificada apenas para fins provisórios, enquanto o regime ainda não estiver suficientemente depurado para a sua posterior devolução aos civis. No que diz respeito especificamente às ideias econômicas defendidas por Nunes de Carvalho, podemos notar uma combinação de posições saneadoras e moralizadoras no terreno das finanças com preocupações com o desenvolvimento da produção nacional, a agrícola e a industrial. Apesar do fato desta combinação parecer contraditória à primeira vista, já que as posições saneadoras são em geral atribuídas aqui no Brasil à ortodoxia econômica e ao anti-industrialismo, podemos constatar, com base na análise do projeto florianista e das ideias de Serzedelo Corrêa que fizemos no capítulo I, que em muitos casos um projeto industrializante é obrigado a estabelecer, como pré-requisito para uma política de desenvolvimento, a estabilidade financeira sem a qual não haveria segurança para os negócios. Logicamente, como Nunes de Carvalho não entra em maiores detalhes sobre o que ele entende por **desenvolvimento agrícola e industrial**, não temos como saber se existe de fato uma contradição entre as ideias saneadoras aqui defendidas e as preocupações deste personagem com a produção nacional; o desenvolvimento da indústria pode muito bem ser citado aqui de forma genérica, apenas para fins de propaganda política, e não como parte de um verdadeiro projeto econômico.

A segunda obra que analisaremos aqui é **À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**, de Juarez Távora²²⁵, uma das principais lideranças do

²²⁵ TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*. São Paulo: O Combate, 1927, 1º vol., e TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de*

movimento tenentista, participante dos levantes de 1922 no Rio de Janeiro, de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul, e subchefe do estado-maior da Coluna Prestes até a sua prisão no Piauí em dezembro de 1925. Esta obra, cujos 1º e 3º volumes, que analisaremos aqui, foram redigidos respectivamente em 1926 durante a prisão do autor na Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, e em 1927 durante o seu exílio na Argentina, é outro documento valioso sobre as posições do movimento tenentista em sua fase insurrecional.

A primeira posição política importante que encontramos nesta publicação é a defesa do intervencionismo militar na política, baseada no conceito das Forças Armadas como guardiãs das instituições republicanas, que velam pelo respeito às leis e à Constituição:

Quando o governo está com a lei, a força armada deve apoiá-lo, ainda que haja de combater o próprio povo. Quando, porém, os governos mutilam a lei e desrespeitam a Constituição, compete à força armada colocar-se ao lado destas, ainda que seja mister destruir, provisoriamente, o poder constituído.²²⁶

Aos que questionam o direito dos militares intervirem na vida política do país, Juarez Távora responde que as Forças Armadas representam o povo, e que por essa razão elas podem se colocar na vanguarda das reivindicações políticas deste:

Surgirá aqui uma objeção muitas vezes já formulada pelos pretensos defensores do civilismo: - “tem a força armada o direito de intervir numa questão que só deve interessar ao povo? Não a impede de fazê-lo o juramento de obediência ao poder constituído?” [...] A força armada é hoje parte integrante do povo de cujo seio saem soldados e

1924. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 1928, 3º vol. O 2º volume, por razões conjunturais, não chegou a ser publicado.

²²⁶ TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, 1º vol., p. 90-91. Em outro trecho, o autor se diz contrário, a princípio, à intervenção saneadora das Forças Armadas na política, já que num sistema político ideal o julgamento dos abusos do governo deveria caber a tribunais a este fim destinados. Entretanto, ao mesmo tempo constata que no caso específico do Brasil esta regra não se aplica: “A força armada não pode nem deve arvorar-se, normalmente, em juiz dos abusos praticados pelo poder constituído. Há, para o julgamento de tais crimes, tribunais políticos, previstos pela Constituição. Quando, porém, puderam eles prevalecer, entre nós, contra as conveniências da politicagem facciosa? Diante dessa falência comprovada de tal justiça – que será mais imoral: a impunidade afrontosa dos prevaricadores, ou a repressão violenta, excepcional, praticada pelo órgão incumbido, constitucionalmente, da manutenção da lei? [...] À força armada, no Brasil, caberia, legalmente, todas as atitudes – menos a de defender os arbítrios de um governo que se superpõe, mascarada ou ostensivamente, à Constituição. E assim, justo que o Exército vingue a nação, contra os excessos do poder, uma vez que o não puderam, não souberam, ou não quiseram os tribunais para isso competentes. Prefiro, entre dois arbítrios, o que age, de fato em defesa da lei – obliterada ou pervertida. Pouco importa que a própria lei não determine TAXATIVAMENTE, essa suprema obrigação. Basta que o decoro e o bom senso o aconselhem e legitimem (TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, 1º vol., p. 98-99).

oficiais e para onde voltam aqueles depois de um curto tempo de estágio na caserna. O nosso exército nem é já composto de mercenários, nem mesmo a massa de suas fileiras é constituída de profissionais. Querer, nessas condições, negar-lhe o direito de sentir com a nação e de colocar-se na vanguarda desta, quando os desvarios do poder tentam sufocá-la, é uma coerência insustentável.²²⁷

A intervenção militar é também necessária como fator de moderação e disciplinamento das revoluções, que poderiam se transformar em caos e banho de sangue se deixadas nas mãos das forças populares:

É uma leviandade afirmar que, em tal hipótese, cabe ao povo e não à força armada derrubar o governo que o tiraniza. A massa imbele da nação dificilmente poderá vencer, sozinha, a guarda pretoriana que defende déspotas.

E a História não cita, como regra, exemplos de revoluções vitoriosas, em que a força armada não tenha precedido o povo ou, pelo menos, com ele fraternizado, no momento das pugnas decisivas. E essa interferência benéfica da força armada não se tem limitado apenas a permitir ao povo descartar-se de seus tiranos: tem valido, no meio das desordens generalizadas que caracterizam essas crises sociais, um escudo protetor da nação contra os excessos da indisciplina popular.

A França de 89 e a Rússia de nossos dias pagaram tributos caríssimos de sangue à sede de vingança das massas oprimidas, enquanto o delírio da demagogia se não submeteu à influência moderadora do elemento militar. E quem, entre nós, seria capaz de prever as últimas consequências da subversão social criada pelo predomínio incontestável do populacho? Será essa a revolução que admitem os nossos políticos?²²⁸

Está clara aqui a opção por uma revolução **pelo alto**, isto é, por uma revolução dirigida por uma elite esclarecida e patriótica capaz de promover as reformas necessárias e colocar o país no caminho do progresso sem despertar a luta de classes e caos social. O papel de força dirigente de uma revolução moderada e ordeira deveria caber logicamente às Forças Armadas, que devido à sua função de defender o território nacional e por seu maior conhecimento dos problemas brasileiros, possuiria as qualidades necessárias para cumprir esta missão.²²⁹

²²⁷ TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, 1º vol., p. 88-89.

²²⁸ TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, 1º vol., p. 91-92.

²²⁹ Para José Murilo de Carvalho Juarez Távora representou em toda a sua vida política uma tendência **centrista** dentro do tenentismo, tendência cujo projeto consistia numa **modernização conservadora** (ou **modernização pelo alto**) do país, e que por isso entrou em choque tanto com a ordem oligárquica da República Velha como com tendências esquerdistas que ameaçavam subverter a ordem capitalista: "A modernização conservadora exigia a quebra do poder da oligarquia rural, exigia o planejamento econômico, a industrialização, a urbanização. Mas exigia também a manutenção das premissas básicas da ordem liberal capitalista. Se era justificável subverter o sistema representativo que sustentava o

Embora já encontremos aqui a ideia da incompatibilidade entre a constituição republicana de 1891, baseada nos moldes norte-americanos, e a realidade brasileira²³⁰ – ideia que teria grande peso na posterior evolução ideológica de Juarez Távora e do próprio tenentismo –, o seu projeto político naquele momento ainda consiste essencialmente numa **reforma constitucional** cujos eixos são os seguintes: 1) uniformização e simplificação do mecanismo funcional da República, que limite e corrija os excessos ou obliterações da descentralização federativa – este item compreende a uniformização das constituições estaduais com base nos moldes federais, a uniformização da Justiça e unificação do código processual sob a égide do Supremo Tribunal Federal, a unificação do ensino público (primário, secundário, profissional e superior) sob a direção suprema do Departamento Nacional de Instrução Pública, a unificação do regime eleitoral e do regime tributário e a regularização da autonomia estadual e municipal; 2) limitação das atribuições do Poder Executivo, com o objetivo de evitar ou pelo menos reduzir a sua esmagadora ascendência sobre os outros poderes – este item inclui, além da proibição da ingerência do Presidente da República e dos presidentes estaduais em áreas que segundo o autor caberiam ao Legislativo e ao Judiciário, a autonomia de serviços de caráter técnico (saúde pública, ensino, vias de comunicação, Estado-Maior das Forças Armadas, etc.) “*cujo desenvolvimento racional exige uma inteligente continuidade de orientação, incompatível com a sua dependência imediata dos caprichos dos governos que se sucedem*”, a devassa dos atos públicos do governo e a sanção penal aos atos arbitrários dos agentes do Executivo; 3) moralização do Poder Legislativo para torná-lo de fato uma expressão da vontade popular e um poder independente e fiscalizador do Executivo – este item inclui uma remodelação do sistema eleitoral com a adoção do voto secreto, a proibição expressa da interferência do Poder Executivo na organização dos congressos, a moralização do processo de

regime oligárquico, o que foi feito em 1930, era igualmente justificável subverter o sistema representativo que dava guarita à ação de movimentos julgados ameaçadores da ordem liberal capitalista, o que foi feito em 1964. Em um caso, alijava-se a hegemonia oligárquica, em outro, evitava-se o predomínio do “populacho”. Era o programa de Juarez Távora desde 1927” (CARVALHO, José Murilo de. **Juarez Távora e a modernização pelo alto**. In: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 128).

²³⁰ “*Como terá podido degenerar, em tal monstruosidade, o mecanismo, teoricamente liberal e democrático, de nossa constituição? Será isso um atestado da incapacidade política da raça – ou um sintoma da inadaptabilidade do complexo sistema adotado, às tendências do povo? É, talvez, o resultado da atuação conjunta desses dois fatores. Indiscutivelmente, a nossa magna carta, transplantando para um meio político incipiente e acanhado, o delicado liberalismo norte-americano, deveria estar sujeita, pelo menos nos primeiros anos da transplantação, a ser incompreendida por uns e adulterada por outros. Seu mecanismo era demasiadamente complexo para que, diante dele, se não atrapalhassem uma pequena elite de republicanos inexperientes e uma população eleitoral absolutamente ignorante...*” (TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, 3º vol., p. 148-149).

reconhecimento dos candidatos eleitos e a interdição dos congressistas de aceitarem investiduras que os liguem ao Executivo; 4) libertar o Poder Judiciário da tutela do Executivo e do Legislativo, com a ampliação das suas funções, o que por sua vez se daria com a proibição aos executivos e legislativos federais e estaduais de nomear os quadros da Justiça, com a ampliação do instituto do habeas corpus e com a extensão ao Judiciário da competência de corrigir abusos de natureza política como os resultantes de intervenções nos Estados e Municípios e os de reconhecimento de poderes.²³¹ O autor assegura que, fora alguns pontos que traduzem mais fielmente as suas posições pessoais, como “*a competência do judiciário para decidir sobre matéria essencialmente política*”, o conjunto das reivindicações acima expostas “*representa, porém, em média, a mentalidade com que a revolução, vitoriosa, encaminharia uma reforma constitucional*”.²³²

É esta reforma, portanto, que a intervenção militar deveria promover. Távora deixa bem claro, no entanto, que se tal intervenção se transformasse em ditadura militar, esta seria apenas provisória, para assentar as bases dessa reforma:

A ditadura militar, que a procuradoria criminal da República deveria considerar, mais tarde – embora sem fundamento sério – como o objetivo político dos revolucionários – não foi prevista, em verdade, por alguns destes, senão como um instrumento transitório, indispensável à elaboração da reforma projetada. Dentro dos trâmites constitucionais, descreiam, avisadamente, de poder realizá-la, porque não seria possível eximi-la da interferência insidiosa dos conluíus partidários.

E, desgraçadamente, a mentalidade destes preferiria, sempre, a tais ideias, as aberrações jurídicas e morais, com que o Sr. Artur Bernardes houve por bem desonrar a nossa cultura política, na sua recente reforma constitucional...²³³

Podemos, portanto, dizer, resumidamente, que o projeto político de Juarez Távora na época dos levantes tenentistas da década de 1920 consistia essencialmente numa reforma constitucional que garantisse uma maior autonomia e um maior equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – com uma limitação das atribuições do primeiro, a moralização do segundo e o aumento das atribuições do terceiro – e promovesse uma relativa centralização política e administrativa com o

²³¹ Ver TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, 3º vol., p. 156-159.

²³² TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, 3º vol., p. 160.

²³³ TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, 3º vol., p. 160-161.

objetivo de corrigir os excessos da descentralização federativa. O texto demonstra alguma preocupação com as questões econômicas e com questões relativas ao desenvolvimento, ao se referir ao ensino profissional e aos órgãos técnicos.

Com base na análise dos manifestos de 1924 e dos trabalhos de Joaquim Nunes de Carvalho e Juarez Távora, como podemos definir a ideologia do movimento tenentista em sua primeira fase?

Primeiramente, seria bom lembrar que em 1922 os tenentes não lançaram manifestos políticos que justificassem a sua ação, e esta última aparecia como uma defesa dos brios do Exército feridos por uma elite política corrupta e antipatriótica encarnada nas figuras do presidente Epitácio Pessoa e de seu sucessor eleito Artur Bernardes. Como observa Maria Cecília Spina Forjaz, ao comentar os levantes daquele ano:

Os tenentes, que inegavelmente lideraram os acontecimentos, não têm ainda um projeto para a sociedade, mas agem ainda num momento de despertar da consciência, como membros de uma instituição ofendida, que veem como a responsável pela República e o que é fundamental, começam, de forma vaga e imprecisa a enxergá-la como representante dos interesses da nacionalidade. Tanto não têm ainda um projeto para a sociedade, que não se propõem a formular e definir quais seriam esses interesses. Apenas partem do princípio abstrato de que participam de uma instituição que os encarna, sem a menor noção de conflitos de natureza economicossocial, e restringindo-se a reivindicações de caráter político-conjuntural, na medida em que seu objetivo imediato é impedir a posse de Bernardes, por ter este conspurcado a honra do Exército.

Personalizam seus inimigos e não se preocupam em propagar seus objetivos. [...] Desde a primeira manifestação de conflito [...] o leitmotif das formulações militares refere-se aos brios e à dignidade das Forças Armadas. As referências à defesa da honra do Exército são o traço comum das declarações dos tenentes que lideraram o levante do Forte de Copacabana.²³⁴

Portanto, se quisermos definir a ideologia tenentista, teremos que tomar o ano de 1924 como ponto de partida. Como pudemos notar, o discurso dessa fase **liberal-democrática** do tenentismo (1924-1927) concentra-se essencialmente numa reforma jurídico-política do regime republicano; esta reforma teria como principais objetivos a

²³⁴ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*, p. 48-49.

moralização das instituições republicanas, a acentuação das características liberal-democráticas do regime – isto é, livrá-lo de seu perfil oligárquico – e o combate aos excessos de sua organização federativa. As preocupações econômicas e as preocupações com o desenvolvimento nacional, que estão mais explícitas no trabalho de Nunes de Carvalho, aparecem em itens como o ensino profissional (formação de uma mão de obra qualificada), as vias de comunicação e a abolição dos impostos interestaduais (unificação do país e do mercado interno), os órgãos técnicos (planejamento do desenvolvimento econômico) e algumas referências genéricas ao desenvolvimento agrícola e industrial. Apesar de Nunes de Carvalho defender o auxílio aos pequenos lavradores – o que revela alguma preocupação com o incremento da pequena propriedade rural –, não encontramos nenhuma contestação aberta da estrutura fundiária brasileira e nenhuma referência à questão operária. A preocupação com o saneamento financeiro e a responsabilidade fiscal se encaixa dentro do discurso moralizador do tenentismo, para quem a República deveria se notabilizar entre outras coisas por sua moralidade administrativa. Apesar de ser até certo ponto contraditório por ao mesmo tempo defender a reforma constitucional e acusar o governo de não respeitar pureza da constituição republicana de 1891, o discurso tenentista daquele momento deixava claro qual era o seu alvo: **a extinção do sistema oligárquico construído durante o governo de Campos Sales e a sua substituição por uma república verdadeiramente democrática**. As bases socioeconômicas sobre as quais se assentava o regime não eram de fato contestadas, apesar de algumas posições que analisamos acima apontarem para a possibilidade da existência de algum projeto de desenvolvimento. Citando novamente Maria Cecília Spina Forjaz:

As revoluções de 24 formam um complexo de movimentos, levantes, insurreições e tentativas de golpe, frouxamente articuladas em termos organizacionais, porém mantendo uma unidade de objetivos político-estratégicos e de ideologia que justificam seu tratamento conjunto. [...] O elo unificador dessas revoluções, o movimento tenentista, tem como objetivo tático a derrubada do presidente Artur Bernardes em nome de uma “republicanização da República”, ou seja, à recondução do sistema político a seus reais parâmetros jurídico-políticos definidos pela Constituição de 1891. Nessa medida, ao pretender levar à prática os princípios já inscritos na ordenação legal da estrutura política vigente, e que estariam sendo omitidos e desrespeitados pelos homens no poder, o movimento não coloca em cheque esses mesmos princípios, mas permanece dentro dos limites da legalidade definida pelos setores dominantes da sociedade brasileira. [...] As reivindicações dos tenentes nessa fase, circunscrevem-se ao nível do político e não há uma percepção dos fundamentos economicossociais

da superestrutura política vigente, nem dos choques de interesses de forças sociais antagônicas subjacente à luta estritamente política.²³⁵

No entanto, como adverte a mesma autora, o próprio fato do programa tenentista contestar a forma oligárquica pela qual o regime republicano estava efetivamente organizado no Brasil, leva a uma contestação, mesmo que indireta, da hegemonia política da cafeicultura paulista, que se apoiava nesse sistema:

[...] se os tenentes não visualizam os fundamentos econômicos da estrutura de poder vigente, se não situam e não contestam o poder da oligarquia dominante a partir de sua posição no sistema produtivo agroexportador, suas exigências de efetivação de um Estado liberal, objetivamente põem em cheque a continuidade do Estado oligárquico e portanto da hegemonia incontestada dos interesses cafeicultores, que até aí são tomados como os interesses gerais da sociedade brasileira.²³⁶

A bandeira dos **tenentes** naquele momento seria, portanto, com algumas variações, a bandeira dos grupos que pediam maior abertura política sem, no entanto, contestar efetivamente a ordem socioeconômica vigente: dissidências oligárquicas, grupos oposicionistas originários de frações não hegemônicas das elites estaduais e setores tradicionais das camadas médias urbanas.²³⁷ A busca de alianças nos setores oligárquicos dominantes – Antonio Prado e Wenceslau Brás – só reforçaria o caráter **moderado e não revolucionário** do discurso tenentista.

Entretanto, na medida em que o tenentismo mudou de postura ao chegar ao poder em 1930, e passou a defender um programa econômico que contestava abertamente as bases socioeconômicas da República Velha, cabe a nós perguntar até que ponto este reformismo liberal da década de 1920 era **sincero**. Alguns fatores – além da falta de bagagem política e doutrinária inerente à juventude dos revoltosos – poderiam apontar no sentido da ideia de que o discurso moderado dos **tenentes** nos

²³⁵ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*, p. 51-52.

²³⁶ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*, p. 53.

²³⁷ Décio Saes diferencia, dentro das camadas médias urbanas brasileiras durante a República Velha, as **camadas médias tradicionais**, originárias de setores decadentes da elite rural e que ocupavam, devido às suas relações sociais e de parentesco, altos cargos na burocracia de Estado, na administração privada e exerciam profissões liberais prestigiadas como a medicina e a advocacia, e as **baixas camadas médias**, originárias de setores do proletariado rural que migraram para as cidades e que ingressaram em ramos inferiores do setor terciário urbano (empregados de banco, baixo funcionalismo público, empregados de escritório etc.). As **camadas médias tradicionais**, por mais insatisfeitas que estivessem com determinado governo ou com os rumos do regime, ainda estariam presas ao universo ideológico liberal e elitista dos grupos oligárquicos, enquanto que as **baixas camadas médias** viriam a assumir postura abertamente antioligárquica e a se identificar com ideologias voltadas para a defesa de um Estado forte e industrializante e com fenômenos políticos e militares como o florianismo e, mais tarde, o tenentismo em sua vertente nacionalista (ver SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*, p. 47-70).

levantes de 1924 e na Coluna Prestes ocultava uma contestação mais profunda da ordem vigente:

1) A aliança do movimento com grupos civis comprometidos com a ordem socioeconômica vigente. É o caso, por exemplo, da aliança mais ou menos concretizada com a dissidência do Partido Republicano Paulista, composta de setores do complexo cafeeiro e de setores tradicionais das camadas médias urbanas que em fevereiro de 1926 fundariam o Partido Democrático. É o caso também do grupo **libertador** no Rio Grande do Sul, representante dos interesses econômicos hegemônicos do Estado, ligados à pecuária, e que do ponto de vista social e econômico era mais conservador do que a própria situação dominada pelo Partido Republicano Rio-Grandense de Borges de Medeiros; em 1924, o gaúcho Assis Brasil, líder da Aliança Libertadora, seria nomeado **chefe civil** da revolução tenentista, e o seu correligionário Batista Luzardo se tornaria o porta-voz da Coluna Prestes no Congresso.²³⁸ Esses aliados civis, por representarem interesses de setores importantes das elites agromercantis, seriam um obstáculo à apresentação, por parte dos **tenentes**, de um projeto político que contestasse a ordem socioeconômica vigente.

2) A necessidade de buscar lideranças na alta oficialidade. Na medida em que o tenentismo sempre se pronunciou em nome do Exército e apresentou as suas manifestações como manifestações políticas do Exército – mesmo que os **tenentes** representassem uma minoria numérica dentro da corporação –, era necessário entregar a liderança do movimento, para legitimá-lo, a um representante da alta oficialidade, mesmo que este não se identificasse necessariamente com as aspirações políticas dos rebeldes. Se em 1922 este papel foi exercido por Hermes da Fonseca, militar perfeitamente integrado à ordem vigente, mas indisposto naquele momento com a

²³⁸ O Partido Democrático de São Paulo é a típica associação política representante dos horizontes ideológicos das dissidências oligárquicas, isto é a defesa de uma reforma liberal-democrática do regime republicano sem contestar as suas bases socioeconômicas (ver FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Polis, 1978, p. 37-48). Boris Fausto enfatiza o caráter anti-industrializante do Partido Democrático, ideologicamente hostil à burguesia industrial de origem imigrante, que por sua vez fora cooptada pelo Partido Republicano Paulista (ver FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, p. 49-56). Já o trabalho de Pedro Cezar Dutra Fonseca mostra como os **libertadores** criticavam o dirigismo econômico do governo estadual no Rio Grande do Sul e condenavam o imposto territorial introduzido por este com base na argumentação de que ia contra a vocação pecuarista do Estado. É sempre bom lembrar que o Partido Republicano Rio-Grandense tinha Getúlio Vargas, grande aliado do tenentismo no pós-30, entre os seus principais integrantes (ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*, capítulo 2, **Sob a hegemonia burguesa agrária: a perspectiva regional e o positivismo**).

facção política de Artur Bernardes²³⁹, em 1924 seria a vez de Isidoro Dias Lopes, general da reserva veterano da Revolução Federalista (1893-1895) e homem de posições políticas conservadoras – como mostra a sua posterior participação na Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. Trata-se aqui, portanto, do mesmo fenômeno do **Partido Fardado** conceituado por Oliveiros S. Ferreira e com o qual trabalhamos no capítulo I quando analisamos a rebelião militar contra o Império:

A Questão Militar foi o terreno em que se plantaram as sementes do Partido Fardado. Delas nasceu a frondosa árvore do tenentismo em que estão presentes todas as características do modo de ser do Partido, ao menos nas duas revoluções pelas quais até hoje é lembrado: a de 1922 e a de 1924. Nelas encontramos a insubordinação contra a hierarquia regulamentar, a necessidade que os revolucionários têm de encontrar um totem – o marechal Hermes, em 1922, o general Isidoro Dias Lopes, em 1924 –, a condenação do mundo político em defesa da honra militar e a busca de apoios na esfera civil.²⁴⁰

Esta necessidade política do tenentismo buscar lideranças na alta oficialidade é comentada de forma clara por José Augusto Drummond:

A meu ver, a procura de oficiais de patente elevada para chefiar as rebeliões tenentistas reflete a já citada preocupação que os *tenentes* sempre demonstraram de revestir suas intervenções com a *aparência* de uma ação do Exército (e não apenas de uma parte dele). Ao procurarem o comando de oficiais de alta patente e com prestígio no Exército, os *tenentes* revelavam sua valorização do preceito militar da hierarquia, valorização essa que não é tão “simbólica” quanto possa parecer; há um importante raciocínio realista, prático e operacional embutido nessa busca, pois os *tenentes* sabiam que líderes bem situados na hierarquia eram capazes de precipitar adesões de outros oficiais a eles ligados, seja por subordinação, seja por camaradagem, seja pelo mero exemplo. No mais profundo de seu significado, esse esforço tenentista reflete sua busca de cobertura *institucional* (do Exército) para sua rebeldia. [...] Hermes, Isidoro, Calazans e, mais tarde, Góis Monteiro representavam para os *tenentes* a possibilidade importante e nada fictícia de catalisar *apoio de última hora dentro da oficialidade do Exército*, arrastando colegas mais próximos e/ou hesitantes para a rebelião. Surge aí, novamente, a importância das relações pessoais e profissionais entre a oficialidade na montagem das conspirações e rebeliões tenentistas. Nomes prestigiados como esses eram capazes de diminuir efetiva e/ou simbolicamente o isolamento dos *tenentes* dentro do Exército, e de eventualmente caracterizar sua intervenção como coletiva e institucional. O fato de serem apenas uma parte do Exército e o empenho por assumir o papel coletivo que

²³⁹ Hermes da Fonseca não chegou a comandar o levante de 1922, mas foi, enquanto presidente do Clube Militar, o catalisador da oposição militar à candidatura de Artur Bernardes à Presidência da República. A sua prisão pelo governo de Epitácio Pessoa, por ter o general contestado publicamente a intervenção federal num conflito político em Pernambuco, foi o estopim para a eclosão do levante. Hermes foi, portanto, um **líder simbólico** da primeira rebelião tenentista.

²⁴⁰ FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e morte do partido fardado*, p. 91.

supunham próprio do Exército condicionavam marcadamente, portanto, a atividade conspirativa e rebelde dos *tenentes*.²⁴¹

Portanto, além da juventude e da consequente pequena bagagem política e doutrinária dos **tenentes**, razões táticas poderiam estar na origem da postura ideológica pouco ousada do tenentismo na década de 1920. Por ser o objetivo imediato do movimento a tomada do poder por meio de um golpe militar apoiado em setores das classes dominantes, a apresentação de um programa reformista radical que contestasse as bases socioeconômicas do regime era inviável na medida em que afugentaria aliados altamente requisitados no momento: a alta oficialidade militar e as dissidências oligárquicas. Não fazia parte dos objetivos tenentistas uma revolução proletária urbana e camponesa, e sim uma ação militar golpista, que promoveria as reformas necessárias ao país **pelo alto**.

De qualquer forma, por mais que os jovens militares rebeldes execrassem as figuras de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, o verdadeiro motivo dos levantes tenentistas não era a deposição de seus respectivos governos, e sim a derrubada da ordem política vigente. Epitácio Pessoa em 1922, Artur Bernardes em 1924, assim como Washington Luís em 1930, eram antes de tudo símbolos de uma ordem oligárquica que não correspondia mais às aspirações nacionais, e que a jovem oficialidade revolucionária procuraria derrubar a qualquer custo.

Sejam quais forem as razões da moderação do discurso tenentista em sua primeira fase – moderação que contrasta com a forma da manifestação política do movimento, isto é a luta armada –, é a partir de 1930 que ele vai de fato mostrar sua face verdadeiramente contestadora da ordem vigente. Como afirma Boris Fausto:

Após a Revolução de 1930, o movimento dá um salto importante, não só porque as ideias acerca das formas de representação política ganham concreção, adotando-se o princípio da representação por classes, como especialmente porque a dimensão economicossocial dos problemas brasileiros se torna o centro das preocupações. Se até aqui a crítica difusa à burguesia de São Paulo poderia estar associada aos objetivos das oligarquias dissidentes, o salto estabelece uma distância

²⁴¹ DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico*, p. 102-104.

ideológica entre uma tendência do tenentismo e as velhas classes dominantes.²⁴²

II) Os tenentes no poder (1930-1934).

Nas vésperas da Revolução de 1930, o tenentismo deixava de se apresentar como o braço armado das aspirações liberais das dissidências oligárquicas e das camadas médias tradicionais, e dividia-se em duas vertentes. Esta divisão era resultante de um período de maturação ideológica no exílio (1927-1930). Além de Boris Fausto, que, como acabamos de ver, faz uma separação entre o tenentismo da década de 1920, ainda preso ao universo ideológico das dissidências oligárquicas, e o tenentismo pós-1930, antioligárquico e voltado para preocupações socioeconômicas, dois autores tratam das diferentes tendências dentro do movimento. O primeiro deles é Edgard Carone, para quem o tenentismo da década de 1920 se caracteriza como um movimento civil-militar apoiado numa defesa de reformas moderadas, como o voto secreto e a reforma da justiça – aspirações políticas das oligarquias dissidentes –, enquanto que o tenentismo pós-30, mais complexo, apresenta uma **tendência esquerdista**, representada na dissidência de Luís Carlos Prestes, e uma **tendência centrista**, representada por uma aliança entre antigas lideranças do movimento (Juarez Távora, João Alberto) e políticos “arrivistas” e oligárquicos como Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida e Virgílio de Melo Franco. Esta última tendência participou do movimento revolucionário de 1930, subiu ao poder junto com Getúlio Vargas e manifestou-se por meio de entidades como o Clube 3 de Outubro e as legiões revolucionárias. Politicamente, defendeu de forma circunstancial interesses operários, interesses da classe média e de segmentos da oligarquia. Para Carone não houve uma tendência **direitista** no movimento; ao contrário da Aliança Nacional Libertadora e do Partido Comunista Brasileiro, que contaram com a participação de **tenentes de esquerda**, não houve presença de lideranças tenentistas em movimentos de direita como a Ação Integralista Brasileira.²⁴³ Embora concordemos com esta divisão do tenentismo em três tendências, achamos que a tendência **centrista** não foi satisfatoriamente caracterizada, por ser apresentada como ideologicamente indefinida e vinculada a políticos oportunistas. Além do mais, discordamos também de Carone no que diz respeito à inclusão de grupos civis, sem maior critério e precisões,

²⁴² FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, p. 101-102.

²⁴³ Ver CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*, apêndice **Exército e tenentismo**.

dentro do conceito de **tenentismo**: para nós, o tenentismo é um fenômeno **militar**²⁴⁴ e preferimos designar os aliados civis com maior identificação com a ideologia tenentista, como Maurício de Lacerda, Pedro Ernesto Batista e José Américo de Almeida, como **tenentes civis** – conceito clássico que a nosso ver deixa claro que se trata de políticos civis que aderiram a um movimento militar, e não de um movimento **civil-militar** no qual as duas categorias teriam igual peso.

O outro autor que analisa a diversidade ideológica dentro do tenentismo é Décio Saes, que assim divide o fenômeno tenentista: um **tenentismo liberal**, cuja principal manifestação teria sido o levante de 1922 no Rio de Janeiro, e que teria colocado a sua estratégia de luta armada a serviço de um projeto de regeneração da democracia liberal de elite, objetivo político das oligarquias dissidentes e de suas aliadas, as camadas médias tradicionais; um **tenentismo nacionalista**, que já teria se manifestado durante os levantes de 1924, que questionaria os próprios fundamentos da república oligárquica ao defender a sua substituição por um Estado centralizado, antioligárquico e nacional e que traduziria, desta forma, as aspirações das baixas camadas médias à industrialização e a uma política de bem-estar social; um **tenentismo de esquerda**, que teria surgido com a dissidência de Luís Carlos Prestes no final da década de 1920. Se, como acabamos de ver, Luís Carlos Prestes seria o principal representante desta última tendência, a tendência liberal seria encarnada na figura de Siqueira Campos, herói do levante de 1922 no Rio de Janeiro, e a tendência nacionalista no governo revolucionário de Ribeiro Júnior no Amazonas em 1924 e na ação política de Juarez Távora.²⁴⁵

Pretendemos adotar aqui esta divisão entre **tenentismo liberal**, **tenentismo nacionalista** e **tenentismo de esquerda** apresentada por Décio Saes, mas seguiremos o critério cronológico apresentado por Boris Fausto e Edgard Carone, segundo o qual a radicalização do tenentismo, seja de caráter nacionalista, seja de caráter esquerdista,

²⁴⁴ O caráter militar do movimento tenentista é tema do trabalho de José Augusto Drummond que estamos citando neste capítulo.

²⁴⁵ Ver SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*, p. 70-78. Michael L. Conniff também vê uma aliança entre tenentismo e baixa classe média. Para este autor, o período pós-1930 marcou o divórcio do tenentismo, que já assumira então postura ideológica mais radical, e a classe média tradicional e liberal. No entanto, manteve-se a aliança entre o tenentismo e as baixas camadas médias urbanas (comerciantes, empregados nos serviços, ferroviários, estivadores, comerciários etc.) que viam nos jovens militares revolucionários os agentes capazes de representar os seus interesses no mundo político (CONNIFF, Michael. *Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30*. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (coord.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 153).

teria ocorrido apenas a partir de 1930. Como vimos na primeira parte deste capítulo, o tenentismo da década de 1920 se apoiou essencialmente num projeto reformista liberal.

Se a transformação ideológica do tenentismo esteve em gestação durante o período de exílio das lideranças do movimento (1927-1930), podemos escolher o mês de maio de 1930 como data precisa para a sua concretização. Tem a data de maio de 1930 o manifesto de Luís Carlos Prestes no qual era anunciado o seu rompimento com o movimento em nome de uma ideologia de esquerda, e que revelava a influência intelectual de militantes comunistas brasileiros e latino-americanos com os quais mantivera contato durante o exílio.²⁴⁶ Ao se dirigir “*ao proletariado sofrido das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão*” e também “*aos revolucionários sinceros, aos que estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da profunda transformação por que necessitamos passar*”, Prestes denuncia a campanha presidencial de 1929-1930 – campanha que opôs Getúlio Vargas, candidato das oligarquias dissidentes, a Júlio Prestes, candidato das oligarquias dominantes – como uma mera disputa entre facções oligárquicas, cada uma apoiada por uma das duas grandes potências imperialistas que disputavam as riquezas brasileiras, a Inglaterra e os Estados- Unidos. Ao contrário da maioria das lideranças tenentistas, Prestes se mostra hostil a qualquer apoio às oligarquias dissidentes da Aliança Liberal. Para ele, a luta política deveria ter como alvo principal, não a regeneração dos costumes políticos, e sim a transformação da estrutura socioeconômica por meio de uma revolução popular:

A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, o voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição, de moeda estável e outras panaceias nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes.

Não nos enganemos. Somos governados por uma minoria que, proprietária das fazendas e latifúndios e senhora dos meios de produção e apoiada nos imperialismos estrangeiros que nos exploram

²⁴⁶ O manifesto de Prestes está reproduzido em CARONE, Edgard. *O tenentismo (acontecimentos – personagens – programas)*, p. 346-350. Sobre a dissidência de esquerda de Luís Carlos Prestes, ver FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*, capítulo 3, **O rompimento de Prestes com o tenentismo**.

e nos dividem, só será dominada pela verdadeira insurreição generalizada, pelo levantamento consciente das mais vastas massas das nossas populações dos sertões e das cidades.

Contra as duas vigas mestras que sustentam economicamente os atuais oligarcas, precisam, pois, ser dirigidos os nossos golpes – a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano.

A luta vitoriosa das massas urbanas e rurais contra o latifúndio e o imperialismo deveria levar à formação de um governo popular e revolucionário:

A verdadeira luta pela independência nacional deve, portanto, realizar-se contra os grandes senhores da Inglaterra e contra o imperialismo, e só poderá ser levada a efeito pela verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores. [...] o Brasil, pelas suas naturais riquezas, pela fertilidade do seu solo, pela expansão territorial, pelas possibilidades de um rápido desenvolvimento industrial autônomo, está em condições vantajosíssimas para vencer, com relativa rapidez, nesta luta pela verdadeira e real emancipação. Para sustentar as reivindicações da revolução que propomos – única que julgamos útil aos interesses nacionais – o governo a surgir precisará ser realizado pelas verdadeiras massas trabalhadoras das cidades e dos sertões. Um governo capaz de garantir todas as mais necessárias e indispensáveis reivindicações sociais: limitação das horas de trabalho; proteção ao trabalho das mulheres e crianças; seguros contra acidentes, o desemprego, a velhice, a invalidez e a doença; direito de greve, de reunião e de organização.

Só um governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros, poderá cumprir tal programa.

E o autor do manifesto conclui desta forma:

Proclamamos, portanto, a revolução agrária e anti-imperialista, realizada e sustentada pelas grandes massas de nossa população.

Lutemos pela completa libertação de todos os trabalhadores agrícolas, de todas as formas de exploração feudais e coloniais; pela confiscação, nacionalização e divisão das terras; pela entrega da terra gratuitamente aos que a trabalham. Pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo; pela confiscação e nacionalização das empresas estrangeiras, dos latifúndios, concessões, vias de comunicações, serviços públicos, minas, bancos; anulação das dívidas externas. Pela instituição de um governo realmente surgido dos trabalhadores da cidade e das fazendas, em entendimento com os movimentos revolucionários anti-imperialistas dos países latino-americanos e capaz de esmagar os privilégios dos atuais dominadores e sustentar as reivindicações revolucionárias.

Prestes assina o manifesto como membro da Liga de Ação Revolucionária, um efêmero movimento de esquerda independente formado por ele, junto com outros **tenentes dissidentes** como Emídio Miranda e Silo Meireles, após o fracasso das

tentativas de aliança com o Partido Comunista Brasileiro. As posições acima expostas, baseadas nas teses da Internacional Comunista para a América Latina²⁴⁷, marcam o surgimento do **tenentismo de esquerda**, que rompia radicalmente com as posições defendidas na década de 1920. Além da defesa de uma revolução proletária contra o latifúndio e o imperialismo e da defesa de um governo de trabalhadores, soldados e marinheiros, no estilo soviético, é digno de nota o desaparecimento do Exército (e das Forças Armadas em geral) do discurso: no caso do manifesto de Prestes, a manifestação tenentista não se faz mais em nome do Exército, guardião das instituições republicanas, e sim em nome de uma **revolução popular**.

A outra vertente do tenentismo, a **nacionalista**, surgiria “oficialmente” com a resposta pública de Juarez Távora, datada de 31 do mesmo mês, ao manifesto de Luís Carlos Prestes²⁴⁸. Seguidor do pensamento político nacionalista, centralizador e antioligárquico de Alberto Torres, Távora contesta as posições de Prestes e prega uma **outra revolução**. Inicia o seu texto com a tese, muito comum entre os representantes do pensamento autoritário brasileiro naquele período, da incompatibilidade da constituição republicana de 1891 com a realidade nacional:

Nós, os da velha guarda revolucionária, acreditamos que o mal não reside apenas na deficiência dos homens – mas, sobretudo, na perniciosa mentalidade ambiente que a prática defeituosa de uma Constituição, divorciada das realidades da vida nacional, permitiu surgir, medrosa, na aurora do regime, e agravar-se, intolavelmente, sob o consulado dos últimos governos. [...] Reforme-se, criteriosamente, a Constituição. Reforme-se uma, duas, vinte vezes – se tantas forem necessárias, para conseguir adaptá-la à mentalidade do povo cuja vida social e política ela deve espelhar como um padrão.

E, ao elaborar tais reformas – nada de fetichismos doutrinários, de dogmas de política clássica, de transplantações exóticas brilhantes, de liberalismos de fachada – tudo, porém, pela lição prática do nosso século e pouco de existência independente, no afã inflexível de consultar, antes de tudo, as nossas realidades de raça em formação, de meio especialíssimo e de cultura quase embrionária.

Nacionalizar a nossa Constituição – isto é, torná-la capaz de ser bem executada pela elite deficiente que possuímos – eis o remédio prático para os nossos males.

Tal objetivo político só poderia ser atingido pela via revolucionária, mas uma via revolucionária que não a preconizada por Prestes:

²⁴⁷ Cf. FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*, p. 97.

²⁴⁸ O contramanifesto de Juarez Távora está reproduzido em CARONE, Edgard. *O tenentismo (acontecimentos – personagens – programas)*, p. 350-356.

Nós, revolucionários, não cremos que uma tal reforma possa processar-se, pelo menos em futuro próximo, por uma evolução pacífica legal. [...] Vivemos [...] estagnados dentro de um círculo vicioso deprimente.

Para sairmos dele e podermos retomar um caminho qualquer de aperfeiçoamento político, é, portanto, indispensável a atuação de uma força extralegal, que rompa esse desequilíbrio forçado da nau do Estado, transpondo-a, da rota fechada em que ora bordeja, sem evolução possível, para um novo roteiro aberto, onde possa livremente evoluir. [...] Mas a revolução por que me tenho batido e pela qual – honrando a memória dos nossos mortos, entre os quais figura agora esse bravo, nobre e generoso Siqueira Campos – espero poder ainda consumir novos sacrifícios, não é a revolução que acaba de preconizar, em manifesto político, o meu prezado amigo, camarada e ex-chefe, General Luís Carlos Prestes. [...] Não creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerme do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas, dos peões das estâncias, dos habitantes esparsos dos nossos sertões. A essa massa, faltam-lhe todos os atributos essenciais para realizar uma insurreição generalizada, nos moldes da que preconiza o manifesto do General Prestes: - coesão, iniciativa, audácia e, sobretudo, eficiência bélica.

A revolução possível no Brasil terá, portanto, de continuar a apoiar-se nos mesmos meios em que tem sido alicerçada até aqui. Reconheço que são deficientes e até precários; mas são os mais viáveis e, portanto, os mais práticos. Teremos de fazê-la com o concurso de todos os homens de boa vontade, que a mentalidade reacionária e desvairada do poder público conduzir aquele ponto de partida de onde nós, revolucionários, empreendemos a nossa caminhada: - a descrença na eficácia dos processos legais vigentes, para a solução do problema político nacional.

Ao falar dos mesmos meios pelos quais a revolução tinha sido realizada até aquele momento, o autor se refere claramente à aliança entre militares revolucionários e dissidências oligárquicas que caracterizou os levantes da década de 1920. Descrente do sucesso da introdução do sistema soviético de conselhos de operários, soldados e marinheiros no Brasil, que mesmo na Rússia ainda não teria mostrado resultados convincentes, Távora aproveita para criticar tentativas anteriores de introdução de organizações políticas exóticas no Brasil, como o parlamentarismo de tipo inglês na época do Império e o presidencialismo de tipo norte-americano com o advento da República. Embora reconheça a exploração do proletariado por uma elite burguesa de banqueiros, industriais e fazendeiros, condena todo projeto que defenda a supressão da burguesia em proveito de uma ditadura do proletariado, e propõe outro tipo organização social:

Creio, sim, no equilíbrio e excelência de um regime baseado na representação proporcional de todas as classes sociais, e erigido em

regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos. E suponho que o regime republicano democrático (democrático num sentido menos amplo e mais real do que esse que até hoje lhe temos conferido) – é aquele que mais facilmente nos permitirá aproximar-nos desse equilíbrio ideal. [...] O fortalecimento da liberdade civil, por uma reforma criteriosa da Justiça; o estabelecimento da independência econômica das massas, pela difusão da pequena propriedade; a coibição efetiva e prática dos arbítrios do poder, pela criação de um novo organismo de controle político; o equilíbrio social, estabelecido pela proporcional representação de classe; e, enfim, a continuidade indispensável à obra de solução dos grandes problemas nacionais, pela influência persistente de conselhos técnicos, que se superponham, permanentemente, à temporariedade dos governos – eis os pontos básicos por que se devem bater, vencidos ou vencedores, os revolucionários brasileiros.

Para Juarez Távora, antes do enfrentamento ao poderoso imperialismo anglo-americano, seria necessário combater as vicissitudes internas, das quais a opressão externa se aproveitava. Em sua resposta ao manifesto de Luís Carlos Prestes, encontramos, portanto, basicamente: uma contestação à própria constituição republicana de 1891, considerada inspirada em modelo político exótico (o norte-americano) – o que significa um rompimento com o discurso da década de 1920, que acusava exatamente os governos de não respeitá-la; uma defesa da revolução como único meio de introduzir as reformas necessárias para o país; defesa de um programa que contém a representação de classes, uma reforma da justiça, a reforma agrária, uma reforma do sistema político e a introdução dos conselhos técnicos. Se a reforma da justiça e a modificação da organização política com o objetivo de evitar os “arbítrios do poder” parecem herança da ideologia tenentista da década de 1920, a representação de classes, a reforma agrária e os conselhos técnicos se tornarão, como veremos mais detalhadamente depois, bandeiras do tenentismo pós-30.

Em outro manifesto, datado de meados de julho de 1930, Juarez Távora aprofunda a discussão de algumas de suas divergências políticas e ideológicas com Prestes. Embora concorde com o diagnóstico dos problemas apresentado por este último – o caráter nefasto do regime do latifúndio e das relações semisserviis de trabalho, a escravização econômico-financeira do país ao capitalismo internacional –, Távora discorda das soluções propostas pelo antigo líder tenentista. No que diz respeito ao problema agrário, condena o projeto de Prestes de abolição imediata e total do regime do latifúndio por considerá-lo inviável e pernicioso à ordem social e econômica do país. Como alternativa, propõe uma reforma agrária gradual, que extinga progressivamente,

por meio de uma taxaço elevada, os latifúndios improdutivos e difunda a pequena propriedade no campo:

Creio que o latifúndio  , sob determinados aspectos, um mal e que a pequena propriedade, pelo contrário, é um bem.

Mas   inegável que esse bem e esse mal estão sujeitos, como tudo neste mundo,   lei geral da relatividade.

Eu penso que seria um grave erro de visão objetiva, pretender extinguir, com uma penada, o regime agrário do latifúndio e substitu lo, com outra penada, no dia seguinte, pelo regime integral da pequena propriedade. A natureza não evolui por saltos. E não será impunemente que os indivíduos ou as na es violem essa lei imutável do cosmos. Nós, brasileiros, já a transgredimos, pelo menos duas vezes: na aboli o da escravatura, em 88, e na descentraliza o federativa, em 91. O radicalismo humanitário de um, e os excessos autonomistas do outro, que podiam ser just ssimos, em si mesmos, sofreram, mais tarde, a san o de consequências econômicas e políticas, que provaram, pelo menos, não ter sido sábios tais decretos.²⁴⁹

  fácil a uma revolu o vitoriosa confiscar e dividir o latifúndio, e entregar os seus fragmentos aos antigos assalariados, para que os trabalhem por conta própria. Mas   difícil que eles disponham de recursos para fazê-lo e de aptidão profissional para orientar-se. Por outro lado, nem o Brasil dispõe de dinheiro para auxiliar, em massa, aos necessitados, nem os camponeses brasileiros possuem espírito de solidariedade bastante para organizarem as culturas coletivas.

Afigura-se-me, pois, probabil ssimo que a soluço extrema preconizada pelo general Prestes, afundaria a nossa economia agrícola e, portanto, a nacional, que repousa essencialmente sobre a mesma. Mesmo prescindindo o lado imoral dos confiscos sum rios, e as rixas e distúrbios que esse fato e a posterior divisão do latifúndio e distribui o de lotes criariam no interior do país – a simples perspectiva daquela sincope econômica bastaria para desaconselhar os excessos de uma tal política.

Evidentemente, o que se impõe, no caso, é uma soluço moderada ou evolutiva.

Impedir legal e terminantemente, a apropria o de novos latifúndios, por nacionais ou estrangeiros; declarar caducas todas as concessões desse g nero, feitas a quem quer que seja e por quem quer que seja, ilegal ou desonestamente; onerar, com impostos proibitivos, o latifúndio inexplorado, forçando o latifundiário a cultivá-lo, dividi-lo ou dele desfazer-se; regularizar, legal e eficientemente, em benefício do assalariado, o regime de explora o do latifúndio cultivado; e, por

²⁴⁹ TAVORA, Juarez. *Juarez Tavora: “Razões porque diverge das idéas comunistas de Luiz Carlos Prestes”*. João Pessoa: Secretaria da Segurança e Assistência Pública do Estado da Parahyba, 1931 (Arquivo Juarez Távora, FGV/CPDOC, JT-71f), p. 13. No final do documento, consta que o manifesto foi escrito em Las Toscas, Uruguai, em meados de julho de 1930.

outro lado, ir concedendo, mediante determinadas condições, a nacionais e estrangeiros (imigrantes), que o requeiram, pequenos lotes de terra (divisão das terras atualmente pertencentes ao patrimônio nacional ou a ele revertidas, em consequência de caducidade de concessões ilegais, da desapropriação de latifúndios inexplorados e, em último caso, da divisão dos próprios latifúndios cultivados) – eis o caminho mais seguro, para conduzir-nos do regime agrário do latifúndio, ao da pequena propriedade.

É claro que uma tal transformação se estenderá por decênios. Mas poderemos ir-nos consolando, pela estrada, com o pensamento de que também Roma não se fez num dia...²⁵⁰

Apesar de Távora interpretar de forma incorreta o episódio da abolição da escravidão – a abolição gradual que ele defende retrospectivamente não passou de fato de uma série de medidas protelatórias da elite escravista com o objetivo de adiar a solução do problema –, a sua concepção de reforma agrária era mais viável do que a de Prestes. Num país de latifúndios no qual inexistia movimento camponês importante, a proposta deste último de uma revolução agrária radical que extinguisse por completo o latifúndio de uma só vez aparecia mais uma estratégia retórica do que um projeto bem fundamentado e apoiado numa visão apurada da realidade brasileira. É preciso, contudo, levar em conta a questão da possibilidade da reforma agrária gradual preconizada por Távora no quadro de uma revolução apoiada em oligarquias dissidentes – caso da Revolução de 1930 –, cujo domínio social era baseado no latifúndio. O problema agrário permaneceria, na verdade, sem solução durante toda a era Vargas, e a transformação do Brasil em país industrial se faria sem alterações na estrutura fundiária brasileira.

Sobre a questão do imperialismo econômico estrangeiro, Juarez Távora critica a posição de Prestes de declarar guerra aberta, de confiscar sumariamente todas as empresas e concessões estrangeiras existentes no país e de declarar caducos títulos das dívidas que os sucessivos governos brasileiros contraíram ao capitalismo internacional. Para ele, esta posição é simplista, perigosa e sem pé na realidade, por não levar em conta a situação real de fraqueza do Brasil dentro do quadro internacional:

A mim me parece que os imperialismos sustentam esquadras e exércitos poderosos, para garantir, antes de tudo, a intangibilidade de seus interesses econômicos. Se, portanto, nós, que somos materialmente frágeis, ofendermos, imoral e ilegalmente, aqueles interesses, nada impedirá, nem moral, nem legal, nem materialmente,

²⁵⁰ TAVORA, Juarez. *Juarez Távora: “Razões porque diverge das idéas comunistas de Luiz Carlos Prestes”*, p. 15-16.

aos prejudicados que venham exigir-nos o seu ressarcimento, a coice d'armas. Esse desagravo será certo, natural, viabilíssimo. E que lhe poderemos opor, então? Na verdade, nada – nem força moral, nem recurso legal, nem resistência material. Os comunistas responderão que teremos ao nosso lado a solidariedade efetiva e irresistível do proletariado universal.

Eu não tenho, porém, motivos para acreditar na eficiência desse monstro fragmentário. E ademais, desconfio, que, no limiar de tal contenda, o proletariado inglês, yankee e francês aceitará, como justa, a cobrança de seus patrícios imperialistas contra o “sovietismo” caloteiro dos “bugres” sul-americanos...²⁵¹

A solução para o difícil problema da submissão do Brasil ao imperialismo econômico das grandes potências deveria consistir no combate aos grupos nacionais corruptos e inescrupulosos que irresponsavelmente contraíram empréstimos no exterior, e numa futura política fiscal sóbria e responsável que evitasse no futuro a necessidade de recorrer a novos empréstimos externos:

Eu penso que podemos e devemos combater, com energia, a escravização econômica do país ao capitalismo internacional. Mas não será com quixotadas absurdas, com excessos de xenofobia chinesa, que lograremos essa redenção. Eu creio firmemente que os verdadeiros, senão únicos, empreiteiros de nossa escravização econômica vivem entre nós e são brasileiros. O caminho a seguir será, assim, outro.

- “Livremo-nos, quanto antes, dos maus dirigentes que, encarapitados no poder, andam de sacola em punho, mendigando, à custa da penhora nacional, o ouro do imperialismo, para malbaratá-lo na orgia financeira de suas incapacidades; proibamos ou dificultemos, legal e eficientemente, o abuso criminoso e impatriótico dos empréstimos externos; esforcemo-nos por organizar uma administração equilibrada e honesta, que apenas gaste o que permitem as posses da nação; tratemos de saldar, honradamente, os compromissos internacionais, já contraídos em nosso nome; declaremos caducas as concessões imoral ou ilegalmente feitas a nacionais ou a estrangeiros; coibamos, por uma regulamentação criteriosa, as extorsões e abusos oriundos dos maus contratos, já legalmente celebrados; tratemos de impedir, como gente digna, que se celebrem, no futuro, novos contratos vergonhosos e lesivos ao bem público – metendo implacavelmente na cadeia os sacripantas de qualquer categoria que, a troco de gorjetas ou salamaleques, tenham prejudicado o patrimônio nacional; mostremos, enfim, ao estrangeiro, que deixamos de ser um povo de inconscientes, governado por uma comandita de bacharéis desonestos ou incapazes – e teremos conseguido, ao cabo de alguns decênios, com dignidade e segurança, o “controle” integral de nossa economia.

E lembremo-nos constantemente, para maior firmeza na execução desse programa, que o capitalismo internacional nunca nos pediu ou,

²⁵¹ TAVORA, Juarez. *Juarez Tavora: “Razões porque diverge das idéas comunistas de Luiz Carlos Prestes”*, p. 16-17.

menos ainda, impôs a obrigação de lhe tomarmos dinheiro emprestado, nem, tão pouco, pretendeu jamais obter, em nosso país, senão dentro da lei, a exploração de empresas ou de concessões. Ele não é, evidentemente, o maior culpado das extorsões e imoralidades de que nos queixamos. Estas cabem, quase íntegras aos nossos dirigentes. Varramos, portanto, com todos os requisitos da higiene, a nossa própria casa, deixando em paz os estranhos. E já não teremos feito pouco...²⁵²

Os comentários sobre a ação do capital estrangeiro no Brasil se referem visivelmente aos empréstimos contraídos a bancos estrangeiros para os esquemas de valorização do café e à presença de grupos estrangeiros na exploração dos serviços públicos (eletricidade, transportes etc.). As preocupações com a responsabilidade fiscal e com a moralização administrativa, elemento importante do discurso tenentista da década de 1920, se mesclam aqui com uma estratégia moderada para libertar o país do poder financeiro das grandes potências imperialistas.

Finalmente, no que diz respeito à transplantação no país do modelo político soviético, pela qual Prestes passou a advogar publicamente a partir de maio de 1930, Juarez Távora se opõe terminantemente. A razão não é uma aversão ao comunismo e ao marxismo em si mesmos, mas a descrença em seu sucesso num país agrário e sem um proletariado industrial importante. E é esta classe social que deveria ser a base da democracia proletária que promoveria a transição do capitalismo para o socialismo:

O soviétismo proletário não me merece o horror pânico que parece inspirar à generalidade dos burgueses. Não o considero um monstro pavoroso de que se deva fugir, sob pena de contaminação irreparável. Encerrando, embora, no seu extremismo desvairado, alguns dogmas que repilo – reconheço haver no ideário de seus doutrinadores políticos, muita aspiração justa e alguns fatores de organização bastante práticos.

Mas discordo e discordo da sua transplantação para o nosso meio, como o quer e preconiza o general Prestes.

Note-se que não combato, em tese, a teoria marxista do estado, de que o “soviétismo” russo atual é a primeira etapa, como regime de transição entre o capitalismo e o socialismo. Limito-me a negar que o Brasil de nossos dias esteja em condições de avançar esse passo.

Eu penso que o regime soviético encerra no seu aparente simplismo democrático, um mecanismo de execução talvez ainda mais delicado que o do nosso atual presidencialismo. Ele repousa, inteiro, sobre a faculdade de escolha das massas proletárias urbanas e camponesas, e é

²⁵² TAVORA, Juarez. *Juarez Távora: “Razões porque diverge das idéas comunistas de Luiz Carlos Prestes”*, p. 20-21.

evidente que essas massas não estão, entre nós, em condições de compreendê-lo e, muito menos ainda, de manejá-lo.

A democracia proletária deve ser sustentada, em primeira linha, pelo operariado urbano ou industrial e reforçada, depois, pela arregimentação das massas camponesas. É o que doutrinam os *leaders* marxistas. Ora, o proletariado industrial é, entre nós, insignificante, porque insignificante é a nossa indústria, e a massa campesina ignorante, dispersa e sem iniciativa, é inapta para ajudá-lo a executar o novo regime. Logo, segundo todas as probabilidades, este teria de ser, como está sendo o atual presidencialismo, como o foi, na monarquia, o parlamentarismo – adulterado, corrompido e desmoralizado, desde o próprio berço.²⁵³

Em outro trecho encontramos a seguinte consideração, que vai também neste sentido:

O governo da ditadura proletária de Marx pode ser ótimo e não duvido que, dentro de alguns decênios, esteja regendo, com verdadeira sabedoria, todas as nações adiantadas do planeta. Ele não poderá, porém, governar, com equilíbrio e com justiça – por isso mesmo que se funda sobre a vontade imediata das massas populares – os países como a Rússia, onde essas camadas humanas jazem ainda numa quase completa ignorância. Engels afirmou algures que o sufrágio universal marcava a última etapa de aperfeiçoamento que o regime capitalista podia proporcionar ao estado social vigente. Eu penso que só os povos que venceram, conscientemente, essa etapa da democracia, deverão transpor sem receios o pórtico da ditadura proletária que conduz ao socialismo de Marx. E o Brasil, mais ainda que a Rússia, está distanciado, talvez de meio século, dessa vanguarda da civilização. As suas massas proletárias e camponesas nem possuem capacidade intrínseca para exercer diretamente o governo de si mesmas, nem dispõem de discernimento bastante para eleger, com consciência, mandatários capazes de governá-la com sabedoria. Elas são rigorosamente idênticas ao eleitorado de semianalfabetos, que, no Brasil republicano dos nossos dias, despacha vilões e incapazes, para os conselhos, para os congressos e para as presidências. Por isso, eu – que nasci do povo e que amo o povo, mas que prefiro que me vistam a pele de reacionário a que me infiltrem na alma o veneno da demagogia – tenho a coragem de dizer serenamente ao povo – VOTO CONTRA OS CONSELHOS DE OPERÁRIOS, CAMPONESES E SOLDADOS, VOTO A FAVOR DA REPÚBLICA CRITERIOSAMENTE DEMOCRÁTICA – ORGANIZADA DENTRO DAS NOSSAS REALIDADES DE POVO EM FORMAÇÃO – EM NOME DE TODOS: DOS BURGUESES, PARA QUE NÃO explorem, DOS PROLETÁRIOS, PARA QUE NÃO SEJAM explorados.²⁵⁴

²⁵³ TAVORA, Juarez. *Juarez Tavora: “Razões porque diverge das idéas comunistas de Luiz Carlos Prestes”*, p. 21-22.

²⁵⁴ TAVORA, Juarez. *Juarez Tavora: “Razões porque diverge das idéas comunistas de Luiz Carlos Prestes”*, p. 29-30.

Para Juarez Távora, a solução para os problemas brasileiros não é uma revolução do proletariado urbano e rural contra o latifúndio e o imperialismo estrangeiro, e sim uma **revolução pequeno-burguesa** – é o termo que ele emprega – a ser realizada por uma mocidade militar moralmente íntegra e com fortes sentimentos patrióticos, e cuja missão seria a de combater o regime vigente de opressão política, desonestidade administrativa e irresponsabilidade financeira, libertar o Brasil da dependência econômica para com os credores estrangeiros sem provocar choques militares para o qual o país não estava preparado, resolver o problema agrário de forma prudente e gradual, sem os distúrbios sociais e econômicos provocados por um salto direto do regime do latifúndio para o regime da pequena propriedade, e combater as injustiças sociais sem os excessos e as violências de uma inversão radical da dominação de classes – isto é, sem a troca da dominação burguesa por uma ditadura do proletariado.²⁵⁵

O mês de maio de 1930 corresponde, portanto, ao surgimento, pelo menos perante o público, de **duas novas tendências do tenentismo**: a **de esquerda**, representada por Luís Carlos Prestes, e a **nacionalista**, representada por Juarez Távora. A tendência **liberal**, que caracterizou o movimento na década de 1920, desaparecia a partir deste momento, o que ajuda a reforçar a hipótese de que o discurso liberal do período 1924-1927 era de fato mais tático do que sincero. No que diz respeito ao projeto econômico do movimento tenentista no pós-30, concentraremos a nossa análise no **tenentismo nacionalista** na medida em que, por ter sido uma das principais forças dirigentes do movimento revolucionário de 1930 e por ter integrado o poder na primeira fase do governo de Getúlio Vargas, esta vertente teve as condições de formular mais solidamente o seu projeto de país e teve a oportunidade de executar alguns de seus itens devido à presença de representantes seus dentro do aparelho de Estado. O **tenentismo de esquerda**, pelo contrário, ao se recusar a participar da Revolução de 1930 por considerá-la uma revolução “burguesa” e um mero acerto de contas entre diferentes grupos oligárquicos, cairia no ostracismo nos primeiros anos do pós-1930. O seu retorno à arena política ocorreria em 1935, com a sua participação num movimento

²⁵⁵ TAVORA, Juarez. *Juarez Távora: “Razões porque diverge das idéas comunistas de Luiz Carlos Prestes”*, p. 10-11. Estas idéias também estão presentes em carta pessoal de Juarez Távora a Luís Carlos Prestes, datada de 25 de junho de 1930 e reproduzida em CARONE, Edgard. *O tenentismo (acontecimentos – personagens – programas)*, p. 356-365.

político civil de massa, a Aliança Nacional Libertadora, e com uma revolução derrotada contra o governo de Getúlio Vargas.

*

* *

A presença do **tenentismo nacionalista** entre as principais forças da coalizão revolucionária que pôs fim à república oligárquica em outubro e novembro de 1930 levaria as principais lideranças do movimento a assumir papel de relevo nos primeiros anos da era Vargas. A heterogeneidade do movimento revolucionário de 1930 – nele estavam representados oligarquias dissidentes (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba), oposições estaduais, facções liberais de classe média e reformistas radicais de tendência nacionalista – e a consequente indefinição inicial do novo regime, levaria os **tenentes**, representantes da tendência nacionalista radical, a se constituir num grupo de pressão com o objetivo de colocar o governo Vargas no caminho das reformas necessárias à regeneração e à modernização do país.²⁵⁶ O próprio Getúlio Vargas, por sua vez comprometido ideologicamente com uma política de desenvolvimento tutelada pelo Estado²⁵⁷, procuraria se apoiar no tenentismo como contrapeso às pressões da ala conservadora da revolução constituída pelas dissidências oligárquicas e pelos liberais de classe média, ala defensora apenas de uma política de moralização e de reforma liberal-democrática do regime republicano seguida de uma rápida volta à vida constitucional.²⁵⁸ Isto explica a presença de lideranças tenentistas como interventores federais em diferentes Estados brasileiros, atuando como **agentes da centralização varguista**: João Alberto em São Paulo, Juracy Magalhães na Bahia, Ari Parreiras no Rio de Janeiro,

²⁵⁶ A heterogeneidade da coalizão revolucionária de 1930 é bem retratada em SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, p. 27-31.

²⁵⁷ Ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*, capítulo 2, **Sob a hegemonia burguesa agrária: a perspectiva regional e o positivismo**, no qual é estudada a carreira política de Getúlio Vargas como integrante do quadro dirigente do Partido Republicano Rio-Grandense durante a República Velha. Este partido de orientação positivista defendia o dirigismo econômico e uma política de desenvolvimento pela via autoritária.

²⁵⁸ O contexto das tensões e do confronto entre as duas alas da revolução, a liberal-oligárquica e a nacionalista radical, é analisado detalhadamente no clássico **O sentido do tenentismo**, de Virgínio Santa Rosa (SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976).

Augusto Maynard Gomes em Sergipe, Herculino Cascardo no Rio Grande do Norte, João Punaro Bley no Espírito Santo, Joaquim Magalhães Barata no Pará, Landri Sales no Piauí, Roberto Carneiro de Mendonça no Ceará, Lourival Seora da Motta no Maranhão, e os **tenentes civis** Pedro Ernesto Batista, no Distrito Federal, Carlos de Lima Cavalcanti, em Pernambuco, e Pedro Ludovico Teixeira, em Goiás; além do mais, havia Juarez Távora no comando da Delegacia dos Estados do Norte e Nordeste, órgão subordinado ao Ministério da Guerra e destinado a coordenar e a fiscalizar as atividades dos interventores federais nos Estados dessas duas regiões.²⁵⁹ O tenentismo assume, portanto, nova função política no período ditatorial revolucionário de 3 de novembro de 1930 a 16 de julho de 1934 ao deixar de ser o braço armado das reivindicações liberais das dissidências oligárquicas e dos setores mais tradicionais das camadas médias urbanas para se tornar o principal sustentáculo de uma política de desenvolvimento do país sob a **tutela do Estado**.

Um dos melhores documentos para o estudo e a compreensão do projeto de país do **tenentismo nacionalista** é o programa político do **Clube 3 de Outubro**, principal entidade que representou o movimento tenentista no pós-1930. Fundada em fevereiro de 1931, esta associação da qual fizeram parte as principais lideranças tenentistas e seus aliados civis, foi o principal veículo do movimento para pressionar o governo Vargas no sentido das reformas necessárias para a regeneração e a modernização do país. Ao mesmo tempo ela tomava a defesa do governo diante dos ataques dos grupos opositoristas representados na aliança entre a ala **liberal-oligárquica** da revolução – que já temia um aprofundamento do processo revolucionário e passaria a se afastar progressivamente de Vargas – e os grupos dominantes depostos em 1930, aliança que adotava a bandeira a **reconstitucionalização**. O Clube 3 de Outubro, ao contrário, defenderia o **prolongamento da ditadura revolucionária**, já que para ele a reconstitucionalização imediata significava uma volta das oligarquias dominantes do regime deposto ao poder e a impossibilidade de se realizar as reformas necessárias para o país. Estas últimas deveriam ser concretizadas, portanto, antes de qualquer processo constitucional. Tendo como presidente o **tenente civil** Pedro Ernesto Batista, o Clube 3

²⁵⁹ Cf. FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, p. 148-149. A autora menciona também a nomeação de **tenentes** no Amazonas, em Santa Catarina e em Alagoas, mas não cita seus nomes.

de Outubro, também conhecido como **clube dos jacobinos**, se reunia na cidade do Rio de Janeiro – com filiais inexpressivas espalhadas pelo país – e era composto em sua maior parte por militares. Embora nunca tenha se transformado num partido político estruturado com o objetivo de disputar eleições, o Clube foi uma das principais forças de apoio ao governo Vargas em seu período provisório.²⁶⁰ Assim comenta Michael L. Conniff a aliança do Clube com o governo Vargas diante da ofensiva constitucionalista da frente liberal-oligárquica:

A vacilante coalizão política de Vargas foi abalada pelo ressurgimento da política, o que conferiu ao Clube 3 de Outubro o *status* de contrapeso político por quase um ano. O Clube nunca chegou a empregar uma força política própria, mas ele se transformou num aliado indispensável para Getúlio Vargas em virtude de suas ligações com importantes elementos do governo, de sua imagem de dedicação revolucionária e – principalmente – de seu prestígio entre a oficialidade jovem das Forças Armadas. Além disso, a recente influência conseguida pelo Clube coincidiu com a ascensão de Pedro Ernesto Batista à sua presidência. Respeitado pelos revolucionários “históricos” e íntimo de Getúlio Vargas, Pedro Ernesto veio a ser o “Getúlio dos tenentes”, o elo fundamental entre os revolucionários e o chefe do Governo Provisório.²⁶¹

O principal documento que expõe o projeto político, social e econômico do Clube 3 de Outubro é o **Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil**²⁶², datado de fevereiro de 1932 e redigido por uma comissão composta por dois militares veteranos dos levantes tenentistas da década de 1920, Stênio Caio de Albuquerque Lima, capitão do Exército, e Augusto do Amaral Peixoto, capitão-tenente da Marinha, pelo **tenente civil** Abelardo Marinho de Andrade e pelo jurista – e posteriormente Ministro do Trabalho nos primeiros anos do Estado Novo –

²⁶⁰ Para as informações sobre o Clube 3 de Outubro que apresentaremos neste capítulo, ver CONNIFF, Michael. **Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30**, o artigo inteiro, CARVALHO, Maria Célia Freire de. *O Clube 3 de Outubro*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em História orientada pelo Professor Arthur Cesar Ferreira Reis. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1975, FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, p.119-138, e o verbete **Clube 3 de Outubro**, de autoria de Carlos Eduardo Leal, no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** disponível em versão digital no portal do FGV/CPDOC (ver link <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>).

²⁶¹ CONNIFF, Michael. **Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30**, p. 137.

²⁶² **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**. In: *Republica dos Estados Unidos do Brasil. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, Volume III, p. 187-245.

Valdemar Falcão; esta comissão redigiu o programa após haver solicitado e coordenado as sugestões de diversos membros e simpatizantes da entidade.²⁶³

O texto inicia com comentários sobre a degradação do regime republicano pela elite deposta em 1930:

A República passada foi toda uma mentira. Estudos e indagações determinaram, nitidamente, os principais fatores da falência do regime político inaugurado em 89: a falta de cultura do povo e o divórcio entre a Constituição de 24 de Fevereiro e a realidade brasileira. Apurando bem, a responsabilidade maior deve caber ao pacto de 91. [...] A engrenagem de um aparelho jurídico-político imperfeito, antiquado e exótico, permitiu que um grupo de maus brasileiros, apartado dos são princípios republicanos, sem merecimento e sem patriotismo, empolgasse a direção do país. [...] Assim, os princípios sadios, que nortearam as jornadas cívicas de 89 e 91, foram paulatinamente substituídos pela prática sistemática e ostensiva da mentira e da desonestidade. [...] E viu-se, então, a *república que a revolução destruiu*: um legislativo subserviente; uma justiça complacente com o executivo, se não obediente ao mesmo; desaparecimento da estirpe de estadistas, que se criara na monarquia; a desorientação absoluta em economia e finanças; a advocacia administrativa ostensiva, entrelaçada ao industrialismo político; a ausência de partidos em torno de programas; a descontinuidade administrativa; o encarceramento do pensamento; a procrastinação sem fim das reformas sociais reclamadas pelas classes trabalhadoras e produtoras; o Exército desorganizado, desfalcado e reduzido; a Marinha de Guerra insuficiente, desmantelada e desenganada nos seus sonhos de soerguimento; o mal-estar e a intranquilidade em todas as classes; cerca de oitenta por cento de analfabetos, etc.²⁶⁴

Um novo rumo, portanto, deveria ser dado ao regime recém-instalado:

É preciso não repetir o erro dos idealistas de 89.

Aproveitemos as conquistas de outros povos, as lições da política mundial, o adiantamento da sociologia, mas sem perdermos a noção da realidade brasileira e sem abjurmarmos as tradições nacionais.

Realizemos a democracia, entregando o governo aos que trabalham e produzem.

Asseguremos bom rumo à administração, facultando aos especialistas interferência eficiente na gestão dos negócios públicos.

Evitemos o arbítrio, dando o governo a órgãos coletivos.

²⁶³ Para uma análise do conteúdo do programa do Clube 3 de Outubro, ver SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*, p. 79-82, FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, p. 102-104, CONNIFF, Michael. *Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30*, p. 141-144, e FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, p. 64-94.

²⁶⁴ **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 188-189.

Ergamos uma justiça autônoma, una e independente.

Promovamos a educação intensiva da massa popular, generalizando o culto pelo Direito.

E teremos assim operado a verdadeira reconstrução político-social do Brasil.²⁶⁵

Com base nesses princípios é elaborado um longo programa dividido em nove tópicos: **nacionalidade, economia, finanças, administração pública, sociedade brasileira, política, justiça, defesa nacional e relações exteriores**. Devido à acentuada desorganização do texto original do programa, sistematizamos as suas principais posições à nossa maneira, e enfatizamos as questões que mais nos interessavam.

No que diz respeito à organização política e administrativa do país, o programa defende uma forma de governo “*Republicana Federativa, composta de Estados autônomos, devendo, porém, ser a administração centralizada no tocante às grandes medidas de ordem técnica, que possam afetar os interesses supremos da Nação*”, e uma organização político-administrativa em moldes uniformes para a União, os Estados e os Municípios estabelecida desta forma:

1 – *Poder Judiciário* – uno, independente e intangível, distribuindo a justiça e velando pela aplicação das leis.

2 – *Poder Legislativo* – constituído por duas câmaras: uma representativa das forças políticas nacionais e a outra das associações profissionais, instituições culturais e forças morais, devidamente organizadas e em harmonia com as tradições e tendências brasileiras.

3 – *Poder Executivo* – tripartido²⁶⁶ [...], investido de funções unicamente administrativas, será exercido temporariamente; além disso, será orientado, coordenado e fiscalizado por conselhos técnicos que se incumbirão de manter a continuidade da administração, assegurando a racionalidade e a eficiência das medidas administrativas.

4 – *A vontade do cidadão*, expressa no distrito municipal, será apurada por um sistema de eleição indireta, por meio do voto secreto, respeitados os direitos das minorias e revestido o processo eleitoral de

²⁶⁵ **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 190.

²⁶⁶ O Poder Executivo compreende um **Chefe do Executivo** (federal, estadual e municipal) eleito por cinco anos pelos membros das duas câmaras que compõem o Legislativo, a Câmara Representativa Política e a Câmara Representativa Profissional e Cultural, um **Vice Político** eleito por cinco anos pela primeira câmara e um **Vice Profissional** eleito por cinco anos pela segunda.

todos os resguardos e garantias indispensáveis à perfeita independência, segurança e liberdade do eleitor.²⁶⁷

Temos aqui reivindicações tenentistas já presentes nos discursos do movimento na década de 1920, como a **unificação da Justiça**, o **voto secreto**, a **maior independência do Judiciário** e uma maior **centralização político-administrativa** sem extinção formal do sistema federativo. Entretanto, também estão presentes elementos típicos da ideologia tenentista do pós-1930, como a **representação das categorias profissionais** no Legislativo – ou, nas palavras de Juarez Távora, a **representação de classes** – e os **conselhos técnicos**. Estes últimos deveriam consistir num conselho principal constituído de peritos nos diversos ramos da administração pública e em conselhos anexos aos diferentes ministérios. Os seus membros seriam eleitos pelo Legislativo por um período de sete anos, superior ao mandato de cinco anos do chefe do Executivo, o que deveria garantir continuidade administrativa entre dois mandatos executivos. O conselho técnico, fosse ele o nacional, o estadual ou o municipal, manteria a continuidade administrativa e teria **função orientadora, coordenadora e fiscalizadora sobre todo o governo**. A instituição dos **conselhos técnicos** é assim justificada no programa, quando este defende a

instituição de um Governo Republicano, inspirado na consideração de que uma das causas mais importantes dos nossos desacertos administrativos, da nossa desorientação na gestão dos negócios públicos e na realização dos programas de governo, em inteiro divórcio com as conveniências e necessidades fundamentais da coletividade nacional e das coletividades estaduais, - está no preconceito da onisciência que os nossos homens de governo, pelo só fato da sua investidura nos cargos, a si mesmos se atribuem, com relação ao conhecimento dos negócios públicos e ao exame dos interesses coletivos.

Disso resulta que a solução dos múltiplos problemas de administração pública, econômicos, sociais, culturais e jurídicos, extremamente complexos, - é dada habitualmente por simples inspiração, por ciência infusa, por meras leituras de gabinete, sem que se atente na realidade brasileira. No intuito de evitar os malefícios produzidos por tão errônea convicção, infelizmente generalizada nas chamadas elites governamentais, serão criados Conselhos Técnicos, como órgãos permanentes de consulta obrigatória, colaboradores e participantes do Governo Federal e dos Governos Estaduais e Municipais. Tais conselhos serão organizados de molde a atender, simultaneamente, às

²⁶⁷ Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro, p. 195-196.

condições de representação dos interesses das classes e de independência e supremacia em face dos poderes governamentais.²⁶⁸

No que diz respeito à **organização social**, o programa apresenta grande zelo reformista, já que nele encontramos: a instituição de leis que estimulem a formação de **associações profissionais e instituições culturais**, e sua representação no Poder Legislativo por meio da Câmara Representativa Profissional e Cultural;²⁶⁹ uma avançada **legislação operária** que compreende o salário mínimo, a fixação da jornada de trabalho, o repouso hebdomadário, as férias obrigatórias, o limite de trabalho das mulheres e dos menores, o regime de conciliação e arbitragem, a garantia de condições higiênicas e morais nos locais de trabalho e nas habitações operárias, o seguro contra os acidentes, a velhice, a morte e a falta de trabalho, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, o direito de greve, a assistência obrigatória do Estado aos sem-trabalho e a difusão da escola operária e do ensino profissional;²⁷⁰ uma **reforma agrária** com o objetivo de reduzir ao mínimo possível todas as formas de latifúndio e de difundir a formação da pequena propriedade rural, reforma que deveria ser feita por meio da constituição de núcleos coloniais cooperativos em terras devolutas e ilegalmente ocupadas revertidas ao patrimônio coletivo, de um imposto especial para os grandes proprietários e sobre o arrendamento de terras, da organização de patronatos agrícolas para assegurar o trabalho aos desocupados provindos dos meios urbanos ou dos próprios centros rurais, e da criação de um tribunal de terras que estudasse e resolvesse os litígios relativos ao domínio, posse e exploração do solo.²⁷¹

Quanto à **organização militar**, o programa reivindica uma melhor estruturação e um melhor equipamento para as forças armadas federais e a proibição terminante de

²⁶⁸ **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 209. Um ponto interessante no programa é o princípio de que as nomeações para os cargos públicos, federais, estaduais ou municipais, só poderiam ser feitas mediante proposta ou indicação dos conselhos técnicos respectivos. Tais conselhos deveriam exercer também uma função de superintendência, com relação à seleção de candidatos para os cargos públicos em geral. Podemos, com isso, ter uma idéia da dimensão do poder dos conselhos técnicos na nova ordem concebida pelos redatores deste programa (ver **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 219).

²⁶⁹ **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 219-220.

²⁷⁰ **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 220-222.

²⁷¹ **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 210-211.

quaisquer forças militarizadas que não sejam integrantes das classes armadas federais. Preocupado com o poder das polícias militares estaduais, vistas como ameaças à unidade nacional, o programa defende a sua federalização e a sua incorporação ao exército nacional. O policiamento nos Estados e Municípios deveria ser feito por guardas cívicas auxiliadas pelas forças federais.²⁷²

Deter-nos-emos agora nas questões da **organização econômica** presentes no programa, já que é o que mais interessa à nossa pesquisa.

Encontramos inicialmente uma defesa do **planejamento econômico** que deveria ser concebido por conselhos econômicos, uma condenação das políticas de valorização artificial de produtos – referência clara às políticas de valorização do café da República Velha –, assim como do protecionismo alfandegário, e uma menção à **função social** da propriedade:

A economia nacional, como elemento precípua de engrandecimento da Nação, deverá ser organizada racionalmente, de molde a permitir um verdadeiro enriquecimento do país, uma segura melhoria da situação econômica do homem brasileiro.

Para tal, ela desenvolver-se-á consoante planos racionais de produção, circulação e consumo da riqueza, de forma a permitir uma distribuição mais justa e equitativa das resultantes econômicas do trabalho.

Tais planos serão elaborados periodicamente por conselhos econômicos, reconhecidamente capazes e idôneos para o cumprimento de sua missão.

Ter-se-á sempre em vista, na organização desses planos, a série de malefícios acarretados ao país pelas valorizações artificiais de produtos e bem assim o exagerado protecionismo alfandegário, erros que têm favorecido as supremacias regionais, em detrimento da unidade nacional; e evitar-se-á também a formação de classes privilegiadas e parasitárias em prejuízo do bem-estar e do conforto de milhões de brasileiros.

Regular-se-á, ao mesmo tempo, por meio desses planos, o exercício do direito de propriedade, de sorte que esse instituto não minta à sua

²⁷² **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 194-195, 237-238 e 245. A forma dispersa e desorganizada como os tópicos estão relacionados no texto original do programa, no qual encontramos o tratamento de uma mesma questão em diferentes partes do texto, explica esta estranha relação de páginas que apresentamos aqui.

finalidade social e não seja apenas um instrumento estéril do egoísmo.²⁷³

Ao considerar a economia nacional “*um dos elementos preponderantes da Nacionalidade*”, o programa defende a organização de planos econômicos de produção, consumo e coordenação dos elementos da riqueza, que deveria ser feita pelo **conselho técnico econômico** ou por comissões especializadas, e que deveria vigorar por prazos determinados. Embora afirme “*respeitar o direito patrimonial de propriedade*”, o programa diz que se deveria “*evitar que venha isso a favorecer o parasitismo negociista, insaciável e dissimulado, para o que sempre se terá em vista a função social da propriedade*”; o Estado poderia transferir para a coletividade as empresas particulares suscetíveis de socialização, desde que indenizasse os seus donos segundo o valor da aquisição e dos capitais aí investidos.²⁷⁴

O programa prega a **nacionalização das riquezas naturais** (minas, águas e florestas) para torná-las um bem social. Além do mais, deveriam ser organizados planos racionais para o aproveitamento das riquezas naturais, e um **código das minas**, um **código das águas** e um **código das florestas**. Seria também necessário “*estabelecer e desenvolver a indústria siderúrgica, em moldes que assegurem a sua exploração frutuosa para a Nacionalidade*”. Aliás, no que diz respeito especificamente à questão da **indústria**, encontramos a ideia de que é necessário “*incentivar por todos os meios a formação, o desenvolvimento e a manutenção das indústrias que empreguem matéria genuinamente nacional, e das que produzam gêneros de alimentação e artigos de primeira necessidade*”. A política protecionista só deveria beneficiar as indústrias verdadeiramente aclimatadas no ambiente nacional, e jamais reverter em proveito do parasitismo de indústrias artificiais e nocivas ao aparelhamento de vida das classes humildes.²⁷⁵ Outro item importante do programa é a defesa da **diversificação da produção agrícola**, com o incentivo às culturas de produtos essenciais à alimentação, ao vestuário e às necessidades principais da vida coletiva. Para tal, seria necessário fomentar a policultura do solo, orientar a atividade do agricultor para o empreendimento das atividades mais reprodutivas, “*abandonada tanto quanto possível a miragem da*

²⁷³ Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro, p. 191-192.

²⁷⁴ Ver Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro, p. 210-211.

²⁷⁵ Ver Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro, p. 212-213.

monocultura de produtos exóticos, artificialmente valorizados pela ação dos governos". Os governos deveriam adquirir maquinaria e instrumentos destinados à racionalização e ao aperfeiçoamento da atividade produtiva do agricultor, e distribuí-los pelos municípios agrícolas.²⁷⁶ Para o programa, seria preciso nacionalizar o mais possível as vias de transporte e comunicação, as empresas de navegação de cabotagem e de exploração de portos brasileiros, com a uniformização equitativa das taxas portuárias, assim como seria necessário organizar um plano geral ferroviário e rodoviário para todo o país a ser executado gradualmente segundo os interesses da coletividade e da defesa nacional, e jamais ao sabor de interesses regionais ou de influências ocasionais.²⁷⁷ O projeto educacional sustentado pelo programa dá uma ênfase especial ao **ensino profissional**, que deveria ser ministrado em diferentes tipos de estabelecimento, dedicados respectivamente às seguintes especialidades: rudimentos principais da atividade operária; conhecimentos relativamente mais completos das principais artes e profissões manuais e mecânicas, de maneira a preparar o indivíduo para a atividade industrial moderna; formação de verdadeiros técnicos em química industrial, mecânica, eletricidade, e trabalhos públicos; escolas de especialização, como as agrícolas, as comerciais, as normais (formação de professores) e as domésticas (preparação da mulher para a "direção do lar" etc.); escolas populares, para elevar o nível cívico e cultural da juventude das camadas populares urbanas e rurais.²⁷⁸

A **política tributária** defendida pelo programa se apoia essencialmente nos **impostos diretos**, como o de renda e o territorial, em detrimento dos **impostos indiretos**, como o de exportação e o de importação. Aliás, para o programa deveriam ser suprimidos os direitos de importação sobre artigos de alimentação consumidos pelas classes pobres e não produzidos no país, sobre produtos industriais não produzidos no país e necessários às vias de comunicação, transportes e desenvolvimento agrícola, sobre artigos necessários ao incremento da pecuária nacional, sobre artigos de primeira necessidade, produtos químicos indispensáveis à saúde pública e aproveitáveis pela indústria nacional – desde que se tratasse de artigos sem similares na produção brasileira –, e sobre a importação do papel e do material tipográfico destinado à

²⁷⁶ Ver **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 212.

²⁷⁷ **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 215.

²⁷⁸ Ver **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 223-226.

fabricação de livros e artigos escolares, bem assim como sobre o papel e o material para jornais. O programa pede também a **extinção das barreiras tributárias intermunicipais e interestaduais**.²⁷⁹ A produção nacional deveria ser financiada e estimulada por meio da criação de institutos de crédito destinados a esta finalidade, e os estabelecimentos bancários governamentais deviam ser vistos como órgãos de desenvolvimento das atividades nacionais. Esses institutos de crédito deveriam favorecer a organização da pequena propriedade, a colonização das terras inaproveitáveis, o aproveitamento das riquezas naturais, o desenvolvimento da pequena indústria, o desenvolvimento da produção poli-agrícola, o incremento da pecuária pelo selecionamento e o auxílio às indústrias que empregassem matéria-prima verdadeiramente nacional e às que se relacionassem com a fabricação de artigos de primeira necessidade, de gêneros alimentícios ou de instrumentos e utensílios atinentes à agricultura e à pecuária. O programa defende também a **proibição de monopólios, trustes e organizações semelhantes** que fixassem preços elevados aos gêneros de alimentação e às utilidades indispensáveis à existência individual.²⁸⁰

As ideias do programa relativas às finanças estão ao mesmo tempo voltadas para uma política de desenvolvimento nacional e para uma política de responsabilidade fiscal:

As finanças nacionais, como complemento indispensável do desenvolvimento econômico, deverão enquadrar-se numa sistematização perfeita, que nitidamente delimite os campos de atividade financeira da União, dos Estados e dos Municípios.

Nessa ordem de ideias, vir-se-á, sobretudo, a regularização da receita pública, sem imprevistos fulminantes, e a criteriosa realização da Despesa, de modo a não facilitar, nem estimular os gastos imoderados e improdutivos.

Para atingir tais objetivos, adotar-se-á como norma obrigatória o equilíbrio orçamentário, ao mesmo passo que se estabelecerá uma fiscalização rigorosa sobre o emprego dos dinheiros públicos.²⁸¹

²⁷⁹ **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 213-214.

²⁸⁰ Ver **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 214-215.

²⁸¹ **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 192. Para maiores detalhes sobre a organização financeira, ver **Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro**, p. 192 e 216-217.

Podemos, resumidamente, estabelecer desta forma as principais reivindicações do programa do Clube 3 de Outubro:

1) No **terreno político**, preservação do regime republicano presidencial e federativo, mas com uma maior centralização político-administrativa que se traduz em medidas como a uniformização da Justiça, a federalização das polícias estaduais, a abolição das tarifas intermunicipais e interestaduais e a ingerência do poder central nos assuntos mais importantes da vida nacional. Algumas reivindicações já presentes no discurso tenentista da década de 1920, como o voto secreto, a maior independência entre os três poderes e a moralização administrativa são acompanhadas de elementos característicos da ideologia tenentista do pós-1930, como a representação profissional no Legislativo e os conselhos técnicos. Estes últimos, cuja função era orientar, coordenar e fiscalizar a atuação do Executivo, certamente seriam o órgão político central da República.

2) Na **área social**, destacam-se uma avançada legislação operária e uma reforma agrária gradual com o objetivo de substituir progressivamente o latifúndio pela pequena propriedade.

3) Na área econômica, as preocupações tenentistas da década de 1920 como o saneamento financeiro e a responsabilidade fiscal são acompanhadas de um programa mais detalhado de desenvolvimento da produção nacional. É neste sentido que interpretamos itens como o planejamento econômico, a nacionalização das riquezas naturais, a expansão planejada e racional das vias de comunicação, a difusão do ensino profissional, a implementação da siderurgia e a criação de institutos de crédito para o financiamento das atividades agrícolas e industriais. É importante notar também uma hostilidade ao protecionismo alfandegário, a condenação das políticas de valorização artificial de produtos, a proibição de trustes e monopólios e a ênfase numa maior taxaçaõ das classes dominantes por meio do imposto de renda e do imposto territorial. Esta combinação de medidas favoráveis ao desenvolvimento da produção nacional e de medidas prejudiciais aos interesses imediatos das elites agrárias e industriais gerou uma confusão em certas interpretações do projeto econômico dos **tenentes**. Analisaremos melhor este projeto no final do capítulo, após o estudo das ideias econômicas de Juarez Távara.

Este programa cujos principais tópicos acabamos de apresentar foi aprovado no I Congresso Nacional do Clube 3 de Outubro, realizado no Rio de Janeiro entre 5 e 9 de julho de 1932 e no qual foi recusada uma proposta de transformar a entidade em partido político. No entanto, conforme o governo Vargas foi recuando diante das pressões pela reconstitucionalização do país, mesmo após a sua vitória militar sobre o movimento constitucionalista de São Paulo na guerra civil de julho-outubro de 1932, o Clube 3 de Outubro foi perdendo força, e seus principais membros, entre eles Juarez Távora, Augusto do Amaral Peixoto, Pedro Ernesto Batista e João Alberto, optaram por lutar por suas ideias dentro do quadro legal e parlamentar. Apesar de ter participado da luta vitoriosa contra as forças rebeldes paulistas, as principais lideranças tenentistas passaram a acreditar na inevitabilidade do retorno à vida constitucional e na necessidade, conseqüentemente, de defender suas reivindicações por outras vias que não a ditatorial revolucionária até então vigente. Assim, encontramos membros do Clube atuando na Constituinte de 1933-1934 em diferentes partidos políticos: Asdrúbal Gwyer de Azevedo, militar veterano dos levantes da década de 1920 e revolucionário de 1930, na União Progressista Fluminense, Augusto do Amaral Peixoto e Pedro Ernesto Batista no Partido Autonomista e João Alberto no Partido Social Democrata.²⁸² Como relata em suas memórias Juarez Távora, que por sua vez atuou na Constituinte como ministro do Governo Provisório:

Com a decretação da Lei Eleitoral e a fixação de eleições para a Constituinte e data de instalação desta, as atividades revolucionárias teriam de deslocar-se, de grupamentos apolíticos, como o Clube 3 de Outubro, para as organizações partidárias. Os partidos políticos começaram a ser fundados nos vários Estados, onde cabia a cada Interventoria orientar a arregimentação partidária dos revolucionários de sua zona de jurisdição em torno das ideias de renovação institucional, político-administrativas, econômico-financeiras e humano-sociais apresentadas e debatidas na Convenção Nacional de julho, do Clube 3 de Outubro, e reexaminadas, em novembro, no I Congresso Nacional Revolucionário. [...] O Clube 3 de Outubro, mantendo-se em sua posição de órgão não-partidário, concedeu, implicitamente, aos seus associados, a liberdade de se filiarem aos partidos revolucionários que preferissem. Sua preocupação maior passou a ser a comunicação de suas ideias aos novos partidos em formação nos Estados, a fim de facilitar a defesa das mesmas, perante a Assembleia Nacional Constituinte. [...] Continuava o Clube a ser, entretanto, o núcleo revolucionário mais importante e autorizado, para condensar e transmitir, aos novos partidos políticos, os ideais de

²⁸² Para todo este contexto, ver as obras citadas na nota 260.

renovação política, econômica e social, despertados pela vitória revolucionária de outubro de 1930.²⁸³

Com a mudança de postura política das principais lideranças do Clube 3 de Outubro, que deixavam de pregar a continuação da ditadura revolucionária para se adaptar à nova ordem constitucional iminente – muitos deles deixaram inclusive de frequentar a associação –, uma facção mais radical e autoritária liderada por Gustavo Cordeiro de Farias (irmão do líder tenentista Osvaldo Cordeiro de Farias) se apoderaria da entidade. Esta facção iniciaria, sem o apoio das antigas lideranças, uma **nova fase** do Clube que se caracterizaria por uma oposição virulenta à reconstitucionalização do país, por uma recusa em participar de partidos políticos, por uma simpatia aberta pelos regimes fascistas europeus e pela defesa de medidas como a nacionalização dos bancos e a eliminação da dívida externa. Nesta nova fase, o Clube chegaria a propor sem sucesso a candidatura de Góes Monteiro, militar **não-tenentista** notório por suas posições políticas autoritárias, nas eleições presidenciais de 1934 em oposição a Getúlio Vargas, que passava a ser visto agora como traidor por ter conciliado com a “classe política”; Getúlio, por sua vez, continuaria contando com o apoio dos principais **tenentes**. O Clube fecharia as suas portas em abril de 1935 quando, com o ressurgimento do **tenentismo de esquerda** sob a liderança de Luís Carlos Prestes, a entidade, temerosa de seu aproveitamento político por parte da tendência esquerdista do movimento, optou pela autodissolução.²⁸⁴

Trabalharemos agora com o pensamento econômico de Juarez Távora, a principal liderança do tenentismo no período 1930-1934.

*

* *

²⁸³ TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. 2º volume: **A caminhada no altiplano**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 67-68.

²⁸⁴ Para maiores informações sobre esta segunda fase do Clube 3 de Outubro, ver CONNIFF, Michael. **Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30**, p. 150-151 e o já citado verbete do **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**.

Se Luís Carlos Prestes e Siqueira Campos podem ser considerados as grandes lideranças militares do tenentismo, Juarez Távora foi sem dúvida a sua grande liderança intelectual. Além do mais, a partir de 1930, foi o porta-voz do movimento, num momento em que este assumiu maior definição ideológica e passou a contestar efetivamente as bases socioeconômicas da República Velha. Desta forma, a perda de Siqueira Campos, morto em acidente aéreo pouco antes da revolução, e de Luís Carlos Prestes, que passou a liderar uma dissidência de esquerda, não significou um declínio do tenentismo, e sim uma nova fase, mais evoluída, na qual o movimento passou a defender propostas políticas, sociais e econômicas mais concretas.

Nascido em 1898 e originário de um ramo decadente da oligarquia cearense, Juarez do Nascimento Fernandes Távora era oficial da arma de engenharia do Exército. Tomou parte no levante tenentista de 5 de julho de 1922 no Rio de Janeiro, foi um dos principais articuladores e participantes dos levantes tenentistas de julho de 1924 em São Paulo e de outubro do mesmo ano no Rio Grande do Sul, e foi o subchefe do estado-maior da Coluna Prestes até a sua prisão no Piauí em dezembro de 1925. Na Revolução de 1930 comandou as forças revolucionárias nas regiões Norte e Nordeste. Este papel no movimento revolucionário de 1930 o levou a adquirir posição de destaque nos primeiros anos do governo Vargas e a assumir funções importantes dentro do aparelho de Estado. Após breve passagem pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (novembro de 1930), chefiou como vimos a Delegacia dos Estados do Norte e Nordeste em 1930-1931, posição que lhe valeu o apelido de “Vice-Rei do Norte”. Seu cargo mais importante, entretanto, foi o de Ministro da Agricultura (dezembro de 1932 a julho de 1934), no qual pode concretizar algumas aspirações do projeto econômico dos **tenentes**.

Já analisamos neste capítulo as respostas públicas de Juarez Távora ao manifesto dissidente de esquerda de Luís Carlos Prestes. Completaremos agora a interpretação de seu pensamento como liderança tenentista do pós-1930 com base nas seguintes fontes: 1) as suas propostas constitucionais apresentadas à Assembleia Constituinte em 18 de dezembro de 1933; 2) o seu projeto de revisão tributária apresentado à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios em 6 de dezembro de 1932; 3) as suas principais medidas à frente do Ministério da Agricultura. Não seguimos uma ordem cronológica no estudo dessas fontes, e optamos por um critério de

abrangência. O plano constitucional, por compreender mais aspectos, será aqui apresentado em primeiro, seguido do projeto de revisão tributária, mais específico e com ideias econômicas expostas de forma mais aprofundada. Deixamos por último a sua atuação na pasta da Agricultura por significar a concretização de algumas das ideias expostas nas outras fontes.

Um dos documentos que melhor ilustra, por seu caráter mais geral e abrangente, o projeto político de Juarez Távora é o seu plano de constituição – os chamados **quinze princípios** – apresentado em sessão da Assembleia Constituinte em 18 de dezembro de 1933.²⁸⁵ Diferentemente do programa do Clube 3 de Outubro, não se trata de um projeto político completo que abranja todos os problemas brasileiros, e sim de uma série de sugestões para a elaboração da constituição do novo regime. Nesta ocasião, Távora dizia falar em seu nome e no de seus companheiros da corrente revolucionária.

O primeiro ponto de seu plano constitucional é a defesa da “*forma de governo republicano federativo, sob regime representativo, e garantido o direito de cassação dos mandatos eletivos pelos respectivos eleitorados*”.²⁸⁶ Como segundo ponto, encontramos a defesa do “*sufrágio universal direto, apenas na esfera municipal – como meio de assegurar a escolha consciente de candidatos pelos eleitores – procedendo-se às eleições estaduais e federais por sufrágio indireto, em graus sucessivos*”. O autor alega que a maioria do eleitorado, constituída de populações interioranas ignoradas pela elite política do país, estaria preparada apenas para escolher de forma consciente os seus candidatos dentro da esfera municipal, isto é os candidatos que ela conheceria de perto e que estariam mais próximos de sua realidade social. A escolha dos representantes estaduais deveria ficar a cargo dos representantes municipais e a dos representantes federais a cargo dos representantes estaduais.²⁸⁷ As funções governamentais, terceiro ponto do plano, deveriam ser divididas entre os três poderes, Executivo, Legislativo e

²⁸⁵ O discurso de 18 de dezembro de 1933 no qual foi apresentado este plano está documentado em TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção (Secção de Publicidade), 1934, p. 1-17. Esta obra está disponível no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**. Para uma versão resumida deste discurso, ver TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. 2º volume: A caminhada no altiplano, Anexo No. 3*, e SILVA, Hélio. *1934 – A Constituinte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 98-104.

²⁸⁶ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 4.

²⁸⁷ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 4-5.

Judiciário, “*limitados, autônomos e harmônicos*” e “*assistidos e coordenados pela ação moderadora de um Conselho Federal, com funções simultaneamente executivas, legislativas e judiciárias*”: ao condenar a hipertrofia do Poder Executivo que caracterizou os quarenta anos de regime republicano, Távora defende a instituição de um superorganismo, no caso o Conselho Federal, capaz de assegurar a harmonia e autonomia dos poderes executivo, legislativo e judiciário, e dotado, para tal fim, de atribuições executivas, legislativas e judiciárias.²⁸⁸

A quarta norma do plano diz respeito à questão da organização federativa:

Autonomia dos Estados, como garantia imprescindível de descentralização administrativa a ser exercida, realmente, na esfera municipal – excluída, porém, qualquer capacidade de soberania, e sem prejuízo da necessária interferência coordenadora do Conselho Federal na sua esfera político-administrativa.²⁸⁹

Para Juarez Távora, a descentralização administrativa deveria ser feita não ao nível dos Estados e sim com o fortalecimento dos Municípios ou, quando muito, regiões ou departamentos formados por certo número de municípios ligados por interesses econômicos afins:

Somos, sim, partidários do fortalecimento do Brasil, sem prejuízo desse preceito fundamental que é a descentralização administrativa. Isto, porém [...], não é, não será absolutamente realizado dentro da esfera administrativa dos Estados; só o será no dia em que estes, argumentando para si próprios, como argumentam para a União, tiverem o largo gesto de sabedoria política de delegar, a seus municípios, toda a soma das atribuições e os recursos materiais indispensáveis para que possam, em contato real com os seus habitantes e suas necessidades, resolver, a cada passo, os problemas múltiplos que lhe são peculiares.²⁹⁰

Uma das formas de se reduzir a soberania dos Estados em proveito da União seria a interferência do Conselho Federal no âmbito político-administrativo daqueles:

Preconizo essa interferência indispensável do Conselho Federal na órbita de prerrogativas do Estado, porque reputo de suma importância, do ponto de vista da racionalização administrativa, que a solução de certos problemas fundamentais do povo brasileiro, dependentes simultaneamente das alçadas da União e dos Estados, quando não também das dos próprios Municípios, se não processe isoladamente – isto é, sujeita a omissões e até a contradições – dentro de cada uma dessas esferas administrativas.

²⁸⁸ TAVORÁ, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 5.

²⁸⁹ TAVORÁ, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 5.

²⁹⁰ TAVORÁ, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 6.

Por uma imposição, sobretudo de ordem racionalizadora, é preciso que essas soluções de natureza comum, adotadas pelo Governo Federal, tenham um desdobramento harmônico, dentro da esfera estadual. Vou mais além: julgo uma necessidade os Estados criarem, também, dentro do seu organismo político-administrativo, uma espécie de Conselho Estadual, garantidor da execução progressiva, racional, coordenada, das soluções gerais, iniciadas pela União, quando caírem dentro de sua órbita administrativa, garantindo, outrossim, a sua execução continuada, dentro da própria esfera municipal.²⁹¹

Encontramos aqui a defesa de um fortalecimento do poder central em detrimento do poder dos Estados. Este fortalecimento deveria ser feito por meio da intervenção do Conselho Federal dentro da vida dos Estados, acompanhada de uma transferência de atribuições destes últimos para os Municípios: neste caso, a centralização política nas mãos da União andaria de mãos dadas com uma descentralização administrativa em proveito dos Municípios.

As três teses seguintes (a 5^a, a 6^a e a 7^a) estão ligadas à questão da **racionalização administrativa**. A primeira destas teses é a da responsabilidade efetiva dos agentes do poder na alta esfera da administração: “*Regime Presidencial, com ministros responsáveis, comparecendo perante a Assembleia Nacional e podendo ser por ela destituídos, individualmente, do cargo, quando encontrados em prevaricação ou ficar provada a sua incapacidade funcional*”. Para Távora, esta tese retrata uma escolha política situada a meio termo entre o presidencialismo e o parlamentarismo, definida nesta fórmula: “*evitar a hipertrofia do poder executivo, característica, no Brasil, do regime presidencial, sem incorrer na diluição de autoridade, e conseqüente dispersão de esforços, a que nos conduziria um regime de puro parlamentarismo*”.²⁹² A 6^a tese diz respeito aos **conselhos técnicos**:

Conselhos técnicos organizados dentro de cada Ministério, com o fim de proporem soluções adequadas aos problemas nacionais e funcionando, como órgãos consultivos, junto aos respectivos ministros, à Assembleia Nacional e ao Conselho Federal – assegurando-se-lhes o direito excepcional de veto, em assuntos de suas especialidades.²⁹³

Para Juarez Távora, as soluções administrativas pecaram, nos quarenta anos de regime republicano, por terem se baseado antes no **critério político** do que no **critério técnico-administrativo** e por ter-lhes faltado **continuidade** necessária de execução. A

²⁹¹ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 7.

²⁹² TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 7-8.

²⁹³ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 8.

solução seria, então, a criação de conselhos técnicos com função consultiva anexados aos ministérios e de três **conselhos técnicos gerais** – de organização econômica, de organização política e de organização social – formados pelo agrupamento de vários dos conselhos anexados aos ministérios e com funções consultivas perante a Assembleia Nacional e o Conselho Federal. A vantagem dos conselhos técnicos gerais seria a de que, ao invés de encararem um determinado problema pelo aspecto restrito, limitado dentro da alçada de uma pasta isolada das outras, eles o examinariam por todas as suas faces, na sua integridade – uma questão econômica, por exemplo, poderia ser discutida ao mesmo tempo por um conselho técnico de produção ao lado dos conselhos de trabalho, de comércio, de indústria, de transportes e de finanças, e com isso todos os seus aspectos seriam contemplados e teriam uma solução completa.²⁹⁴ Ao comentar a segunda razão do fracasso da obra administrativa do regime republicano que citamos atrás, isto é a falta de continuidade na orientação de sua execução, Távora afirma o seguinte:

O segundo motivo de fracasso da obra administrativa da República de 89 foi, seguramente – e este ainda em escala maior do que o primeiro – a falta absoluta de continuidade na solução dos problemas, postos deficientemente em equação pelos ministros das diferentes pastas. O erro agravou-se porque, além de serem intrinsecamente deficientes as soluções adotadas, sob a pressão de injunções políticas, nunca poderemos, ao menos, executá-las, de modo contínuo, até o fim. Cada governo que ocupava a cadeira presidencial timbrava – esta era a regra – em contrariar o sentido da solução começada por seu antecessor, para orientá-la, muitas vezes, em direção inteiramente oposta.²⁹⁵

Este raciocínio leva à formulação da 7ª proposição:

Criação de um Conselho Federal, órgão supremo de supervisão político-administrativa do conjunto governamental do País, com as missões preeminentes de:

- a) coordenar e garantir o funcionamento autônomo e harmônico dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário, dentro da alçada federal;
- b) estabelecer e garantir a cooperação racional desses três poderes federais com os poderes homólogos estaduais, através de soluções gerais preestabelecidas, de acordo com as realidades nacionais;
- c) assegurar a continuidade da administração pública, através da transitoriedade dos governos republicanos;

²⁹⁴ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 8-9.

²⁹⁵ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 9.

d) garantir efetivamente o equilíbrio federativo, outrora assegurado, teoricamente, pelo Senado.²⁹⁶

Este conselho federal deveria ser constituído, de forma igualitária, por um representante de cada unidade federativa, ser obrigado a tomar deliberação somente em plenário e a duração do mandato de seus membros deveria corresponder a três períodos governamentais, fazendo-se a sua renovação pelo terço ou pelo quarto. Para Távora, este órgão seria “*uma verdadeira cúpula do regime*”, e a ele caberia

o papel de órgão moderador, em face da atuação dos três poderes, entre que se repartirá o exercício da soberania nacional, e, sobretudo, o de órgão máximo de coordenação e racionalização das atividades administrativas, dentro da esfera federal e, um pouco além, na sua necessária concatenação com as atividades correlativas, já dentro do âmbito de competência estadual.²⁹⁷

Este conselho teria condições de realizar de modo cabal o equilíbrio federativo outrora assegurado, apenas teoricamente, pelo Senado: por ser composto igualmente de um representante por Estado, por estar munido de atribuições muito mais relevantes e efetivas que as do antigo Senado – que por sinal era abolido –, e, além disso, por ser obrigado a deliberar em plenário, ele seria capaz de garantir, no jogo cotidiano da administração federal, uma distribuição rigorosamente equilibrada dos deveres e prerrogativas atribuídos pela União às unidades federadas. A composição do Conselho por apenas um representante por Estado e a obrigatoriedade da realização de suas deliberações em reunião conjunta de seus membros impediriam que as comissões mais importantes ficassem nas mãos dos grandes Estados e que ficassem praticamente excluídos das deliberações fundamentais os Estados politicamente mais fracos. A duração do mandato por três períodos governamentais e a substituição de seus membros pelo terço ou pelo quarto seriam uma garantia da continuidade de sua orientação e de resistência às solicitações do poder pessoal dos presidentes, eventualmente possíveis, através de seus sucessores.²⁹⁸

A 8ª proposição do plano constitucional de Juarez Távora consiste na criação de uma “*Assembleia Legislativa unicameral, composta de representantes políticos, restritamente proporcionais aos eleitorados dos Estados, e de representantes profissionais, na proporção de um terço do efetivo total da Assembleia*”. A

²⁹⁶ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 9.

²⁹⁷ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 10.

²⁹⁸ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 10.

proporcionalidade restrita da representação política dos Estados em relação à população eleitoral se justificaria, de um lado, pela necessidade de reduzir o efetivo da Câmara e de evitar um grande desequilíbrio entre as bancadas dos grandes e pequenos estados e, do outro, pelo estímulo direto que a medida traria ao alistamento eleitoral e indireto à alfabetização do povo, já que só aos alfabetizados se estendia o direito de voto. Quanto à representação profissional (ou “representação de classes”), esta foi uma das principais bandeiras de Juarez Távora naquele período, e ele assim a defende:

[...] sou franco partidário da representação de classes. Penso que ela injetará sangue novo na assembleia política, fazendo que as questões de caráter puramente faccioso, tão comuns nos nossos Congressos, que quase absorvem os seus debates, venham a ser temperadas com certa dose de realismo e de bom senso, que nunca faltarão aos Deputados de classes, porque estas – sentinelas vigilantes dos próprios interesses – não permitirão facilmente que seus delegados os obliterem, sempre que os mesmos devam estar em jogo nas deliberações das assembleias ordinárias.²⁹⁹

Após pular a 9ª tese sobre a **unidade do código de processo e da organização judiciária**, Távora passa para a 10ª – para ele a 9ª faz parte da 10ª – e diz o seguinte:

Fortalecimento da unidade nacional pela uniformização da atividade governamental, em tudo que disser respeito à justiça, à saúde e ensino públicos e à defesa nacional, consagrando o princípio da centralização doutrinária, sem prejuízo da necessária descentralização administrativa.

E prossegue o autor:

Urge que se dê à União a prerrogativa de legislar, ou melhor, de doutrinar sobre justiça, defesa nacional, ensino e saúde pública, firmando as suas normas gerais, sem prejuízo da respectiva descentralização administrativa; porque [...] o nosso meio geográfico, extremamente diversificado, trabalha cotidianamente pela diferenciação das populações que o habitam, e seria crime de incúria, senão de lesa-pátria, que os homens responsáveis pela indestrutibilidade dessa entidade íntegra, chamada Brasil, não procurassem, por medidas políticas altamente sábias, contrabalançar, criar uma espécie de força de equilíbrio, que, a todos os instantes e em todos os recantos da pátria, diga ao espírito do povo, trabalhado por essa solicitação diferenciadora do meio geográfico, que, apesar de tudo, há fatores de ordem intelectual e moral, mais valiosos, mais elevados, do que essa solicitação material do meio cósmico e possam, assim, sobrepor a esses fatores de dissociação, os princípios de unidade pátria instilados na alma do povo, sobretudo pela atuação niveladora da Escola e da Justiça!³⁰⁰

²⁹⁹ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 11.

³⁰⁰ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 11-12.

O 11º princípio diz respeito à relação entre os poderes temporal e espiritual, com a defesa da independência entre os dois, “*sem prejuízo de sua necessária colaboração recíproca, na solução dos problemas morais da nacionalidade*”; este princípio traduz uma tentativa de conciliação entre a defesa do Estado laico e as convicções católicas do autor.³⁰¹ O 12º princípio consiste numa defesa da liberdade de expressão, de pensamento e de imprensa, as críticas ao governo sendo um direito do cidadão desde que feitas segundo critérios responsáveis.³⁰²

A 13ª tese diz respeito às prerrogativas do indivíduo dentro da coletividade nacional e tem, como veremos, implicações econômicas:

Dar às prerrogativas individuais asseguradas pela Declaração de Direitos da Constituição de 1891, um sentido mais prático e humano, no duplo objetivo de: primeiro, torná-las uma realidade para o indivíduo; segundo, subordinar, porém, a cada passo, o interesse do indivíduo às conveniências superiores da coletividade.³⁰³

O autor fornece dois exemplos para ilustrar a sua tese: “*um consiste em garantir o direito de trabalho a todos os cidadãos brasileiros válidos, e o outro em socializar as riquezas naturais, como as jazidas minerais e as quedas-d’água, transformando-as em patrimônio inalienável da Nação*”. No que diz respeito à questão das riquezas naturais, Juarez Távora explica:

Emprego a expressão – socializar e não nacionalizar; isto é, transformar em um bem inalienável, do domínio da União, as jazidas minerais e as quedas-d’água. Entendo que elas não podem constituir um patrimônio reservado exclusivamente ao proprietário do solo, que, no comum das vezes, nem se tornou capaz, ainda, de amanhá-lo sistematicamente, com a enxada ou o arado, e tirar de sua fertilidade todos os proventos que o labor agrícola poderia proporcionar. Penso, sim, que Deus as terá, antes, destinado como um bem comum a toda coletividade nacional.

Seria, pois, uma injustiça dar, de mão beijada, àquele que comprou, por seu justo valor, um trecho de terra fértil – além daquilo que ela pode produzir, pelo esforço dignificante dos que a lavram – os tesouros encerrados no seu seio.³⁰⁴

Ao se referir à sua atuação no Ministério da Agricultura, que examinaremos depois, Juarez Távora assegura que uma de suas principais preocupações é a elaboração dos códigos que deveriam regular a exploração das riquezas naturais do país, isto é o

³⁰¹ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 12.

³⁰² TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 12-13.

³⁰³ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 13.

³⁰⁴ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 14.

Código Florestal, já aprovado pelo chefe do Governo Provisório, o **Código de Caça e Pesca**, já concluído e que seria submetido à sua sanção, o **Código de Águas**, já redigido no que se referia ao aproveitamento da energia hidráulica, e o **Código de Minas**, que estava em discussão. Este último deveria estabelecer inicialmente a diferença entre **minas**, isto é, os depósitos naturais de onde se extraem os minérios, e **jazidas minerais**, isto é, a própria riqueza mineral em si mesma, para atribuir, em seguida, aquelas ao domínio particular e reservar estas últimas ao patrimônio da União Federal:

[...] o futuro Código de Minas vai traçar, de início, esta diferença entre o que se chama uma mina e uma jazida mineral, reconhecendo o domínio sobre a mina ao proprietário, que nela despendeu energias e inverteu capitais, e reservando as jazidas, de maneira definitiva e inalterável, ao patrimônio da coletividade, para que constituam, em poder da União, um instrumento de compensação às desigualdades econômico-financeiras dos Estados.³⁰⁵

Já no que diz respeito às quedas-d'água, o autor condena a constituição republicana de 1891 por tê-las entregue aos proprietários das terras ribeirinhas, que por sua vez, por inadvertência ou por má fé, deixaram que elas fossem passando de mãos em mãos até caírem, em grande parte e por preços irrisórios, em poder de indivíduos ou empresas estrangeiras.³⁰⁶

A 14ª tese considera “*a família como célula fundamental da sociedade, por cujo desenvolvimento, bem-estar e estabilidade deve zelar o Estado*”.³⁰⁷

Finalmente, a 15ª e última tese diz respeito às questões financeiras:

Distribuição equitativa, das rendas dos tributos, entre as três esferas administrativas – federal, estadual e municipal – de forma que a parcela nacional que mais concorrer para o fisco, maiores benefícios, diretos ou indiretos, venha a receber do erário público.³⁰⁸

Conseqüentemente, seria necessário: a) manter a distinção de competência tributária, entre a União, o Estado e o Município e racionalizá-la; b) unificar o aparelho arrecadador; c) basear a distribuição das rendas arrecadadas entre União, Estados e Municípios proporcionalmente à soma de seus encargos administrativos, e não de acordo com a competência tributária respectiva. Esta questão é de suma importância para o autor, já que “*é verdadeiramente no fundo das desigualdades e injustiças*

³⁰⁵ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 14.

³⁰⁶ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 14.

³⁰⁷ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 14.

³⁰⁸ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 15.

financeiras que se vão gerar, em última análise, muitas causas, próximas ou remotas, das queixas contra o desequilíbrio federativo". Ao condenar mais uma vez a constituição de 1891, desta vez por ter atribuído à União, aos Estados e aos Municípios competências tributárias distintas e mandado que, de acordo com essa competência tributária, cada um arrecadasse predominante ou exclusivamente os recursos com que houvesse de prover às próprias necessidades, o autor afirma que, devido à diversidade do país – sobretudo do ponto de vista das possibilidades econômicas – as fontes de riqueza em que incidiam as competências tributárias dessas três entidades administrativas estavam produzindo rendas desproporcionadas para as três esferas. A solução proposta aqui é o combate à hipertrofia do poder dos Estados – esta última resultante de uma imitação equivocada da constituição norte-americana – e fortalecer os Municípios, que naquele momento, segundo o autor, não se beneficiavam sequer de 20% dos recursos totais arrecadados pelo fisco:

É necessário que, dentro em breve, restabelecido o equilíbrio natural entre a atividade funcional do município, como órgão legítimo de assistência ao povo, nas suas necessidades e aspirações e essencialmente fomentador da produção, nas suas fontes, e a União, como órgão da soberania nacional, incumbido da sua defesa interna e externa, possa o Estado desempenhar o papel nobilitante de intermediário escrupuloso entre a União soberana e os Municípios autônomos, com a finalidade precípua de adaptar as normas gerais emanadas daquela, às peculiaridades locais destes.³⁰⁹

Podemos notar, com base na observação dessas quinze propostas constitucionais, que Juarez Távora defendia uma reforma centralizadora da república federativa. Esta reforma consistia num aumento da ingerência do poder central nos Estados e num aumento das atribuições administrativas dos Municípios em detrimento do poder estadual. As autoridades municipais, por estarem mais próximas da população, eram mais capazes de atender às suas necessidades imediatas. No que diz respeito à questão das riquezas naturais, o texto é bem preciso em pregar a sua **socialização** – isto é, **estatização** –, e não a **nacionalização**, que poderia significar apenas a existência de leis que proibissem estrangeiros de se apoderar dessas riquezas, mas que permitissem a particulares nacionais de o fazerem. No caso do programa do Clube 3 de Outubro a expressão **nacionalização das riquezas naturais** é acompanhada de **para torná-las um bem social**, o que no nosso entender acaba por adquirir o mesmo sentido de **socialização**. Encontramos novamente os **conselhos técnicos** e a **concepção**

³⁰⁹ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, p. 17.

tecnocrática do poder que caracteriza a ideologia tenentista, isto é, a ideia de que a administração pública deveria estar nas mãos de uma elite de especialistas tecnicamente habilitados, e não de políticos diletantes.

As reflexões de Juarez Távora sobre as questões financeiras e tributárias aparecem de forma mais detalhada e aprofundada em suas sugestões sobre revisão tributária apresentadas à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios, em 6 de dezembro de 1932. Esta comissão foi organizada dentro do Ministério da Fazenda para ajudar os Estados da Federação e alguns de seus municípios-capitais a solver compromissos decorrentes de empréstimos externos contraídos em anos anteriores. Após convite de Osvaldo Aranha, então Ministro da Fazenda, e de Pereira Lima, membro da comissão, Távora ingressava na entidade em maio de 1932.³¹⁰

O seu trabalho sobre revisão tributária começa afirmando que a decretação de tributos no Brasil vinha sendo feita empiricamente, ao sabor de exigências ocasionais, sem um critério razoável que a orientasse. Ele pede, conseqüentemente, uma **tríplice racionalização** que abranja a incidência dos tributos, o aparelho incumbido de arrecadá-los e a distribuição, entre União, Estados e Municípios, das rendas arrecadadas. No que diz respeito à **incidência dos tributos**, esta racionalização impunha eliminar ou, pelo menos reduzir a proporções mínimas, as **tributações antieconômicas** (impostos intermunicipais, interestaduais, de exportação, viação etc.), evitar o quanto possível as **tributações indiretas** (impostos de consumo e produção, tarifas aduaneiras etc.) e optar decididamente pelas **tributações diretas**, com taxas progressivas sobre a propriedade territorial, a renda, herança e legados e sobre transferências para o exterior de fundos ganhos no Brasil sem interferência de capital estrangeiro. Quanto à **arrecadação**, seria preciso unificar o aparelho arrecadador, com competência privativa a uma das três entidades, União, Estado ou Município para a nomeação dos cobradores de impostos. E

³¹⁰ Este documento está reproduzido em TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte, Anexo No. 1 – Sugestões sobre revisão tributária apresentadas à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios, em 6 de dezembro de 1932, por Juarez Távora*, p. 93- 106. Sobre a atuação de Juarez Távora nesta comissão, ver TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. 2º volume: A caminhada no altiplano*, capítulo VI, *Na Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros do Estado e Municípios*.

sobre a **distribuição das rendas**, seria necessário rever a discriminação de competência da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre a incidência de tributos.³¹¹

No que diz respeito especificamente à questão dos **impostos antieconômicos** – antieconômicos no sentido de prejudiciais ao desenvolvimento nacional e à circulação de riquezas dentro do país –, Juarez Távora não acreditava na possibilidade de sua supressão imediata, como tentava em vão o Governo Provisório. A sua eliminação deveria ser feita lentamente, pela substituição gradual do tributo antieconômico por um novo tributo mais racional ou pela agravação de alguns dos já existentes. Embora a relativa folga financeira da maioria dos municípios permitisse que os impostos intermunicipais pudessem ser eliminados dentro de dois ou três anos no máximo, a suspensão dos impostos interestaduais e de exportação constituía caso mais delicado, já que a situação de quase insolvabilidade financeira de grande número de Estados só poderia suportar a sua eliminação lentamente, em prazo nunca inferior a cinco anos. Quanto aos impostos de exportação, Távora acredita ser melhor reduzi-los gradativamente a proporções razoáveis, com a sua passagem para a competência privativa da União, ao invés de eliminá-los de uma vez. Outros graves impostos antieconômicos que deveriam ser eliminados gradualmente, ou pelo menos fortemente atenuados, eram os de viação na medida em que representavam um gravame adicional duplamente injustificável ao custo dos transportes ferroviários e marítimos. Em primeiro lugar, porque contrariavam a tendência moderna de transformar os meios de transportes antes em fator de desenvolvimento da produção do que em instrumento exclusivo de lucros. Em segundo, porque num país como o Brasil, de centros de produção e consumo disseminados numa grande área, precariamente servida por vias de comunicações, maior ainda deveria tornar-se a necessidade de o governo evitar quaisquer ônus que viessem direta ou indiretamente agravar o custo dos transportes. O imposto territorial deveria constituir a fonte precípua de rendas para a substituição dos tributos antieconômicos eliminados nos Estados e Municípios.³¹²

³¹¹ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte, Anexo No. 1 – Sugestões sobre revisão tributária apresentadas à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios, em 6 de dezembro de 1932, por Juarez Távora*, p. 93-94.

³¹² Sobre a questão da eliminação dos impostos antieconômicos, ver TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte, Anexo No. 1 – Sugestões sobre revisão tributária apresentadas à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios, em 6 de dezembro de 1932, por Juarez Távora*, p. 94-96.

Sobre a questão da **atenuação dos impostos indiretos**, estes últimos, que recaíam integral e indistintamente sobre a massa consumidora, precisavam ser criteriosamente aplicados a fim de se evitar o encarecimento de gêneros indispensáveis à vida das classes pobres. Távora divide os impostos indiretos em **impostos de consumo e produção** e em **tarifas aduaneiras**. No caso dos primeiros, sugeria que fosse garantido à União o privilégio de decretar impostos de consumo e produção, quer incidissem sobre artigos importados do estrangeiro, quer sobre utilidades produzidas no país, que se isentassem desses impostos os artigos de primeira necessidade e que fossem agravados os impostos que incidissem sobre artigos de luxo. Já no que diz respeito às **tarifas aduaneiras**, Távora se mostra contrário à sua elevação:

[...] a pretexto de proteger a indústria brasileira, se têm elevado as nossas tarifas aduaneiras a proporções exageradas, onerando-se, a torto e a direito, quase todos os artigos manufaturados que consumimos, e provocando, como consequências imediatas ou reflexas:

- a) o encarecimento do padrão de vida no país, em detrimento de toda a massa consumidora;
- b) perturbações sensíveis no nosso intercâmbio externo, em consequência de represálias dos mercados internacionais, contra os nossos produtos de exportação, paralelas às restrições que fazemos à importação de suas manufaturas;
- c) diminuição visível das rendas aduaneiras, sem compensação correlativa dos impostos pagos pela indústria protegida;
- d) desorganização econômica da própria indústria nacional que, a coberto da concorrência estrangeira, pelas barreiras alfandegárias, se tem descuidado de organizar racionalmente seus métodos de produção;
- e) perturbações na atividade normal do proletariado nacional, desviado mais e mais dos campos, para os centros industriais urbanos e aí abandonado, nas crises periódicas da indústria – gerando, assim, ao lado da falta de braços com que luta, em regra, a lavoura, o problema social dos “sem trabalho”, nas cidades.³¹³

Seguindo este linha de raciocínio, prossegue o autor:

A nossa indústria, irracionalmente protegida, parece, assim, beneficiar apenas ao grupo dos industriais que a exploram – em favor dos quais as tarifas protecionistas têm sacrificado, não só a massa dos consumidores, como ainda o desenvolvimento normal de outras

³¹³ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte, Anexo No. 1 – Sugestões sobre revisão tributária apresentadas à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios, em 6 de dezembro de 1932, por Juarez Távora, p. 97.*

legítimas fontes de riqueza nacional (agricultura, explorações minerais, etc.).³¹⁴

No entanto, embora condenasse o “protecionismo exagerado” e o considerasse em boa parte responsável pela desordem econômica generalizada que afligia o mundo naquele momento, o sempre cauteloso Juarez Távora não via a possibilidade de se por em prática, da noite para o dia, uma política de redução violenta de tarifas e ainda menos a extirpação do protecionismo do organismo econômico nacional de forma isolada em relação ao restante do mundo. Mais ainda do que a extinção dos tributos interestaduais e a redução racional dos impostos de exportação, seria impraticável e até perigoso pretender eliminar sumariamente as tarifas aduaneiras, porque, além de outros motivos de ordem interna, elas constituíam, naquela fase de transição que o mundo atravessava, a arma política por excelência do intercâmbio internacional. O necessário seria então racionalizá-las e adotar criteriosamente um plano de simplificações e reduções sistemáticas tendentes a transformá-las, num prazo razoável, em fator precípuo de rendas e, apenas indireta e moderadamente, num instrumento de proteção à indústria nacional. Proceder de modo contrário seria matar de um só golpe as chamadas “indústrias fictícias” e as “indústrias reais”, já que o nosso protecionismo exagerado permitira que umas e outras, com raras exceções, se comprometessem e se confundissem nos mesmo vícios de desorganização econômica. A redução tarifária deveria ser feita com os seguintes objetivos: a) a eliminação natural da indústria fictícia pela possibilidade de concorrência dos produtos similares estrangeiros, melhores e mais baratos, excluída a hipótese de *dumping* que deveria ser prevista por lei especial; b) a reorganização progressiva das indústrias reais no sentido de permitir, pela diminuição racional do custo de produção, que seus produtos concorressem, pelo menos nos mercados internos, com os da indústria estrangeira onerados pelos fretes, taxas de seguro e tarifa aduaneira de renda.³¹⁵

A tributação direta e progressiva tem a seguinte justificativa:

Há hoje uma tendência generalizada de isentar, mais e mais, as classes pobres dos ônus tributários, fazendo-os recair, direta e

³¹⁴ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte, Anexo No. 1 – Sugestões sobre revisão tributária apresentadas à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios, em 6 de dezembro de 1932, por Juarez Távora*, p. 97.

³¹⁵ Sobre a questão da atenuação dos impostos indiretos, ver TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte, Anexo No. 1 – Sugestões sobre revisão tributária apresentadas à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios, em 6 de dezembro de 1932, por Juarez Távora*, p. 96-98.

progressivamente, sobre indivíduos ou sociedades, cujas condições especiais de patrimônio lhes permitirem pagá-los sem graves sacrifícios.

Suprimem-se ou se reduzem racionalmente, em consequência, os impostos indiretos, cuja incidência se faz de forma indistinta e proporcional sobre toda a massa consumidora – agravando-se, em compensação, as tributações diretas, que incidem progressivamente sobre os ricos.³¹⁶

A propriedade territorial, a renda e as heranças e legados são os títulos sobre os quais deveriam convergir preferencialmente as tributações diretas. A eles poderia ser acrescentada uma taxa progressiva sobre fundos transferidos para o exterior, desde que não provenientes de rendas de capital estrangeiro.³¹⁷

Sobre a delicada questão da **discriminação de rendas**, o autor critica o princípio até então adotado de atribuir-se ao Município, ao Estado e à União, privativamente, a renda de determinados tributos, sob a argumentação de que este princípio ao mesmo tempo permitia desproporções injustificáveis entre as arrecadações correspondentes às três esferas tributárias numa mesma zona ou município e estava atribuindo ao município – órgão mais capaz de beneficiar diretamente o povo e de assistir equitativamente à produção em suas fontes – uma renda miserável que às vezes nem lhe bastava para prover decentemente a própria existência autônoma. Seria preciso, portanto, fortalecer financeiramente os municípios, mais capazes de atender às necessidades imediatas da população, em detrimento dos Estados, que desde o advento do regime republicano eram fator de dissolução da unidade nacional:

O Estado que, entre nós, nada era em 1890, se nos apresenta hoje, meio século depois, como um membro financeira e politicamente hipertrofiado dentro do organismo nacional, disputando à União até o direito de soberania, e arrebatando ao Município os próprios meios de subsistência material. [...] Demos ao Município maior capacidade financeira e passemos para ele as atribuições e responsabilidades atualmente conferidas ao Estado, e para cujo desempenho tem ele dado, neste quase meio século de vida republicana, cabais provas de incapacidade.

³¹⁶ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte, Anexo No. 1 – Sugestões sobre revisão tributária apresentadas à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios, em 6 de dezembro de 1932, por Juarez Tavora*, p. 98-99.

³¹⁷ Sobre a questão da tributação direta e progressiva ver TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte, Anexo No. 1 – Sugestões sobre revisão tributária apresentadas à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios, em 6 de dezembro de 1932, por Juarez Tavora*, p. 98-101.

Reduzamos o Estado, entre nós, àquilo que ele parece ser, sensatamente, nos Estados Unidos – um órgão administrativo intermediário e barato, entre a união soberana e o Município autônomo, com a finalidade precípua de adaptar as leis gerais emanadas daquela às peculiaridades locais deste.

Realizemos, de fato, a descentralização administrativa que o Estado tanto reclama da União quanto absorve do Município – transferindo a este tudo que se tem feito de modo ineficiente e caro sob a tutela daquele.

Só assim daremos, aos que produzem e pagam impostos, a oportunidade de receberem, equitativamente, do poder público, alguma compensação às extorsões do fisco, e livraremos o Brasil dos pruridos de secessionismo com que já o anda ameaçando a monstruosa hipertrofia dos Estados.³¹⁸

Encontramos aqui novamente a defesa do aumento da autonomia municipal como fator de enfraquecimento dos Estados e, conseqüentemente, como fator de unidade nacional. Notamos também a defesa de uma maior tributação das classes dominantes, agrícolas e industriais, por meio dos impostos de renda e territorial, em detrimento das tarifas protecionistas. Percebemos uma grande hostilidade de Juarez Távora para com a burguesia industrial brasileira, cujos interesses são vistos como antagônicos ao bem-estar da população. Esta questão de suma importância para a compreensão do projeto econômico dos **tenentes** será aprofundada nas considerações finais deste capítulo.

Juarez Távora continuaria participando das sessões da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios até junho de 1934, e discorreria sobre temas ligados à sua pasta, a da Agricultura, como a questão do beneficiamento de café, a produção nacional de trigo, a exportação de produtos agrícolas e também sobre a questão da liquidação da dívida externa do Ceará, seu Estado natal.

³¹⁸ TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte, Anexo No. 1 – Sugestões sobre revisão tributária apresentadas à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios, em 6 de dezembro de 1932, por Juarez Távora*, p. 103-104. Para a questão da discriminação de rendas, ver TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte, Anexo No. 1 – Sugestões sobre revisão tributária apresentadas à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e dos Municípios, em 6 de dezembro de 1932, por Juarez Távora*, p. 102-105.

Nomeado em 22 de dezembro de 1932 pelo Governo Provisório para a pasta da Agricultura, Juarez Távora traçava assim os seus objetivos em seu primeiro relatório ministerial a Getúlio Vargas, datado de julho de 1933:

Somos um País onde tudo está por organizar-se, e no qual nada mais é desorganizado do que a produção.

Disse, com razão, Alberto Torres – o mais profundo e realista dos pensadores políticos brasileiros – que “a nossa atividade agrícola, desde os tempos coloniais, tem sido um processo de devastação da terra, sem protesto de ninguém”.

Urge que reajamos contra esse verdadeiro saque às riquezas naturais do País, que dura séculos – encaminhando-nos, decisivamente, pela senda da racionalização de nossa produção.

Essa tarefa cabe, inteira, ao Ministério da Agricultura, impondo-se-lhe imperiosamente, em consequência:

- a) estudar o aproveitamento racional das matérias primas minerais, vegetais e animais, com que nos fadou a natureza, de forma a padronizar e fiscalizar os tipos de produção, educando o produtor e garantindo o consumidor;
- b) estender a rede de pesquisas geológicas e mineralógicas do País, de forma a estabelecer um cadastro, tão completo quanto possível, de nossa riqueza mineral, visando, principalmente, neste momento, as jazidas de ouro, cobre, níquel, manganês, estanho, chumbo, fosfatos, calcários, etc;
- c) avaliar as disponibilidades da energia utilizável pela indústria, determinando a potência de nossas quedas-d’água, jazidas de carvão e prováveis depósitos de petróleo;
- d) aperfeiçoar, cientificamente, nossas condições agrícolas, pela seleção de espécies e escolha do “habitat” mais favorável ao seu desenvolvimento;
- e) estudar a adaptação de plantas e animais exóticos ao nosso meio, transformando-os, racionalmente, em novas fontes de riqueza nacional;
- f) garantir, cientificamente, meios de defesa contra pragas e enfermidades que prejudiquem o desenvolvimento das plantas e animais;
- g) finalmente, modificar, pela instrução técnico-profissional – racional e cuidadosamente ministrada – a mentalidade rotineira do nosso meio agrícola e pastoril.³¹⁹

³¹⁹ TÁVORA, Ministro Juarez. *O Ministério da Agricultura na vigência do Governo Provisório (1930-1933)*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Diretoria de Estatística e Publicidade, 1933, p. 19-20. Publicação disponível em versão digital no portal do Center for Research Libraries (ver link <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/agricultura>).

A sua atuação à frente da pasta da Agricultura se distinguiu entre outras coisas por uma reforma estrutural e funcional do ministério com o objetivo de dotá-lo de uma organização mais centralizada e racional, assim como por esforços no melhoramento e na racionalização da produção agrícola e no desenvolvimento do ensino agrônômico e do planejamento econômico agrícola; este último se deu com o mal sucedido Plano Nacional de Organização e Defesa da Produção Agrária, que deveria se apoiar num tripé formado por consórcios profissionais cooperativos, por cooperativas profissionais de consumo, de crédito e de produção e pelo Banco Nacional de Crédito Rural.³²⁰ Sua realização mais importante, no entanto, foi a elaboração dos códigos que regulavam pela primeira vez a **exploração das riquezas naturais**. Assim, eram decretados respectivamente nos dias 2 e 23 de janeiro de 1934 o **Código de Caça e Pesca** e o **Código Florestal**, cujo objetivo era regular as atividades de exploração dos recursos animais e madeireiros do país. Já os códigos mais importantes, por seu impacto nos debates sobre o desenvolvimento naquele período, foram o **Código de Águas** e o **Código de Minas**, ambos de 10 de julho de 1934.³²¹ O decreto nº 24.643 que criava o Código de Águas – cujo objetivo era dotar “o país de uma legislação adequada que, de acordo com a tendência atual, permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas” – fazia a distinção entre **águas públicas**, de uso comum e dominicais, **águas comuns** e **águas particulares**.³²² No que diz respeito especificamente às **quedas-d’água**, elemento importante para a atividade industrial, o Código afirma, em seu artigo 145:

³²⁰ Para um balanço das realizações de Juarez Távora na pasta da Agricultura, ver TAVORA, Ministro Juarez. *O Ministério da Agricultura em 1933-1934*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, s/d, p. 44-45 (publicação disponível em versão digital no portal do Center for Research Libraries, ver link <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/agricultura>), e TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. 2º volume: A caminhada no altiplano*, capítulo VIII, *No Ministério da Agricultura e na Assembléia Nacional Constituinte*.

³²¹ É bom frisar que Juarez Távora não é o autor desses códigos, que foram feitos pelas equipes de especialistas do Ministério da Agricultura. O papel de Távora foi de dar as diretrizes e a orientação política com base na qual deveriam ser elaborados os códigos.

³²² O Código de Águas de julho de 1934 considera como **águas públicas**: a) os mares territoriais, nos mesmos incluídos os golfos, baías, enseadas e portos; b) as correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou fluviáveis; c) as correntes de que se façam estas águas; d) as fontes e reservatórios públicos; e) as nascentes quando forem de tal modo consideráveis que, por si só, constituam o “caput fluminis”; f) os braços de quaisquer correntes públicas, desde que os mesmos influam na navegabilidade ou fluviabilidade. Já as **águas comuns** são as correntes não navegáveis ou fluviáveis e de que essas não se façam. Finalmente as **águas particulares** consistem nas nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns.

As quedas-d'água e outras fontes de energia hidráulica são bens imóveis e tidos como coisas distintas e não integrantes das terras em que se encontrem. Assim a propriedade superficial não abrange a água, o álveo do curso no trecho em que se acha a queda d'água, nem a respectiva energia hidráulica, para o efeito de seu aproveitamento industrial.

As quedas-d'água existentes em cursos cujas águas eram comuns ou particulares, pertenciam aos proprietários dos terrenos marginais ou a quem fosse por título legítimo, enquanto que as quedas-d'água e outras fontes de energia hidráulica existentes em águas públicas de uso comum ou dominicais eram incorporadas ao patrimônio da Nação, como propriedade inalienável e imprescritível. As autorizações ou concessões para o aproveitamento industrial das quedas-d'água e outras fontes de energia hidráulica só poderiam ser conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil. Além do mais, o Código previa a nacionalização progressiva, em lei especial, das quedas-d'água ou outras fontes de energia hidráulica julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da nação.³²³

Mais polêmico seria o decreto nº 26.642 que criava o Código de Minas. Este, que considerava “*que o desenvolvimento da indústria mineira está na dependência de medidas que facilitem, incentivem e garantam as iniciativas privadas nos trabalhos de pesquisa e lavra dessas riquezas*”, estabelecia a diferença entre a **jazida**, “*isto é, massa de substâncias minerais, ou fósseis, existentes no interior ou na superfície da terra e que sejam ou venham a ser valiosas para a indústria*”, e a **mina**, “*isto é, a jazida na extensão concedida, o conjunto dos direitos constitutivos dessa propriedade, os efeitos da exploração e ainda o título e concessão que a representam*”. Assim, no que diz respeito à propriedade das jazidas, encontramos a seguinte consideração no artigo 4º:

A jazida é bem imóvel e tida como coisa distinta e não integrante do solo ou subsolo, em que está encravada. Assim a propriedade da superfície abrangerá a do subsolo na forma do direito comum, excetuadas, porém, as substâncias minerais ou fósseis úteis à indústria.

As jazidas já conhecidas continuariam pertencendo aos proprietários do solo, enquanto que as jazidas desconhecidas, quando descobertas, seriam incorporadas ao

³²³ O texto do decreto do Código de Águas está disponível em versão digital na **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil** do portal da Câmara dos Deputados (ver link <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1934vIV-p781/parte-86.pdf>).

patrimônio da Nação, como propriedade imprescritível e inalienável.³²⁴ O direito de pesquisar substâncias minerais no território nacional, seja em terras do domínio público, seja em terras do domínio particular, passaria agora a depender de autorização do Governo Federal por intermédio do Ministério da Agricultura; esta autorização, por sua vez, dependeria do parecer de um órgão especializado deste ministério, o Departamento Nacional da Produção Mineral, que deveria avaliar um plano preestabelecido pela empresa pleiteante no qual deveriam ficar claras as habilitações desta última para levar a cabo o empreendimento. O Código também previa a nacionalização progressiva, em lei especial, das minas e jazidas minerais julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar na nação. As empresas de mineração gozariam de isenção de impostos de importação para máquinas, aparelhos, ferramentas, modelos e material de consumo que não existissem no país em igualdade de condições, e de tarifas mínimas nas estradas de ferro, nas companhias de navegação e nos serviços de cais e baldeação nos portos, custeados ou garantidos pelo governo não só para o transporte dos trabalhadores como também do material, do minério, de combustível e de produtos manufaturados.³²⁵

Em outubro de 1936, mais de dois anos após ter deixado a pasta da Agricultura, Juarez Távora compareceria diante de uma comissão de inquérito sobre o petróleo para defender o Departamento Nacional da Produção Mineral e o Código de Minas das acusações do escritor Monteiro Lobato, que os denunciava como inibidores da iniciativa privada na área da exploração petrolífera. Monteiro Lobato, que em 1932 fundara uma empresa para exploração de petróleo no interior do Estado de São Paulo, entrara em choque com o Departamento Nacional da Produção Mineral quando este, em outubro de 1934, refutara publicamente um manifesto seu que pedia aumento de capital para a sua empresa que estava estagnada. O citado órgão do Ministério da Agricultura alegava não

³²⁴ Na medida em que as principais jazidas de ferro já haviam sido descobertas até esta data – e muitas delas inclusive nas mãos de empresas estrangeiras –, o Código de Minas não comprometeu a posse das jazidas deste minério. Segundo John Wirth (WIRTH, John D. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serv. de Publicações, 1973, p. 66-67), a isenção de estatização para as jazidas já descobertas foi resultante da atuação da Assembléia Constituinte de 1933-1934. Imaginamos que a pressão por parte de grupos mais conservadores e de grupos ligados aos trustes estrangeiros foi decisiva neste aspecto.

³²⁵ O longo **Código de Minas** está disponível em versão digital na **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil** do portal da Câmara dos Deputados (ver link <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1934vIV-p781/parte-83.pdf>) . Para um comentário sintético e bem contextualizado do código, ver VICTOR, Mario. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, capítulo III, **Revolução de 30 e petróleo**, e COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, capítulo I, **A questão do petróleo de 1930 ao Estado Novo**.

haver evidências suficientes da existência de petróleo na região explorada. Monteiro Lobato, por se sentir prejudicado por este parecer, moveria campanha contra o Departamento Nacional da Produção Mineral e o Código de Minas e chegaria a acusar, já em 1936, dois pesquisadores deste departamento de vender segredos do subsolo brasileiro a empresas estrangeiras. Esta grave denúncia resultaria na formação de uma comissão de inquérito constituída por Joviano Pacheco, pelo general Meira Vasconcelos, pelo comandante Ary Parreiras e pelos engenheiros Lima e Silva e Pires do Rio – este último presidia a comissão – para examinar o assunto. A comissão acabaria por inocentar os técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral.³²⁶ O documento que registra o depoimento de Juarez Távora a esta comissão é outra fonte importante para a compreensão de suas posições econômicas naquele momento.³²⁷ Ao comentar as acusações dos empresários do petróleo, Távora afirmava o seguinte:

Devo declarar ainda que esses programas de ação são, no fundo, um dos pontos contra os quais mais se batem os particulares e empresas de petróleo, porque querem inteira liberdade de ação, sem ter, porém, os meios de exercitá-la; daí o pedirem a maioria dos recursos do Ministério, que, ou os cede e fica impossibilitado de agir pelos seus serviços, ou não os cede e sofre a campanha. Ceder o material a terceiros e ativar as próprias pesquisas é milagre que o Ministério não pode fazer, diante da precariedade de recursos de que dispõe. [...] Efetivamente, houve casos deploráveis, em que indivíduos ou empresas obtiveram concessão para fazer a lavra de determinada mina e, com essa concessão foram ao estrangeiro, ou levantaram capitais nacionais, iludindo a boa fé dos acionistas, pois estes não eram esclarecidos quanto à significação exata da concessão; não sabiam que se tratava, inicialmente, de um problema de pesquisa, para verificar se havia, ou não, depósitos minerais em condições de serem economicamente explorados. Houve empresas que se fundaram apenas em torno de notícias de uma mina. Ninguém sabia o teor do minério, nem a possança da jazida. Em torno de hipóteses de riquezas, formaram-se empresas e se consumiram capitais, sem produzir qualquer rendimento para os acionistas e provocando a desmoralização da indústria, dentro e fora do país.

³²⁶ Sobre esta complicada e polêmica questão, ver VICTOR, Mario. *A batalha do petróleo brasileiro*, capítulo IV, *Monteiro Lobato e o Código* e TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. 2º volume: A caminhada no altiplano*, p. 100-105.

³²⁷ Este documento, de nove páginas, intitulado **Comissão de Inquérito sobre o Petróleo. Reunião em 15 de outubro de 1936. Depoimento do Sr. Tenente Coronel Juarez Távora**, está disponível em versão digital no portal do FGV/CPDOC, serie **Documentação Política e Funcional do Arquivo Juarez Távora** (JT dpf 1936.02.28).

Por esse motivo foi que houve um decreto do Governo Provisório, que referendei, obrigando, antes de se dar a concessão, para a lavra, a expedição de uma autorização para a pesquisa.³²⁸

Crítico da constituição republicana de 1891 por ter esta privatizado as minas – que no período colonial eram patrimônio da coroa portuguesa e no período imperial eram patrimônio da Nação –, Juarez Távora afirma que o Código de Minas transformou as riquezas minerais num bem coletivo, e não mais numa mera fonte de enriquecimento individual em detrimento dos interesses nacionais:

[...] dentro da Constituinte, me bati, com todas as forças de que dispunha, para que a nova Constituição consagrasse, em matéria de exploração mineira, uns tantos princípios que, acredito, todos os povos, realmente conscientes de seus direitos, deveres e necessidades sociais, não podem deixar de consagrar, a fim de que, de fato, esse ramo da riqueza natural não fique relegado a um papel secundário na economia do país, ou sirva de pretexto para agravar as desigualdades sociais, sem benefícios para o Estado. [...] a mina não é, hoje, realmente, de quem a possui, senão de quem a explora. E foi dentro desta ideia que o Código de Minas se elaborou. Isso era essencial, pois vivemos numa época em que sob todas as formas de governo existentes é cada vez mais uma verdade incontroversa a subordinação do interesse individual ao interesse social. Não poderíamos, assim, fazer um Código de Minas, deixando a exploração mineral inteiramente sujeita ao egoísmo da propriedade individual, no sentido objetivo que possuía na Constituição de 1891.³²⁹

Esta nova legislação, ao estabelecer a autorização do poder público como pré-requisito para a exploração do subsolo e ao garantir para o Estado a posse das jazidas a serem descobertas futuramente, era capaz, segundo Távora, de frear a cobiça das empresas estrangeiras desejosas de se apoderar clandestinamente das riquezas minerais brasileiras:

Outro ponto do Código, para o qual se voltam as críticas, sobretudo das empresas estrangeiras, é o que exige a autorização prévia da pesquisa para, em seguida, dar-se a concessão da lavra. [...] Naturalmente, as empresas estrangeiras não se podiam conformar. Iam acaparando terras. Teriam, certamente, um mapa das nossas jazidas petrolíferas e o governo não saberia. Porque o interesse é fazer isso tudo clandestinamente. Daí a campanha. É, aliás, um dos pontos que a Standard Oil reclama do Sr. Presidente da República.³³⁰

³²⁸ Comissão de Inquérito sobre o Petróleo. Reunião em 15 de outubro de 1936. Depoimento do Sr. Tenente Coronel Juarez Távora, p. 3-4.

³²⁹ Comissão de Inquérito sobre o Petróleo. Reunião em 15 de outubro de 1936. Depoimento do Sr. Tenente Coronel Juarez Távora, p. 4-5.

³³⁰ Ver Comissão de Inquérito sobre o Petróleo. Reunião em 15 de outubro de 1936. Depoimento do Sr. Tenente Coronel Juarez Távora, p. 6-7.

Para Armando Vidal³³¹, o Código de Minas, ao retirar da órbita privada a propriedade das riquezas do subsolo, operou uma das maiores revoluções em matéria de propriedade privada no país, mesmo que a maioria dos brasileiros não tenha se dado conta de sua importância. Não se trata ainda do monopólio estatal da exploração mineral, e sim de uma regulamentação desta: as empresas privadas desejosas de explorar as riquezas minerais deveriam a partir de agora se sujeitar ao aval e à fiscalização do poder público. No que diz respeito especificamente à questão do petróleo, Juarez Távora nega em suas memórias que tenha sido favorável em qualquer momento de sua vida ao monopólio estatal da exploração petrolífera.³³² Não podemos, contudo, levar ao pé da letra esta afirmação, já que este volume de suas memórias foi publicado na década de 1970, isto é num período bastante posterior à sua conversão em representante da oficialidade militar pró-americana e defensora de uma política de desenvolvimento associada ao capital estrangeiro (sobretudo na questão do petróleo). Pode se tratar aqui, portanto, de um caso de **releitura** do passado, com o Juarez Távora pró-americano do pós-1945 interpretando a atuação do Juarez Távora **tenente** da década de 1930. De qualquer forma, acreditamos que o Código de Minas decretado em julho de 1934 é um grande passo no sentido do monopólio estatal do petróleo, já que praticamente inviabilizava as atividades privadas neste setor. Ao estabelecer como pré-requisito para a exploração das riquezas do subsolo a autorização do governo, que por sua vez deveria avaliar as possibilidades de jazidas nas regiões escolhidas para a pesquisa e a exploração, e avaliar a capacidade material e estrutural das empresas pleiteantes, o Código impossibilitava o capital privado nacional, representado por empresas em situação precária, de assumir este setor. Ao estatizar as riquezas ainda não descobertas, tirava as vantagens dos trustes estrangeiros, desejosos não somente de explorar o petróleo brasileiro mas também de se apoderar das prováveis jazidas petrolíferas nacionais. A primeira jazida petrolífera brasileira seria descoberta somente em 1939, o que significa que com o Código de Minas todas as prováveis jazidas já eram de antemão propriedade do Estado. Entraremos em maiores detalhes na questão no petróleo no próximo capítulo, quando analisaremos o projeto petrolífero do Estado Novo.

³³¹ Citado em COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, p. 17.

³³² Cf. TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. 2º volume: A caminhada no altiplano*, p. 105.

Juarez Távora deixaria o Ministério da Agricultura em 24 de julho de 1934, alguns dias depois do início do curto período constitucional que durou até a instauração do Estado Novo.

Não encontramos nenhum estudo específico de Juarez Távora sobre o problema siderúrgico no período 1930-1934, tema que por sinal é mencionado muito brevemente e sem maiores detalhes no programa do Clube 3 de Outubro. Encontramos, todavia, um ensaio de sua autoria intitulado **O contrato da “The Itabira Iron Ore Co. Ltd.” em face dos interesses da economia nacional e do problema da siderurgia brasileira**, texto baseado em palestra proferida na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 29 de março de 1937 e que expõe a sua visão da questão da introdução da grande siderurgia no Brasil.³³³

Neste texto Távora se mostra contrário ao contrato da Itabira Iron – contrato firmado em 1920 durante o governo presidencial de Epitácio Pessoa que concedia a esta empresa de origem inglesa a autorização para exploração e exportação de minérios em Minas Gerais em troca do compromisso de construir uma usina siderúrgica³³⁴ – por considerá-lo lesivo aos interesses nacionais, e discorre sobre os meios mais viáveis para se introduzir a siderurgia em larga escala no Brasil. Para o autor, a implementação deste importante ramo da atividade industrial, cujo **duplo objetivo** era satisfazer as necessidades da **defesa nacional** e da **indústria civil**, podia ter duas soluções. A primeira seria uma **solução radical** que atribuía ao poder público o monopólio da exportação de minérios de ferro, o aparelhamento e a exploração dos meios de transporte terrestre e marítimos necessários a essa exportação e o aparelhamento e exploração pelo menos da primeira grande usina siderúrgica, capaz de produzir gusa e aço em condições verdadeiramente econômicas. A segunda solução seria uma **solução média**, que, sem abolir a interferência do poder público na questão, permitiria que dela participassem as atividades particulares. Este tipo de solução implicaria exploração e exportação de minérios por meio de empresas particulares nacionais – consideradas como tais as organizações que, mesmo constituídas com capital estrangeiro, retivessem

³³³ TAVORA, Ten. Cel. Juarez. *O contrato da “The Itabira Iron Ore Co. Ltd.” em face dos interesses da economia nacional e do problema da siderurgia brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

³³⁴ Sobre o episódio do contrato da Itabira Iron, ver BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 91-94. Este contrato, que nunca chegou a ser posto em prática, continuaria vigente até 1939, quando o Estado Novo decretou o seu término.

no país todos os lucros de empresa, e exportassem apenas as parcelas correspondentes às amortizações do capital importado e juros da parte ainda não amortizada –, empresa de transporte terrestre controlada pelo governo, controle da primeira grande usina siderúrgica pelo governo mediante tomada da maioria das ações – devendo as ações restantes ser tomadas, obrigatoriamente, pelos grupos exportadores de minério na proporção de suas respectivas exportações – e empresa de transportes marítimos controlada pelos países importadores do minério brasileiro. Távora levanta ainda outras soluções **toleráveis** que apresentassem como condições mínimas as indústrias de exploração, transporte terrestre e exportação de minérios com empresas privadas – organizadas indiferentemente com capital nacional ou estrangeiro com a ressalva já apontada e com todos os lucros ditos de empresa integrados na economia brasileira – e contassem com a participação da União como acionista da primeira grande usina siderúrgica.³³⁵

De qualquer forma, por se tratar de um documento **pós-tenentista** – apesar de ainda situado no contexto brasileiro da década de 1930 – não o usaremos para ilustrar as posições econômicas do tenentismo. A importância do tema deste documento dentro do contexto da era Vargas nos impediu, entretanto, de descartá-lo e achamos que valia a pena inseri-lo de qualquer forma neste capítulo.

Reintegrado ao Exército com a vitória do movimento revolucionário de 1930, Juarez Távora só retornou ao serviço militar ativo após a sua saída do Ministério da Agricultura.³³⁶ Durante o período constitucional de 1934-1937 passou a defender a preservação da ordem liberal-democrática encarnada na Constituição de 16 de julho de 1934.³³⁷ Contrário ao golpe de Estado de novembro de 1937 que instaurou o Estado Novo, Távora passaria a se dedicar exclusivamente à carreira militar e só retornaria às atividades políticas a partir de 1945, como um dos principais representantes da ala pró-americana, anticomunista e antivarguista das Forças Armadas. Podemos dizer que

³³⁵ Estas diferentes soluções para o problema siderúrgico estão em TAVORA, Ten. Cel. Juarez. *O contrato da “The Itabira Iron Ore Co. Ltd.” em face dos interesses da economia nacional e do problema da siderurgia brasileira*, p. 51-57.

³³⁶ Cf. ALEXANDER, Robert. *Os Tenentes depois da Revolução de 30*. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (coord.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 171.

³³⁷ Para a identificação de Juarez Távora com a ordem constitucional pós-1934 e sua oposição ao golpe do Estado Novo, ver TAVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. 2º volume: A caminhada no altiplano*, capítulo XI, *Novo entreato político*.

Juarez Távora exerceu na década de 1930 o mesmo papel que Serzedelo Corrêa na virada do século XIX para o século XX: o de um militar com acentuada formação técnica e científica – ambos pertenciam à arma de engenharia do Exército – que se tornou um militante pelo desenvolvimento nacional.

*

* *

Como podemos definir o projeto econômico do **tenentismo nacionalista**?

Gostaríamos antes de mais nada de frisar a grande semelhança entre as posições defendidas por Juarez Távora e o conteúdo do programa político do Clube 3 de Outubro. Consideramos desta forma que, fora algumas diferenças a nosso ver secundárias, Juarez Távora e o Clube 3 de Outubro defendiam basicamente o mesmo projeto. Podemos falar, conseqüentemente, de um **projeto do tenentismo nacionalista**.

A hostilidade dos **tenentes** para com a burguesia industrial brasileira levou Maria Cecília Spina Forjaz a caracterizar o projeto econômico do tenentismo pós-30 como um projeto de cunho **agrarista e anti-industrialista**.³³⁸ Para a autora:

O programa dos tenentes não é industrializante: não rejeitam a necessidade da industrialização, mas dão prioridade, na fase histórica que o Brasil vive, ao desenvolvimento agrícola. Os tenentes defendem a instalação da indústria siderúrgica e a exploração estatal do petróleo. No entanto, tais propostas estão mais ligadas ao problema da segurança nacional, do que propriamente a um projeto industrializante. Pretendem a estatização dos núcleos fundamentais da infraestrutura econômica, mas não a ampliação da concentração capitalista. Pelo contrário, condenam os trustes, monopólios e organizações no gênero.³³⁹

E, de fato, encontramos no discurso tenentista a defesa de uma série de medidas prejudiciais aos interesses imediatos da burguesia industrial brasileira: condenação do protecionismo industrial; defesa do imposto de renda, e, portanto, de uma maior taxaço

³³⁸ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, p. 204.

³³⁹ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, p. 33.

das classes dominantes; proibição de trustes e monopólios, medida que impedia a concentração capitalista; a própria legislação operária, que limitava a exploração da mão de obra pelos patrões. Quando o programa do Clube 3 de Outubro fala da necessidade de amparar e incentivar **as indústrias aclimatadas no ambiente nacional** em detrimento das **indústrias artificiais**, e quando Juarez Távora faz a diferença entre **indústrias fictícias** e **indústrias reais**, não conseguimos evitar de pensar na distinção entre **indústria natural** e **indústria artificial** que marcou os debates econômicos na República Velha. Como vimos no capítulo I, esta distinção era então usada como argumento ideológico pelos defensores dos interesses agroexportadores para condenar as políticas de auxílio e de proteção ao setor industrial. Os tenentes chegam a usar os mesmos argumentos dos agraristas da República Velha sobre os efeitos nocivos do protecionismo industrial no aumento do custo de vida da população.

As medidas preconizadas pelos **tenentes** atingiam também os interesses do setor agroexportador. Ao defender a **reforma agrária** – mesmo que fosse uma reforma agrária moderada e gradual – com o objetivo de substituir o latifúndio pela pequena propriedade, e ao defender a **diversificação da produção agrícola** no sentido de privilegiar a produção de alimentos e de artigos de primeira necessidade, o projeto tenentista contestava os pilares do setor agroexportador, isto é, a grande propriedade e a monocultura para exportação. A condenação das políticas de valorização artificial de produtos é claramente uma crítica às políticas governamentais da República Velha de valorização da produção cafeeira. Finalmente, a defesa do imposto territorial significa a defesa de uma maior taxação da elite latifundiária. Em suma, os principais interesses das elites agromercantis dominantes também seriam profundamente atingidos caso o projeto tenentista fosse vitorioso.

Encontramos, porém, no discurso tenentista medidas favoráveis ao desenvolvimento industrial: a difusão do ensino profissional, que estava destinado a formar uma mão de obra qualificada e capaz de corresponder às exigências da indústria moderna; a abolição das barreiras alfandegárias internas e a expansão planejada das vias de comunicação, fatores decisivos para a unificação do mercado interno; a estatização das quedas-d'água e das riquezas minerais do subsolo, com o objetivo de coordenar, sob a direção do Estado, o aproveitamento industrial desses recursos naturais; a criação de institutos de crédito para o financiamento das atividades agrícolas e industriais. A política de desenvolvimento nacional deveria ser realizada de forma **planejada**, isto é,

deveria ser apoiada em **planos econômicos**, e dirigida por uma **elite tecnocrática** representada nos **conselhos técnicos**. Com a estatização das riquezas do subsolo, o programa econômico dos **tenentes** praticamente inviabilizava, pelas razões que apontamos atrás, a iniciativa privada nacional e estrangeira na área da exploração petrolífera, e se inclinava naturalmente para uma **solução estatal** para o problema do petróleo; trata-se de um **estatismo não declarado**. O problema siderúrgico é mencionado sucintamente no programa do Clube 3 de Outubro, sem maiores detalhes, e portanto não sabemos como os **tenentes** concebiam a introdução da siderurgia em larga escala no Brasil, como deveria ser para eles a sua organização, qual seria a sua forma de financiamento etc. Como vimos, Juarez Távora só estudou esta questão de forma mais sistemática num período posterior ao desaparecimento do tenentismo. Esta falta de detalhamento pode, contudo, ser explicada em parte pela própria indefinição das elites dirigentes brasileiras naquele início da década de 1930 a respeito da forma como deveria ser introduzida a grande siderurgia no país. Como veremos no próximo capítulo, o próprio governo Vargas estava naquele momento nomeando comissões e organizando estudos sobre o problema siderúrgico, e ainda não se chegara a uma conclusão sobre como resolver esta questão. Achamos, todavia, que assim como no caso do petróleo, uma solução baseada na iniciativa privada sem a participação do Estado dificilmente seria contemplada pelos **tenentes**. Diferentemente dos militares republicanos do final do século XIX, que se apresentavam como representantes dos interesses dos grupos industriais privados nacionais, o tenentismo parecia optar pela criação, em setores estratégicos da indústria como a siderurgia e o petróleo, de um novo setor industrial com a atuação direta do Estado. Já quanto à produção de bens de consumo, os **tenentes** pareciam reservá-la à iniciativa privada, mas a preferência seria dada à pequena indústria: os institutos de crédito destinados ao financiamento das atividades produtivas privadas deveriam privilegiar a pequena propriedade no campo e a pequena indústria nas cidades.

Pensamos que não se deve fazer uma associação sistemática entre posições contrárias aos interesses imediatos da burguesia industrial e uma oposição ao desenvolvimento industrial em si. O perfil conservador da burguesia industrial brasileira, que naquele momento estava comprometida politicamente com as elites agromercantis e era temerosa de grandes transformações mesmo que em proveito do desenvolvimento industrial, provocaria uma oposição dos **tenentes**, que viam nela um

grupo econômico sem envergadura e opressor das classes populares. O próprio antiprotecionismo do discurso tenentista não tinha como objetivo frear o desenvolvimento industrial do país, e sim adaptá-lo às exigências e aos parâmetros da indústria moderna. Se retomarmos as propostas de Juarez Távora sobre a revisão das tarifas aduaneiras que vimos atrás, constataremos que ao lado da argumentação de que a elevação das tarifas provocaria um encarecimento do custo de vida no país, perturbações no intercâmbio externo, a diminuição das rendas aduaneiras e um indesejável desvio do proletariado rural para os centros urbanos, encontra-se uma preocupação com o aprimoramento técnico das unidades industriais brasileiras. Távora diz neste texto que a indústria nacional, a coberto da concorrência estrangeira pelas barreiras alfandegárias, deixou de racionalizar os seus métodos de produção. Em outras palavras, para ele a indústria brasileira, ao se acomodar sob a proteção tarifária do governo, não se interessou em se modernizar.

O projeto tenentista de desenvolvimento da produção nacional parecia, portanto, excluir as elites agrárias e industriais existentes no Brasil, e parecia optar por uma solução estatal em setores mais avançados e estratégicos da atividade industrial – pelo menos no caso do petróleo – e para o impulso à pequena indústria no setor de bens de consumo (alimentos, vestimenta e outras necessidades básicas da população).

A ênfase na pequena propriedade chama a nossa atenção para o **caráter jacobino e pequeno-burguês da ideologia tenentista**, isto é, a sua tendência para um nacionalismo pequeno-burguês apoiado na defesa da pequena propriedade. Esta componente pequeno-burguesa da ideologia tenentista é percebida por Virgínio Santa Rosa e Boris Fausto quando comentam, em suas respectivas obras, o programa do Clube 3 de Outubro. Para o primeiro autor:

O programa de reformas sociais do tenentismo, embora ainda em fase inteiramente primitiva, inclinava-se a uma aliança mais estreita com a pequena-burguesia brasileira. E, nesse sentido, adotava uma orientação de cunho social-democrata. Programa de classe média, igualmente longe dos extremos burgueses e proletários. Um capitalismo moderado, pequeno burguês – o individualismo democrático recheado com organizações sindicais, cooperativas de produção e consumo, leis de salário mínimo, legislação sobre o número de horas de trabalho, regularização do trabalho de mulheres e menores etc. E, ainda mais, como tendências pronunciadas, o combate

gradativo ao latifúndio, a nacionalização das minas, quedas-d'água e do comércio a varejo.³⁴⁰

Para o segundo autor:

O programa pode ser definido teoricamente como “nacional burguês”, mas nada tem a ver com os limites concretos da burguesia nacional: a esta fração da classe dominante, sobretudo nesse período, são estranhos os alvos de estatização dos núcleos fundamentais da infraestrutura econômica, assim como as concessões à classe operária. Note-se que aos objetivos de nacionalização não se justapõe a defesa do processo de concentração capitalista: condenam-se expressamente os monopólios, trustes e organizações semelhantes; os horizontes ideológicos do programa são, na área privada, a pequena indústria nas cidades e a pequena propriedade, liberta do latifúndio, no campo. Além disso, a velha crítica às “indústrias artificiais” desponta insistentemente em várias partes do projeto.

Todas essas formulações são, na realidade, uma antecipação ao desenvolvimentismo pequeno-burguês dos anos 50, vinculado aos grupos técnicos das classes médias (onde, de resto, se incluem alguns “tenentes” responsáveis pelo que um autor chamou de primeiro momento do processo de industrialização).³⁴¹

A componente **pequeno-burguesa** do discurso tenentista revela uma identificação do movimento com as aspirações de grupos sociais mais desfavorecidos, em especial as baixas camadas médias urbanas. Esta postura contrastaria com o maior conservadorismo da cúpula militar do Estado Novo, que procuraria impor, de acordo com Getúlio Vargas, um projeto industrializante sem colidir com os interesses das classes dominantes e sem provocar abalos significativos na ordem social. É verdade que a política tenentista de favorecer a pequena propriedade em detrimento da concentração capitalista teria feito com que a transformação do Brasil em país industrial se operasse de forma mais lenta do que foi com a política de desenvolvimento industrial acelerado do Estado Novo. Entretanto, ao promover o surgimento de uma pequena burguesia rural e ao melhorar as condições de vida das populações urbanas, esta política teria levado a uma expansão e a um fortalecimento do mercado interno, e, conseqüentemente, ao surgimento de condições para um posterior desenvolvimento industrial assentado em bases mais sólidas, isto é, um desenvolvimento sem os limites e o desequilíbrio social que caracterizaram a rápida transformação econômica do país nas décadas seguintes.³⁴²

³⁴⁰ SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*, p. 81-82.

³⁴¹ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, p. 103-104.

³⁴² Esta questão da relação entre de um lado a reforma agrária e do outro o surgimento de uma pequena burguesia rural e a expansão do mercado interno está presente em Virgínio Santa Rosa, que era ao mesmo

Se por um lado nós entendemos a argumentação de Maria Cecília Spina Forjaz de que o desenvolvimento industrial não parecia ser uma prioridade dentro do programa dos tenentes – e de fato a questão da indústria aparece aqui com menos ênfase do que no discurso dos militares republicanos de fins do século XIX ou do que no discurso dos militares do Estado Novo que veremos no próximo capítulo –, achamos que as expressões **agrarista** e **anti-industrialista** não são adequadas para qualificar um projeto econômico cujo objetivo era criar as condições para um posterior desenvolvimento mais equilibrado e sólido da produção nacional, seja ela agrícola ou industrial. Embora a prioridade naquele momento fosse uma reorganização social, consideramos que o projeto do **tenentismo nacionalista** tinha **objetivos industrializantes a longo prazo**. As expressões **agrarista** e **anti-industrialista** deveriam ser utilizadas para designar projetos econômicos **contrários** ao desenvolvimento da indústria. Sobre a questão da siderurgia e do petróleo, não fica evidenciado que a preocupação dos **tenentes** era exclusivamente com a defesa nacional. Pensamos, ao contrário, que estes dois setores eram antes vistos como fatores de fortalecimento da economia nacional, e que o poder militar do país seria uma consequência deste fortalecimento econômico.

Thomas Skidmore é feliz em caracterizar os **tenentes** que participaram do movimento revolucionário de 1930 como representantes de uma tendência **nacionalista semiautoritária** cujos principais objetivos eram a regeneração e a modernização do país. E de fato, no que diz respeito ao caráter **semiautoritário** do projeto do **tenentismo nacionalista**, se por um lado ele apresentava resquícios do **tenentismo liberal** da década de 1920, por outro ele colocava a República nas mãos de uma elite tecnocrática, que por sua formação técnica e especializada estaria mais apta a dirigir os destinos do país e a coordenar o seu desenvolvimento: este seria o papel dos **conselhos técnicos**. Esta concepção tecnocrática do poder traduz as aspirações dirigistas e modernizadoras da **jovem oficialidade técnica** das Forças Armadas. Assim, se a ausência de um projeto abertamente ditatorial – fora a defesa da ditadura revolucionária para fins provisórios no período 1930-1932 – nos impede de qualificar o projeto político do **tenentismo**

tempo um grande apologista do tenentismo e um defensor fervoroso da reforma agrária (ver SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*, p. 116-126).

nacionalista como assumidamente autoritário, o fato da nova ordem concebida pelos **tenentes** estar sob o controle de uma elite tecnocrática – elite tecnocrática que pela formação acentuadamente técnica e científica da oficialidade militar seria com certeza recrutada em grande parte nas Forças Armadas – também nos impede de considerá-lo como genuinamente **liberal-democrático**.

*

* *

Algumas das bandeiras defendidas pelos **tenentes** foram incorporadas na Constituição de 16 de julho de 1934. A **socialização dos recursos naturais**, por exemplo, está presente nos artigos 118 e 119. O primeiro deles afirma que “*as minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas-d’água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial*”. O segundo trata da questão das concessões públicas para a exploração dos recursos naturais: “*o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da Lei*. Em seu parágrafo 1º este artigo afirma que as concessões só poderiam ser conferidas a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou co-participação nos lucros, e em seu parágrafo 2º ele prevê a nacionalização progressiva, a ser regulada em lei especial, das minas, jazidas minerais, quedas-d’água e outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país. A **representação profissional** no Legislativo está presente no artigo 23. A **legislação trabalhista**, iniciada pelo Governo Provisório a partir de 1931, é o tema do artigo 121. Os **conselhos técnicos**, por sua vez, são o tema do artigo 103, que afirma que “*cada Ministério será assistido por um ou mais Conselhos Técnicos, coordenados, segundo a natureza dos seus trabalhos, em Conselhos Gerais, como órgãos consultivos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal*”.³⁴³ O projeto do **tenentismo**

³⁴³ A Constituição de 16 de julho de 1934 está reproduzida na íntegra em ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1961, p. 227-334.

nacionalista em seu conjunto, no entanto, foi derrotado. O seu radicalismo social era demasiadamente incômodo dentro de um contexto marcado por uma revolução apoiada em oligarquias dissidentes, revolução disposta a por um fim na hegemonia política das elites agromercantis dominantes na República Velha, mas não em por em jogo as próprias bases sociais da dominação oligárquica. De qualquer forma, o tenentismo conseguiu cumprir o seu papel histórico de força dirigente do processo revolucionário que pôs fim à ordem oligárquica dominada pelos interesses agromercantis hegemônicos, os da cafeicultura paulista, e que deu início a uma nova ordem política comprometida com um projeto de transformação do Brasil em país industrial. Para Décio Saes:

A composição politicamente heterogênea da coalizão revolucionária explica o duplo caráter do Estado pós-oligárquico. De um lado, o objetivo principal do tenentismo nacionalista participante do movimento revolucionário era a destruição das bases institucionais da dominação oligárquica; e sua situação de vanguarda do processo de mobilização política e militar para o confronto armado com a situação oligárquica lhe permitiu conduzir, após a vitória, o processo de reforma das estruturas do Estado. Ao fazê-lo, o tenentismo nacionalista realizava progressivamente o seu objetivo: a transformação do Estado oligárquico e federal em Estado nacional e centralizado. De outro lado, a participação das oligarquias dissidentes no movimento revolucionário acabou por constituir-se na garantia de que a extinção do monopólio oligárquico do poder político e a subtração da hegemonia política ao conjunto da burguesia cafeeira não implicariam a exclusão das oligarquias rurais do novo bloco dominante. Na prática, o tenentismo revolucionário revelou ser incapaz, após a deposição do governo federal, de subtrair às oligarquias rurais os centros locais de poder e certos aparelhos do Estado central. A resistência do poder oligárquico impôs, portanto, limites à possível ação intervencionista e industrializadora do Estado central. O Estado pós-oligárquico se define, conseqüentemente, como “um Estado de compromisso” [...].³⁴⁴

Hostilizado pelas classes dominantes, que temiam o seu radicalismo social, e pela cúpula das Forças Armadas, que o viam como uma ameaça à hierarquia militar, o **tenentismo** estava condenado a desaparecer com o advento da ordem constitucional. Os seus membros a partir daí seriam em sua maioria reabsorvidos dentro dos quadros hierárquicos do Exército e da Marinha. O ressurgimento do **tenentismo de esquerda** sob a liderança de Luís Carlos Prestes, já de retorno de seu estágio político na União Soviética, e a sua vinculação com a Aliança Nacional Libertadora e o Partido Comunista, contribuiria para que os representantes da tendência nacionalista cerrassem fileira em torno da alta oficialidade. Por mais progressistas e radicais que fossem, os

³⁴⁴ SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*, p. 83-84.

representantes do **tenentismo nacionalista** não queriam uma revolução popular que pusesse fim à ordem burguesa: o reformismo que preconizavam era um reformismo **pelo alto**, a ser realizado por uma elite tecnocrática com forte componente militar. A vitória governamental sobre a intentona de novembro de 1935 foi também uma vitória das Forças Armadas unidas e coesas em nome do **anticomunismo**, e o golpe final no movimento tenentista. O próprio Getúlio Vargas, insatisfeito com a ordem liberal-democrática instaurada com a Constituição de 16 de julho de 1934, e ainda querendo levar adiante o seu projeto autoritário e modernizador, buscava os seus aliados não mais nos derrotados **tenentes**, e sim na alta oficialidade do Exército. É o que veremos no próximo capítulo.

***CAPÍTULO III: ESTADO NOVO, MILITARISMO E
INDÚSTRIA***

CAPÍTULO III: ESTADO NOVO, MILITARISMO E INDÚSTRIA

I) Os militares e o Estado Novo.

Na manhã do dia 10 de novembro de 1937 tropas de cavalaria do Exército cercavam os prédios da Câmara dos Deputados e do Senado na Capital Federal, e punham fim ao regime liberal-democrático vigente desde a promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934. Em seu lugar era instaurada uma ditadura chefiada pelo mesmo Getúlio Vargas que até aquele momento governava o país constitucionalmente, e apoiada no Exército, naquele momento liderado pelos generais Dutra, Ministro da Guerra, e Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército. Apesar de nunca ter sido de fato aplicada, já que Vargas governou durante o período 1937-1945 em estado de emergência³⁴⁵, a constituição do novo regime, redigida previamente pelo Ministro da Justiça Francisco Campos – simpatizante assumido dos regimes fascistas europeus –, estabelecia princípios nacionalistas, modernizadores e centralizadores que norteariam o regime.

Como podemos definir a ditadura surgida em 10 de novembro de 1937 e que passou a ser conhecida como **Estado Novo**?

Antes de responder a esta pergunta, seria necessário desenvolver outras questões sem as quais a compreensão deste regime político seria incompleta. A primeira delas é a seguinte: *teria sido o Estado Novo uma ditadura militar e Getúlio Vargas um mero fantoche dos generais que de fato governavam o país?* Esta é a posição defendida por Edmundo Campos Coelho ao comentar a natureza do regime:

³⁴⁵ A Constituição de 10 de novembro de 1937 estabelecia um regime republicano presidencial, federativo e representativo, com um Presidente da República eleito por um período de seis anos. Como foi dito acima, esta organização não foi aplicada. O governo em estado de emergência era legitimado por um dispositivo da própria constituição, o artigo 166, segundo o qual “*em caso de ameaça externa ou iminência de perturbações internas ou existência de concerto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz pública ou por em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos, poderá o Presidente da República declarar em todo o território do país, ou na porção do território particularmente ameaçado, o estado de emergência*”. A constituição de 10 de novembro de 1937 está reproduzida na íntegra em ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*, p. 415-482. Para uma síntese desta constituição, ver CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*, p. 156-161.

Este regime só se tornou possível porque atendia aos interesses do Exército tal como eram interpretados pela liderança militar que o garantiu. Embora com uma chefia civil no governo, o Estado Novo foi, de fato, uma ditadura dos militares: eles a instauraram, impuseram quase sempre seus pontos de vista e eles a cancelaram. Quaisquer que tenham sido os interesses nacionais aduzidos, eles foram interpretados pelo prisma dos interesses do Exército.³⁴⁶

Esta tese não deixa de ser tentadora, dado o poder dos militares durante o Estado Novo. Iniciado com um golpe militar, este regime era extralegal, assentado na força, e o fim da aliança de Vargas com a alta oficialidade do Exército levou à sua queda que, aliás, foi concretizada por outro golpe militar. Além do mais, as posições industrializantes de Góes Monteiro, que é considerado o **condestável** do regime, coincidiam com a política de desenvolvimento posta em prática pela ditadura. No entanto, consideramos esta tese unilateral, na medida em que menospreza o peso da liderança de Getúlio Vargas. Este último, o maior representante das oligarquias dissidentes que fizeram a Revolução de 1930 junto com os militares revolucionários, tinha o poder, por suas próprias origens sociais e por sua habilidade política, de arregimentar o conjunto das classes dominantes para um apoio ao novo regime: dificilmente os militares poderiam, sozinhos, se impor ao conjunto das elites agrárias brasileiras, ainda dominantes naquele momento histórico, e instaurar uma ditadura nacionalista e industrializante contrária aos interesses dos grupos agromercantis. Esta fora, por sinal, a principal causa da derrota política do florianismo, que por não ter conseguido uma base sólida de apoio dentro da elite civil acabara caindo do poder em benefício dos representantes políticos da cafeicultura paulista. Além do mais, Vargas, por ser originário do grupo castilhistas do Rio Grande do Sul, grupo republicano e positivista ideologicamente vinculado a um projeto industrializante e modernizador pela via autoritária, era um aliado natural desta alta oficialidade defensora de um projeto ao mesmo tempo ditatorial e industrializante.

Esta origem castilhistas de Getúlio Vargas nos leva a considerar outra questão: *teria sido o Estado Novo uma ditadura castilhistas?* Esta é a posição de Ricardo Vélez Rodríguez, estudioso da ideologia desta corrente política. Para este autor,

o castilhismo foi a ideologia política que deu embasamento à prática do autoritarismo republicano, à luz do qual se processaram as reformas modernizadoras necessárias à industrialização do Brasil.

³⁴⁶ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, p. 122.

Essa ideologia foi, outrossim, o arquétipo que moldou o nosso modelo republicano, alicerçado na crença positivista de que o poder vem do saber e é canalizado, na prática política, na preeminência do Executivo sobre os outros poderes e no exercício de rigorosa tutela do Estado sobre a massa informe dos cidadãos, banida como pertencente à metafísica liberal qualquer tentativa de estruturar a representação e de ver garantidos direitos civis básicos, como a liberdade de imprensa ou o funcionamento da oposição. O castilhismo foi, na vida política brasileira, a mais acabada forma de rousseauianismo ou de jacobinismo republicano.³⁴⁷

Vélez Rodríguez vê três gerações castilhistas: a primeira, representada por líderes como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado e que se consolidou no poder no Rio Grande do Sul na década de 1890; a segunda, representada por líderes como Getúlio Vargas, Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura e que procurou se firmar no cenário nacional ao participar da campanha da Aliança Liberal (1929-1930) e do início da nova ordem surgida com a Revolução de 1930; a terceira, que surgiu com a dissolução do grupo da segunda geração em 1932 e teve seu ponto culminante com o Estado Novo – os intelectuais Oliveira Viana, Almir de Andrade e Francisco Campos são apresentados como os principais teóricos desta terceira geração. O ano de 1945 representaria o fim do ciclo castilhista, a partir do qual o próprio Vargas abandonou a sua postura abertamente autoritária e adotou um novo perfil político voltado para a social-democracia.³⁴⁸

Esta tese de que o Estado Novo representaria uma fase do castilhismo também é atraente, sobretudo se, além da presença de outro político de origem castilhista dentro do governo, o Ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha, atentarmos para o fato de que Dutra e Góes Monteiro eram militares ligados ao grupo castilhista desde o seu tempo de jovens oficiais. Assim, veríamos uma ditadura liderada por um político civil castilhista e baseada no poder militar de dois generais castilhistas, o que explicaria a política autoritária e modernizadora do regime. No entanto, acreditamos que o contexto daquele momento é mais complexo e que esta questão precisa ser analisada mais de perto. Aliás, como afirma o próprio Vélez Rodríguez, o grupo castilhista se dissolveu com a crise política de 1932, e boa parte de seus membros – do veterano Borges de Medeiros a lideranças mais jovens como Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura – romperam com Vargas e os **tenentes** por temer uma radicalização política provocada

³⁴⁷ VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 247.

³⁴⁸ Toda esta reflexão está presente em VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Castilhismo: uma filosofia da República*, capítulo XV, **Getúlio Vargas, o castilhismo e o Estado Novo**.

por estes últimos e engrossaram as fileiras dos adeptos da reconstitucionalização do país e dos apoiadores do movimento constitucionalista de São Paulo. Assim, para uma parte dos republicanos rio-grandenses a defesa do projeto autoritário e modernizador da ideologia castilhista passava para o segundo plano, já que a prioridade agora era uma aliança entre as classes dominantes da República Velha temerosas de um aprofundamento e de uma radicalização da Revolução de 1930.³⁴⁹ Podemos dizer, portanto, que o Estado Novo não é uma ditadura do grupo castilhista. Os próprios intelectuais que o mencionado autor cita como teóricos do regime (Oliveira Viana, Almir de Andrade e Francisco Campos), por sinal, não eram originários do grupo castilhista, e sim apenas ideólogos nacionalistas e autoritários. Se a origem castilhista de Vargas teve peso na formulação da política do Estado Novo, foi pelos princípios doutrinários da corrente (autoritarismo, dirigismo econômico, ideologia industrializante, conciliação entre o capital e o trabalho) adaptados a um novo contexto político.³⁵⁰

Para a viabilização de um regime como o Estado Novo, era, portanto, necessária a presença de uma liderança civil de origem oligárquica, capaz de obter o apoio do conjunto das classes dominantes, mas que representava ao mesmo tempo uma tendência mais progressista dentro da antiga oligarquia republicana, tendência comprometida ideologicamente com o progresso socioeconômico e o desenvolvimento.

Podemos dizer, com base nas considerações acima, que o Estado Novo não foi nem uma ditadura puramente militar controlada pela alta oficialidade do Exército e nem uma ditadura puramente civil controlada pelo grupo castilhista. Por esta razão, este regime se encontra numa situação peculiar de **ditadura semimilitar**, ou **ditadura civil-militar**, na qual tanto a liderança civil de Vargas como a alta oficialidade do Exército foram fundamentais para a sua viabilização. Por um lado, Getúlio Vargas, por suas

³⁴⁹ Além destas questões de ordem político-partidária, podemos citar também a grande diferença entre o ultrafederalismo do castilhismo da primeira geração e o centralismo acentuado do regime do Estado Novo. Logicamente, é preciso também levar em conta, no que diz respeito a esta questão do federalismo, a evolução, apontada por Pedro Cezar Dutra Fonseca, do regionalismo da primeira geração ao maior unitarismo da segunda geração castilhista, que passou a atuar politicamente sob o impacto de uma economia gaúcha em expansão, marcada pelo surgimento de um importante setor industrial e comercial, e desejosa de conquistar o mercado nacional (ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*, p. 79-81).

³⁵⁰ Neste sentido, achamos mais prudente a colocação de Benedicto Heloiz Nascimento, para quem o Estado Novo “*seria antes de tudo uma expressão e conseqüência do coronelismo e do positivismo de Júlio de Castilhos em nível nacional ao lado do nacionalismo e militarismo dos Tenentes e das Forças Armadas*” (NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945*. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP / Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2002, p. 18).

origens oligárquicas, possuía a legitimidade perante as classes dominantes para governar – uma liderança de origem oligárquica era uma garantia da não radicalização do processo político – e, por vir de uma corrente política ideologicamente vinculada a um projeto autoritário e modernizador, era um aliado natural dos militares industrialistas. Por outro lado, por se tratar de um regime cujo projeto industrializante ia contra os interesses das frações dominantes da elite agromercantil – especialmente os da poderosa cafeicultura paulista –, era necessário baseá-lo na força para impossibilitar qualquer oposição organizada dos principais grupos agromercantis. Desta forma era necessário se apoiar nas Forças Armadas, cuja aliança seria garantida pela alta oficialidade do Exército defensora de um projeto industrializante. O Estado Novo, portanto, seria vitorioso no terreno no qual o florianismo, por não possuir base de apoio na elite civil, e o tenentismo, por seu radicalismo social, foram derrotados. Lourdes Sola explica o perfil ao mesmo tempo militarizado e personalista do regime:

Das características mais específicas do golpe de 10 de Novembro – e que o diferenciam daqueles ocorridos na Europa na mesma década, com os quais erradamente certos autores o identificam – algumas são negativas. Isto é, ele **não representou a vitória de um partido organizado** (a participação dos integralistas era adjetiva), nem teve **apoio ativo de massas**. **A carência de unidade e de estrutura ideológicas**, outro traço distintivo, não era compensada pelas afirmações de seus principais autores, que procuravam legitimá-lo em nome do programa e das reivindicações da revolução de 30: como se sabe, esta resultara de forças sociais, de expectativas e mesmo de ideologias bastante díspares, e essa heterogeneidade se revelara logo em seguida sob a forma de divergências políticas; não podia por isso, servir de referência unitária.

Esta falta de mediações organizatórias entre Vargas e o País, salvo a das Forças Armadas, explica a eficácia daquela representação personalista do novo regime. A ausência de mobilização política ampla que lhe servisse de base, permite que a instauração do Estado Novo apareça como um golpe de elites político-militares contra elites político-econômicas.³⁵¹

Assim, como bem mostra a autora citada, o Estado Novo não poderia ser confundido com um regime fascista. Apesar de Francisco Campos, influenciado pela Itália de Mussolini, ter inserido na constituição referências a uma organização corporativa da economia³⁵², este corporativismo nunca foi posto em prática e o

³⁵¹ SOLA, Lourdes. **O golpe de 37 e o Estado Novo**. In MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 289.

³⁵² No artigo 61 do texto constitucional, encontramos, como primeira atribuição do Conselho da Economia Nacional, órgão que aliás não chegou a existir, a de “*promover a organização corporativa da economia nacional*” (ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*, p. 436).

dirigismo econômico e a política trabalhista do regime foram realizados de forma mais direta e pragmática. Outras características básicas dos regimes fascistas – especialmente o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão –, como a arregimentação das massas, o controle da sociedade, inclusive das próprias Forças Armadas, por um partido único e uma doutrina bem definida norteando o regime inexistiram no Estado Novo. Este último, por basear o seu poder ditatorial nas Forças Armadas, dispensou a mobilização das massas. Já no que diz respeito à falta de solidez ideológica do regime à qual Lourdes Sola se refere, de fato não encontramos uma doutrina que norteasse o regime, e sim princípios como o Estado forte, o desenvolvimento industrial, a conciliação entre o capital e o trabalho e o anticomunismo. O caráter não fascista da ditadura do Estado Novo explica o porquê da proscrição do movimento integralista, movimento de tipo fascista, logo após o golpe de Estado: se os integralistas haviam sido utilizados pelos golpistas na mobilização ideológica para um golpe anticomunista, não havia espaço, dentro da ordem ditatorial do Estado Novo, para uma grande organização política de massa, com um líder próprio (Plínio Salgado), uma ideologia própria (a doutrina integralista) e que apresentava características paramilitares (as milícias integralistas) que poderiam significar a futura existência de uma força paralela ao Exército.³⁵³ Isto explica o porquê, apesar do movimento contar com muitos simpatizantes nos meios militares, e em especial na mais conservadora Marinha, do fechamento da Ação Integralista Brasileira, junto com os demais partidos políticos, logo após o golpe de Estado, assim como a fracassada tentativa de derrubada do governo por parte de um grupo de integralistas aliados a um grupo de liberais em maio de 1938, e o consequente exílio de Plínio Salgado em Portugal.

Outra questão se coloca a respeito do Estado Novo: *contra quem foi executado o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937?* A constituição do regime inicia, de forma introdutória, com um discurso anticomunista que alerta para o “*estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais*

³⁵³ José Murilo de Carvalho explica bem a incompatibilidade entre o integralismo e a cúpula militar que controlava o Estado Novo: “*Se ideologicamente o integralismo tinha posições próximas das que predominavam na cúpula militar, o pertencimento simultâneo a duas organizações tão absorventes criava conflitos de lealdade que terminavam por minar a disciplina militar. Além disso, o integralismo mobilizava as massas e provocava reações mantendo, assim, viva a atividade política. Isso era exatamente o que não interessava à cúpula militar, que via a oportunidade de extirpar de vez a atividade política e conseguir assim eliminar também as perturbações disciplinares motivadas pelo partidarismo*” (CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política, 1930-1945**. In CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 98).

profunda, exigindo remédios de caráter radical e permanente”.³⁵⁴ O temor de um golpe comunista engendrado pelo fantasma da intentona de novembro de 1935 é, portanto, apresentado como a principal razão para a derrubada do regime constitucional vigente. E, de fato, o golpe de Estado foi precedido de toda uma campanha anticomunista nos meios civis e militares, campanha que seguiu à derrota da referida intentona e que envolveu medidas como a depuração das Forças Armadas e a prisão de comunistas e de pessoas vinculadas ao **tenentismo de esquerda** e à Aliança Nacional Libertadora. O regime constitucional inaugurado em julho de 1934 praticamente inexistiu, já que em quase todo o período compreendido entre novembro de 1935 e novembro de 1937 o país esteve sob estado de sítio, a pretexto do combate à subversão de esquerda. Assim, a ameaça de mais um **putsch** comunista foi o grande pretexto para a deposição do regime de julho de 1934. No entanto, alguns fatores de peso evidenciam o fato de que se oficialmente o golpe do Estado Novo foi um golpe anticomunista, no fundo o seu alvo consistia em outros adversários. Por um lado, os comunistas, os **tenentes de esquerda** e os políticos da Aliança Nacional Libertadora já estavam naquele momento ou na prisão ou no ostracismo, e não representavam mais perigo real para a ordem vigente. Por outro, aproximava-se a data das novas eleições presidenciais, previstas para janeiro de 1938, o que significava o fim do governo Vargas já que este não podia, segundo a constituição, ser reeleito. A presença de um forte candidato à sucessão presidencial como Armando de Salles Oliveira, político paulista que se apresentava em nome do constitucionalismo liberal, significava a possibilidade de um retorno ao poder dos representantes políticos dos interesses da cafeicultura paulista e um obstáculo à concretização de uma política industrializante, com, por exemplo, o fim do uso dos recursos governamentais para o financiamento das atividades industriais e a sua utilização para o financiamento da economia cafeeira, tal qual era feito na República Velha. Além do mais, Getúlio e seus aliados militares objetivavam a constituição de uma ordem política que trouxesse a necessária estabilidade para uma política de desenvolvimento acelerado, já que no período 1930-1937, embora medidas haviam sido tomadas no sentido de se criar condições favoráveis ao desenvolvimento da indústria nacional – constituição de um aparelho de Estado mais centralizado, criação de órgãos oficiais dedicados ao estudo, ao planejamento e ao financiamento do desenvolvimento industrial, estatização das riquezas do subsolo e das quedas-d’água –, nada de concreto havia sido feito, por

³⁵⁴ ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*, p. 415.

exemplo, quanto à introdução da siderurgia em larga escala e à exploração petrolífera. Para tal, era preciso neutralizar a oposição ligada aos interesses agromercantis, que poderia atuar no Congresso e na vida partidária e desta forma continuaria a bloquear os projetos industrializantes do governo. A tese do perigo comunista tinha, portanto, a função de, ao mesmo tempo em que se neutralizava a oposição liberal-oligárquica unida em torno de Armando de Salles Oliveira, obter o apoio do restante das classes dominantes brasileiras, temerosas de uma revolução social, e do conjunto das Forças Armadas, que em outro contexto não apoiaria – pelo menos no que diz respeito à sua ala legalista – um projeto ditatorial como este.

Podemos sustentar, portanto, a tese de que o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 foi um **golpe essencialmente antioligárquico** – no sentido de neutralizar as frações dominantes da elite agromercantil da República Velha que procuravam, como em 1932, retomar o poder sob a bandeira do constitucionalismo liberal – disfarçado de **golpe anticomunista**.³⁵⁵

Com base nas questões que desenvolvemos acima, podemos dizer que o Estado Novo foi uma **ditadura industrializante e modernizadora** cuja função foi a de aprofundar e completar o processo político iniciado em 1930. Este processo consistiu na formação de um aparelho de Estado centralizado e voltado para uma política de desenvolvimento acelerado do país e, conseqüentemente, para uma rápida transformação do Brasil de país agrário e exportador de produtos primários em país industrial.³⁵⁶

³⁵⁵ Lourdes Sola assim comenta o episódio de oitenta deputados que foram saudar Vargas logo após o golpe de Estado: “À primeira vista, realmente, ele significa [a autora está se referindo ao golpe] a derrota de um legislativo, composto em boa parte por representantes das oligarquias rurais, velhas e novas, por grupos ligados às finanças e por profissionais liberais; enquanto representantes individuais, eram assim, temporariamente eliminados da vida política. É significativa, entretanto, a atitude dos oitenta deputados que foram saudar Vargas, após o cerco do Congresso por tropas federais, sem dúvida índice de um legislativo desmoralizado; mas indicava ao mesmo tempo, o alívio de seus integrantes por se verem obrigados a “transferir” uma incômoda responsabilidade. A ditadura lhes aparecia como um mal menor e essa convicção era compartilhada por uma boa parte dos grupos que representavam. O mal maior que procuravam assim exorcizar, constantemente reinvocado por Vargas e seus colaboradores, já convertido em mero fantasma em 1937, era o “radicalismo comunista” (SOLA, Lourdes. **O golpe de 37 e o Estado Novo**, p. 289-290).

³⁵⁶ Segundo Benedicto Heloiz Nascimento, “para começar a agir em maior profundidade e eficiência era, pelo menos, preciso reduzir o poder das oligarquias regionais, quebrar os quistos raciais e organizações políticas de massa perigosas à segurança nacional, ao mesmo tempo que se fortalecia economicamente o país. Nesse sentido o golpe de 1937 foi uma institucionalização e aperfeiçoamento do estado de exceção

A ênfase do regime no desenvolvimento econômico está presente inclusive em sua constituição, na qual, no artigo 135, encontramos uma defesa do dirigismo econômico:

Na iniciativa individual, no poder de criação de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado.

A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo ou da gestão direta.³⁵⁷

Encontramos aqui uma defesa da intervenção do Estado na economia com o objetivo de auxiliar e desenvolver os setores em que a iniciativa privada se revelava insuficiente e com o objetivo de coordenar e organizar as atividades econômicas nacionais. A intervenção estatal poderia ser feita de forma indireta, por meio da supervisão e do incentivo às atividades particulares, ou pela gestão direta do Estado (empresas estatais e semiestatais). E de fato, como bem mostra Thomas Skidmore, a política econômica do Estado Novo contrariou os princípios do liberalismo e consistiu num dirigismo realizado de duas formas, isto é, o incentivo público às atividades do empresariado (impostos, controles de câmbio, cotas de importação, controles de crédito e exigências salariais) e a intervenção direta do Estado em determinados setores da economia (ferrovias, navegação, serviços públicos e indústrias básicas como o petróleo e o aço).³⁵⁸ Foi no período do Estado Novo que foi completada a organização necessária para a concretização de uma política de desenvolvimento acelerado do país, com a **modernização e racionalização da burocracia federal** (criação em 1938 do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP), a **unificação do mercado**

*que o Brasil vinha vivendo desde fins de 1935. Ao mesmo tempo, ele foi uma continuação e aprofundamento da Revolução de 1930, constituindo-se no instrumento pelo qual o Governo obteve, agora, com um Executivo forte, condições para agir e melhor implementar idéias e concepções próprias. Através dele poder-se-ia, ou acreditava-se poder, completar medidas destinadas a provocar mudanças em prol da pacificação nacional, educação e industrialização, fora a modernização de uma força armada, dentro de um regime de maior disciplina e organização” (NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. **A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945**, p. 39-40).*

³⁵⁷ ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*, p. 465.

³⁵⁸ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, p. 66-67.

interno (abolição das tarifas interestaduais e intermunicipais)³⁵⁹, a **difusão do ensino profissional** (criação em 1942 do Serviço de Aperfeiçoamento de Aprendizagem dos Industriários – SENAI) e o surgimento de inúmeros **órgãos voltados para o estudo e o planejamento do desenvolvimento econômico**, como o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937), o Conselho Nacional do Petróleo (1938), a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1943) e a Comissão de Planejamento Econômico (1944). O mais poderoso e influente de todos, no entanto, continuaria sendo o Conselho Federal de Comércio Exterior, criado já em 1934 e cuja função era estudar e propor soluções técnicas para as mais variadas atividades econômicas (indústria, comércio, agricultura, mineração etc.); este órgão viria a influir diretamente na elaboração de projetos relativos ao desenvolvimento agrícola e industrial.³⁶⁰ Dentro desta política de desenvolvimento tinha função importante a **legislação trabalhista** (salário mínimo, jornada de oito horas, férias remuneradas, garantia de estabilidade no emprego, regulamentação do trabalho de mulheres e menores, indenização por dispensa sem justa causa, seguro para acidentes de trabalho, invalidez, morte e velhice etc.) que surgiu a partir de 1931, estava presente na Constituição de 1934 e foi retomada na Constituição de 1937, mas que em boa parte só começou a ser de fato aplicada durante o Estado Novo. Além do mais, o Estado Novo apresentou novidades, como a proibição de greves e lockout (greves patronais), a proibição de sindicatos não reconhecidos pelo Estado – e o conseqüente surgimento do sindicalismo oficial –, e o imposto sindical.³⁶¹ A política trabalhista do regime

³⁵⁹ Este item está inclusive presente na Constituição de 10 de Novembro de 1937, no artigo 25, no qual encontramos uma defesa da centralização econômica e da unificação do mercado interno: “*O território nacional constituirá uma unidade do ponto de vista alfandegário, econômico e comercial, não podendo no seu interior estabelecer-se quaisquer barreiras alfandegárias ou outras limitações ao tráfego, vedado assim aos Estados como aos Municípios cobrar, sob qualquer denominação, impostos interestaduais, intermunicipais, de viação ou de transporte, que gravem ou perturbem a livre circulação de bens ou de pessoas e dos veículos que os transportarem*” (ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*, p. 426). Como vimos nos capítulos anteriores, a abolição das tarifas internas já estava presente no pensamento de Serzedelo Corrêa e no discurso tenentista.

³⁶⁰ Para maiores informações sobre estas medidas modernizadoras e planejadoras do Estado Novo, ver CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*, p. 81-83, SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, p. 55-71, FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*, p. 252-263, SOLA, Lourdes. *O golpe de 37 e o Estado Novo*, p. 299-302 e NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945*, capítulos **Bases para ação do governo e Produção e desenvolvimento**. O trabalho de Benedicto Heloiz Nascimento nos passa, nos capítulos mencionados, uma relação que acreditamos completa dos órgãos e institutos criados pelo governo Vargas no período 1930-1945 para o estudo, o planejamento e o financiamento do desenvolvimento brasileiro.

³⁶¹ Ver SOLA, Lourdes. *O golpe de 37 e o Estado Novo*, p. 302-305. Para o item da legislação trabalhista nas constituições de 1934 e 1937, ver ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*, p. 300-302 e 465-468.

varguista, ao proporcionar melhores condições de vida e de trabalho para o operariado, ao garantir a docilidade política da mão de obra e ao subordiná-la ao Estado, se antecipava à intensificação da luta de classes e trazia a estabilidade social necessária para um esforço industrializante de grandes proporções³⁶². A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, criada pouco antes do advento do Estado Novo, era um embrião de banco de desenvolvimento na medida em que tinha como uma de suas principais funções fornecer crédito para a criação de novas indústrias e para a expansão das já existentes. Ao conceder empréstimos a juros baixos para aquisição de máquinas e equipamentos, ela seria um instrumento valioso no financiamento das atividades industriais.³⁶³ A ação direta do Estado se faria, como veremos detalhadamente depois, no terreno da siderurgia e da exploração de minérios de ferro, e se esboçaria no terreno da exploração petrolífera.

Pedro Cezar Dutra Fonseca enfatiza o caráter econômico do discurso de Vargas durante o Estado Novo, regime durante o qual o desenvolvimento era apresentado “*não só como ideia norteadora da ação governamental, mas principalmente como sua fonte de legitimidade*”. Para este autor:

Ao longo do Estado Novo, Vargas inúmeras vezes repetiu que o objetivo da intervenção governamental era alcançar o desenvolvimento econômico. O que mais tarde seria vagamente chamado de “ideologia desenvolvimentista” – e que reflete, em várias formas, o compromisso dos diversos governos com o desenvolvimento das forças produtivas e, mais especificamente, com a industrialização do país – teve seu aparecimento durante o Estado Novo. É bem verdade que anteriormente, seja no início da década de 1930 ou ainda na República Velha, Vargas falava na necessidade do desenvolvimento econômico. Entretanto, somente a partir de 1937 este deixou de ser apenas uma ideia, ponto de um programa mais amplo, para tornar-se a pedra de toque de toda a ação governamental, justificando seus atos, as mudanças institucionais, o incentivo a

³⁶² Para Décio Saes, o Estado populista surgido em 1930 “*caracteriza-se como um Estado mediador. A conquista e a manutenção de uma base social urbana de apoio, bem como a execução de uma política industrializante, levam o Estado a regulamentar “precocemente” as relações de classe em gestação, com vistas a trazer um mínimo de estabilidade ao “compromisso” e a consolidar nos planos econômico e político a burguesia industrial nascente. O Estado populista intervém, portanto, nas relações de classe, integra politicamente a classe operária e, ao mesmo tempo, priva-a de uma expressão política autônoma*” (SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*, p. 94).

³⁶³ O governo Vargas já havia adotado uma medida favorável à mecanização da indústria brasileira com o tratado de comércio de 1935 com os Estados Unidos, tratado baseado em vantagens para a exportação de produtos agrícolas em troca da importação de bens de capital para a indústria (máquinas, equipamentos, aparelhos e aços). Sobre esta questão e sobre a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*. Vol. 23, nº 1(89), janeiro-março/2003, p. 141-142.**

determinados setores, a criação de determinados órgãos: com o Estado Novo, o “intervencionismo conservador” positivista paulatinamente passou a ter a cara de um intervencionismo com compromissos com o futuro. Construir uma nação desenvolvida tornou-se o ponto principal da retórica governista, capaz de aglutinar em torno de si a expressiva maioria da nação.³⁶⁴

Segundo o discurso varguista, o desenvolvimento econômico e a modernização do Brasil seriam realizados por meio da ação de um Estado forte e “neutro”, isto é de um Estado que se colocasse acima das classes. A imagem de um Estado nacional “acima das classes” era favorecida pelo contexto de **crise de hegemonia** que se seguiu à derrubada da república oligárquica em 1930, já que a ausência de um grupo econômico suficientemente forte para assumir a posição hegemônica que anteriormente coubera à cafeicultura paulista – a própria burguesia industrial ainda não havia adquirido força econômica e autonomia política suficientes para tal – ajudava a passar a ideia de um vácuo de poder e da constituição de um governo capaz ao mesmo tempo de conciliar todos os interesses sociais e de se colocar acima deles.³⁶⁵ Para nós, entretanto, a crise de hegemonia significou não o surgimento de um Estado neutro acima das classes, e sim de um Estado controlado por uma burocracia militar expoente de um projeto industrializante aliada a uma liderança política de origem oligárquica que por sua formação ideológica castilhistas – ao mesmo tempo progressista e autoritária – e por ter percebido o momento histórico pelo qual o país passava – declínio irreversível da ordem dominada pela elite agromercantil e advento iminente da ordem industrial –, optou por se colocar, tanto em 1930 como e em 1937, à frente do processo revolucionário de transformação socioeconômica do país.

³⁶⁴ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*, p. 256-257.

³⁶⁵ Sobre a crise de hegemonia de classe no Estado Novo, Lourdes Sola observa o seguinte: “*Em todos esses anos tudo se fez sob a hegemonia do Estado que se reivindicava “nacional”. Nessa afirmação ideológica havia um grão de verdade: o poder de Estado, sua consolidação no Brasil não significava a hegemonia política direta de nenhuma classe em particular. É certo também que, sob a égide do novo regime, se processou uma recomposição das classes ao nível do poder, implicando numa colaboração entre elas. Graças à instabilidade política e econômica em que se encontravam os grupos dominantes, antes do golpe, o Estado pode se fortalecer, assumindo, não obstante, o papel de instrumento de realização de interesses já diferenciados: das oligarquias rurais, quer ligadas à exportação, quer ao mercado interno; da burguesia industrial, que se ia constituindo e se desenvolveu sob sua proteção. Quanto a esta última, o governo antecipava soluções econômicas e políticas que objetivamente favoreceriam as condições de acumulação capitalista no Brasil; desses efeitos, entretanto, permaneceram inconscientes seus principais beneficiários, os industriais em seu conjunto. Porque, tanto a consciência de seus interesses, quanto a sua prática política – enquanto classe – eram ainda rudimentares. Suas relações com o Estado se caracterizavam por compromissos e expectativas de vantagens individuais; estavam viciadas, também elas, por um conteúdo paternalista*” (SOLA, Lourdes. **O golpe de 37 e o Estado Novo**, p. 309-310).

Além da crise de hegemonia no seio da elite brasileira, outro fator, apontado por Pedro Cezar Dutra Fonseca, foi fundamental para a viabilização da política do Estado Novo. Se a tese do perigo comunista permitiu a legitimação do golpe de 10 de novembro de 1937, o fator capaz de justificar a permanência do regime foi o **contexto de guerra mundial**, apenas uma ameaça quando do advento do Estado Novo e real a partir de 1939. Apesar do Brasil não estar situado na zona das tensões geopolíticas do momento, o governo explorou o contexto das tensões internacionais e da guerra devastadora que envolvia boa parte do mundo para justificar a permanência de um regime autoritário e comprometido com o desenvolvimento industrial, com base na argumentação de que somente as nações fortemente industrializadas poderiam sobreviver numa época de conflitos militares generalizados e na qual o poderio militar, mais do que nunca, estava associado ao poderio econômico e industrial.³⁶⁶ Esta componente “militarista”, de **regime de guerra**, explica o surgimento de órgãos dedicados à economia de guerra como a Comissão Reguladora do Abastecimento e da Produção (1939), a Comissão de Defesa da Economia Nacional (1939) e a Coordenação da Mobilização Econômica (1942), mesmo que o Brasil só tenha declarado guerra às potências do eixo em agosto de 1942 e entrado efetivamente na guerra ao lado dos Aliados em julho 1944, sob a direção e com equipamento militar fornecido pelo exército norte-americano.³⁶⁷ Este foi o papel da **ideologia de guerra** do regime, ideologia que, como veremos, teria papel importante no discurso de Góes Monteiro. Coincidência ou não, conforme a Segunda Guerra Mundial foi caminhando para o seu desfecho, o regime foi perdendo força até ser derrubado poucos meses após o final do conflito. Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca:

Grande parte do êxito do regime do Estado Novo na economia e na política deve ser atribuído ao contexto de guerra no qual ele se inseriu. A ditadura precedeu à deflagração do conflito mundial, mas desde seu nascedouro apelou à união de todos os brasileiros em torno da figura de Vargas, dada a *iminência* de nova guerra mundial. Esta iniciada, com mais razão e frequência tornou-se um dos pilares da legislação do governo. Tão presa está a ideologia do Estado Novo à época da guerra que é impossível entendê-la fora deste contexto, como não é simples

³⁶⁶ Por exemplo, Vargas afirmava em discurso de 1944: “*Daí tiramos a nossa primeira lição da atual guerra [...] Só os países suficientemente industrializados e aptos a produzir dentro das próprias fronteiras os materiais bélicos de que necessitam podem realmente ser considerados potências militares*” (SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, p. 69).

³⁶⁷ Sobre esses órgãos do Estado Novo voltados para a economia de guerra, ver CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*, p. 83-88.

coincidência que a ditadura de Vargas não pode sobreviver ao armistício.³⁶⁸

Para este autor, a guerra mundial foi decisiva para a política do Estado Novo, tanto no que diz respeito aos seus efeitos econômicos – ao permitir que o Brasil expandisse suas exportações, introduzisse a siderurgia e se protegesse das encarecidas importações – como no que diz respeito à sua legitimação perante a sociedade, ao proporcionar uma situação propícia à difusão do nacionalismo, da centralização e do planejamento econômico:

Diante da conturbada situação internacional, a proposta de o país voltar-se a si próprio, apregoada pelos “ideólogos autoritários”, encontrou condições favoráveis para emergir e ser aceita. Tratando-se “de exceção”, a guerra justificaria, inclusive, a necessidade de governo forte, capaz de unir a nação e impor-se no cenário internacional, combatendo os “inimigos internos” e enfrentando à altura os externos. Mesmo adversários do planejamento passavam a admiti-lo, em caráter excepcional, diante das circunstâncias. O conflito internacional *per si* não desencadearia internamente o processo de industrialização substitutiva, o qual, inclusive cronologicamente, o antecedeu, mas legitimou as ações do governo no sentido de estabelecer o Estado Nacional integrado, fundamentais para assegurar a acumulação e redirecionar a economia.³⁶⁹

Podemos dizer, portanto, resumidamente, que o Estado Novo foi uma **ditadura civil-militar** liderada por um político civil originário de um dos ramos mais progressistas da antiga oligarquia republicana, o grupo castilhista, e apoiada na alta oficialidade do Exército. Esta ditadura era de caráter **industrializante** e **modernizador** e tinha como principal objetivo completar a obra política e econômica da Revolução de 1930, isto é a transformação do Brasil de país agrícola e exportador de produtos primários em país industrial. A **ideologia anticomunista** que justificou o golpe de Estado de novembro de 1937 e a **ideologia de guerra** que justificou a permanência por tempo indeterminado da ditadura serviram para mascarar a natureza do regime, com o objetivo de obter o apoio do conjunto das classes dominantes que em outro contexto repudiariam um regime ditatorial que neutralizou politicamente o grupo econômico mais poderoso ainda naquele momento, a cafeicultura paulista.

³⁶⁸ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*, p. 277-278.

³⁶⁹ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*, p. 283-284.

*

* *

O Estado Novo surgiu com um golpe militar liderado pela alta oficialidade do Exército. A Marinha, coadjuvante nos episódios político-militares da década de 1930, aceitou passivamente a mudança de regime, e, apesar de seu maior conservadorismo e do vínculo de parte de sua oficialidade com o movimento integralista, se submeteu à **política do Exército**.³⁷⁰ É preciso esclarecer, entretanto, qual foi o Exército que esteve na origem da instauração do regime, melhor dizendo que grupo conquistou a posição hegemônica dentro da corporação para liderá-la em seguida no estabelecimento da ditadura.

Como observa José Augusto Drummond, o Exército passava no início da década de 1930 por um processo de desagregação devido ao quadro de cisão militar iniciado com os levantes tenentistas da década anterior, quadro que inviabilizou naquele momento uma ação política em bloco dos militares. O mesmo autor aponta a existência de cinco grupos diferentes dentro do Exército no contexto da Revolução de 1930: o grupo dos **tenentes**; o grupo dos oficiais ligados às oligarquias dissidentes (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba), como Góes Monteiro e Aristarco Pessoa, chamado de **grupo Góes Monteiro** e constituído de militares que eram legalistas durante os levantes tenentistas da década de 1920, mas que aderiram ao movimento revolucionário de 1930; o grupo dos **adesistas**, constituído por oficiais que em 1930 defendiam o governo, mas acabaram aderindo às forças rebeldes durante a revolução; o mais numeroso grupo dos **legalistas**, que combateram até o fim o movimento revolucionário; o pequeno grupo dos altos oficiais **pacificadores**, que não participaram do movimento de 1930, mas que, com o objetivo de conter a onda revolucionária, depuseram o Presidente Washington Luís no momento em que as forças rebeldes se aproximavam da Capital Federal e sua

³⁷⁰ Sobre a trajetória política da Marinha no período 1930-1945, ver SILVEIRA, Cláudio de C. **A Marinha e a Política do Exército**. *Estudos de História*. Faculdade de História, Direito e Serviço social – UNESP, v. 8, nº 1, 2001, p. 241-251. Segundo este autor, a partir do momento em que os integralistas se voltaram contra o Estado Novo e que uma parte da oficialidade naval apoiou as tentativas de golpe integralista com rebeliões na Escola Naval e no Ministério da Marinha, houve uma depuração dentro da corporação.

vitória era iminente.³⁷¹ Esta divisão política do Exército teve consequências na atuação política dos militares nos primeiros anos de governo Vargas, o que tornou necessário uma série de expurgos e de processos de depuração para surgir o Exército suficientemente coeso e unificado que realizou o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937.

Primeiramente foi necessário um expurgo da oficialidade comprometida com o regime deposto em 1930 ou com a oposição liberal-oligárquica à nova ordem revolucionária (frentes únicas paulista e gaúcha, por exemplo). Como observa José Murilo de Carvalho, embora não fosse tarefa fácil já que não havia sequer um oficial-general entre os revolucionários, a reconstituição da cúpula militar em torno do grupo vencedor em 1930 foi facilitada inicialmente com a rápida ascensão hierárquica de Góes Monteiro, comandante militar da revolução. Este último foi promovido três vezes num espaço de dois anos, passando de tenente-coronel (sua patente em outubro de 1930) a general de divisão em outubro de 1932. Com um oficial revolucionário no topo da hierarquia do Exército, o trabalho de depuração da organização militar brasileira pelos novos detentores do poder foi facilitado. O expurgo dos elementos mais conservadores e hostis à ordem pós-30 dentro do Exército pode ser completado devido ao apoio de muitos desses militares à Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, o que permitiu, com a vitória governamental, a substituição de quadros não só na cúpula como também nos escalões intermediários. O mesmo José Murilo de Carvalho nota que a cúpula militar foi praticamente toda renovada até o final de 1933.³⁷² A alta oficialidade contrarrevolucionária ou cuja lealdade à ordem do pós-1930 era no mínimo duvidosa, foi, portanto, erradicada do Exército e não representava mais um perigo real para o regime.

O segundo obstáculo a ser removido para o Exército readquirir a sua há muito tempo perdida coesão era o próprio **tenentismo**, movimento revolucionário de baixa oficialidade, constituído basicamente de tenentes e capitães, e que, apesar de ser um dos principais sustentáculos da nova ordem, representava duas ameaças. A primeira delas consistia numa radicalização do processo revolucionário iniciado em 1930, já que os **tenentes**, como vimos no capítulo anterior, chegavam a contestar a estrutura fundiária

³⁷¹ Ver DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico*, p. 197-199.

³⁷² Sobre a questão da renovação da cúpula militar no pós-30, ver CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política, 1930-1945*, p. 82-87.

brasileira (condenação do latifúndio) e sustentavam um discurso antiburguês, antiplutocrático e antimonopolista que assustava as classes dominantes. A segunda era uma ameaça de cisão hierárquica dentro das Forças Armadas, na medida em que formavam um grupo político autônomo em relação à alta oficialidade, com baixos oficiais que assumiam altos cargos políticos e administrativos dentro do aparelho de Estado e que se colocavam desta forma acima da própria cúpula militar na esfera política. José Augusto Drummond comenta desta forma a contradição hierárquica provocada pela atuação política dos **tenentes** na ordem pós-1930:

Com a anistia e a reincorporação ao Exército, os *tenentes* mais ativos se organizaram tacitamente numa “hierarquia revolucionária” algo difusa, mas *integralmente conflitante com a hierarquia militar propriamente dita*. [...] Esse “bloco tenentista” era integrado em 1930-33 por, talvez, uns 1.000 oficiais, embora nem todos fossem ativistas. A despeito de sua falta de coesão interna, *esse bloco mantinha uma postura profissional e política incompatível com a sua baixa graduação profissional na hierarquia militar*: eram quase todos tenentes e capitães [...] os *tenentes* continuavam a ser oficiais de baixa patente com iniciativa política autônoma [...] A baixa graduação hierárquica dos *tenentes* contrastava com sua cotação relativamente elevada nas esferas da política civil. [...] os *tenentes* passaram a atuar no cenário político mais formal (principalmente a partir dos cargos que conquistaram), escorados em sua qualidade de oficiais do Exército, mas sem colocar a tropa armada (pois que agora novamente comandavam tropa) sob seu comando a serviço do dia-a-dia de militância; estavam agora, afinal de contas, no poder, e podiam dar ordens, assinar leis, avisos, portarias, etc. Embora o *conteúdo* de sua atuação os aproximasse da cúpula legalista agora dedicada à defesa do Governo Provisório de Vargas, a *forma* continuou criando numerosas oportunidades para discordâncias e polêmicas públicas entre militares mais e menos graduados na hierarquia profissional. Reinseridos no Exército, os *tenentes* continuavam querendo que a política do Exército fosse a *sua* política, e não a da cúpula. Para a oficialidade legalista, no entanto, os “generais” e “coronéis” rebeldes eram simples tenentes e capitães, obrigados à obediência aos seus superiores.³⁷³

³⁷³ DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico*, p. 250-251. Neste sentido é interessante este comentário de Góes Monteiro sobre a atuação política do Clube 3 de Outubro e sua influência na vida do Exército, em texto datado de novembro de 1933: “*Quanto ao Clube 3 de Outubro, é evidente que prestou, algumas vezes, serviços decisivos ao Governo Revolucionário, enfrentando as organizações regionalistas. Houve um momento em que, por isso mesmo, exerceu reconhecida influência. Mas as demasias, os exageros, a indisciplina, a demagogia dos elementos maus, que mais a mais se avolumavam na sua organização, acabaram por desmoralizar a sua ação. Tornou-se faccioso, e então, a sua marcha ascensional se deteve. Querendo intervir na vida íntima do Exército, ameaçando os seus fundamentos, que é a disciplina, o Exército o repeliu, porque as questões do Exército só podem ser resolvidas por ele próprio, que é quem tem as responsabilidades*” (GÓES MONTEIRO, Gal. *A revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*. Rio de Janeiro: Adersen, s/d, p. 198-199.

A neutralização do grupo tenentista, pelo menos da sua vertente principal, a **nacionalista**, se deu devido ao seu próprio desgaste após quatro anos no poder – mesmo com a vitória de algumas de suas bandeiras no Governo Provisório e na elaboração constitucional – e a sua permanência no cenário político brasileiro não resistiu à reconstitucionalização do país. Assim, o período “termidoriano” iniciado em 16 de julho de 1934 assistiu à reintegração dos **tenentes** nos quadros hierárquicos das Forças Armadas e à sua anulação enquanto facção política autônoma. Restava à cúpula militar derrotar o **tenentismo de esquerda**, e este, com a intentona mal preparada e mal articulada de novembro de 1935, proporcionou não somente àquela uma grande vitória final sobre os remanescentes do tenentismo, como também a possibilidade de unificar as Forças Armadas em torno do **anticomunismo**: a ameaça comunista surgida de dentro dos próprios meios militares levou o conjunto da oficialidade, inclusive a ligada ao **tenentismo nacionalista**, a deixar suas diferenças de lado e a se unir em torno da cúpula militar para o combate à subversão de esquerda. O culto da **ameaça comunista**, mesmo após a vitória governamental sobre a intentona, continuaria a ser explorado pela alta oficialidade como ideologia aglutinadora para um golpe de Estado e a instauração de um regime ditatorial. Citando novamente José Augusto Drummond:

A repressão política desencadeada em novembro de 1935 abriu o caminho para o regime francamente ditatorial do Estado Novo. [...] O Exército, com os *tenentes* dispersos e recolocados na hierarquia (ou então excluídos), solidifica a unidade corporativa e ideológica perdida desde 1921: ele se fecha e ataca a extrema esquerda militar e civil. O anticomunismo, pela primeira vez, penetrou profundamente no corpo dos oficiais e facilitou a superação de diferenças e tensões hierárquicas, profissionais, políticas e ideológicas. [...] Com a exclusão dos *tenentes* da Aliança Nacional Libertadora da carreira militar, as centenas de oficiais tenentistas dos anos anteriores estavam agora, finalmente, inseridos no aparelho militar dentro das posições, funções e atitudes políticas próprias de *oficiais subalternos*. O processo de reabsorção do contingente tenentista, que começara logo depois de outubro de 1930 e se acelerara a partir de julho de 1932, teve seu fecho exatamente no final de 1935, com a expulsão dos oficiais recalcitrantes e a sua condenação pública por muitos antigos ativistas do *tenentismo*. [...] Os antigos *tenentes* agora ocupavam cargos, disputavam promoções, frequentavam cursos de aperfeiçoamento, recuperando a normalidade de suas carreiras militares. [...] Cessara a atividade política autônoma e grupal que caracterizara de modo marcante o tenentismo. O Exército superara a sua cisão. Os novos generais de 1934-37, *quase todos recrutados dentre a média oficialidade legalista da década de 1920*, tinham

conseguido desarticular o tenentismo e, conseqüentemente, *recuperaram o monopólio da iniciativa política do Exército*.³⁷⁴

O expurgo da oficialidade esquerdista completou, portanto, em torno do combate ao **perigo comunista**, a reconstituição do Exército enquanto bloco politicamente coeso e hierarquicamente disciplinado. Toda ação política independente em relação à cúpula militar seria vista como prejudicial à missão sagrada das Forças Armadas de defender a Pátria diante de seus inimigos, especialmente diante da subversão comunista que estaria agindo com base nas diretrizes de Moscou.

Com o Exército depurado de seus elementos **reacionários** e **esquerdistas** e reorganizado com o enquadramento da maioria de seus elementos **tenentistas**, estavam assentadas as condições para uma ditadura baseada nas Forças Armadas. O projeto ditatorial só poderia ser concretizado, no entanto, se a cúpula do Exército fosse controlada por generais dispostos a executá-lo. Esta última condição veio com a nomeação de Eurico Gaspar Dutra para o Ministério da Guerra em 5 de dezembro de 1936, em substituição a João Gomes, e especialmente com a nomeação de Pedro Aurélio de Góes Monteiro para a chefia do Estado-Maior do Exército em 2 de julho de 1937, em substituição a Pais de Andrade. Dutra e Góes Monteiro, quando alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre na segunda metade da primeira década de 1900, se ligaram politicamente aos jovens políticos da **segunda geração castilhista** (a chamada **geração de 1907**), entre eles o próprio Getúlio Vargas, e chegaram a ingressar no Bloco Acadêmico Castilhista, o que os levou a se identificar, pelo menos no caso de Góes Monteiro, com o sistema político autoritário e centralizado que caracterizava o governo estadual do Rio Grande do Sul.³⁷⁵ Embora não fossem seguidores do positivismo castilhista enquanto doutrina, o fato de Dutra e Góes Monteiro estarem politicamente vinculados desde jovens a Getúlio Vargas e ao castilhismo ajuda a explicar o fato deles

³⁷⁴ DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico*, p. 271-272. Sobre todo o contexto envolvendo a depuração do Exército e a preparação para o golpe do Estado Novo, ver também McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*, capítulos 10, **O Exército e a política ideológica**, e 11, **Os generais e o Estado Novo**. Para maiores detalhes sobre a intentona de novembro de 1935, ver MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. Volume II: **Da Coluna à Comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994, capítulo 7, **A esquerda militar na linha de fogo**.

³⁷⁵ Cf. DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico*, p. 190-191.

se tornarem três décadas mais tarde a base de sustentação militar, enquanto líderes da cúpula do Exército, da ditadura estadonovista.

Durante os levantes tenentistas da década de 1920, Dutra e Góes Monteiro atuaram nas forças governamentais que combatiam os rebeldes, mas no contexto da Revolução de 1930 estavam em campos opostos, já que Góes Monteiro aceitou o comando militar da revolução e Dutra permaneceu fiel ao governo e atuou nas forças legalistas. A postura apolítica deste último naquele momento o fez, no entanto, escapar do expurgo do Exército que se seguiu à vitória revolucionária de 1930, depois da qual aderiu e se adaptou perfeitamente à nova ordem. Assim, podemos dizer que, embora alguns veteranos do tenentismo tenham participado ativamente do regime – Osvaldo Cordeiro de Farias como interventor federal no Rio Grande do Sul (1938-1943), João Alberto na chefia da Comissão de Defesa da Economia Nacional (1939-1941) e da Coordenação da Mobilização Econômica (1942-1944) e Filinto Müller na chefia da Polícia do Distrito Federal desde antes do golpe de 1937 até 1942 e na presidência do Conselho Nacional do Trabalho (1943-1945) –, o Estado Novo foi uma ditadura cuja base militar consistiu numa oficialidade ao mesmo tempo **não tenentista** e comprometida e identificada com a ordem política do pós-1930. José Murilo de Carvalho aponta a diferença entre a intervenção militar de 1930, que se deu sob o domínio ideológico dos **tenentes** e possuía forte caráter revolucionário e social, e a intervenção golpista de 1937, mais autoritária e conservadora, embora também comprometida com a modernização do país:

Se sete anos antes, uma parcela do Exército liderara o movimento de destruição da velha ordem, agora a instituição servia de parteira da nova ordem, diferente da imaginada pelos revolucionários de 1930. A ênfase agora não estava nas reformas sociais, na representação classista, no combate ao latifúndio, mas no desenvolvimento econômico, na indústria de base, na dívida externa, na exportação, nas estradas de ferro, no fortalecimento das Forças Armadas, na segurança interna e na defesa externa.

Desaparecera totalmente a ideia de Exército como vanguarda do povo e firmava-se a do Exército coexistindo com a estrutura do Estado, como elemento dinâmico deste [...].³⁷⁶

Assim, se o Estado Novo foi uma consequência lógica e um aprofundamento do processo político iniciado em 1930, a intervenção militar de novembro de 1937 se apresentou de forma mais autoritária e conservadora que a de outubro de 1930: se nesta

³⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política, 1930-1945**, p. 99.

última, devido à luta contra a moribunda república oligárquica, abriu-se espaço ao discurso jacobino e radical dos **tenentes**, naquela predominou a ação da alta oficialidade do Exército contra o regime liberal-democrático de julho de 1934, ação que se apoiou na luta contra o comunismo como justificativa ideológica e na qual desapareceu, como veremos depois, todo o reformismo social que transformara os **tenentes** em ameaça para as classes dominantes.

Como observa novamente José Murilo de Carvalho, Dutra e Góes Monteiro se complementavam na direção desta política do Exército, na medida em que o segundo, liderança intelectual dentro da corporação e homem politicamente ambicioso, era a **cabeça pensante**, o ideólogo, enquanto Dutra, desprovido de ambição política e pretensões intelectuais, “homem da caserna” e disciplinador, era o **executor** da política. Este aspecto complementar seria usado por Vargas, que para estabelecer a base militar necessária para a sua ditadura, necessitava explorar ao mesmo tempo a liderança intelectual de Góes Monteiro dentro do Exército e a disciplina e a lealdade de Dutra.³⁷⁷ Estamos mencionando este aspecto para explicar porque, ao analisar mais detalhadamente o projeto de país da cúpula militar do Estado Novo ainda na primeira parte deste capítulo, optaremos por nos concentrar na figura de Góes Monteiro e deixaremos as posições políticas e ideológicas de Dutra em segundo plano, apenas para complementar as posições do primeiro. O projeto político e econômico do grupo militar que dividiu o poder com Getúlio no Estado Novo tem, portanto, Góes Monteiro como mentor intelectual. Dutra assumiu, dentro deste contexto, a função mais burocrática, embora vital, de garantir a coesão e a força do Exército, base de sustentação do regime.

Para Getúlio Vargas, esta nova aliança militar era mais desejável do que a aliança com os **tenentes** do início da década de 1930, na medida em que agora podia se apoiar em Forças Armadas unificadas sob a liderança de uma alta oficialidade cujo projeto político era mais próximo ao seu. Como liderança política originária dos quadros oligárquicos da República Velha, Vargas certamente via com desconfiança o reformismo social acentuado dos **tenentes** e preferia uma política de modernização do país que evitasse ao máximo qualquer rompimento brusco com a ordem social vigente.

³⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro**. In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 108-109.

Para Lourdes Sola, o perfil e a função da cúpula militar do Estado Novo poderiam ser definidos desta forma:

[...] certos grupos militares, gerais como Dutra, Góes Monteiro, Daltro Filho, constituíram o único núcleo organizado e ativo, responsável pela articulação do golpe; representariam também, o mais eficaz suporte do Estado Novo. A palavra de ordem de Góes, “um Estado forte com Exército forte”, não era resultado apenas, das simpatias, de resto confessadas, pelos movimentos totalitários europeus. Ela exprimia a firme determinação de resolver a instabilidade política e econômica dos anos 30 e que se manifestara de maneira especialmente aguda no interior das próprias Forças Armadas. O movimento tenentista, agora pulverizado e sem qualquer identidade, a intensa participação de militares, sobretudo da jovem oficialidade em atividades radicais, seu apoio a programas esquerdizantes, eram evidências perturbadoras da “indisciplina” que ameaçara desintegrar “a coesão do Exército e anular o papel decisivo” que este “tradicionalmente desempenhara”, nas crises nacionais.

A ideologia daquela ala golpista das Forças Armadas implicava, entretanto, em motivações muito mais específicas e que não se esgotavam nas tarefas de ordem e de conservação. Elas se orientavam por certas exigências na instauração do **novos**, e que afetam o papel desse grupo de uma ambiguidade fundamental, o que torna difícil sua caracterização. De um lado, estavam comprometidos com a violenta repressão contra civis, com a neutralização dos grupos militares opositores [...]. Esta é uma de suas faces; a outra se manifesta no interior de um contexto mais amplo. O problema da unidade e da segurança nacional era tema universalmente valorizado, num mundo dividido por “nacionalismos” e em preparativos de guerra. No Brasil, nação economicamente dependente, em que predominava a produção de matérias-primas, o problema da defesa nacional era associado pelas cúpulas militares (e por Vargas) à instalação de indústrias de base, à exploração autônoma das fontes de energia e à proteção das riquezas do subsolo, condições também de “reaparelhamento militar eficiente”. Eram medidas que apontavam para a **transformação de nossa infraestrutura**.

Desses dois aspectos conjugados resulta uma configuração típica: exigências **progressistas ao nível econômico, prática política** impregnada de elementos **ultrarreacionários**.³⁷⁸

Este aspecto ao mesmo tempo **autoritário e progressista** da ideologia da cúpula militar do Estado Novo é o que veremos agora com a análise do pensamento político de Góes Monteiro.

³⁷⁸ SOLA, Lourdes. **O golpe de 37 e o Estado Novo**, p. 296-297. As palavras que estão em negrito no trecho transcrito já aparecem desta forma no texto original. O general Daltro Filho ao qual a autora se refere foi, na qualidade de Comandante da 3ª Região Militar sediada em Porto Alegre, um dos articuladores da derrubada do governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que era opositor do projeto ditatorial de Getúlio Vargas. Esta derrubada se deu em 17 de outubro de 1937. Daltro Filho, conseqüentemente, foi nomeado interventor federal neste Estado, mas faleceu pouco tempo depois, em janeiro de 1938.

*

* *

Nascido em 1889 e originário de um ramo decadente da oligarquia alagoana, Góes Monteiro fez a sua carreira militar no Rio Grande do Sul. Após ter ingressado no Exército em 1904 na Capital Federal, foi obrigado, em função do fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha – devido à participação dos alunos desta instituição na tentativa de golpe militar contra o governo presidencial de Rodrigues Alves ocorrida durante a Revolta da Vacina –, a fazer os seus estudos militares na Escola de Guerra de Porto Alegre. Formou-se em 1910, como oficial de cavalaria. Como dissemos atrás, neste período ele frequentou o grupo da segunda geração castilhista, o que o levou a se filiar ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em 1906 e a colaborar com artigos sobre assuntos militares no jornal **O Debate** dirigido pelo jovem Getúlio Vargas e vinculado ao Bloco Acadêmico Castilhista. Góes Monteiro assim comenta seu período de aproximação com o grupo castilhista:

Confesso que admirei, realmente, na minha mocidade, a conduta política castilhista, influenciada então pela formação defeituosa da mentalidade dos cadetes da Escola Militar. O espetáculo de ordem, trabalho e honradez do governo sul-rio-grandense era único em meio das tropelias e escândalos reinantes em outros estados da federação.

A preocupação, que transparecia nos atos dessa política, de esteá-la numa filosofia e num sistema geral de ideias, colocava-a muito acima da sombria atmosfera das competições primárias, costumeiras em nosso meio. Era bem um modelo de tirania esclarecida, no tipo de Francia, glorificado pela pena de Carlyle, como digno de figurar no calendário dos grandes homens, invocado no igrejário de Augusto Comte.³⁷⁹

No entanto, ele deixa claro a sua aversão ao ultrafederalismo e ao pacifismo do positivismo castilhista, segundo ele antagônicos ao unitarismo e à visão realista das relações internacionais que deveriam guiar o pensamento militar. A aversão a estes princípios positivistas – o princípio comtiano das **pequenas pátrias**, que era usado

³⁷⁹ Este trecho faz parte de uma carta de Góes Monteiro ao advogado Sobral Pinto datada de 7 de abril de 1945 e inserida como apêndice a um ensaio de Oliveiros S. Ferreira (FERREIRA, Oliveiros S. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964, p. 111-121). O trecho em questão se encontra na página 112.

como justificativa ideológica para o regionalismo castilhista, e a crença no advento de um futuro pacífico marcado pelo progresso industrial e o conagraçamento entre os povos – o teria levado a se desiludir do regime político de Borges de Medeiros:

Cedo verifiquei, porém, o caráter miniatural do *estatismo positivista*, propenso a construir republiquetas de governança patriarcal, impróprio a conformar, nos seus liliputianos quadros, o problema de dimensões continentais como é, de fato, o conjunto brasileiro.

Esse caráter fracionário, localista, federativo no puro sentido, que está na base da política comtiana, repugnou ao meu modo de ser militar. Quem diz militar diz brasileiro. O soldado não é gaúcho, nem alagoano, nem amazonense. É brasileiro.

Ao caráter de nivelador democrático, que Brunetièrre tão bem frisou como sendo o clima das armas, há que juntar a sua inspiração unificadora.

O Exército funde, no seu cadinho, homens de várias procedências *sociais e locais*. É uma armadura nacional, com 4.300 Km. de largura e outro tanto de comprimento.³⁸⁰

Senti [...] nas matrizes do “positivismo castilhista”, um fruído de humanitarismo água de flor, uma excessiva confiança na dulcificação dos processos da política internacional – uma política internacional, enfim, incondizente com o espetáculo darwiniano do “struggle for life” mundial.³⁸¹

Por ser um texto datado de abril de 1945, momento em que o Exército já estava se distanciando de Vargas e o próprio Góes Monteiro já estava preparando a deposição do regime, este discurso hostil ao positivismo castilhista deve ser nuançado: a vontade de se desvincular de Vargas poderia ter levado Góes a procurar diminuir a sua ligação passada com o grupo castilhista. De qualquer forma, é fato indiscutível que Góes Monteiro não era adepto do positivismo castilhista enquanto doutrina. Sua vinculação com o grupo castilhista era **política**, e ela se devia tanto aos seus contatos pessoais com a segunda geração castilhista como à sua admiração pelos princípios autoritários que norteavam a administração estadual gaúcha. O seu vínculo com o grupo castilhista seria inclusive decisivo para a sua escolha como comandante militar do movimento revolucionário que depôs Washington Luís, já que a revolução foi em parte liderada pelas oligarquias dissidentes (entre elas a gaúcha) derrotadas nas eleições presidenciais de 1930.

³⁸⁰ FERREIRA, Oliveiros S. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*, p. 112-113.

³⁸¹ FERREIRA, Oliveiros S. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*, p. 114.

Aluno apreciado nos cursos de aperfeiçoamento ministrados pela Missão Militar Francesa na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro atuou no campo da legalidade durante os levantes e rebeliões da década de 1920: assessorou militarmente o governo estadual de Borges de Medeiros em sua luta contra a oposição federalista na guerra civil de 1923 no Rio Grande do Sul, e tomou parte, como oficial das forças governamentais, no combate à rebelião tenentista nos episódios do levante de julho de 1924 em São Paulo e da epopeia da Coluna Prestes. Oficial qualificado e em ascensão profissional nos últimos anos da República Velha, Góes criticava veementemente a precariedade da organização militar brasileira e militava por sua modernização e reorganização. As dificuldades constatadas na própria luta contra a Coluna Prestes já o haviam alertado, inclusive, para o despreparo profissional do Exército, que teve de contar na ocasião com o apoio de forças policiais e irregulares. Por ocasião da conspiração revolucionária de 1930, Góes comandava o 3º Regimento de Cavalaria Independente em São Luís das Missões, no Rio Grande do Sul. A recusa de Luís Carlos Prestes, que rompia com seus companheiros **tenentes** em nome de sua dissidência de esquerda, em liderar a revolução, e o vínculo de Góes Monteiro com importantes nomes das elites dirigentes gaúchas (em especial Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha), levaram à escolha do nome deste oficial para o comando militar das heterogêneas forças que derrubaram a república oligárquica. Assim, Góes comandou as forças revolucionárias que conquistaram o Estado do Rio Grande do Sul – com a vitória sobre uma parte das unidades militares e com a adesão sem luta das outras – e avançaram em direção ao Rio de Janeiro, atravessando os Estados de Santa Catarina e Paraná. Após receberem a notícia da derrubada de Washington Luís por uma junta militar na Capital Federal, estas forças passaram por São Paulo e chegaram ao seu destino com a posse de Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930.³⁸²

Como vimos, após a vitória da revolução, Góes Monteiro esteve envolvido numa política de depuração do Exército de seus elementos mais conservadores e hostis à ordem pós-1930, da mesma forma que esperava uma boa oportunidade para enquadrar os **tenentes**. Neste sentido, chegou a ser o primeiro presidente do Clube 3 de Outubro, com a esperança de que a existência de uma entidade que reunisse a jovem oficialidade

³⁸² Sobre a trajetória política e profissional de Góes Monteiro durante a República Velha, ver McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*, p. 356-360 e 404-405 e o verbete biográfico **Góis Monteiro**, de autoria de Plínio de Abreu Ramos, no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** disponível em versão digital no portal do FGV/CPDOC (ver link <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>).

revolucionária ajudaria a afastar as agitações tenentistas dos quartéis; no entanto, logo seria substituído no cargo por Pedro Ernesto Batista.³⁸³ Durante o episódio da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo comandou, dentro das forças federais, o Destacamento do Exército do Leste. Esta unidade, dividida em dois setores que penetraram no território paulista respectivamente por Minas Gerais e pelo Vale do Paraíba, avançou desalojando as forças inimigas até Campinas e obrigou os revoltosos a negociar sua rendição, que ocorreu em 2 de outubro. Nomeado Ministro da Guerra pelo Governo Provisório em 18 de janeiro de 1934, Góes Monteiro elaborou um plano de reforma militar modernizadora, cujo ponto principal consistiu numa transformação do Estado-Maior do Exército no mais alto órgão da defesa nacional, dotado de acentuada autonomia em relação ao governo.³⁸⁴ Para Jehovah Motta, esta posição proeminente dada ao Estado-Maior refletia o pensamento de organizar o Exército nos moldes europeus, e especialmente nos moldes alemão e francês, e ia contra a tradição brasileira de atribuir maiores poderes ao Ministro da Guerra, ao qual eram em geral concedidos ingerência e poder decisório em todos os assuntos da corporação.³⁸⁵ Góes Monteiro assim definia a essência do Estado-Maior quando de sua posse como chefe deste órgão em julho de 1937:

O E. M. E. é a oficina espiritual do Exército. [...] Órgão central e propulsor de toda a engrenagem complexa do Exército, nele se elaboram todos os elementos subjetivos e objetivos da decisão para a direção suprema da guerra e das operações de campanha; isto é, a preparação lenta, metódica, cuidadosa e completa, a execução tão rápida e poderosa quanto possível. [...] No Estado-Maior do Exército reside a célula mater – o coração, o cérebro do Exército. Ele gera, orienta e mantém a vida orgânica e de relação. O corpo de oficiais de Estado Maior é então uma partícula de escol na formação geral dos quadros do Exército.³⁸⁶

Em 1938, no entanto, com Dutra na pasta da Guerra, uma nova reforma reverteria a situação e retiraria do Estado-Maior a sua posição preeminente. Com esta

³⁸³ Ver CARVALHO, Maria Célia Freire de. *O Clube 3 de Outubro*, p. 16.

³⁸⁴ Segundo Jehovah Motta, “a organização de 1934 postulou o seguinte: 1) O Estado-Maior do Exército é o mais alto órgão técnico da defesa nacional nos seus aspectos terrestres e aéreos; 2) O seu chefe exerce o comando do Exército no que concerne à preparação técnica da guerra nos referidos aspectos; 3) As Inspetorias de Grupos de Regiões são imediatamente dependentes do chefe do Estado-Maior do Exército; 4) Cabe ao Governo, por intermédio do Ministro da Guerra a solução das questões de caráter político ou administrativo” (MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 227).

³⁸⁵ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 227.

³⁸⁶ Arquivo Nacional, **Fundo Góes Monteiro**, microfilme 050-97, notação SA 607. Discurso do titular quando da posse no cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), em substituição ao general Pais de Andrade [data: 07/1937], p. 4-5.

reforma o Ministério da Guerra voltava a comandar o Exército e o Estado-Maior se limitava à função subordinada de elemento de previsão e de preparação das decisões do Ministro da Guerra, em nome de quem deveria agir mesmo no que dissesse respeito às questões de ordem técnica.³⁸⁷ Na questão específica da organização do Exército surgia, portanto, uma tensão entre Dutra e Góes Monteiro na medida em que este último defendia uma maior autonomia da corporação em relação poder político, enquanto aquele procurava reafirmar o poder do Ministério da Guerra, órgão do Poder Executivo, sobre o Exército. Neste sentido, Dutra seria o homem de Vargas no Exército, já que fortalecia a posição do Presidente da República sobre a corporação por intermédio de seu ministro. Esta divergência quanto à organização do Exército não exclui, entretanto, o fato de que Dutra e Góes Monteiro eram aliados políticos e parceiros na constituição do Exército como sustentáculo do Estado Novo. Jehovah Motta, grande retratista das lideranças militares, traça desta forma o perfil de Góes Monteiro à frente do Ministério da Guerra em 1934-1935:

O novo ministro era tido como grande capacidade intelectual e técnica, e sobretudo, era homem trêfego, alvoroçado por ambições políticas. Imaginou, então, notabilizar-se, na gestão de sua pasta realizando administração renovadora, com toques de modernidade e de ineditismos. O exemplo do Marechal Hermes porventura lhe povoava os sonhos. E, para tais propósitos, cercou-se de um brilhante grupo de oficiais, filhos diletos da Missão Francesa, e ávidos por uma reestruturação geral do Exército. Do irrequietismo ministerial e das concepções desse grupo nasceria, em 1934 e 1935, um conjunto de leis que, de fato, colocariam sob outros moldes a nossa estrutura militar.³⁸⁸

Góes Monteiro pediria demissão do Ministério da Guerra em 7 de maio de 1935 sob a alegação de que as intrigas políticas o impediam de levar a cabo o seu projeto de modernização e reequipamento do Exército.³⁸⁹ Embora sem funções militares específicas durante o episódio da intentona de novembro de 1935, participaria ativamente da repressão ao movimento no Rio de Janeiro ao tomar parte no ataque vitorioso das forças governamentais contra as forças rebeldes do 3º Regimento de

³⁸⁷ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 228.

³⁸⁸ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*, p. 227.

³⁸⁹ Esta colocação está presente em discurso de 9 de maio de 1935, que se encontra microfilmado no Arquivo Nacional, **Fundo Góes Monteiro**, notação SA 602, microfilme 050-97. Segundo Plínio de Abreu Ramos, autor do citado verbete sobre Góes Monteiro no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, este personagem era por temperamento incapaz de situar-se à margem das crises políticas, que naquele período conturbado adquiriam proporções fora do normal.

Infantaria. A partir da vitória do governo contra a intentona, passaria a trabalhar numa solução golpista e ditatorial para o país, o que foi viabilizado com a sua nomeação para a chefia do Estado-Maior do Exército em julho de 1937.

Analisaremos agora os principais tópicos do pensamento político de Góes Monteiro no intuito de esclarecer a ideologia da cúpula militar do Estado Novo e a sua influência na política industrializante deste regime. A análise se baseará em diferentes fontes primárias. A primeira é o livro **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército**³⁹⁰, principal publicação política de Góes Monteiro, datada provavelmente de 1934 e que consiste num conjunto de textos de origem diversa (artigos para jornais, discursos e trechos de uma entrevista) reunidos com a anuência do próprio Góes Monteiro pelo escritor Assis Cintra. A segunda é a documentação da série de produção intelectual do **Fundo Góes Monteiro do Arquivo Nacional**. E a terceira é o relatório ministerial de Góes Monteiro, datado de maio de 1935, quando à frente da pasta da Guerra.³⁹¹ Finalmente, completaremos esta análise com base no trabalho acadêmico de Marcelo José Ferraz Suano orientado por Oliveiros S. Ferreira, trabalho cujo tema é o pensamento político de Góes Monteiro e que se baseia em vasta documentação.³⁹²

Um dos pilares do pensamento político de Góes Monteiro, e talvez o mais importante na medida em que ajuda em entender os seus outros aspectos, é a **ideologia de guerra**. Defensor de uma concepção “darwinista” das relações internacionais, Góes não acreditava na possibilidade da paz mundial devido à agressividade inerente ao homem. Para ele, a guerra era inevitável e o imperialismo era uma característica natural das nações ascendentes e em processo de desenvolvimento:

³⁹⁰ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*. Rio de Janeiro: Adersen, s/d.

³⁹¹ Ministerio da Guerra. *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro Ministro de Estado da Guerra em maio de 1935*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exercito, 1935. Documento disponível em versão digital no portal do Center for Research Libraries, ver link <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/guerra>.

³⁹² SUANO, Marcelo José Ferraz. *O pensamento político e militar do general Góes Monteiro*. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP para obtenção do título de Mestre, orientador: Prof. Dr. Oliveiros S. Ferreira, São Paulo, 1997.

A história ensina que nenhum povo pode se fortalecer senão dentro da ideia do nacionalismo. Vencida essa primeira etapa e quando ele chega ao apogeu, torna-se imperialista. No primeiro caso, ele vence as dificuldades internas que lhe surgem e, em plena prosperidade econômica, tem necessidade de expandir-se.³⁹³

As nações fracas e despreparadas para a guerra estariam, portanto, condenadas a ser dominadas ou a desaparecer:

A guerra, segundo afirmam, não é outra coisa do que a continuação da política, por meios violentos. Contemporaneamente, as nações fortes procuram resolver suas pendências internas – dificuldades econômicas e questões político-sociais – à custa das nações mais fracas e mais desprevenidas, do mesmo modo que, em outras idades mais recuadas, a causa original fixa sempre foi disfarçada com pretextos e competições civilizadores diversos, e até religiosos e raciais.³⁹⁴

Esta situação era particularmente verídica no contexto conturbado da década de 1930, contexto durante o qual o autor escreve e que daria origem à mais devastadora das guerras:

A era da paz universal ainda é um mito para a humanidade e as nações continuam a preparar-se febrilmente para a próxima guerra, deixando aos cuidados da diplomacia hipócrita a mais astuta maneira de intrigar, enganar e surpreender umas às outras. O estado de conflito armado, que era latente, agora é ativo e se agrava e se torna permanente, pois o intervalo entre uma guerra e outra é semeado de lutas e revoltas intestinas em grande número de países, entre as diferentes camadas sociais, pondo em risco a estabilidade e a existência dos Estados que não souberam, não puderam ou não quiseram organizar-se fortemente.³⁹⁵

O Brasil, por ser uma nação fraca, atrasada em seu processo de desenvolvimento, estava logicamente condenado a ser uma vítima do apetite imperialista das grandes potências:

A guerra de amanhã – fatal e inexorável, fulminante no seu poder e nas suas consequências destrutivas – nos apanhará, obrigatoriamente, no mais completo estado de inadvertência e de falta de preparação.

Quem examinar com critério, sem as lentes da imaginação, a situação eventual do Brasil em face de um conflito continental, ou na emergência de um conflito mundial, verá, sem exagero, que nossas condições físicas e morais, nossas condições industriais e técnicas, estão muito aquém das circunstâncias que seremos obrigados a

³⁹³ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 188.

³⁹⁴ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 127-128.

³⁹⁵ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 129.

enfrentar. [...] Amanhã, o continente poderá ser abalado na propagação de uma luta que se distenda e envolva o nosso território.

Como impedir a invasão, como impedir os ataques aéreos? Como impedir que os nossos rebanhos passem a mãos férreas, que o nosso solo seja talado, que as nossas cidades sejam ocupadas? Como permitir que a nossa lei e a nossa vontade imperem?

É fácil verificar que caso da repentina deflagração de uma Guerra, o Brasil será um dos países em que a impotência se fará sentir com um maximum impressionante, em que a imprevidência e a improvisação correrão carreira sinistra e nervosa em busca do salvamento que os desidiosos imploram, quando o jugo da fatalidade lhes pesa sobre a cruz.³⁹⁶

Era preciso, portanto, preparar o país para torná-lo capaz de sobreviver no contexto de luta selvagem que se anunciava. A própria situação geográfica do Brasil, país de proporções continentais, subpovoado, desprotegido e dotado de inúmeras riquezas naturais, faria dele objeto da cobiça das nações imperialistas.³⁹⁷

Esta concepção das relações internacionais levava naturalmente a uma preocupação com a precariedade da defesa nacional e com a **modernização da organização militar brasileira**. Esta questão era uma preocupação de Góes Monteiro nos últimos anos da República Velha, especialmente a partir do episódio da Coluna Prestes quando o Exército se mostrou bastante deficiente no combate ao inimigo interno. Agora ela adquiria maior amplitude, já que Góes inseria a insuficiência militar brasileira no contexto das tensões internacionais da década de 1930. Esta insuficiência militar, tradicional na história brasileira, se tornaria fatal agora com a ameaça de uma nova guerra mundial:

No decurso da nossa História, estudada depois da emancipação política da Metrópole, pode-se observar que o Exército brasileiro sempre esteve abaixo do seu papel, por inúmeros defeitos, nunca extirpados do seu organismo.

Dessa maneira, toda vez que se tratou do seu emprego, como instrumento resolutivo das questões internas e externas, a força armada não se encontrava nas condições que seriam para desejar,

³⁹⁶ Arquivo Nacional, **Fundo Góes Monteiro**, microfilme 050-97, notação SA 601. Discurso do titular, Ministro da Guerra, saudando Getúlio Vargas, Presidente da República, por ocasião da instalação do Conselho [Superior] de Segurança Nacional [data: 08/1934], p. 3-4.

³⁹⁷ Quando de sua posse como Chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro dizia que “*um país de geografia complexa, com porções sensíveis aos ataques aéreos, terrestres e navais, apresentando uma desproporção de forças flagrante, é um campo magnético que atrai a cobiça dos mais fortes*” (Arquivo Nacional, **Fundo Góes Monteiro**, microfilme 050-97, notação SA 607, p. 4).

porque o grau de sua organização e eficiência era inferior. Foi assim no passado e é assim no presente.³⁹⁸

A ineficiência dos nossos meios de força, não só provinham, como ainda provém, da falta de recursos materiais, resultante da nossa indústria militar, incipiente, no passado, anulada em seguida e quase nula, na atualidade, como sobretudo dos fatores de ordem moral: a formação dos chefes, a noção da disciplina, a seleção dos valores, os sistemas de recrutamento e de promoções, a instrução profissional. A própria estrutura geral do Exército e da Marinha e a nossa política militar nunca se harmonizaram com os nossos interesses e com as nossas necessidades.³⁹⁹

Ninguém se iluda. No Brasil já se perdeu a noção do flagelo da guerra, desde que longinamente, há 74 anos, as frações do nosso Exército e as nossas unidades navais deixaram de bater-se nos campos de combate e nas águas platinas. A guerra, hoje, rebenta de surpresa, é brutal e fulminante e só podem resistir aos seus efeitos as Nações que se acham fortemente organizadas para suportá-la, na transição brusca e radical da vida do tempo de paz para o nervosismo sem limite do estado de guerra.

Acostumamo-nos a crer e a empregar as improvisações nos nossos choques internos. Mas seremos castigados cruelmente se continuarmos a pensar e agir dessa forma. Só uma organização nacional que preveja a hipótese trágica da guerra, permitirá guardar a nossa soberania e integridade, conservar a nossa unidade, estreitar a União Nacional, e talvez mesmo evitar a própria guerra.

Os fortes não são atacados, só os fracos estão à mercê dos golpes imprevistos, pois não faltam pretextos, se é patente a vulnerabilidade.⁴⁰⁰

Vimos acima que Góes Monteiro se refere a um pretense declínio da indústria militar brasileira ao longo dos tempos. Questionamos, para não dizer que contestamos francamente, esta consideração. Primeiramente, nada indica que a indústria militar brasileira tenha regredido do Império para a República Velha. Ao contrário, como vimos no início do capítulo anterior, houve progressos, mesmo que limitados, na modernização da organização militar brasileira nas primeiras décadas do período republicano; o equipamento militar era importado tanto no período imperial como no período republicano, e apenas peças sobressalentes eram fabricadas aqui. Em segundo

³⁹⁸ GÓES MONTEIRO, Gal. A *Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 103.

³⁹⁹ GÓES MONTEIRO, Gal. A *Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 104-105.

⁴⁰⁰ Arquivo Nacional, **Fundo Góes Monteiro**, microfilme 050-97, notação SA 601, p. 5.

lugar, acreditamos que a impressão de declínio da indústria militar brasileira se deve mais à aceleração do desenvolvimento da indústria militar nas grandes potências e ao conseqüente aumento do desnível em relação aos países pré-industriais do que a uma decadência do Brasil nesta área: conforme a evolução bélica foi caminhando para a guerra industrial – consolidada com o conflito mundial de 1914-1918 –, o atraso militar brasileiro foi se tornando mais visível, mesmo que a organização militar nacional fosse relativamente mais moderna e desenvolvida do que antes.

A política de modernização da organização militar brasileira não deveria, entretanto, se limitar a uma reforma e a um reequipamento das Forças Armadas, mas deveria abranger também outras áreas, todas interligadas. Esta interligação está presente no trecho que transcrevemos abaixo, no qual são expostos os fatores determinantes para a vitória militar, fatores dos quais o Brasil naturalmente carecia:

Da observação e estudo dos fatos da vida dos povos, das comparações entre eles, na atualidade e no passado, remoto e mais próximo, examinando-se qual o que correu mais depressa no caminho do progresso humano, qual o que se fortaleceu e qual o que se enfraqueceu e tende a permanecer em perigo constante sob o ponto de vista estrito do poder e pendores militares de cada um deles, em todas as épocas, sente-se que os fatores decisivos da vitória, sempre foram, na ordem da sua importância crescente: material, tropa e chefe.

Dispensamo-nos de analisar, detalhando, nossa situação sob este tríplice aspecto: material antiquado, insuficiente, impróprio para as nossas necessidades, no ar, em terra e no mar, falta de indústrias que o preparem e o forneçam nas condições desejadas, quer quanto à qualidade, quer quanto à quantidade; tropa insuficiente no número e no valor combativo, até mesmo na sua distribuição habitual, desvirtuada, muitas vezes, de sua verdadeira missão, mal organizada, mal enquadrada, mal comandada, desaparelhada, embora, como matéria prima, pudesse ser nivelada às de primeira ordem; chefe inepto, incapaz de cooperação, caráter mal formado, viciado desde o início da escala hierárquica.⁴⁰¹

O problema do atraso industrial brasileiro aparece aqui novamente associado à insuficiência do equipamento militar. Por mais que para efeitos imediatos o recurso à importação de armamento estrangeiro pudesse ser utilizado, era necessário a longo prazo criar uma base industrial nacional para o equipamento das forças armadas brasileiras. Em discurso de agosto de 1934 encontramos outra formulação que vai neste

⁴⁰¹ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 106-107.

sentido, só que mais sistematizada, que estabelece os elementos dos quais o Exército precisaria para poder cumprir a sua função de defesa nacional:

No tocante ao Exército é imprescindível que tenhamos, em prazo fixo:

- a) o aparelhamento material e equipamento do Exército, visando principalmente a guerra aeroquímica;
- b) a industrialização tão desenvolvida quanto possível, encarando os aspectos da futura guerra; o desdobramento das comunicações; a educação sistemática e política do povo e das classes armadas, moral e física;
- c) a formação da mentalidade militar, substancialmente técnica, escoimada dos venenos e das infiltrações nocivas ao ideal da Pátria engrandecida;
- d) a formação dos Chefes e da tropa, capazes de enquadrar totalitariamente a Nação em caso de Guerra;
- e) enfim, o domínio no ar, em terra e no Atlântico Sul; a consciência da nossa superioridade material e moral; a necessidade da defesa do Estado íntegro e forte, na forma da disciplinação, do trabalho, da produção e das instituições;
- f) o ataque implacável aos inimigos internos e externos da Unidade nacional.⁴⁰²

Ao se referir à **guerra aeroquímica**, o autor deste discurso está claramente sob o impacto da Iª Guerra Mundial, na qual as armas químicas foram introduzidas pela primeira vez em larga escala. Encontramos aqui a interligação dos elementos necessários à constituição de uma organização militar à altura de seu papel: equipamento tecnicamente avançado, desenvolvimento das indústrias e das comunicações, educação política, cívica e física da população, formação dos quadros e das lideranças militares, Estado forte, combate aos inimigos da unidade nacional. Em diversos documentos Góes Monteiro se queixa da inexistência de indústrias que forneçam o armamento necessário para as Forças Armadas, assim como da falta de infraestrutura em geral do país que estaria prejudicando a implementação de um projeto de renovação da organização militar nacional. Encontramos, por exemplo, em **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército** um item intitulado **Não possuímos indústria de guerra**, no qual o autor afirma que “quanto a material, não possuímos, como se sabe, indústria de guerra, senão rudimentar”.⁴⁰³ Em seu relatório

⁴⁰² Arquivo Nacional, **Fundo Góes Monteiro**, microfilme 050-97, notação SA 601, p. 2-3.

⁴⁰³ “Quanto a material, não possuímos, como se sabe, indústria de guerra, senão rudimentar. E as necessidades da defesa nacional, num país como o Brasil, exigem material avultado e dispendioso. O Exército, a despeito dos sacrifícios orçamentários que a Nação tem feito, está precisando de renovar o

ministerial de maio de 1935, Góes alertava para a importância das estradas de ferro e de rodagem na organização militar brasileira, não somente pela vastidão territorial do país mas também porque o complexo mecanismo constituído pelos exércitos modernos exigia movimentação rápida e meios eficazes de comunicação.⁴⁰⁴ A ênfase na educação se deve ao seu poder na arregimentação ideológica do povo para a luta, ao lhe ensinar valores cívicos e patrióticos. Trata-se da defesa de uma **educação nacionalista**:

O poder militar, cuja importância cresce na razão direta do desenvolvimento econômico e social, repousa, como a força política do Estado, na educação nacional, tomada em seu sentido mais lato. [...] Somente os Estados apoiados na vontade firme e unânime do povo, vontade que emana de sua educação física e moral, podem executar grandes obras.

Como elemento primordial da defesa e segurança do Estado, o Exército aplaudirá e estimulará, na esfera de suas atribuições, a ação dos dirigentes que vise o advento imediato de um ideal político e nacional bem definido, não só por dever de brasilidade, como, também, por não ignorar as vantagens que lhe advirão da incorporação de recrutas já iniciados em uma escola de patriotismo, que lhes incuta, desde a infância, quadra fecunda, o sentimento de responsabilidade como construtores de nossos grandiosos destinos.

Pugnando pela educação nacional, como melhor meio de pugnar pela sua própria grandeza, o Exército não expande sentimento egoísta suscetível de escandalizar a nação, mas, pelo contrário, colabora, conscientemente, tanto sob o prisma militar como social, para o maior lustre da cultura dos cidadãos de um Estado poderoso.⁴⁰⁵

Nesta missão de arregimentação patriótica, caberia também um lugar para a imprensa, que Góes Monteiro chama de **6ª arma** e que, após banir das colunas de seus jornais as “*teorias perniciosas aos interesses nacionais*”, deveria formar “*um ambiente de opiniões sadias, proveitosas e patrióticas*” e, como órgão de publicidade, “*despertar a energia e o espírito de sacrifício, que o Estado tem o direito de exigir de todos os*

material bélico e acrescê-lo, porque o de que dispomos é verdadeiramente ridículo. Todas as armas e serviços precisam recompletar o material das suas unidades, sem o que elas estarão desprovidas dos meios de ação que lhe são peculiares. Igualmente, em todas as regiões do país, onde há e deve haver estacionamento de corpos de tropa, é preciso além de outras coisas, fazer casernas, fornecer recursos em fardamento e equipamento e outros relativos à vida normal deles, dada a exiguidade que habitualmente perturba o serviço e a instrução da tropa que precisa de conforto para viver. Os oficiais evitam as guarnições longínquas justamente porque essa falta de recursos é notória e premente” (GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 175-176).

⁴⁰⁴ Ver Ministerio da Guerra. *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro Ministro de Estado da Guerra em maio de 1935*, p. 16-18.

⁴⁰⁵ Ministerio da Guerra. *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro Ministro de Estado da Guerra em maio de 1935*, p. 36-37.

brasileiros válidos”.⁴⁰⁶ Assim, temos aqui a indústria, os transportes, as vias de comunicação, a escola e a imprensa a serviço da **defesa nacional**.

A montagem de toda esta estrutura militar só poderia ser feita com a instauração de um **Estado forte e centralizado**. Influenciado pelo pensamento político de Alberto Torres⁴⁰⁷, Góes Monteiro era um crítico da ordem oligárquica da República Velha, responsável segundo ele pela desunião nacional e pelo conseqüente enfraquecimento do país. Um de seus principais alvos é o sistema federativo, o que fica claro nesta passagem na qual ele expõe as razões do fracasso das tentativas de organização das forças nacionais:

As causas, umas são remotas, outras atuais. Entre as primeiras, há as históricas e também as provenientes da nossa fatalidade geográfica: vastidão territorial, escassez de comunicações, despovoamento e ignorância popular, pobreza e falta de educação. E há ainda a pesarem a nossa formação político-administrativa e as condições da nossa economia. O conceito do federalismo no nosso meio, sobrepôs os interesses regionais aos interesses nacionais, que, praticamente, foram colocados no último plano. [...] Em resumo: foi a prática defeituosa de um regime inadequado que impediu a formação de uma ideologia nacional, que se manteve apenas por efeito das forças reflexas do passado, e não permitiu a organização da opinião pública, correspondente ao todo, isto é, à União, mas sim às partes constitutivas. O Brasil tornou-se, como já disse, um corpo sem alma e por isso “caiu como cai um corpo morto”.⁴⁰⁸

Em discurso datado de 1933 e proferido numa sessão da Assembleia Nacional Constituinte, Góes aprofundava esta questão do federalismo, cuja introdução no Brasil se devia segundo ele a um desejo de imitar a organização política dos Estados Unidos sem que se observassem as peculiaridades da história norte-americana e a própria realidade brasileira:

[...] não se aponta na história de todos os povos, de todas as nações, uma aberração como a que se registrou em nossa vida política, organizando-se o regime federativo. Todas as formações sociais partiram da confederação para a federação e daí para a unidade nacional. Os municípios unidos formaram um Estado, vários Estados muitas vezes formaram uma só nação. Mas, somente no Brasil é que

⁴⁰⁶ Ver Ministerio da Guerra. *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro Ministro de Estado da Guerra em maio de 1935*, p. 42-44.

⁴⁰⁷ Sobre a influência do pensamento nacionalista, centralizador e antioligárquico de Alberto Torres na argumentação de Góes Monteiro, ver SUANO, Marcelo José Ferraz. *O pensamento político e militar do general Góes Monteiro*, p. 26-32.

⁴⁰⁸ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 196-197.

se verificou o fenômeno de se dividir uma nação, uma pátria, para a constituição de organismos autônomos e soberanos. A história só conhece e admite a formação de federações ou confederações como consequência de dois fenômenos: a defesa ou a agressão.⁴⁰⁹

O Brasil vem criar uma nova modalidade da formação federativa; a da imitação. E tudo decorreu da ideia funestíssima de copiar os Estados Unidos nas suas leis políticas. [...] Essa introdução do regime político americano, em nosso país, operou-se [...] com abstração completa das condições naturais, históricas e políticas dos dois povos. Nem cópia fiel nem adaptação feliz. Ele foi introduzido, entre nós, mutilado nas suas peças principais, naquelas exatamente que visavam corrigir os seus mais graves defeitos. A sua introdução foi feita com completo esquecimento das condições naturais, históricas e políticas dos dois povos.⁴¹⁰

[...] o nosso exagero federalista é apenas o resultado de pontos de vista doutrinários, perfilhados pelo nosso incorrigível espírito de imitação e importados, como semente inadaptável aos centros de sua originária proliferação. [...] O Federalismo descontrolado, coetâneo da República, nasceu, entre nós, da pregação dos nossos estadistas liberais, que a utilizaram como um instrumento de ação demolidora do que chamavam, então, o despotismo ou a tirania da família reinante. E assim ele foi mais uma arma adotada para assegurar as liberdades individuais e coletivas do que a resultante necessária da evolução objetiva das estratificações e forças operantes no seio da nacionalidade. A transplantação não encontrou, por isso mesmo, meio propício, e teve que fenecer, gerando as complicações que malbarataram nossos destinos políticos, em todo o decurso da vida institucional da primeira República. O exagerado autonomismo das unidades fortes e a escravidão dos fracos, por exemplo, são seus frutos espúrios. A lição da experiência deve levar-nos a instituir um regime federativo que sendo uma união de Estados seja, antes de tudo, uma “união nacional” e nunca uma aliança perpétua de Estados soberanos. Alberto Torres no seu grande livro *A ORGANIZAÇÃO NACIONAL* já dizia: “Nós não temos federação, e não teríamos regime unitário, se mudássemos apenas de ordem jurídica: temos desmembramento, com rótulo de federação política”.⁴¹¹

Embora consideremos incorreta esta análise das origens da instauração do federalismo no Brasil, já que para nós a introdução deste sistema não consistiu num mero projeto de imitação da organização política norte-americana – o federalismo correspondia aos interesses de poderosos grupos econômicos nacionais, especialmente a cafeicultura paulista –, ela foi a argumentação básica usada pelos nacionalistas

⁴⁰⁹ Arquivo Nacional, **Fundo Góes Monteiro**, microfilme 050-97, notação SA 594. Discurso do titular, inspetor das Regiões Militares do Norte, na Assembléia Nacional Constituinte de 1934 [data: 1933], p. 2.

⁴¹⁰ Arquivo Nacional, **Fundo Góes Monteiro**, microfilme 050-97, notação SA 594, p. 2-3.

⁴¹¹ Arquivo Nacional, **Fundo Góes Monteiro**, microfilme 050-97, notação SA 594, p. 3-5.

defensores de um regime mais centralizado naquele período. Góes Monteiro não defendia abertamente a extinção do federalismo, mas sim a introdução de um regime mais centralizado. Em diversos momentos Góes se mostra nostálgico da organização política centralizada do Império, e apresenta este regime como um exemplo de política bem sucedida nas áreas econômica, militar e de política externa, um regime durante o qual o Brasil teria gozado de grande prestígio perante o mundo. Embora em seu relatório ministerial de maio de 1935 ele apresente como justa a rebelião militar que derrubou a monarquia em 1889 por ter este regime desprezado as necessidades materiais das Forças Armadas⁴¹², em geral Góes Monteiro apresentava uma imagem favorável e idealizada do Império, com o objetivo de contrapor este regime à execrada organização política da república oligárquica.⁴¹³ Esta visão do período imperial não corresponde à realidade, por ter este regime se baseado numa economia agrária e escravista, incompatível com qualquer projeto de potência militar e industrial e incompatível, conseqüentemente, com o próprio projeto de país de Góes Monteiro.

Outro grande alvo das críticas de Góes Monteiro era a **liberal-democracia**, e junto com ela os partidos políticos – vistos como agrupamentos sem finalidade nacional que representavam interesses particularistas – e o sistema representativo pelo sufrágio universal e direto. Esta vertente de seu pensamento aparece no trecho abaixo, no qual o autor disserta sobre como deveria ser praticado o nacionalismo:

Mudando o regime implantado pela Constituição de 91, de modo a, por etapas sucessivas, ir progressivamente aumentando o poder do Estado e transformando as suas instituições para que elas possam exercer efetivamente a função social que lhes for destinada no aparelhamento da organização no mesmo Estado. Do ponto de vista político, a pluralidade de partidos, de organizações partidárias, consentida pela democracia liberal, está se tornando absurda pelo caráter particularista que é expressão desses agrupamentos sem finalidade nacional e, por conseguinte, organizados para atender quase exclusivamente a interesses de grupos, de facções e de indivíduos e nunca aos interesses da coletividade. Os partidos com os programas, organização, estrutura e finalidade que tinham e ainda têm, tendem a desaparecer, porque, na prática, só representam e promovem a discórdia, a desunião, a exploração e a injustiça. Eles não agem para o bem comum, quando no poder, mas sim para o bem dos seus adeptos. Representam a divisão, a luta estéril, que leva à anarquia e à

⁴¹² Ver Ministerio da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro Ministro de Estado da Guerra em maio de 1935*, p. 5-6.

⁴¹³ Sobre esta questão, ver SUANO, Marcelo José Ferraz. *O pensamento político e militar do general Góes Monteiro*, p. 57-61.

desorganização. O Estado, tendo o funcionamento dos seus órgãos sujeitos às oscilações partidárias, se enfraquece, transige, recua e não pode levar a efeito a sua obra em benefício da nacionalidade. É admissível, como transição, o partido único, nacional, movimentado sempre no sentido de engrandecer a Nação e não para a satisfação dos interesses individuais. O sistema representativo, pelo sufrágio universal e direto, pela maneira como é aplicado no Brasil, será sempre uma irrisão e uma causa de degradação de costumes políticos. A Justiça, sob todas as formas, social, econômica, etc., não pode ficar sujeita a variações comprometedoras de sua imparcialidade. Sobre a sua aplicação e moralidade é que se poderá fundar o equilíbrio social permanente. Como ela estava organizada e funcionava, era um escárnio atirado à massa explorada e empobrecida, em satisfação dos apetites dos potentados.⁴¹⁴

Além das oligarquias regionais e dos partidos políticos, outro obstáculo para a consolidação da unidade nacional era a **luta de classes**, vista como “*o expediente mais seguro e hábil para enfraquecer uma Nação, ativá-la à mercê dos golpes do imperialismo tanto político e moral, como econômico e material*”.⁴¹⁵ Esta posição, logicamente, deve ser associada às **convicções anticomunistas** de Góes Monteiro.

A condenação da liberal-democracia, do pacifismo e da luta de classes numa época de apogeu do fascismo na Europa poderia fazer crer que o pensamento de Góes Monteiro seria de inspiração **fascista**. Entretanto, da mesma forma que o Estado Novo, apesar de suas características nacionalistas e autoritárias, não pode ser considerado um regime fascista, o pensamento político de Góes Monteiro também não pode ser classificado como uma vertente brasileira do fascismo. Em primeiro lugar, Góes nunca se apresentou como um seguidor do fascismo. Admirava Hitler, Mussolini e Salazar da mesma forma que admirava Stalin, Roosevelt e Mustafá Kemal:

Mussolini, Hitler, Stalin, Mustafa Kemal Pachá, Roosevelt e Salazar... Todos eles para mim, são grandes homens, porque querem realizar uma ideia nacional em acordo com as aspirações das coletividades a que pertencem. E o que lamento é que somente daqui a muitos séculos se possa ampliar essa ideia à humanidade inteira, quando a civilização houver alcançado o mais alto grau de

⁴¹⁴ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 180-182. Na página 132 desta mesma obra, o autor se refere ao “*bizantino e inviolável espírito de liberalismo – fonte de todos os males sociais e pátrios – forjado para que a todos se permita a liberdade de se encarniçarem na prática do mal contra o bem, aumentando o babelismo e as complicações do problema da organização nacional*”.

⁴¹⁵ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 129.

adiantamento, de solidariedade, confiança e fraternidade entre os povos.⁴¹⁶

Sua admiração era claramente voltada para líderes de regimes nacionalistas fortes, tanto de direita como de esquerda, e praticantes do dirigismo econômico. Mesmo no caso de Roosevelt, que destoa aqui dos outros nomes citados por não ser este o líder de um regime ditatorial, esta admiração estava claramente associada à política econômica dirigista posta em prática por este estadista com o New Deal. Góes Monteiro, aliás, enfatizava que a solução política para os problemas brasileiros não deveria ser importada, e sim **brasileira**, o que o fazia recusar qualquer associação de seu projeto político com algum regime estrangeiro:

O problema não é fascista, nem nazista, nem bolchevista, nem o de nenhum povo continental ou extracontinental. O problema é nitidamente brasileiro, nacional, sujeito naturalmente a outras influências, injunções e compressões que as fatalidades da civilização burguesa e os seus paradoxos têm trazido para todo o mundo. Temos mesmo que imitá-lo nesse ponto: - regular nossa economia, evitar as lutas de classe, satisfazer as necessidades de todos pelo trabalho de todos e nos aparelharmos contra qualquer submissão ao imperialismo material, moral ou mesmo espiritual de qualquer outro povo. É uma espécie de nacionalismo econômico, sem agressividade contra as outras nações, mas prevenidos contra as possíveis agressividades delas. É tornar-nos fortes em vez de fracos, que sempre fomos.⁴¹⁷

Em segundo lugar, temos a questão da organização do regime. Góes Monteiro concebia um regime baseado no poder político das Forças Armadas – e especialmente no poder do Exército – e embora se referisse de vez em quando à necessidade de se criar um partido único para orientar patrioticamente as massas, não estava em seus planos uma ditadura totalitária controlada por uma organização civil de massa, cujo poder seria capaz de subordinar politicamente os próprios militares, como ocorreu de forma mais perfeita no regime nacional-socialista na Alemanha. Preferimos, desta forma, caracterizar o pensamento político de Góes Monteiro como um **nacionalismo autoritário e militarista**, que, apesar de algumas semelhanças com o fascismo, não se encaixa exatamente no perfil deste fenômeno político.

Esta reflexão nos remete a outra questão: *qual seria o papel das Forças Armadas no regime político concebido por Góes Monteiro?* Desde o advento da nova

⁴¹⁶ GÓES MONTEIRO, Gal. A *Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 187.

⁴¹⁷ GÓES MONTEIRO, Gal. A *Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 185-186.

ordem surgida com a vitória da Revolução de 1930 Góes procurou erradicar as agitações políticas das fileiras do Exército e, com isso, reafirmar o controle da oficialidade pela cúpula militar. Esta posição, que à primeira vista poderia parecer uma defesa de Forças Armadas legalistas e apolíticas, era inspirada na verdade no projeto de transformá-las no esteio da nova ordem. Para que as Forças Armadas em seu conjunto se tornassem o sustentáculo do regime, era preciso garantir a sua coesão sob a liderança e o controle da alta oficialidade e era necessário, portanto, neutralizar todas as manifestações políticas independentes em relação à cúpula militar no seio da oficialidade, bem assim como entre a tropa. Era preciso, portanto, substituir **a política no Exército** pela **política do Exército**:

[...] sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* Exército, e não a política *no* Exército. E este deve repelir, a coice d'armas, todo elemento que, sob quaisquer disfarces, queira induzi-lo a tomar outra direção, do que, como tem acontecido, só poderia resultar a sua divisão, fraqueza e impotência. A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo.⁴¹⁸

A missão política do Exército fica clara nestas passagens que seguem:

O Exército é um órgão essencialmente político; e a ele interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos da atividade, da produção e da existência coletiva, inclusive a instrução e a educação do povo, o regime político-social – tudo, enfim afeta a política militar de um país.⁴¹⁹

Modernamente, a organização do Exército repousa em bases políticas e estas só são resistentes quando permitem o equilíbrio social, a

⁴¹⁸ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 163. Na página 134 da mesma obra encontramos esta observação sobre os efeitos perniciosos das agitações políticas quando estas penetram nas fileiras do Exército: “Certamente, todo o mal consiste em tornar-se o militar político-partidário, faccioso ou tribal, filiado a correntes antagônicas interesseiras, a cujo contato e serviço ele se inutiliza evidentemente, para o Exército, ou se transmuda em fator de indisciplina e dissociação deste”.

⁴¹⁹ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 133.

disciplina social pelo trabalho e organização da economia, a justiça inflexível e a liberdade compatível com a segurança nacional. O Exército não pode baixar ao nível de facções políticas interesseiras, e, disso decorre a necessidade de permanecer dentro de um mesmo espírito diretor – expressão vivente de todo o idealismo nacional, a cujo influxo devem organizar-se e orientar-se todos os grupos e classes sociais.⁴²⁰

Encontramos aí, portanto, uma defesa ao mesmo tempo da erradicação das agitações políticas no seio do Exército e do aumento do papel político deste último enquanto instituição: este papel consistia em ser o esteio de uma ordem política compatível com as necessidades militares do país. Para tal, esta ordem deveria assegurar as condições necessárias (desenvolvimento da indústria, da agricultura, das comunicações, da instrução etc.) à viabilização de uma verdadeira política militar. Este papel reservado ao Exército e às Forças Armadas em geral se devia ao fato deles serem as **únicas instituições verdadeiramente nacionais** num país dominado por forças particularistas:

Não havendo a opinião pública do país se organizado em forças nacionais, restam as forças particularistas, que não poderão mais dispor e concentrar em suas mãos os interesses da nacionalidade. Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais e únicas forças com esse caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade. O Exército e a Marinha são, por conseguinte, os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando para esse fim serem evidentemente tão fortes quanto possível, de modo que nenhum outro elemento antagônico à sua finalidade possa ameaçar os fundamentos da Pátria. Nestas condições, as forças militares nacionais têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas [...] Não pode existir Exército disciplinado dentro de uma Nação indisciplinada. Organização quer dizer disciplina, divisão de trabalho, etc.⁴²¹

Assim, as Forças Armadas deveriam se tornar o sustentáculo político da nova ordem nacionalista, mesmo que não a controlassem necessariamente de forma direta. Embora fosse acusado de possuir aspirações presidenciais e inclusive de ter planejado a deposição de Vargas para se tornar ele próprio ditador, Góes Monteiro visivelmente concebia a nova ordem nacionalista com Forças Armadas transformadas num “quarto

⁴²⁰ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 138.

⁴²¹ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 156-157.

poder”, com a função de garantir e monitorar o governo. Em outras palavras, defendia um Estado militarizado que não fosse necessariamente uma ditadura militar. Isto explica a sua reforma militar, quando a frente do Ministério da Guerra em 1934-1935, com o objetivo de transformar o Estado-Maior do Exército no órgão militar central do país e garantir desta forma maior autonomia para o Exército e as Forças Armadas em relação ao governo. Para Góes Monteiro as Forças Armadas, sob o comando da alta oficialidade do Exército, deveriam ser **um Estado dentro do Estado**, uma força paralela ao governo, e somente desta forma poderiam sustentar a nova ordem nacionalista.

Para finalizar o comentário dos principais tópicos do pensamento político de Góes Monteiro, exporemos dois trechos nos quais estão presentes as suas ideias voltadas para a defesa de um Estado forte e para a defesa do dirigismo econômico. Este último seria necessário diante da inépcia e da falta de consciência nacional por parte da burguesia brasileira:

Em relação ao Brasil, estamos ficando em presença de um caso de salvação pública. E “a necessidade é a primeira lei; a salvação pública, a primeira justiça”. É desnecessário mostrar o caminho que estão seguindo as grandes potências e mesmo as outras potências do mundo. Para regular a vida da sociedade, vão criando novos órgãos e instituições do Estado, de modo a dar a este o poder suficiente para debelar a crise interna. O exemplo dos Estados Unidos, que procuramos imitar com a Constituição de 91, está exigindo a nossa reflexão. Isto, sem falar no que já fizeram a Itália, os países iberos, a Alemanha, o Japão e a Turquia, onde o genial Mustafá Kemal teve que enfrentar talvez a situação mais angustiosa. E sem citar a própria Rússia que, humanizando-se cada vez mais, vai entrando para a fase definitiva de estabilidade e progresso nacional. Mas não é difícil de perceber que a base das transformações e reformas introduzidas nesses países é o nacionalismo econômico, dirigido pelo Estado cada vez mais fortalecido [...] A burguesia brasileira, porém, não quer compreender o estado de necessidade que se criou para o mundo inteiro e não quer abdicar de certos privilégios em benefício da nacionalidade. E persiste no desejo de reproduzir os erros com a adoção do mesmo regime político, das mesmas normas e costumes que temos de abolir, por bem ou por mal.⁴²²

O Estado deve ter poder para intervir e regular toda a vida coletiva e disciplinar a Nação, criando os órgãos e aparelhos próprios para organizar a nossa economia, obrigar todos ao trabalho e satisfazer o mínimo das necessidades morais e materiais de todo o cidadão brasileiro que sirva, realmente, à sua pátria. O Estado deve organizar

⁴²² GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 158-159.

os elementos de sua defesa interna e externa de uma maneira sólida e eficaz contra as surpresas e as investidas que perturbem a sua ação e procurem lançar a desordem no país. Nesse particular, o regime passado mostrou à evidência o quanto ele foi inócuo para realizar essa segurança. Outro ponto radical é a educação do povo, sob o tríplice aspecto: do desenvolvimento físico, moral e intelectual. Tudo isso, com as exigências da vida coletiva contemporânea, nos demonstra que o Estado deve ter autoridade e meios adequados para resolver. E, sem a organização da produção – base material – e a formação de uma mentalidade forte, confiante, em harmonia com a nossa continuidade histórica, que aceite e aperfeiçoe o que é bom e saiba rejeitar o que é mau – base moral – não se poderá vencer facilmente a crise que estamos atravessando. Só esse espírito nacional, que tem mantido a nossa unidade de raça, de religião, de língua e sobretudo política, e com as características que lhe são peculiares, poderá dirigir a evolução da nacionalidade, dentro do imperativo que se tem criado no transcurso da evolução da vida humana.⁴²³

Podemos dizer, em síntese, que Góes Monteiro defendia a instauração de um Estado forte e centralizado, sustentado e monitorado por Forças Armadas bem equipadas, modernizadas e unificadas em torno da cúpula militar. A função deste Estado seria a de realizar uma **política de guerra** na qual estava compreendido o desenvolvimento de todas as atividades fundamentais para a segurança nacional: indústria, agricultura, vias de comunicação, educação etc. Para que o Brasil pudesse garantir a sua autonomia e a sua independência num contexto de guerra mundial, era necessário não somente equipar as suas forças militares, mas também modernizar a infraestrutura geral do país, sem a qual qualquer política militar seria inviável. É preciso notar que Góes Monteiro defende uma política militar **defensiva** e que está ausente de seu discurso qualquer projeto expansionista. A própria precariedade militar do país impedia, naquele momento histórico, qualquer projeto desse tipo.

Encontramos muitas dessas ideias nos discursos de Dutra quando à frente do Ministério da Guerra no Estado Novo. Por exemplo, em conferência realizada no Palácio Tiradentes, na Capital Federal, em 10 de dezembro de 1940, aparece a **ideologia de guerra** tão presente em Góes Monteiro:

Nosso dever comum diante dessa crise tremenda está no revigoração da união nacional e na concentração dos esforços em

⁴²³ GÓES MONTEIRO, Gal. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*, p. 183-184.

prol da obtenção de um ideal de felicidade coletiva, dentro das nossas fronteiras, e que garanta ao povo o uso equitativo de todos os bens espirituais e materiais, emanados do elevado estado de civilização por nós atingido.

Todo trabalho nesse sentido será todavia aleatório, se não dispusermos, desde logo, de um forte instrumento de guerra, capaz de garantir a nossa soberania e os nossos direitos.

Torna-se desnecessário, à vista de acontecimentos que diariamente impressionam a opinião pública, acentuarmos como a guerra, nos tempos modernos, sobrepondo-se a direitos e tratados, desencadeia suas mais terrificantes forças destruidoras sobre suas vítimas surpresas. Têm os povos, nos dias que correm, expostos à sua melancólica meditação, os quadros mais desoladores da maneira como as nações são abaladas pela guerra dos homens, a guerra do material e a guerra dos nervos.

Nada é poupado às fúrias bélicas, desenvoltas em todos os sentidos pela guerra total. [...] Deve-se ainda reconhecer que se impõe, diante da guerra total em sua destruição, a preparação técnico-profissional dos quadros. De modo preponderante urge organizar-se o equipamento industrial e todo o complexo dos engenhos modernos, a que tão intimamente ligados estão o problema do combustível, principalmente carvão e petróleo, e a magna questão das comunicações e dos transportes.⁴²⁴

Encontramos aqui a mesma preocupação de Góes Monteiro com a segurança militar do Brasil num contexto mundial de grande tensão geopolítica, e a mesma associação entre poderio militar e desenvolvimento econômico e infraestrutural. Em outro trecho encontramos as seguintes considerações:

Estamos convencidos de que, hoje, nesta hora de provação que atravessamos, ninguém no Brasil tem mais dúvidas sobre a necessidade de possuímos um grande Exército – disciplinado e poderoso – capaz, não de atacar ou agredir os povos livres, porque, mesmo imbuído de espírito ofensivo, não alimentamos veleidades de guerras de conquistas; mas, de um Exército superiormente aguerrido, consecatório da nossa grandeza e da nossa soberania, defensor deste Brasil eterno, vindo de um passado de glórias, cujo destino luminoso, será um futuro de paz honrosa e varonil, mantida pela força de nossas armas e pela inteireza moral dos nossos compatriotas.

O Serviço Militar obrigatório e pessoal, sem sorteio de espécie alguma, a manufatura de nossas armas, munições e explosivos; todas as facilidades para a organização da nossa mobilização militar e industrial; a instrução e a educação da mocidade, o revigoramento da sã consciência nacionalista; uma serena, porém, enérgica atuação sobre a nacionalização dos núcleos coloniais, aliada à alfabetização de todos os nossos patrícios, física e moralmente fortes e sadios, eis algumas das nossas principais aspirações.

⁴²⁴ DUTRA, General Eurico Gaspar. *O Exército em dez anos de governo do Presidente Vargas*. Rio de Janeiro: D. I. P., 1941, p. 7-8.

Em todos os setores de atividade nacional se faz sentir a necessidade da cooperação de todos os brasileiros. No campo industrial, de influência predominante na guerra moderna, cumpre, conjugando-se esforços das empresas civis e do Governo, incrementar a produção de materiais de aplicação bélica, desenvolver a indústria química e mecânica, impulsionar os institutos profissionais para formação de operários e especialistas e, sobretudo, ativar a exploração de matérias primas minerais, como metais, pirites, nitratos, combustíveis, etc. Torna-se ocioso insistir na importância destes, sobretudo o carvão e o petróleo, que encontraram, felizmente, no Estado Novo, o seu maior amparo e rendimento.⁴²⁵

O termo **empresas civis** é usado aqui para designar as empresas privadas. Estas deveriam atuar em conjunto com o Estado num esforço em prol do desenvolvimento industrial e do fortalecimento militar do Brasil. Quanto à indústria propriamente dita, Dutra menciona alguns ramos específicos como a indústria química, a indústria mecânica e a exploração das riquezas minerais, com destaque para o carvão e o petróleo. Encontramos, aliás, uma breve referência à política do Estado Novo no desenvolvimento da indústria petrolífera, tema que será visto na segunda parte deste capítulo. O ensino profissional é aqui destinado à formação de uma mão de obra industrial qualificada.

As condições necessárias para o Brasil garantir a sua autonomia e a sua prosperidade só poderiam ser estabelecidas com a instauração de um Estado forte e ordeiro, capaz de organizar e coordenar as atividades nacionais em detrimento dos princípios nefastos da liberal-democracia e da economia de mercado. É o que podemos ver em mensagem do mesmo Dutra transcrita em número de 10 de novembro de 1941 da revista **Cultura Política**, edição comemorativa do quarto aniversário do Estado Novo:

O Brasil, tendo apenas atingido agora sua juventude, esteve ameaçado com a contaminação dos males antigos e esporádicos, que invadem de tempos em tempos o mundo, impedindo o crescimento e a prosperidade de muitos povos, senão matando-os definitivamente.

As doutrinas igualitárias, liberais e pessimistas se iam assim inoculando em sua alma, a ponto de se tornarem, repentinamente, verdadeiras ameaças nacionais.

A política até então imperante era a do “laissez faire”, isto é, a de se deixar as leis econômicas seguirem seu curso natural, reduzindo, ao mínimo, a intervenção das autoridades e, por conseguinte, do Estado na vida nacional.

⁴²⁵ DUTRA, General Eurico Gaspar. *O Exército em dez anos de governo do Presidente Vargas*, p. 55-56.

A liberdade absoluta do trabalho e das trocas, a livre concorrência, sem orientação nem método, eis o regime igualitário-liberal que nos desgovernou durante mais de um século! Piorando dia a dia, chegamos a um estado de coisas insuportável e perigoso.

No entanto, colocando-nos em um ponto de vista moral elevado e partindo de um ideal de justiça social definitivo, verificamos quão dignos somos de um regime político mais elevado – nosso – essencialmente brasileiro, caracterizado pelo conjunto dos nossos próprios atavismos e que nos dê a merecida e indispensável organização das nossas forças produtoras e defensivas.

Este regime é o que se sintetizou na lapidar expressão: O ESTADO NOVO, isto é, a sociedade considerada não apenas como unidade política, administrativa e jurídica, mas como entidade restabeecedora da noção de propriedade na sua única base legítima, o trabalho orientado e racional; regime que canalize as trocas dentro de sábios princípios autárquicos; regularize a concorrência; melhore a situação do operariado nacional, dignificando-lhes as condições proletárias; regime que ampare a família, não mais como simples enxerto no organismo geral e sim frutuoso ramo de um tronco comum e, finalmente, admita – sem restrição – a liberdade de pensamento e a liberdade religiosa.⁴²⁶

Boa parte dos princípios que nortearam a política do Estado Novo, como o nacionalismo, a defesa do desenvolvimento industrial, o dirigismo econômico, o bem-estar social e o antiliberalismo, estava presente nos discursos de Dutra naquele momento.

Como podemos caracterizar este projeto político exposto no discurso de Góes Monteiro?

Décio Saes usa os termos **nacionalismo de guerra e ideologia de segurança nacional** para designar a orientação política da alta oficialidade militar no poder durante o Estado Novo. Esta orientação, influenciada pela conturbada conjuntura internacional da época, teria levado à defesa de uma política industrializante e de uma **economia de guerra** fundada na autossuficiência em material militar (matérias-primas, produtos intermediários e equipamentos). A Segunda Guerra Mundial, especialmente, teria induzido os representantes das Forças Armadas a reivindicarem um programa público

⁴²⁶ *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro, ano I, num. 9, 10 de novembro de 1941, p. XI-XII. A revista **Cultura Política** (1941-1945), dirigida por Almir de Andrade, era uma publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), órgão de propaganda e censura do Estado Novo.

de investimentos nos setores industriais de base, e o resultado imediato dessa aspiração teria sido a criação pelo Estado da Companhia Siderúrgica Nacional e a instalação da usina de Volta Redonda.⁴²⁷ Para Oliveiros S. Ferreira, que considera Góes Monteiro o **intelectual do Partido Fardado**, este militar teria concebido uma política para o Exército (a famosa e já mencionada **política do Exército**) que consistiria em fazer com que as decisões governamentais em todos os campos (educação, saúde, indústria etc.) tivessem sempre como objetivo a mobilização para a guerra.⁴²⁸ Edmundo Campos Coelho, por sua vez, também enfatiza o militarismo da ideologia de Góes Monteiro, a preocupação deste personagem em concentrar todas as principais atividades do país numa política de esforço de guerra, o seu desejo em fazer das Forças Armadas um modelo para a sociedade civil, e apresenta a sua ideologia como precursora da Doutrina de Segurança Nacional elaborada, logicamente num outro contexto, pela inteligência da Escola Superior de Guerra no pós-1945.⁴²⁹

Esta **política militarista** que caracterizou o discurso de Góes Monteiro e da cúpula militar do Estado Novo é, entretanto, uma **justificativa ideológica** para a política autoritária e industrializante do regime. Esta interpretação faz sentido se atentarmos para o fato de que, situado fora das zonas de tensão geopolítica daquele momento, o Brasil não corria o risco de ser envolvido na guerra a ponto de ter seu território invadido. Esta **ideologia de guerra** teve a função de justificar perante o conjunto das classes dominantes brasileiras uma política de desenvolvimento acelerado sob a égide de um Estado autoritário, política que de outra forma não teria garantia de apoio no seio de uma elite ainda essencialmente agrária e comprometida com uma economia agroexportadora. Além do mais, no que diz respeito especificamente ao caso de Góes Monteiro, o nacionalismo de guerra era uma forma de justificar as suas próprias posições modernizantes na área econômica sem aparecer como um revolucionário desejoso de subverter a ordem social: como **homem da ordem**, Góes era expoente de um **nacionalismo de direita**, e o seu discurso em defesa do desenvolvimento econômico e industrial não se apoiava na apologia do progresso, e sim no perigo de uma ameaça militar estrangeira, na necessidade de industrializar o país

⁴²⁷ SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*, 1984, p. 97.

⁴²⁸ FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e morte do partido fardado*, p. 94.

⁴²⁹ Ver COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, p. 110-117. Achamos, no entanto, problemático estabelecer uma continuidade entre o pensamento militar de cunho nacionalista dominante no Estado Novo e a ideologia pró-americana, defensora do alinhamento político e econômico com os Estados Unidos, que caracterizou o pensamento da Escola Superior de Guerra.

para dotá-lo dos meios suficientes para a sua defesa. O discurso industrializante de Góes Monteiro, portanto, não era de cunho **progressista**, e se apoiava numa necessidade de reação contra o perigo externo. O seu perfil mais conservador explica o porquê dele ter atuado dentro das forças governamentais durante os levantes tenentistas da década de 1920 – mesmo que estivesse insatisfeito com a ordem política da República Velha – e o porquê dele só ter aderido a um movimento revolucionário com o objetivo de depor a república oligárquica quando a queda desta parecia inevitável e quando o movimento contou com a participação em peso das oligarquias dissidentes.

Se compararmos as posições de Góes Monteiro que expusemos aqui com o projeto do **tenentismo nacionalista**, poderemos apontar pelo menos três grandes diferenças. Primeiramente Góes Monteiro era expoente de um nacionalismo mais assumidamente autoritário, que contrasta com o discurso ambíguo dos **tenentes** que defendia um sistema híbrido que mesclava reivindicações liberais com um elitismo de cunho tecnocrático. Em segundo lugar, há no discurso de Góes Monteiro uma apologia do poder político do Exército (e das Forças Armadas em seu conjunto), enquanto que o **tenentismo nacionalista** cultuava uma tecnocracia representada em conselhos técnicos. E finalmente, em terceiro lugar, enquanto no **tenentismo nacionalista** o projeto de desenvolvimento estava acompanhado de um reformismo social radical que contestava o latifúndio, os monopólios e os privilégios da própria burguesia nacional, no discurso de Góes Monteiro esta componente social desaparece: a crítica ao domínio oligárquico se limita à sua componente política, isto é ao sistema político da República Velha, sem contestação da estrutura fundiária brasileira, e a vaga crítica à burguesia nacional não se traduz na defesa de medidas de alcance social que prejudicassem os seus interesses econômicos imediatos. Os **tenentes** priorizavam uma reforma social que criaria as bases para um futuro desenvolvimento da produção nacional. Góes Monteiro, por sua vez, descartava a reforma social e privilegiava o desenvolvimento acelerado da indústria nacional. A ideologia de Góes Monteiro se encaixava melhor, portanto, no projeto varguista de promover a transformação econômica do Brasil de país agrícola em país industrial sem grandes abalos na ordem social. Esta componente socialmente mais conservadora do pensamento político de Góes Monteiro é percebida desta forma por José Murilo de Carvalho:

O Estado Novo veio coroar e levar às últimas consequências o modelo visualizado por Góes Monteiro. Ao eliminar totalmente a política

partidária na sociedade, permitiu aos chefes da facção hegemônica militar eliminá-la também nas Forças Armadas.

Com o acordo em torno do Estado Novo, Vargas e as Forças Armadas atingiram o ponto máximo de sua influência, derrotando os adversários e eliminando sua capacidade de reação pelo fechamento dos mecanismos de participação. Os militares se consolidaram como atores políticos assumindo, pelo lado político, a garantia da base social das elites tradicionais e, pelo lado econômico, a promoção dos interesses da burguesia industrial emergente. A ênfase posta no controle político, na integração nacional, na industrialização, reforçava a emergência do capitalismo industrial, contrariando apenas os interesses políticos das oligarquias. Era um reordenamento, via Estado e Forças Armadas, do antigo sistema de dominação, feito, no entanto, sem ampliar a participação política, isto é, sem democratização. Era um capítulo da modernização conservadora.⁴³⁰

Esta diferença entre o projeto tenentista e o da cúpula militar do Estado Novo tem como principal razão a posição dos membros desses dois diferentes grupos dentro da hierarquia militar. Embora ambos fizessem parte da classe média enquanto integrantes da burocracia de Estado, a alta oficialidade, por estar no topo da hierarquia e mais próxima das esferas do poder, tendia a assumir postura mais autoritária e conservadora e a procurar afirmar o poder político da Forças Armadas enquanto instituição. Já os **tenentes**, por serem membros da baixa oficialidade e por não se sentirem próximos das classes dominantes, tendiam a se identificar com as aspirações de grupos sociais mais desfavorecidos, como as baixas camadas médias urbanas, e a sua posição subordinada na hierarquia militar faziam-nos apoiar o seu projeto não no poder político da corporação e sim no de uma tecnocracia que representaria as aspirações da jovem oficialidade técnica. A posição dos **tenentes** na hierarquia militar explica, portanto, a conotação pequeno-burguesa e jacobina de seu discurso, assim como a sua hostilidade às classes dominantes, tanto a elite agrária como a própria elite industrial. Trata-se, desta forma, de dois projetos de desenvolvimento com diferente nível de radicalismo na esfera social.

Pudemos perceber, pela leitura do discurso de Góes Monteiro, que no que toca ao projeto de desenvolvimento ele se limita a enunciar princípios como o dirigismo, o desenvolvimento agrícola e industrial, a economia de guerra e a independência econômica, mas não faz uma análise detalhada das atividades econômicas que deveriam ser desenvolvidas e não se refere aos meios pelos quais o governo deveria desenvolvê-las (se pela via estatal, com uma solução mista, se pela ação exclusiva do capital

⁴³⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro**, p. 110.

privado nacional, se com a participação do capital estrangeiro etc.). Isto se explica pelo fato de Góes Monteiro, apesar de oficial reconhecidamente qualificado, não ser um membro do quadro técnico das Forças Armadas capaz de se tornar um especialista em questões econômicas e em questões do desenvolvimento, como foi o caso de Serzedelo Corrêa no final do século XIX e de Juarez Távora no início da década de 1930. Para nós, Góes teria no Estado Novo um pouco a função de Floriano Peixoto durante o período 1891-1894, isto é a de dar diretrizes econômicas mais gerais para que uma oficialidade de formação mais técnica, em geral vinda da engenharia militar, pudesse estudar mais detalhadamente os problemas do desenvolvimento e formular uma política de desenvolvimento. O papel dos principais representantes do quadro técnico-militar do Estado Novo será estudado agora na segunda parte deste capítulo.

II) A questão do desenvolvimento: siderurgia e petróleo.

Além de Décio Saes, José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho, outros autores apresentam os militares como um dos principais grupos de pressão, senão o principal, no sentido de uma política industrializante durante o Estado Novo. Lourdes Sola, ao comentar o atraso da indústria nacional na década de 1930 e a fraqueza política da burguesia industrial brasileira, afirma o seguinte:

Tais insuficiências ao nível econômico eram potenciadas pela fraca intervenção dos industriais no jogo do poder, seu reduzido acesso – como classe – aos principais centros de decisão. Seus interesses e seu papel **políticos** existiam, sem dúvida, mas sob a forma de virtualidades. Por isso, não é da parte desse grupo que virá a pressão mais eficaz no sentido de estimular a industrialização. O que dava força política a esse projeto era o fato de ser defendido com insistência pelas Forças Armadas, e que envolvia praticamente todos os seus escalões: os superiores, porque viam nela condição de reequipamento e porque a associavam ao tema da segurança nacional; os escalões inferiores, liberais ou radicais, por considerá-la condição de desenvolvimento econômico e de autonomia política. Os militares em geral constituíram, portanto, a guarda avançada, a mais eficiente, dos defensores da industrialização; graças à sua participação direta no poder, ou quando isso não ocorria, pelos canais de pressão de que dispunham e do prestígio de que gozavam.⁴³¹

Para Thomas Skidmore, ao comentar também a orientação industrializante do Estado Novo:

⁴³¹ SOLA, Lourdes. **O golpe de 37 e o Estado Novo**, p. 294-295.

O crescimento da responsabilidade estatal no setor econômico não resultou de exigência popular, nem de pressão trazida à tona pelo setor empresarial; foi, antes, a reação da elite política. O único grupo importante que amparou maciçamente a industrialização foi constituído pelos militares superiores, que desejavam urgentemente uma indústria siderúrgica. A medida justificava-se por uma lógica composta de argumentos baseados em considerações de economia, segurança nacional e nacionalismo emocional. [...] A nova política de industrialização, que Vargas endossou explicitamente só depois do início da guerra, não foi vitória de um dinâmico setor urbano; foi uma política imposta do alto, durante uma ditadura. [...] A pressão inicial a favor da industrialização, sob os auspícios do Estado, partiu dos militares, cujo apoio tinha sido a condição *sine qua non* do golpe de Vargas, em 1937. As ideias e a racionalização desta política vieram de conselheiros-empresários, como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. Contudo, foi o hábil político Vargas que se tornou o mais conhecido padrinho da industrialização.⁴³²

Assim, segundo este autor, a política de desenvolvimento realizada pelo Estado Novo, apesar de ter contado com o auxílio técnico de representantes da burguesia industrial, foi resultante de pressões militares. Como podemos constatar, o próprio papel de Getúlio Vargas é bastante diminuído aqui.

John Wirth, por sua vez, realça o papel político do Exército na era Vargas (1930-1954), papel voltado para objetivos nacionalistas, reformistas, centralizadores e industrializantes:

Sendo a instituição nacional mais bem organizada, o Exército imprimiu sua orientação nacionalista, reformista e centralista à era de Vargas. Como corporação, o Exército exigiu melhor treinamento, **status** mais elevado e melhor equipamento para seu corpo de oficiais. Como força militar suprema, conseguiu exercer controle sobre as milícias regionais na década de 1930 e ajustou sua missão à conjuntura da época, quer se tratasse de vigiar a Argentina, enviar uma força expedicionária à Itália ou preparar-se para uma tarefa ligada à guerra fria. Como árbitro político dos regimes de Vargas, o Exército exerceu grande influência sobre a programação do governo a cada giro da roda política. Constituía ele, ademais, a principal força iniciadora dos projetos de desenvolvimento econômico na década de 1930, desempenhando sempre, mais tarde, um papel decisivo no planejamento industrial. [...] Planos sobre a siderurgia e o petróleo elaborados em primeira mão no Estado-Maior do Exército vieram a tornar-se realidades na década de 1930. Dispondo de uma burocracia centralizada e de um núcleo cada vez mais numeroso de administradores e técnicos treinados, o Exército passou também a interessar-se ativamente pelos problemas ligados a transporte, carvão e energia elétrica, bem como a acompanhar a atuação dos órgãos reguladores do governo central. “O Exército é o fulcro das defesas da nação em tempo de guerra”, observou em 1940 um industrial bem

⁴³² SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, p. 70-71.

informado; “mas é também a espinha dorsal de sua reconstrução econômica na difícil fase de transição em que vivemos”. Foi no período do Estado Novo que o Exército emergiu como o principal promotor do nacionalismo econômico e da ideologia desenvolvimentista, abraçada posteriormente pelos tecnocratas na segunda administração de Vargas.⁴³³

Contrário a esta linha de interpretação, Stanley Hilton sustenta a tese de que, mais interessados na importação de equipamento militar para o reaparelhamento imediato das Forças Armadas do que em projetos econômicos de longo prazo como o relativo à questão do aço, os militares não tiveram papel importante enquanto grupo de pressão na política industrializante do Estado Novo. Ao contestar diretamente o trabalho de Wirth, Hilton não vê conexão entre a cúpula militar do regime, representada por Dutra e Góes Monteiro, e o projeto siderúrgico que levou à construção da usina de Volta Redonda. O autor minimiza, inclusive, a participação de militares como Macedo Soares e Mendonça Lima⁴³⁴ nos projetos governamentais voltados para o desenvolvimento da siderurgia, sob a alegação de que eram oficiais sem peso político e que sua atuação nesta área da economia teria se dado sob o controle e a direção dos grupos civis que estavam de fato interessados na questão. O projeto siderúrgico do Estado Novo seria, portanto, obra da ala civil do regime, representada pelo próprio Getúlio Vargas.⁴³⁵ Influenciado por Hilton, Ítalo Tronca defende basicamente as mesmas ideias.⁴³⁶

Embora achemos que a tese dos militares como grupo de pressão decisivo na política industrializante do Estado Novo tende a menosprezar, particularmente nos casos de Thomas Skidmore e John Wirth, o papel de Vargas e a apresentá-lo como um mero instrumento político das Forças Armadas – como vimos por sua própria formação ideológica Vargas estava comprometido com uma política industrializante –,

⁴³³ WIRTH, John D. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*, p. XIX-XX.

⁴³⁴ O general João de Mendonça Lima foi o Ministro da Viação e Obras Públicas do Estado Novo. Apesar do foco de suas atividades ser o problema dos transportes, que era a sua especialidade, Mendonça Lima era um grande entusiasta do desenvolvimento da siderurgia em larga escala no Brasil, acompanhou as negociações em torno da construção da primeira grande usina siderúrgica no país e tomou posições públicas a respeito da questão. Segundo John Wirth, Mendonça Lima liderava, dentro do governo, o grupo partidário da solução estatal para o problema siderúrgico (WIRTH, John D. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*, p. 77). Wirth, no entanto, não desenvolve o assunto. Já quanto a Macedo Soares, ele foi o principal representante das Forças Armadas no projeto siderúrgico do Estado Novo, e o seu pensamento será analisado neste capítulo.

⁴³⁵ Ver HILTON, Stanley E. *Military Influence on Brazilian Economic Policy, 1930-1945: A Different View*. *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 53, nº 1, February, 1973, p. 71-94.

⁴³⁶ Ver TRONCA, Ítalo. *O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: *O Brasil republicano*, 3º volume: *Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1981, p. 337-360.

discordamos da interpretação de Stanley Hilton e de Ítalo Tronca. Primeiramente, Dutra e Góes Monteiro, de fato, não eram especialistas em questões econômicas, e sim oficiais de armas combatentes e especialistas em questões militares.⁴³⁷ Portanto, dificilmente encontraríamos em seus discursos grandes precisões sobre a forma como deveria ser executada a política industrial do regime, e suas reflexões em matéria administrativa eram voltadas logicamente para questões relativas à sua área profissional – sobretudo pelo fato de chefiarem respectivamente o Ministério da Guerra e o Estado-Maior do Exército e serem obrigados, conseqüentemente, por sua própria função política dentro do regime, a concentrar as suas atenções nos problemas de sua corporação. Assim, para nós, o fato de que Dutra e Góes Monteiro se manifestassem essencialmente sobre as necessidades de reequipamento do Exército não deveria levar à conclusão de que não se interessavam por projetos industriais de longo prazo como a siderurgia, ou que colocassem esta questão em posição secundária. Aliás, a defesa da compra de equipamento militar estrangeiro a curto prazo não exclui a defesa de projetos industrializantes de longo prazo, já que o estágio de desenvolvimento brasileiro naquele momento histórico não permitia uma imediata política armamentista baseada na indústria nacional. Esta tese de que a preocupação dos militares era essencialmente com a aquisição de equipamento militar devido ao contexto de tensão geopolítica daquele momento vai inclusive contra a ideia que procuramos defender na primeira parte deste capítulo, de que a ideologia de guerra do Estado Novo era de fato uma justificativa para a política autoritária e industrializante do regime. Dificilmente a cúpula militar poderia se convencer de que apenas com base na compra de armamento importado o Brasil poderia sobreviver num contexto de guerra mundial que envolvia grandes potências militares e industriais. A compra desse armamento tinha mais a função de fortalecer as Forças Armadas internamente, fortalecer o seu poder político como base do regime ditatorial, do que tornar o país capaz de enfrentar potências como a Alemanha e os Estados Unidos. A rigor, poderíamos dizer que a compra deste armamento estrangeiro serviria para enfrentar ameaças vizinhas vindas da própria América do Sul e especialmente do arquirival na região, a Argentina, isto é ameaças militares vindas de países pré-industriais como o próprio Brasil. Entretanto, este tipo de ameaça não justificaria o discurso militarista inflamado que vimos na primeira parte do capítulo, isto

⁴³⁷ Assim como Góes Monteiro, Dutra era originário da arma de cavalaria do Exército. Para um perfil de Dutra, ver McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*, p. 505-507.

é, não justificaria uma **ideologia de guerra** claramente vinculada a um contexto de guerra total entre potências industriais. Se Góes Monteiro, por exemplo, estivesse apenas interessado no equipamento das Forças Armadas, nada o diferenciaria de Hermes da Fonseca, do grupo dos **jovens turcos** ou de outros militares que pregavam a modernização da organização militar brasileira sem atentar para os demais problemas do desenvolvimento brasileiro. Muito provavelmente ele nem teria se interessado em defender um projeto de país e em servir de esteio da ditadura estadonovista.

Hilton e Tronca, além do mais, não se apoiam numa análise de classe suficiente precisa para esclarecer que grupos sociais dentro da sociedade civil a política industrializante do Estado Novo estaria representando. Dificilmente o projeto siderúrgico que desembocou em Volta Redonda poderia ser obra apenas de Getúlio Vargas e seus ministros e assessores civis; ele teria que se basear também no apoio de algum grupo social de peso. A burguesia industrial, apesar de participar dos projetos industrializantes do regime por meio da atuação de representantes seus (Guilherme Guinle, Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi) em diferentes órgãos governamentais, ainda não era um grupo social suficientemente forte e politicamente autônomo para se tornar o sustentáculo de uma política de desenvolvimento acelerado tal qual a concebida pelo Estado Novo. O grupo castilhistas, por sua vez, que poderia ter se constituído numa base de apoio importante para Vargas, dissolvera-se por ocasião da crise política de 1932, e mesmo que em parte tenha se reconciliado com Vargas, não tinha mais condições de se transformar numa força política de dimensões nacionais. Para que a política industrializante do regime pudesse se afirmar diante de uma elite ainda essencialmente agrária como a brasileira, era necessário que ela se apoiasse, portanto, num setor poderoso da burocracia de Estado. A ausência ainda naquele momento de uma burocracia civil especializada nas questões do desenvolvimento – segundo Lourdes Sola ela só teria surgido durante o próprio Estado Novo⁴³⁸ – fez com que Vargas tivesse que apoiar o seu projeto na **burocracia militar**, aqui liderada pela cúpula do Exército.

⁴³⁸ Lourdes Sola assim comenta o surgimento de uma **tecnocracia** resultante da política econômica intervencionista do Estado Novo: “A mutação mais significativa e mais geral consistia em um novo tipo de interferência do Estado, ao nível da economia. Até então, ele organizara e centralizara, intensificando-os, processos econômicos já existentes: na agricultura, estimulando a diversificação da produção e suportando, em um nível mais oneroso do que se fizera na República Velha, os preços do café; na indústria, concedendo facilidades de financiamento, de créditos a juros baixos através do Banco do Brasil. Agora, através da instalação de novas indústrias, estatais, o Estado assumia o papel de principal investidor. Criava também com isso, as bases institucionais de que emergiria uma espécie nova de grupo burocrático – composta de militares e civis, bem mais duradoura do que o próprio regime de

Para nós, portanto, da mesma forma que as Forças Armadas foram o sustentáculo da ditadura estadonovista, elas foram o sustentáculo de sua política industrializante. Não estamos desprezando a participação de importantes integrantes do quadro civil do regime – por exemplo, a atuação de Osvaldo Aranha nas negociações para o financiamento estrangeiro da primeira grande usina siderúrgica brasileira e a atuação de Guilherme Guinle como presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional e como primeiro presidente da Companhia Siderúrgica Nacional – na política industrializante do Estado Novo. Só achamos que o Exército era o único grupo organizado capaz de servir de sustentáculo político para esta política industrializante. Sua influência na política de desenvolvimento do regime se deu de **duas formas**. Uma delas, **indireta**, consistiu no apoio extralegal, coercitivo, pela força, à ditadura e à sua política econômica; este apoio era garantido pela cúpula militar do regime (Dutra e Góes Monteiro). A outra, **direta**, consistiu na participação de militares na própria formulação da política econômica do regime, com, por exemplo, Macedo Soares no projeto siderúrgico e Horta Barbosa no projeto petrolífero. Já estudamos a questão do apoio político da cúpula militar na primeira parte deste capítulo. Agora estudaremos a atuação direta dos militares nos projetos econômicos do Estado Novo com base nos dois setores escolhidos por este regime como vanguarda do desenvolvimento industrial do país: a **siderurgia** e o **petróleo**.

*

* *

A siderurgia já estava presente na economia brasileira desde o início do século XIX sob a forma de pequenas e rudimentares fundições de ferro. Apesar do surgimento posterior de algumas unidades mais importantes, em geral situadas em Minas Gerais, como as usinas Esperança (1888) e Miguel Burnier (1893), e a famosa Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira – resultado da fusão ocorrida em 1921 entre a Companhia Siderúrgica Mineira e a empresa belga Acieries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange

Vargas, e que proliferaria nos anos 50 – uma “burocracia industrial”, amplamente remunerada e prestigiada. Surgia, assim, um novo agente econômico (e político), o “tecnocrata” (SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo, p. 306-307).

(ARBED) –, e apesar também de alguns incentivos governamentais ocorridos durante a República Velha (favores fiscais, empréstimos, redução de tarifas e de direitos de importação, tentativas de atrair o capital estrangeiro etc.), a produção de ferro cresceu de forma vagarosa até 1930. Em sua maior parte, ela era realizada em pequenas oficinas e fundições dedicadas à produção de peças sobressalentes para as ferrovias, para o Exército, para a reparação de máquinas e utensílios de grandes plantações de café e usinas de açúcar, e o consumo de produtos mais complexos baseados no aço continuava a ser satisfeito pelas importações.⁴³⁹ Apesar de notáveis progressos observados durante a década de 1930 – inclusive o aumento da capacidade produtiva da Belgo-Mineira com a construção de sua unidade de Monlevade, Minas Gerais, em 1935-1937 –, a situação de dependência do país na questão do aço ainda não havia sido de fato alterada quando do advento do Estado Novo. Como observa Werner Baer:

A despeito desse desenvolvimento, o Brasil era relativamente ainda um país pequeno produtor de aço ao fim dos anos 30 e [...], em 1940, cerca de 70% do consumo de produtos laminados de aço eram ainda importados. Cerca de 75% dos produtos de seções reduzidas e barras eram produzidos internamente, enquanto todos os trilhos e produtos planos eram importados. Dados os recursos naturais do país, não é de admirar que na última parte dos anos 30 Getúlio Vargas e sua equipe, especialmente os militares, estivessem ansiosos para criar uma usina de aço integrada em uma escala substancialmente maior do que a Belgo-Mineira. Esta última e todos os outros produtores menores não poderiam fazer face ao incremento de consumo de produtos pesados de aço, dos quais dependiam as ferrovias, construção naval e mesmo uma grande parte da indústria de construção civil. Assim, Vargas sentiu que capitais particulares ou estatais, nacionais ou estrangeiros tinham que estabelecer uma indústria siderúrgica de grande escala.⁴⁴⁰

O novo grupo instalado no poder com a Revolução de 1930 estabeleceu como uma de suas principais metas a resolução da questão da siderurgia, setor industrial que graças aos amplos recursos minerais do país era perfeitamente possível de ser implementado no Brasil com base em grandes unidades dedicadas à produção em larga escala. Em agosto 1931 era criada no Ministério da Guerra, então chefiado pelo general Leite de Castro, a **Comissão Nacional de Siderurgia** com o objetivo de estudar o

⁴³⁹ Segundo Werner Baer, em 1930 o Brasil importava 90% dos produtos laminados de aço consumidos no país. Em 1940, devido ao aumento da produção nacional ao longo da década de 1930, esta porcentagem cairia para 70%. Sobre a evolução da produção siderúrgica no Brasil no século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, ver BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*, p. 71-90. Ver também GOMES, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983, capítulos III a VII.

⁴⁴⁰ BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*, p. 89.

problema siderúrgico e mais precisamente “*estudar o aproveitamento dos minérios de ferro nacionais, seja com o objetivo de promover sua exportação, seja como fim da implantação da indústria siderúrgica em larga escala no país*”. Esta comissão era presidida por Eusébio Paulo de Oliveira – que também dirigia o Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura –, e era composta por Luís Betim Paes Leme, Ernesto da Fonseca Costa, Raul Ribeiro da Silva, pelos militares Sílvio Raulino de Oliveira e Edmundo de Macedo Soares, do Exército, e Raul Álvares de Azevedo de Castro, da Marinha, e por dois representantes do Governo do Estado de Minas Gerais, João Pandiá Calógeras e Gil Guatimosin.⁴⁴¹ O relatório final dos estudos desta comissão, apresentado em março de 1934, considerava a siderurgia a mais importante das indústrias de base:

Das indústrias básicas figura sempre em primeiro lugar a siderurgia. Sobre ela se constrói a grandeza dos povos; com ela se forjam as ferramentas de trabalho e os instrumentos de defesa e de conquista; dela são tributárias todas as grandes indústrias de material ferroviário, de construção de automóveis, de construções metálicas (edifícios e pontes), têxtil, mecânica (ferramentas e máquinas – ferramenta), agrícola (ferramentas e máquinas agrícolas), de construção naval, de material de guerra, de produtos químicos e de material elétrico.

As grandes transformações no mapa da terra, se operam em torno das jazidas de minérios ou de combustíveis.

O padrão de vida de um povo, o seu grau de progresso, a sua riqueza podem ser avaliados pelo consumo de produtos siderúrgicos.⁴⁴²

A solução apresentada pela comissão para o problema siderúrgico consistia, numa primeira etapa, na edificação de uma usina com capacidade para produção de cerca de 200.000 toneladas anuais de produtos laminados (trilhos, eixos, aros de rodas, vergalhões, grandes perfis, chapas etc.), situada no Vale do Rio Doce, Minas Gerais, e movida a carvão vegetal. Esta usina deveria ser constituída de forma mista, com participação do capital nacional (estatal e privado) e do capital estrangeiro, com a obrigação de “*emprego da maior quota possível de capital nacional*”. Não estava excluída, portanto, a participação de capital estrangeiro no projeto siderúrgico nacional. Numa segunda etapa deveria ser incrementada a exploração do carvão de Santa Catarina, a pesquisa de outras jazidas de hulha coqueificável nas outras regiões do país, e deveria ser estabelecida uma outra usina siderúrgica, desta vez perto das minas de

⁴⁴¹ O relatório final da Comissão Nacional de Siderurgia é analisado detalhadamente, com a transcrição de algumas partes, em GOMES, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*, p. 201-214.

⁴⁴² Trecho reproduzido em GOMES, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*, p. 205.

carvão catarinenses. No caso da impossibilidade de poder contar exclusivamente com a hulha nacional, deveria ser importada hulha estrangeira em troca da exportação do minério de ferro brasileiro. A instalação da usina siderúrgica deveria ser acompanhada de um programa de investimentos que assegurasse o mercado nacional para a produção siderúrgica e que envolvia, entre outras coisas, a construção de ferrovias e de pequenos navios para a Marinha de Guerra e para as frotas mercantes dependentes do governo. O relatório defendia também a difusão do ensino da engenharia metalúrgica nas escolas de engenharia brasileiras e a difusão do ensino profissional com o objetivo de formar uma mão de obra qualificada.⁴⁴³

Entretanto, apesar dos esforços governamentais no estudo do problema siderúrgico durante o período 1930-1937, é somente no Estado Novo que este seria resolvido. Em 4 de março de 1940 era criada pelo governo nova entidade, a **Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional**, cuja função era, conforme dizia o decreto de sua criação, “realizar os estudos técnicos finais para a construção de uma usina siderúrgica destinada à produção de trilhos, perfis comerciais e chapas” e “organizar uma companhia nacional, com participação de capitais do Estado e de particulares, para a construção e exploração da usina”. Presidida pelo industrial Guilherme Guinle, a comissão era composta por Oscar Weinschenk, Ari Frederico Torres, Heitor Freire de Carvalho, e os militares Edmundo de Macedo Soares, do Exército, e Adolfo Martins de Noronha Torrezão, da Marinha.⁴⁴⁴

Antes de prosseguirmos na descrição do processo que resultou na criação da Companhia Siderúrgica Nacional, analisaremos aqui o pensamento do principal representante das Forças Armadas no projeto siderúrgico do Estado Novo, **Macedo Soares**.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1901, Edmundo de Macedo Soares e Silva era oficial da arma de engenharia do Exército. Tomou parte no levante tenentista de 5 de julho de 1922 na Capital Federal, o que o levou a ser preso. Após evadir-se da prisão em 1925, exilou-se na França, país no qual passou cinco anos estudando

⁴⁴³ Ver GOMES, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*, p. 211-213.

⁴⁴⁴ O decreto de criação da comissão está transcrito em GOMES, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*, p. 246-247. Para os nomes que compuseram a comissão, ver as páginas 247 e 248 da mesma obra.

engenharia metalúrgica. Com a anistia decorrente da vitória da Revolução de 1930, retornou ao Brasil e foi reintegrado ao Exército. Tornou-se a partir daí um integrante do quadro técnico do regime varguista, especializado numa das questões que mais preocupava a ala nacionalista da revolução, isto é o desenvolvimento da **siderurgia**: em janeiro de 1931 integrou a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos, destinada a avaliar a capacidade de mobilização da indústria metalúrgica nacional, e em agosto do mesmo ano, como vimos, integrou a Comissão Nacional de Siderurgia; foi inclusive o redator do relatório final da comissão que comentamos atrás.⁴⁴⁵ É importante ressaltar que apesar de ter se envolvido na rebelião tenentista da década de 1920, Macedo Soares se tornou na década seguinte um membro do quadro técnico da nova ordem e se distanciou das agitações políticas. Por esta razão, ele não pode ser considerado um representante do tenentismo e a nossa análise aqui vai se concentrar nas atividades de Macedo Soares enquanto representante do **quadro técnico-militar do Estado Novo**.

O fato de ter se distanciado das disputas políticas para se dedicar ao estudo do problema siderúrgico não significa, entretanto, que Macedo Soares tenha se tornado um militar apolítico e um burocrata que serviu inconscientemente à ordem do pós-1930. Ao contrário, sua atuação na área da siderurgia era consciente e constantemente justificada com argumentos ideológicos que enfatizavam a importância do desenvolvimento industrial para um país como o Brasil e que exaltavam a ordem política inaugurada com a Revolução de 1930 como o marco de uma verdadeira política industrializante. Primeiramente, podemos dizer que Macedo Soares era um defensor convicto da transformação do Brasil de país agrícola e mero exportador de produtos primários em país industrial. Em sua opinião, a dedicação exclusiva à exportação de produtos primários para as grandes potências industriais era um negócio arriscado numa época em que cada vez mais estas últimas se tornavam autossuficientes em matérias-primas:

Como se faria a troca se predominasse o ponto de vista das nações industriais? Os países detentores dos produtos agrícolas ou matérias primas se especializariam na sua produção e importariam as manufaturas dos grandes países industriais. A fórmula parece simples e proveitosa. Verdadeiramente ela é enganosa. Examinemos aqui [...] a situação dos países produtores de matérias primas tropicais, como o Brasil, em face de um tal sistema. O fato é que as potências industriais, com suas colônias e indústrias químicas, conseguem

⁴⁴⁵ Para maiores detalhes biográficos sobre Macedo Soares, ver o verbete **Edmundo de Macedo Soares**, de autoria de Alzira Alves de Abreu, no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, disponível em versão digital no portal do FGV/CPDOC (ver link <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>).

produzir quase todas as matérias primas de que necessitam e, em particular, os produtos das regiões tropicais (café, borracha, algodão, cacau, fibras, etc.); ora, essas são as mercadorias em que o Brasil poderia estribar as esperanças do seu comércio internacional. As metrópoles industriais, embora sempre tenham lutado contra as pautas alfandegárias dos outros Estados, nunca deixaram de explorar, na faixa tropical, terras semelhantes às nossas, empregando um braço colonial (negros da África, párias da Ásia e indígenas da Oceania) mais barato que o brasileiro. Nessas regiões, para onde levaram, como no caso da borracha, sementes de plantas nativas do nosso território, concentraram grandes massas de recursos. Como poderemos impedir que a Inglaterra beba o seu café de Kenya e Tanganyka? Como evitar que a França proteja os produtos do seu vasto império africano e asiático? Como suprimir as plantações belgas do Congo? Como lutar contra o algodão americano ou do Egito? Como superar o cacau britânico da Costa do Ouro? Como, finalmente, abrir caminho à nossa borracha, em face da enorme superprodução da Malásia e das Índias Holandesas, agravada agora com os produtos sintéticos? Bem poucos são os elementos de troca com que poderá contar o Brasil para aumentar sua riqueza; compreendemos, em consequência, que, diante da política econômica que a posse de vastas extensões de territórios, em várias latitudes, permite às nações industriais, o futuro do Brasil, como produtor apenas de matérias primas tropicais, está seriamente ameaçado.

O passado nos faz refletir e perguntar a nós mesmos: como, não podendo produzir riqueza exportável senão em pequenas quantidades, poderá o Brasil importar os elementos de que necessitará para a sua vida normal de Estado Independente? Como, diante dessa impossibilidade, obter, dentro do País, o que não poderá ser importado por falta de meios?

Chegamos a uma grave alternativa econômica: ou produzirmos os elementos básicos para a nossa vida de povo livre, ou definharmos pela insuficiência de nossos meios de trocas. [...] A especialização do Brasil, como país produtor de matérias primas e produtos agrícolas, não permitirá a elevação do nível do nosso povo, rapidamente, como desejamos.

A especialização, também denominada “divisão territorial do trabalho”, nos levaria a continuar tendo, como bem notou Charles Hérisson, uma economia “vulnerável e instável”. “Só a economia complexa permite a utilização dos recursos humanos. Para elevar o nível de vida dessa população tão importante que vive hoje da agricultura, é mister realizar a industrialização dos países agrícolas”.⁴⁴⁶

Possuindo uma visão dos problemas do país bastante avançada para sua época, Macedo Soares atribuía o atraso industrial brasileiro a fatores históricos como a ausência de uma tradição artesanal – resultante tanto da influência da tradição

⁴⁴⁶ SILVA, Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Política metalúrgica do Brasil (primeira conferência anual, 14.5.1945)**. *Separata de A. B. M. - Boletim da Associação Brasileira de Metais*, nº 2, São Paulo, janeiro de 1946, p. 5-6 (Arquivo Edmundo de Macedo Soares, FGV/CPDOC, EMS-58f).

portuguesa, ideologicamente hostil a este tipo de atividade econômica, como da vigência do sistema escravista durante séculos – e de uma elite técnica:

O Brasil tem ficado atrasado em seu desenvolvimento econômico pelo desequilíbrio técnico na estrutura de suas *elites*; porque não tivemos um artesanato que nos permitisse industrializar o País, na época em que outros o puderam fazer; porque não tivemos a elite de experimentadores, físicos, químicos, metalurgistas, mecânicos, para aplicar aqui as conquistas da ciência: porque, por isso, pedíamos conselho para a solução de nossos problemas a quem só no-lo poderia dar de acordo com os seus interesses, contrários aos do Brasil; porque dormimos ao embalo de doutrinas econômicas e de propagandas feitas para uso externo. Não há agricultura, não há comércio sem técnica, porque não há agricultura sem adubo, sem máquina, sem preparo do produto colhido; não há comércio sem transportes, sem classificação de tipos, sem análises; não há mineração sem engenheiros especializados, nem metalurgia sem técnicos adequados.⁴⁴⁷

Apesar de alguns esforços individuais no sentido de reverter este quadro, o atraso estrutural originário da colonização portuguesa teria persistido no Império e na República Velha:

O atraso do Brasil, em seu desenvolvimento econômico, [...] pode ser, em grande parte, imputável à falta de técnicos em suas elites dirigentes. O século XIX, tão fértil em descobertas de grande valor para a indústria, nos encontrou em pleno período de formação, a lutar, em seu começo, pela nossa independência, e, depois, para manter e consolidar o Império.

O regime republicano não conseguiu mudar rapidamente a velha mentalidade que considerava princípio inalterável o de dever ser o nosso país, em virtude de suas condições naturais, e durante muito tempo, um simples produtor de matérias primas.

Perdemos, assim, longos anos, seguindo uma rotina inexplicável, trabalhando o nosso solo sem máquina, sem adubos e não preparando o produto colhido para poder vendê-lo razoavelmente nos mercados externos. Apesar de termos produzido homens como os dois Barbacena e Mauá, no Império, e alguns verdadeiros chefes de indústria na República, iniciativas as mais fecundas fracassaram, por não encontrar apoio no meio.⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. **A estruturação técnica das nossas elites dirigentes.** *Boletim do C. T. M.*, nº 1, jan. 1939, p. 162 (Arquivo Edmundo de Macedo Soares, FGV/CPDOC, [EMS-09f]). Neste texto, Macedo Soares cita, como influência nas suas idéias, autores como Alberto Torres, Licínio Cardoso, Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Pedro Calmon, Sérgio Buarque de Holanda, Osório da Rocha Diniz e Fróes Abreu.

⁴⁴⁸ SILVA, Ten. Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas (conferência pronunciada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith do Brasil, em setembro de 1943).** *Separata do Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, ano 5, dezembro de 1943, nº 18, p. 16 (Arquivo Edmundo de Macedo Soares, FGV/CPDOC, EMS-04f).

Macedo Soares aponta ainda outras razões para o atraso industrial brasileiro, como a posição geográfica do Brasil, que o afastou do convívio direto com os grandes centros industriais europeus e norte-americanos, e a falta de uma imigração selecionada para a indústria, o que teria aumentado as dificuldades na obtenção de mão de obra especializada. Macedo Soares se queixava do fato de as autoridades brasileiras terem dado preferência ao imigrante agrícola, de baixo nível intelectual e quase sempre desconhecedor das culturas tropicais e dos métodos de trabalho do país. Para ele os imigrantes especializados na indústria (desenhistas, mecânicos, eletricitistas, metalurgistas etc.) encontrariam imediata aplicação para suas atividades e trabalhariam com normas e aparelhamento a que estavam geralmente habituados, sem necessitar de adaptação.⁴⁴⁹ No entanto, apesar de todos os empecilhos, o Brasil apresentava também condições favoráveis ao desenvolvimento industrial, condições que poderiam ser decisivas se acompanhadas de uma política econômica compatível com o progresso da indústria nacional:

Às causas retardadoras [...] se opõem as forças aceleradoras da nossa industrialização. Algumas dessas forças são naturais, como a disponibilidade de um vasto mercado interno, a existência de grande quantidade de matérias primas aproveitáveis economicamente e a inexistência de peias filosóficas ou de quaisquer crenças que afastem o homem da máquina; outras forças terão que ser postas em jogo pelo Governo e pelos próprios industriais. Entre essas, a mais importante é a planificação que abrange não só o plano de desenvolvimento industrial propriamente dito, senão, também, toda a série de medidas que permitirão a sua execução, como sejam: tarifas alfandegárias, créditos bancários, leis para a formação de sociedades comerciais, ensino profissional, organização do sistema de transportes, política de fretes vantajosa aos produtos industriais de grande consumo e baixo custo, etc.⁴⁵⁰

Com posições que lembram bastante o pensamento de Serzedelo Corrêa, Macedo Soares concebe aqui uma política industrializante planejada que consiste no estabelecimento das condições infraestruturais (desenvolvimento dos transportes, ensino profissional), financeiras (créditos bancários) e tributárias (tarifas alfandegárias, política de fretes) capazes de impulsionar o desenvolvimento das atividades industriais brasileiras. Com a Revolução de 1930 o Brasil entrava numa nova era que significava

⁴⁴⁹ Ver SILVA, Ten. Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas (conferência pronunciada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith do Brasil, em setembro de 1943)**, p. 17-18.

⁴⁵⁰ SILVA, Ten. Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas (conferência pronunciada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith do Brasil, em setembro de 1943)**, p. 18-19.

um rompimento com a orientação econômica até então vigente. Esta interpretação está clara neste trecho de uma conferência de maio de 1945 em que Macedo Soares procura desmentir a tese de que o desenvolvimento industrial do país foi resultante exclusivamente da Segunda Guerra Mundial:

[...] cumpre desfazer a falsa noção de que nosso desenvolvimento nesse sentido [industrial] resultou exclusivamente da guerra. Ele proveio de uma política econômica sabiamente orientada pelo governo, a partir de 1930, correspondendo exatamente aos anseios nacionais. O clima para a organização de novas indústrias foi tornado propício e, apesar da situação econômica quase desesperada em que estava o País em 1930, as importações de bens de produção foram encorajadas de tal maneira que nossas aquisições de máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios para a indústria passaram de 375.000 contos em 1934, a 950.000 em 1937 e a 1.100.000 em 1938.

Depois veio a guerra, com todas as restrições à importação de equipamentos industriais. É preciso não esquecer, entretanto, que foi graças ao equipamento adquirido antes das hostilidades, que pudemos manter o país em franca prosperidade.⁴⁵¹

Encontramos aqui, portanto, um elogio à política governamental adotada a partir de 1930 – e à qual nos referimos na primeira parte deste capítulo – de mecanização da indústria nacional por meio da importação de bens de capital.

No que consistiria o programa industrializante defendido por Macedo Soares? Antes de mais nada é preciso dizer que este último considerava necessário, diante do quadro de atraso econômico do país, a realização de uma política de desenvolvimento acelerado com o objetivo de **queimar etapas**:

Perdemos muito tempo. Se quisermos andar depressa agora teremos que evitar etapas desnecessárias. “Brûler des étapes”. Não é indispensável começar como outros começaram, pois que temos ao nosso dispor as experiências de seus empreendimentos. [...] Somos novos em matéria de indústria. Muito teremos ainda que aprender. A formação de uma mentalidade industrial em nossas *élites* dirigentes não é problema que possa ser resolvido instantaneamente. Possuímos, entretanto, uma capacidade de assimilação extraordinária, que tem sido assinalada pelos que nos observam. É o que dá confiança no futuro, convencendo-nos de que acertaremos o caminho a seguir, e muito proveito tiraremos das grandes realizações que o benemérito Governo do Presidente Getúlio Vargas está levando a cabo.⁴⁵²

⁴⁵¹ SILVA, Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Política metalúrgica do Brasil (primeira conferência anual, 14.5.1945)**, p. 9.

⁴⁵² SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. **Volta Redonda e o desenvolvimento industrial do Brasil**. Rio de Janeiro: S. N., 1944, p. 21-22.

Esta posição é visivelmente influenciada pelo exemplo japonês, que mostra como um país agrícola e feudal se transformou em poucas décadas em potência industrial e militar. Logicamente, a defesa de uma política de desenvolvimento industrial acelerado implica uma defesa do dirigismo econômico, já que um país preponderantemente agrícola como o Brasil não poderia queimar as etapas do desenvolvimento por meio de uma “evolução natural” de suas atividades econômicas. Era necessária a intervenção do Estado no desenvolvimento das atividades nacionais.

Primeiramente, Macedo Soares tinha como grande preocupação a **formação técnica tanto das elites dirigentes como da mão de obra industrial**. Sem um material humano tecnicamente qualificado, seria no seu entender impossível a concretização de um projeto de desenvolvimento acelerado baseado em setores mais complexos e avançados da atividade industrial. Este é o teor de seu texto **A estruturação técnica das nossas elites dirigentes**⁴⁵³, originário de um discurso pronunciado por Macedo Soares em 20 de abril de 1938 por ocasião de sua posse como Presidente do Conselho Diretor do Círculo de Técnicos Militares, organização criada em dezembro do ano anterior por oficiais do Exército com o objetivo de estudar e apresentar soluções para os problemas da fabricação de material de guerra e outros problemas ligados à engenharia militar (aproveitamento industrial das matérias-primas nacionais, desenvolvimento da indústria bélica, desenvolvimento das indústrias de base e da indústria pesada, formação de técnicos em diversos níveis).⁴⁵⁴ A formação de uma elite técnica e de uma mão de obra qualificada é apresentada como fator fundamental de desenvolvimento e grandeza nacional, e sua ausência no Brasil seria uma das principais razões do atraso econômico do país:

[...] a grandeza de um povo está na proficiência de seus técnicos e não apenas na extensão do território que ele ocupa e nas riquezas do subsolo. [...] Graças à preocupação constante de formar e aperfeiçoar seus técnicos formaram os Japoneses uma grande pátria, respeitada e de formidável expressão militar e econômica.⁴⁵⁵

⁴⁵³ Ver referências na nota 447.

⁴⁵⁴ Sobre as atividades e posições defendidas pelo Círculo de Técnicos Militares, assim como a participação de Macedo Soares nesta associação, ver SÁ, Alexandre Avelar de. **O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares. *Militares e Política***, nº 2, janeiro-junho 2008, p. 62-80.

⁴⁵⁵ SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. **A estruturação técnica das nossas elites dirigentes**, p. 165.

Eis aí, pois [...], porque não tem tido o Brasil o ritmo, no seu desenvolvimento, que todos desejáramos: somos um País em que a formação de técnicos para muitas especialidades era completamente descurada, em todos os escalões – nem engenheiros, nem quadros médios, nem operário; nem serviços oficiais suficientes para o conhecimento das nossas possibilidades, nem política econômica, tendo como objetivo máximo o aproveitamento dos nossos recursos industriais. Discussões acadêmicas em torno de problemas técnicos; acusações de leigos a homens que dedicaram sua vida a estudos de grande complexidade; incompreensão geral, exigências descabidas a serviços que não dispunham de meios e ataques à técnica, quando esses serviços não satisfaziam inteiramente aos desejos dos que deles esperavam tudo, não lhes dando nada. Enfim, má estruturação das nossas *elites dirigentes* para a solução de toda uma gama de problemas vitais para o progresso do Brasil. [...] A técnica não faz milagres rápidos. Ela exige, antes de tudo, homens. Para a formação desses – escolas e tempo. Não há outra maneira de proceder; é a única. Formados os homens, cumpre utilizá-los. Há tudo a fazer.⁴⁵⁶

Em discurso posterior, datado de 1942, no qual o autor elogia a política do Estado Novo no terreno do ensino profissional, encontramos a seguinte consideração:

A lição da vida de outros povos nos ensina que a melhor reserva ouro de uma nação é a reserva técnica. Quem tem especialistas cria riqueza permanente, que é a que se retira do solo ou a que resulta da implantação de indústrias que transformam as matérias primas baratas dos países sem técnica, em mercadorias de grande utilidade e alto preço. O ensino técnico tem sido a maior alavanca para a criação do progresso material das nações e, em consequência, dos meios de produzir cultura; não é necessário insistir no fato que o desenvolvimento dessa é facilitado pela existência de recursos para a manutenção de laboratórios de pesquisas puras, de museus, de escolas de belas artes e de bibliotecas. O atual regime brasileiro compreendeu perfeitamente essa verdade, que está expressa claramente em nossa Constituição de 1937.⁴⁵⁷

O autor deste discurso se refere muito provavelmente ao item **Da Educação e da Cultura** da Constituição do Estado Novo, no qual o ensino profissional é bastante enfatizado.⁴⁵⁸ Como vimos, esta área da educação seria sacramentada no Estado Novo com a criação do SENAI em 1942.

Crítico da tradição pedagógica brasileira voltada para um ensino puramente acadêmico – isto é, para as belas letras e as disciplinas humanísticas –, Macedo Soares

⁴⁵⁶ SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *A estruturação técnica das nossas elites dirigentes*, p. 166-167.

⁴⁵⁷ *A pesquisa tecnológica e o carvão nacional (palestra realizada na Escola Técnica do Exército, a 2 de março de 1942 pelo Ten. Cel. Edmundo De Macêdo Soares e Silva*. Of. Gráfs. O Globo, 1942, p. 1-2 (Arquivo Juarez Távora, FGV/CPDOC, JT-03f).

⁴⁵⁸ Ver ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*, p. 463-465.

considerava a ausência de formação técnica responsável pela formação de uma elite incapaz de levar adiante um verdadeiro projeto industrializante:

Consideraremos, primeiro, as causas que têm retardado a expansão das indústrias de base em nosso território.

Somos de opinião que a principal foi o não termos encarado, em tempo oportuno, a estruturação técnica de nossas elites dirigentes. Essa grave falha não nos deu a hierarquia de valores – (engenheiros, economistas, quadros médios e operários) indispensáveis ao estudo e solução de nossos grandes problemas técnicos. Dela resultou imediatamente um conhecimento precário de nossos recursos naturais e uma insuficiência impressionante de nossos serviços oficiais. Os poucos especialistas existentes não eram bastantes para as funções burocráticas normais. Daí as discussões bizantinas em torno de problemas puramente técnicos, o enciclopedismo e a consequente descrença na técnica nacional.⁴⁵⁹

Encontramos neste trecho a mesma concepção tecnocrática dos **tenentes** e a mesma crítica à tradição de diletantismo das elites brasileiras.

A formação técnica não teria somente a função de formar quadros, mas também de criar uma **consciência industrial** nas classes dirigentes, consciência sem a qual não poderia haver ambiente político compatível com uma política de desenvolvimento:

Na implantação das indústrias pesadas a aquisição e instalação de máquinas é alguma coisa, mas não é tudo; **tudo** é a existência de uma consciência industrial nas classes dirigentes, de um corpo de técnicos capaz não só de conduzir as máquinas, mas ainda de repará-las, projetá-las, construí-las e aperfeiçoá-las, acompanhando os progressos que a técnica utiliza para produzir sempre melhor e mais barato.

A mentalidade das classes dirigentes assegurará a continuidade do programa; a consciência das vantagens da solução dos problemas gerais permitirá que não surjam conflitos que prejudiquem, de qualquer modo, a orientação seguida; o corpo de técnicos colocará nosso desenvolvimento industrial à altura da competição internacional.⁴⁶⁰

⁴⁵⁹ Ver SILVA, Ten. Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas (conferência pronunciada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith do Brasil, em setembro de 1943)**, p. 14.

⁴⁶⁰ Ver SILVA, Ten. Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas (conferência pronunciada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith do Brasil, em setembro de 1943)**, p. 19.

Macedo Soares glorificava o Exército por seu pioneirismo na formação de engenheiros especializados.⁴⁶¹ O ensino profissional e a formação técnica seriam bandeiras defendidas por ele ao longo de toda a sua carreira seja como político, seja como militar, seja como administrador de empresas.⁴⁶²

Outro fator fundamental para o desenvolvimento industrial seria a realização de uma **política protecionista**. Crítico da concepção econômica que distinguia as **indústrias naturais** das **indústrias artificiais**⁴⁶³, Macedo Soares era partidário de uma política tarifária que protegesse as atividades industriais nacionais. Esta política era necessária para o desenvolvimento da indústria nacional diante do poder competitivo da produção industrial dos países mais desenvolvidos:

Ainda existe hoje uma forte corrente de opinião favorável a um regime econômico não protecionista. É comum ouvir-se que nenhuma indústria se deverá constituir dentro de nossas fronteiras, se não for capaz de produzir pelo mesmo custo das formidáveis indústrias estrangeiras, já estabelecidas em bases sólidas, em parte amortizadas, com suas fontes de matérias primas perfeitamente exploradas e com seus técnicos em pleno apogeu.

O Brasil não pode comprometer o seu futuro de país que possui ainda enormes massas de riqueza a explorar, e, mesmo, a descobrir, colocando-se na contingência, impossível de realizar praticamente, de ter que enfrentar, no início de sua organização industrial, as indústrias que se formaram e consolidaram à sombra do protecionismo. Assumir qualquer compromisso nesse sentido, seria repetir o erro de Portugal, em 1703, riscando do quadro de suas possibilidades futuras, pelo tratado de Methuen com a Inglaterra, a criação de indústrias na Metrópole de um vasto Império.

Temos que eliminar de nosso espírito a ideia de que é possível iniciar uma indústria básica num plano de completa igualdade com as indústrias dos países mais evoluídos. Não se poderá nunca criar uma

⁴⁶¹ *A pesquisa tecnológica e o carvão nacional (palestra realizada na Escola Técnica do Exército, a 2 de março de 1942 pelo Ten. Cel. Edmundo De Macêdo Soares e Silva*, p. 2. Em outro texto encontramos a seguinte homenagem: “Sempre olhamos, os da moderna camada de técnicos do Exército, com admiração e respeito, os nossos superiores da velha Engenharia Militar; suas especialidades têm raízes profundas e seus serviços e glórias, na paz e na guerra, são um dos nossos orgulhos. Almejamos colocar as especialidades, cujo estudo oficial se inaugurou há pouco tempo – a química, a metalurgia, a fabricação do armamento, a mecânica – num nível que possa ombrear com as brilhantes tradições de nossos maiores” (SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. **A estruturação técnica das nossas elites dirigentes**, p. 157-158).

⁴⁶² Sobre a militância de Macedo Soares em defesa da educação técnica e da engenharia como fatores decisivos do desenvolvimento, ver artigo de Alexandre de Sá Avelar: AVELAR, Alexandre de Sá. **Educação técnica e engenharia no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares**. *Revista Tecnologia e Sociedade*, PPGTE - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR, nº 4, Curitiba, 2007, p. 205-228. Este artigo está disponível na internet, no link <http://revistas.utfpr.edu.br/ct/tecnologiasociedade/index.php/000/article/view/59>.

⁴⁶³ Ver SILVA, Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Política metalúrgica do Brasil (primeira conferência anual, 14.5.1945)**, p. 21-22.

aptidão metalúrgica e mecânica em nosso povo, se não defendermos nossos empreendimentos razoavelmente durante um certo período.⁴⁶⁴

Com base nesta linha de pensamento, Macedo Soares elogiava em conferência de setembro de 1943 a política econômica protecionista de Alves Branco no Império e de Rui Barbosa na República.⁴⁶⁵ Esta política protecionista não deveria, no entanto, servir de amparo à acomodação e à estagnação tecnológica. Macedo Soares se referia ao protecionismo como “causa retardadora” quando ele não é bem aplicado e faz com que *“as vantagens dadas à indústria podem ser de tal ordem que ela não se esforce por progredir, melhorando do seu aparelhamento e baixando os preços de produção”*.⁴⁶⁶ Esta defesa de um protecionismo aplicado de forma criteriosa, isto é, de um protecionismo que ampare setores mais promissores da indústria nacional sem servir de escudo a setores arcaicos e desinteressados em se modernizar, contrasta com o discurso antiprotecionista dos **tenentes**, que como vimos no capítulo anterior contribuiu injustamente para levantar dúvidas sobre os objetivos industrializantes do movimento.

Já quanto aos setores da indústria a serem desenvolvidos, Macedo Soares atribuía logicamente um papel especial às **indústrias pesadas**, que ele classificava da seguinte forma: a) produção dos metais na metalurgia de primeira fusão, isto é, a sua extração dos respectivos minérios e transformação em chapas ou perfis; b) a grande indústria química, isto é, a produção dos ácidos minerais (sulfúrico, clorídrico e azótico), das bases (barrilha e soda cáustica), dos adubos químicos e o aproveitamento dos produtos da destilação da hulha e da madeira; c) a grande indústria mecânica, assim compreendida a fabricação de máquinas operatrizes e motrizes (incluindo o material elétrico), a produção de máquinas agrícolas e a preparação de estruturas para pontes e edifícios (oficinas de construções metálicas); d) a fabricação de material de guerra; e) a construção naval; f) a indústria de fabricação de material de transportes (material ferroviário, indústria automobilística, indústria aeronáutica, outros veículos de todo o gênero). Desta forma, as indústrias pesadas englobariam a chamada **indústria primária**, que manipula diretamente grandes massas de matérias primas naturais ou de

⁴⁶⁴ SILVA, Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Política metalúrgica do Brasil (primeira conferência anual, 14.5.1945)**, p. 28.

⁴⁶⁵ SILVA, Ten. Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas (conferência pronunciada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith do Brasil, em setembro de 1943)**, p. 18.

⁴⁶⁶ SILVA, Ten. Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas (conferência pronunciada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith do Brasil, em setembro de 1943)**, p. 18.

subprodutos de outras indústrias (minério, carvão, enxofre, calcáreo, alcatrão etc.) e certas **indústrias de transformação** que se utilizam dos produtos semimanufaturados da indústria primária para a construção de máquinas, material ferroviário, armamentos etc. As **indústrias primárias** seriam também conhecidas como **indústrias de base** ou **key-industries**.⁴⁶⁷ Para Macedo Soares elas seriam o “*pedestal das outras indústrias*”:

Elas permitem o aproveitamento direto e racional dos produtos do subsolo de um país. Sem elas não é possível criar meios de transporte econômicos, organizar a defesa militar, formar uma técnica nacional. [...] As indústrias de base são, principalmente: a metalurgia de primeira fusão e a grande indústria química. Sem elas todo o sistema industrial de um povo fica na dependência da importação de produtos comuns, cujos preços são agravados por embalagens, armazenagens, fretes, seguros e despesas de cais. A autonomia econômica de uma nação é precária, quando ela depende das indústrias de base de outros países para satisfazer as necessidades normais de sua vida.⁴⁶⁸

As **indústrias siderúrgicas** seriam, portanto, **indústrias de base**, e como tal deveriam ter um papel central no projeto industrializante do Estado Novo. Dos produtos siderúrgicos se beneficiariam as indústrias mecânicas, as indústrias de transportes, a indústria de fabricação de material de guerra, as indústrias de produtos alimentares e as indústrias químicas.⁴⁶⁹ Embora reconhecesse que o Brasil já possuía um não desprezível setor de indústrias de transformação, Macedo Soares alertava para a necessidade de se desenvolver as indústrias de base, para que o setor de transformação não continuasse a depender do material importado das indústrias primárias estrangeiras:

⁴⁶⁷ SILVA, Ten. Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas (conferência pronunciada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith do Brasil, em setembro de 1943)**, p. 4-5.

⁴⁶⁸ SILVA, Ten. Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas (conferência pronunciada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith do Brasil, em setembro de 1943)**, p. 5. Em conferência proferida em 6 de setembro de 1945, Macedo Soares afirmava o seguinte a respeito desta mesma questão: “*Outro grande entrave ao desenvolvimento de certas riquezas entre nós tem sido a política seguida pelas grandes potências, dominando imensos impérios coloniais, onde, com o auxílio de seus capitais, experiência técnica e braços baratíssimos, têm fomentado a produção de muitas das mercadorias que nos seria possível oferecer nos mercados internacionais. Para manter a sua condição de nação soberana e melhorar o “standard” de vida de sua população, o Brasil não tem outro caminho a seguir senão o de procurar modernizar por todos os meios e modos a sua “ferramenta econômica”, aparelhando melhor seus meios de transporte, incrementando sua lavoura pela mecanização e emprego de adubos, e explorando seus recursos minerais intensivamente. Para fazer face a esse programa, só há um caminho a seguir: introduzir no país todas as “indústrias de base” que tiverem condições de existência em nosso território, para, sobre elas, criar uma indústria de fabricação de material de transportes e de produtos químicos; esses últimos são indispensáveis ao cultivo do solo e ao preparo, para consumo interno ou exportação, das mercadorias de origem vegetal, mineral ou animal que produzirmos. Como alicerce de qualquer mecanização se encontra a indústria siderúrgica, “a mãe de todas as outras”, como a chamou Mauã*” (SILVA, Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Volta Redonda: gênese da idéia, seu desenvolvimento, projeto, execução e custo. Separata da Revista do Serviço Público**, ano VIII, vol. VI, nº. 2, novembro de 1945. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 3-4).

⁴⁶⁹ SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. **Volta Redonda e o desenvolvimento industrial do Brasil**, p. 4.

Descuramos, durante muito tempo, do desenvolvimento das indústrias de base. Incrementamos, ao contrário, uma indústria de transformação que importa matérias primas, geralmente semimanufaturadas. Houve várias razões para isso: em primeiro lugar, a exploração das matérias primas naturais e o seu preparo para as indústrias de transformação dos tipos das que adotamos, exigem um grande emprego de capital e uma técnica mais difícil; em segundo lugar, a indústria de transformação é mais lucrativa e cabe dentro do quadro de uma “empresa de família”, como ainda é um grande número das nossas; finalmente, o mercado para essa indústria sempre foi certo, não havendo necessidade de largo consumo, para absorver a sua produção.

Não há negar, entretanto, que o papel da indústria que criamos, sobretudo durante a primeira guerra mundial e no período que à mesma sucedeu, foi benéfico, pois que ela permitiu a formação de uma mentalidade industrial, de um operariado, cuja instrução e habilidade vão melhorando dia a dia, e de um mercado para as indústrias de base. [...] Não é, porém, possível fazer progredir indefinidamente indústrias de transformação baseadas na importação de matérias primas. [...] Só fica ao Brasil um caminho: com toda a autoridade moral de quem se esforça legitimamente por melhorar a sua situação econômica, continuar a implantação de indústrias de base, defendendo esse ponto de vista a todo custo.⁴⁷⁰

Encontramos neste trecho uma análise do contexto industrial brasileiro, caracterizado pela existência de um considerável setor de transformação – provavelmente trata-se de uma referência às indústrias de bens de consumo surgidas ao longo da República Velha – e pela modéstia do setor de base. As indústrias brasileiras ainda se encaixariam, naquele momento, no perfil da empresa de **tipo familiar**, incompatível com a grande siderurgia, que exigia um investimento maior e um tipo de organização mais complexo. Daí a constatação da incapacidade e do desinteresse dos grupos privados nacionais em assumirem, sozinhos, o papel de força dirigente da política siderúrgica do Estado Novo. A participação de outras forças seria, portanto, necessária.

Não encontramos nos textos de Macedo Soares que lemos para esta pesquisa, maiores detalhes sobre a questão do financiamento da primeira grande usina siderúrgica brasileira. Não sabemos se o problema do financiamento da primeira grande usina siderúrgica deveria ser resolvido com base numa **solução inteiramente estatal**, numa **solução mista**, se com a participação ou não do capital estrangeiro etc. Nestes textos, a reflexão do autor passa curiosamente da relação de fatores que beneficiariam o

⁴⁷⁰ SILVA, Ten. Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas (conferência pronunciada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith do Brasil, em setembro de 1943)**, p. 9-10.

desenvolvimento industrial em geral (ensino profissional, formação de uma elite técnica, tarifas protecionistas, desenvolvimento do sistema de transportes, crédito bancário etc.) e da importância da siderurgia para as diversas atividades nacionais (indústrias de transformação, transportes, agricultura mecanizada, construção civil etc.) a uma análise exclusivamente **técnica** da instalação e do funcionamento da primeira grande usina siderúrgica a ser construída (localização da usina, custos de fabricação, métodos de funcionamento, a questão do combustível). Como vimos atrás, o relatório de da Comissão Nacional de Siderurgia redigido por Macedo Soares defendia uma solução mista apoiada no capital nacional (estatal e privado) e no capital estrangeiro. Em 1938, a pedido do Ministro da Fazenda Artur de Sousa Costa, Macedo Soares elaborou um projeto para a construção de uma usina siderúrgica cujo financiamento seria também baseado numa solução mista que envolvia o capital nacional e o capital estrangeiro.⁴⁷¹ Ahamos, contudo, que esta posição era fundada mais em constatações técnicas do que em convicções ideológicas. Com base nos textos que analisamos atrás, pensamos que, no que diz respeito ao financiamento da primeira grande usina siderúrgica brasileira, Macedo Soares assumiu uma postura mais **pragmática** aberta a todas as soluções que viabilizassem a introdução da grande siderurgia num país ainda essencialmente agrícola, carente de capitais e com uma burguesia industrial cada vez mais importante mas ainda sem condições de assumir a função de força dirigente de uma política industrializante. O que é certo, com base no que vimos acima, é que Macedo Soares descartava uma solução exclusivamente baseada no capital privado nacional por considerar a burguesia industrial brasileira incapaz de assumir este setor, assim como exigia como condição mínima a participação do Estado, seja como interventor direto seja apenas com uma função coordenadora. Ao defender uma política de desenvolvimento acelerado que queimasse etapas, Macedo Soares concebia automaticamente um Estado nacional interventor nas atividades econômicas. Este dirigismo era particularmente necessário no caso da siderurgia, setor da atividade industrial que era não somente fator de desenvolvimento econômico, mas também de segurança nacional. Para Macedo Soares, a questão do financiamento da primeira grande usina siderúrgica brasileira não era necessariamente uma questão ideológica, e sim uma questão técnica relativa a um problema específico e imediato. Por esta razão, ela não aparece em textos de teor

⁴⁷¹ Este projeto de 1938 é comentado no já citado verbete dedicado a Macedo Soares no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Infelizmente, não encontramos o texto original deste projeto.

ideológico, nos quais é exposto um projeto de país, e sim em relatórios e projetos encomendados pelo governo.

No trecho que segue, tirado de conferência proferida em 14 de maio de 1945, mais de quatro anos depois da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, Macedo Soares traça um programa econômico para o desenvolvimento da siderurgia no Brasil:

[...] o desenvolvimento no Brasil, das indústrias metalúrgicas, incluindo a exploração das fontes de energia, abrange os seguintes pontos:

- a) organização de uma pesquisa intensiva dos recursos minerais nacionais;
- b) exploração intensiva das reservas de combustíveis sólidos, de forma que possamos fazer face ao “déficit” que está sendo anunciado no mercado internacional; isso significa, sobretudo um apoio decisivo às minas rio-grandenses do sul, à terminação dos trabalhos em curso para o incremento da produção catarinense e à organização definitiva da produção paranaense;
- c) coordenação dos esforços da metalurgia de primeira fusão, de forma que não se perturbe o surto da siderurgia, do alumínio, e das ferroligas e se monte a metalurgia do níquel; não parar as medidas para que se desenvolvam as metalurgias do chumbo e cobre e se organizem as do zinco e estanho, dependendo o êxito e incremento dessas medidas referentes a esses quatro últimos metais de um melhor conhecimento dos recursos do nosso subsolo no que diz respeito às jazidas de seus minérios;
- d) encorajar o desenvolvimento das metalurgias de segunda fusão e de transformação, para que se solidifiquem as bases de uma indústria mecânica eficiente, dirigida sobretudo no sentido das reparações e da fabricação de máquinas agrícolas, de materiais de transporte e de material elétrico;
- e) orientação no sentido do estabelecimento de fretes baixos para as matérias primas e produtos semimanufaturados.

Em consequência, se impõe a adoção das medidas que se seguem:

1º) – A política protecionista do Brasil deve ser mantida e orientada no sentido econômico e não como mero instrumento fiscal; leis “antidumping” devem evitar a destruição das indústrias básicas nacionais;

2º) – O ensino técnico, em todos os seus escalões (superior, médio e primário) deve ser intensificado, mediante medidas especiais, envolvendo a formação de professores nacionais e o seu contrato no estrangeiro; a ampliação e abertura de novas escolas; e todo apoio ao trabalho que compete ao Senai;

3º) – criação do crédito industrial com prazos longos e juros módicos para a instalação de novas indústrias; inclusão das debêntures das

indústrias metalúrgicas, cotadas na Bolsa, entre os títulos de inversão de reservas do nosso Instituto Central de Aposentadoria e Seguros;

4º) – organização do Ministério de Minas e Energia para a orientação e execução das medidas que forem tomadas pelo Governo para o incremento das indústrias metalúrgicas brasileiras.⁴⁷²

Encontramos uma relação clara e organizada dos principais elementos que deveriam guiar a política siderúrgica do país. Nesta relação está compreendida a exploração das riquezas minerais do subsolo e das fontes de combustível para as usinas, o ensino técnico-profissional, o crédito industrial, a política tarifária protecionista, a criação de um ministério dedicado essencialmente à questão siderúrgica, o desenvolvimento das indústrias de base e das indústrias de transformação. Mas, trata-se aqui de um projeto de longo prazo, no qual não podemos nos basear para entender as posições práticas tomadas no período 1938-1941 sobre o problema da primeira grande usina siderúrgica brasileira. Aliás, neste trecho que acabamos de transcrever notamos medidas destinadas ao incentivo das atividades industriais privadas, como o crédito industrial e as tarifas protecionistas, o que nos leva a crer que para Macedo Soares o ideal seria o desenvolvimento da siderurgia brasileira com base no capital privado nacional, sob a proteção, a coordenação e o incentivo do Estado. No entanto, o perfil da burguesia industrial brasileira naquele momento histórico impedia uma solução imediata baseada no capital privado nacional, e obrigava as elites dirigentes a procurar por outras alternativas para o projeto siderúrgico. Como veremos mais adiante, esta postura mais pragmática relativa ao financiamento da primeira grande usina siderúrgica estava presente no próprio discurso de Getúlio Vargas, o que mostra que a elite política do Estado Novo ideologicamente defendia a implementação da siderurgia em larga escala no país, mas não uma forma específica de financiamento. Em outras palavras, não encontramos uma defesa ideológica da siderurgia estatal ou da siderurgia privada. Também não encontramos pelo menos na questão da siderurgia uma apologia do capital estrangeiro como a grande solução para os males do Brasil, em contraste com os grupos políticos civis e militares pró-americanos do pós-1945 que apresentariam o capital estrangeiro como um elemento fundamental e permanente do desenvolvimento nacional.

Podemos dizer, portanto, em síntese, que Macedo Soares era indubitavelmente o expoente de uma ideologia industrializante, que via a transformação do Brasil de país

⁴⁷² SILVA, Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Política metalúrgica do Brasil (primeira conferência anual, 14.5.1945)**, p. 29-30.

agrícola e exportador de produtos primários em país industrial como uma necessidade histórica, como um fator de sobrevivência num mundo cada vez mais complexo e competitivo. As indústrias de base, e mais especificamente a siderurgia, deveriam ser o carro-chefe da política de desenvolvimento industrial, já que delas dependiam toda uma série de atividades econômicas, em especial as indústrias de transformação que fabricavam equipamento para as Forças Armadas, para o setor de transportes, para a agricultura etc. Esta política de desenvolvimento deveria ser feita de forma acelerada, com o objetivo de queimar etapas, e por meio da ação de um Estado interventor que entre outras coisas promovesse a expansão do ensino técnico e profissional – formação de uma elite técnica e de uma mão de obra qualificada – e do crédito industrial, que desenvolvesse o sistema de transportes e que protegesse as atividades industriais nacionais da concorrência estrangeira. A incapacidade do capital privado nacional em assumir sozinho o projeto siderúrgico brasileiro fazia Macedo Soares levar em conta outras opções para o financiamento pelo menos da primeira grande usina deste setor. A participação do capital estrangeiro era aceita como opção, mas em qualquer caso a presença do Estado, seja como interventor direto, seja como coordenador, era certa dada a importância da siderurgia para a economia brasileira e a soberania nacional.

Macedo Soares participaria ativamente do processo que levou ao surgimento da Companhia Siderúrgica Nacional não somente com sua atuação nas referidas comissões destinadas ao estudo do problema siderúrgico, mas também com suas viagens à Europa e aos Estados Unidos nos anos de 1939 e 1940, com o objetivo negociar o financiamento estrangeiro para a construção da primeira grande usina siderúrgica brasileira. Como Diretor Técnico da Companhia Siderúrgica Nacional, seria um dos principais responsáveis pelos trabalhos de construção da usina de Volta Redonda, que começaria a funcionar em abril de 1946.

Os trabalhos da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional levaram à constituição de um relatório pronto já em julho de 1940 e redigido por Macedo Soares no que diz respeito ao estudo da parte siderúrgica propriamente dita, e pelo engenheiro de transporte Oscar Weinschenk, no que diz respeito à questão dos transportes que deveriam servir à indústria siderúrgica. O relatório propunha a construção de uma usina com capacidade de produção média de trezentas mil toneladas anuais de perfis médios e

pesados, trilhos, barras, chapas e folhas-de-flandres que funcionasse num primeiro momento com coque obtido da mistura de carvão importado com o carvão de Santa Catarina, e que fosse localizada no Estado do Rio de Janeiro num trecho compreendido entre Barra do Piraí e Barra Mansa, no Vale do Paraíba, a aproximadamente 100 km da Capital Federal; a localidade escolhida era **Volta Redonda**.⁴⁷³ No que diz respeito à questão do financiamento, Vargas já estabelecera em fevereiro de 1938 três soluções possíveis: uma **solução estatal**, que consistia numa empresa pertencente inteiramente ao Estado e com financiamento estrangeiro por meio da exportação de minério de ferro; uma **solução mista**, isto é uma empresa mista brasileira com participação privada e governamental; uma **solução privada com participação do capital estrangeiro**, isto é, uma empresa privada com participação estrangeira sob controle e supervisão estatais.⁴⁷⁴ A constatação do desinteresse do capital europeu e norte-americano em investir no projeto siderúrgico brasileiro levou o governo a descartar em meados de 1940 uma solução apoiada na participação do capital estrangeiro. A solução estatal e a solução mista (capital estatal associado ao capital privado nacional) eram, portanto, as únicas possíveis.

O resultado de todo este processo foi a criação em 9 de abril de 1941 da **Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**, sociedade de capital misto que tinha o Estado como acionista majoritário; o capital privado nacional, reticente, pouco investiu na empresa. A direção da empresa tinha Guilherme Guinle como Presidente, Ari Frederico Torres como Vice, Macedo Soares como Diretor Técnico, Oscar Weinschenk como Diretor Comercial e Alfredo de Souza Reis Júnior como Diretor-Secretário. Para a construção da usina que seria realizada no local apontado pelo relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, o governo brasileiro contou com um empréstimo de 20 milhões de dólares iniciais do governo norte-americano, empréstimo que chegaria posteriormente a 45 milhões devido à elevação dos custos da construção. O Brasil teria de retribuir à ajuda financeira com a sua participação no esforço de guerra dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial: cessão do Nordeste como base de defesa aérea e naval norte-americana, fornecimento de matéria-prima para a indústria de guerra norte-americana (minérios de ferro, borracha), envio de uma força expedicionária para combater na Europa. Este financiamento não pode ser confundido com uma

⁴⁷³ Para uma análise detalhada do relatório desta comissão, ver GOMES, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*, p. 245-279.

⁴⁷⁴ Cf. BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*, p. 96.

participação do capital estrangeiro como associado, já que se trata de um empréstimo governamental, sem a participação de empresas siderúrgicas estrangeiras como acionistas.⁴⁷⁵ O caráter esmagadoramente majoritário do Estado nas ações da CSN fez desta praticamente uma **empresa estatal**. A solução estatal foi imposta pelo contexto daquele momento histórico. Melhor dizendo, ela foi imposta pela impossibilidade do capital privado nacional em assumir um setor que exigia altos investimentos e não proporcionava retorno imediato, e pelo desinteresse do capital estrangeiro em participar de um projeto de grandes proporções sob o controle, mesmo que indireto, do Estado brasileiro. O capital estrangeiro, mais interessado de fato na exploração dos minérios brasileiros para as suas indústrias do que em financiar o esforço industrializante de outro país, só poderia aceitar em participar deste tipo de investimento num regime mais liberal, em que o Estado brasileiro não interferisse em suas atividades e não limitasse seus lucros.⁴⁷⁶ O Estado Novo, por sua vez, enquanto regime nacionalista preocupado em desenvolver a siderurgia nacional e não em enriquecer grupos estrangeiros, não poderia aceitar a livre iniciativa do capital estrangeiro num setor estratégico como este.

A obra do Estado Novo na questão siderúrgica seria completada com a criação, em 1º de junho de 1942, da **Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)**, empresa de capital misto – com o Estado como acionista majoritário – e destinada a explorar e exportar minérios. Esta empresa, que incorporou as jazidas de minério de ferro até então pertencentes à Itabira Iron em Minas Gerais⁴⁷⁷, contou também com empréstimo do governo norte-americano. Desta forma, por meio da ação direta do Estado e com apoio financeiro – via empréstimos governamentais e não com a participação de empresas como acionistas – dos Estados Unidos, dava-se início efetivamente à resolução do problema siderúrgico no Brasil.

⁴⁷⁵ Sobre o longo e tortuoso processo, marcado por intensos debates, que levou ao surgimento da grande siderurgia no Brasil, ver BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*, p. 94-106, GOMES, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*, capítulos IX e X e WIRTH, John D. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*, parte II, **Siderurgia**. Para uma síntese desde episódio, ver CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*, p. 78-81. Abstivemo-nos de relatar em maiores detalhes o processo de criação da CSN por acharmos que fugiria demasiadamente da temática de nossa pesquisa, além de não acrescentar nada ao que já foi escrito sobre o assunto.

⁴⁷⁶ A própria proibição da participação de empresas e acionistas estrangeiros na exploração das riquezas do subsolo brasileiro, estabelecida com o 2º Código de Minas, de janeiro de 1940 (veremos este código ao falarmos da questão do petróleo), foi um dos fatores que fez a empresa norte-americana U. S. Steel desistir de participar como acionista da primeira grande empresa siderúrgica brasileira. A U. S. Steel havia condicionado a sua participação a substanciais modificações na legislação nacionalista brasileira (cf. WIRTH, John D. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*, p. 92).

⁴⁷⁷ Devido ao apoio do Brasil à causa aliada, os ingleses e os norte-americanos entregaram ao governo brasileiro as minas de ferro pertencentes à Itabira Iron (ver CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*, p. 81).

A execução do programa siderúrgico do Estado Novo foi resultante de um **esforço civil-militar** marcado pela ação de um quadro técnico saído tanto das Forças Armadas como da engenharia civil, sob a coordenação geral de Getúlio Vargas e com a participação de representantes do empresariado. A solução estatal adotada não era a única opção encarada pelos envolvidos no projeto, mas foi a única possível diante do contexto do momento.

*

* *

Como vimos no capítulo anterior, a questão do petróleo teve um princípio de resolução com a decretação do Código de Minas, principal legado político e econômico, junto com o Código de Águas, da atuação de Juarez Távora à frente do Ministério da Agricultura. Este código, como também vimos, passava para o poder do Estado as riquezas do subsolo ainda não descobertas. Com o advento do Estado Novo, esta questão seria retomada com a acentuação de seus aspectos **nacionalistas**. Já na Constituição de 10 de Novembro de 1937, artigo 143, encontramos a seguinte orientação:

Art. 143 – As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas-d’água constituem propriedade distinta da propriedade do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização federal.

§ 1º) A autorização só poderá ser concedida a brasileiros, ou empresas constituídas por acionistas brasileiros, reservada ao proprietário preferência na exploração, ou participação nos lucros.

§ 2º) O aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida e para uso exclusivo do proprietário independe de autorização.

§ 3º) Satisfeitas as condições estabelecidas em lei entre elas a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer, dentro dos respectivos territórios, a atribuição constante deste artigo.

§ 4º) Independe de autorização o aproveitamento das quedas-d’água já utilizadas industrialmente na data desta Constituição, assim como, nas

mesmas condições, a exploração das minas em lavra, ainda que transitoriamente suspensa.⁴⁷⁸

O artigo seguinte afirmava que “*a lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas-d’água ou outras fontes de energia assim como das indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação*”.⁴⁷⁹ A grande diferença em relação ao artigo 119 da Constituição de 16 de julho de 1934 e ao Código de Minas e ao Código de Águas decretados na mesma época reside no item da autorização por parte do Estado brasileiro para o aproveitamento econômico das riquezas minerais e hidráulicas: enquanto em 1934 exigia-se como condição para esta autorização ser o solicitante brasileiro ou então uma empresa organizada no Brasil, em 1937 exigia-se que as empresas organizadas no país fossem constituídas por acionistas brasileiros. Em outras palavras, enquanto em 1934 o capital estrangeiro podia ser autorizado a explorar as riquezas do subsolo brasileiro desde que fosse acionista de empresas montadas no Brasil, em 1937 esta possibilidade estava excluída. Era criado assim um grande obstáculo aos trustes internacionais interessados em explorar as riquezas do subsolo brasileiro e as jazidas petrolíferas que porventura fossem descobertas no país – a primeira jazida petrolífera descoberta no Brasil foi a de Lobato, na Bahia, em janeiro de 1939. A política do Estado Novo relativa à questão do subsolo seria sacramentada com a criação, por meio do decreto nº 1.985 de 29 de janeiro de 1940, do novo **Código de Minas**. Este último tomava por base o Código de 1934 mas acentuava, fundamentado nos princípios expostos no mencionado artigo da Constituição de 1937, as suas características nacionalistas: em seu artigo 6º, o Código de Minas de 1940 afirmava que “*o direito de pesquisar ou lavrar só poderá ser outorgado a brasileiros, pessoas naturais ou jurídicas, constituídas estas de sócios ou acionistas brasileiros*”.⁴⁸⁰

Para Gabriel Cohn, a nova orientação do governo em relação à política do petróleo a partir do advento do Estado Novo foi fortemente influenciada pelos militares, preocupados com esta questão devido à importância desta riqueza mineral para a defesa nacional:

⁴⁷⁸ ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*, p. 468-469.

⁴⁷⁹ ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*, p. 469.

⁴⁸⁰ O Código de Minas de 1940 está disponível em íntegra em versão digital no Portal da Câmara dos Deputados (ver link <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1985-29-janeiro-1940-412009-publicacao-1-pe.html>).

[...] a influência da concepção “militar” do problema do petróleo, que era encarado em termos de segurança nacional, foi decisiva, de vez que forneceu a pedra de toque para as suas formulações de cunho mais nacionalista. Com efeito, uma vez posto o problema do suprimento desse combustível ao país em termos de estoques disponíveis em caso de emergência, e introduzindo na conceituação de “caso de emergência” aquele em que os suprimentos se interrompam ou sofram reduções drásticas independentemente da vontade das nações fornecedoras – como poderia ocorrer no caso de uma guerra mundial – não há mais como escapar à formulação de uma política do petróleo que visa garantir para a nação (através do Estado ou de seus cidadãos, exclusivamente) a exploração e o controle desse recurso mineral. Em 1938, nas condições internacionais dadas, essa concepção se impôs aos militares, e esses a levaram ao órgão encarregado de tratar do problema. Somente após o conflito mundial, e numa situação internacional redefinida, membros das Forças Armadas passariam a formular o problema de modo diverso [...].⁴⁸¹

O mesmo autor afirma, no entanto, que a posição dos militares a respeito desta questão era apenas **conjuntural** por se referir mais a uma **estratégia do petróleo** do que a uma **política do petróleo** no sentido amplo do termo: para Cohn, as posições dos militares faziam abstração de tudo aquilo que não dissesse respeito aos problemas de suprimento a curto prazo, e não se preocupavam com o impacto do aumento das importações nessa área em termos de dispêndios de divisas no comércio exterior do país.⁴⁸² Acreditamos, entretanto, que dificilmente os militares conceberiam, em 1938, uma política de abastecimento dos veículos militares a curto prazo com base na exploração de jazidas de petróleo que nem sequer haviam sido descobertas, e num tipo de atividade econômica que claramente exigia altos investimentos e trabalho a longo prazo. Se a preocupação desses militares fosse somente com o abastecimento das Forças Armadas a curto prazo, a única opção para eles seria recorrer à importação do combustível, apesar de todos os riscos que a conturbada situação internacional oferecia a este tipo de operação comercial. A política de exploração petrolífera no Brasil da década de 1930 significava, ao contrário, uma política de longo prazo, dispendiosa e de resultados incertos, já que a existência de jazidas importantes no país, apesar de provável, ainda não havia sido verificada. Mais uma vez, acreditamos que o problema da **defesa nacional** servia como **justificativa ideológica** para uma política que a princípio, por seu caráter pouco ou nada lucrativo a curto prazo, não interessaria as classes dominantes brasileiras. De qualquer forma, os militares foram para Gabriel Cohn atores decisivos no desenvolvimento da indústria petrolífera no Brasil:

⁴⁸¹ COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, p. 48-49.

⁴⁸² COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, p. 49.

[...] sob a premência de uma situação de crise, percebida ao seu modo – em termos de criação de condições para a eficiência, a curto prazo, do aparelho de defesa nacional – os militares aparecem como o verdadeiro elemento dinamizador, na época, da ação oficial neste setor nuclear da economia. Com ou sem consciência das implicações a longo prazo da sua tomada de posição, o fato é que os militares, pela lógica mesma da sua concepção daquele problema na situação dada, tiveram atuação decisiva no ato de cortar o “nó górdio” que se havia formado pelo cruzamento de interesses sutilmente entrelaçados naquela área [...].⁴⁸³

Sob pressão do Estado-Maior do Exército, o Conselho Federal do Comércio Exterior passou a estudar os aspectos jurídicos e econômicos de uma política de nacionalização da indústria do óleo cru ou o seu monopólio pelo Estado. Desses estudos surgiu o decreto presidencial nº 395 de 29 de abril de 1938, que nacionalizava a indústria da refinação do petróleo e criava o **Conselho Nacional do Petróleo (CNP)**. Este decreto afirmava que “*o petróleo refinado constitui a fonte principal de energia para a realização do transporte, especialmente aéreo e rodoviário, serviço de utilidade pública nacional, indispensável à defesa militar e econômica do país*” e atribuía ao Governo Federal a competência de autorizar, regular e controlar a importação, a exportação, o transporte (inclusive a construção de oleodutos), a distribuição e o comércio de petróleo e seus derivados no território nacional, assim como de autorizar a instalação de quaisquer refinarias ou depósitos e de decidir de sua localização, da capacidade de produção das refinarias, da natureza e da qualidade dos produtos refinados. Segundo o artigo 3º, ficava nacionalizada a indústria da refinação do petróleo importado ou de produção nacional, com base nas seguintes condições: constituição do capital social e direção e gerência das empresas exclusivamente por brasileiros natos, com participação obrigatória de empregados brasileiros na proporção estabelecida pela legislação do País. O artigo 4º estabelecia que:

Fica criado o Conselho Nacional do Petróleo, constituído de brasileiros natos, designados pelo Presidente da República, representando os Ministérios da Guerra, Marinha, Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas, Trabalho, Indústria e Comércio, assim como as organizações de classe da Indústria e do Comércio.⁴⁸⁴

As funções do Conselho Nacional do Petróleo seriam especificadas com o decreto nº 538 de 7 de julho de 1938, que passava a este órgão a tarefa, atribuída ao

⁴⁸³ COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, p. 49.

⁴⁸⁴ Este decreto está disponível em versão digital no Portal da Câmara dos Deputados (ver link <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-395-29-abril-1938-349746-publicacao-73902-pe.html>).

Governo Federal no decreto de 29 de abril, de controle e autorização das atividades petrolíferas no país. O decreto, em seu artigo 10, estabelecia uma longa relação de atribuições do órgão, que iam desde a assessoria ao governo sobre questões técnicas e sobre autorização para pesquisa e para exploração de jazidas, à fiscalização, pelo próprio órgão, de atividades comerciais (incluído aí o controle de preços), de operações financeiras e de atividades de refino das empresas envolvidas nas atividades petrolíferas. Pelo artigo 13 cabia ao Conselho realizar “*por intermédio do órgão técnico que for criado, os trabalhos oficiais de pesquisa, das jazidas de petróleo e gases naturais*”, e, quando julgasse conveniente, proceder “*à lavra e industrialização dos respectivos produtos*”. Para garantir o cumprimento das disposições contidas nas leis e regulamentos relativos à questão petrolífera, o Conselho estava autorizado a tomar medidas drásticas como a imposição de multas, a apreensão de mercadorias e o fechamento de estabelecimentos e instalações de qualquer gênero que as violassem. Como observa Mário Victor, o Decreto nº 538 transferia ao Conselho Nacional do Petróleo o direito, outorgado ao Departamento Nacional da Produção Mineral pelo Código de Minas de julho de 1934, de opinar sobre a autorização para pesquisas petrolíferas.⁴⁸⁵ Nós acrescentaríamos que embora ainda não existisse o monopólio estatal do petróleo, o Estado passava a controlar por meio do CNP todas as atividades petrolíferas já existentes no país (importação, refino, comercialização etc.). Para Gabriel Cohn, o artigo 13 citado acima, por atribuir a um órgão estatal a tarefa de pesquisar e explorar jazidas, seria o germe da futura Petrobrás.⁴⁸⁶

Para a Presidência do Conselho Nacional do Petróleo era nomeado um general do Exército, Júlio Caetano **Horta Barbosa**.

Nascido em Pinheiral, Rio de Janeiro, no ano de 1881, Horta Barbosa também era oficial da arma de engenharia do Exército. Tomou parte na campanha contra a comunidade monarquista sertaneja de Canudos (1897), assim como na tentativa de golpe militar contra o governo presidencial de Rodrigues Alves por ocasião da Revolta da Vacina (1904). Sob o comando do general Rondon participou da Comissão de Linhas

⁴⁸⁵ VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*, p. 99-100. O decreto em questão está disponível em versão digital no Portal da Câmara dos Deputados (ver link <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-538-7-julho-1938-365278-publicacao-1-pe.html>).

⁴⁸⁶ COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, p. 52-53.

Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1906-1910) – dedicada à expansão das linhas telegráficas e ao reconhecimento geográfico e científico da região – e da expedição científica americano-brasileira de 1913-1914 nos vales dos rios Paraguai e Amazonas ao lado do ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt. No período pós-1930 atuou como oficial das forças federais no combate à Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, e ocupou os cargos de Diretor de Engenharia do Exército (1936-1937) e de Subchefe do Estado-Maior do Exército (1937-1938).⁴⁸⁷ Positivista, Horta Barbosa era um representante típico da oficialidade técnica e modernizadora do Exército.

Durante a era Vargas, Horta Barbosa se notabilizaria por sua atuação e por sua militância na área da indústria petrolífera. Quando Diretor de Engenharia do Exército entrou em polêmica com o Departamento Nacional da Produção Mineral por acusar este órgão de negligência na pesquisa de jazidas de petróleo. Em memorial de janeiro de 1936 enviado ao Ministério da Guerra e intitulado **O petróleo e a defesa nacional**⁴⁸⁸, criticava o citado órgão do Ministério da Agricultura cujos técnicos apressavam-se em declarar a não existência de petróleo no território brasileiro, e acreditava ser possível encontrar este combustível em Mato Grosso. Neste documento Horta Barbosa associava o desenvolvimento da indústria petrolífera ao potencial militar e à independência econômica do país e reservava ao Exército papel central no incremento desta atividade econômica:

O Exército Nacional, em identidade de vistas com o Ministério da Agricultura, apenas visa, talvez, acelerar a solução desse problema, que, repetimos, é vital para a eficiência da defesa nacional: sem transporte não haverá ação militar oportuna, sobrem, embora, chefes ilustres, tropas adestradas.

O problema não é difícil, sua solução, positiva ou negativa, depende apenas de continuidade nos esforços. Quem melhor do que o Exército Nacional para animar tal assunto? [...] Sem petróleo [...] o nosso potencial militar é baixo; sem petróleo, assistimos, tristemente, à penetração constante, ininterrupta das Standard Oil, Dutch and Schell, Anglo-Mexican, etc., pelos menores recantos de nossa pátria. Urge, pois, substituir todos esses nomes por nomes brasileiros. Cheios de fé

⁴⁸⁷ Ver o verbete **Horta Barbosa**, de autoria de Renato Lemos, no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, disponível em versão digital no portal do FGV/CPDOC (ver link <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>). Não encontramos informações sobre a situação de Horta Barbosa no contexto da Revolução de 1930.

⁴⁸⁸ **O petróleo e a defesa nacional. Memorial do general Júlio C. Horta Barbosa ao Ministro da Guerra, em 30-1-1936.** In: *Documentos parlamentares. Câmara dos Deputados. Petróleo (subsídios)*. Vol. II, 1957, p. 3-7.

nutrimos fundas esperanças de que tal substituição ocorrerá tanto mais cedo quanto maior for a eficácia da cooperação do Exército nas pesquisas para localização das fontes daquele combustível.⁴⁸⁹

Para ilustrar a tese da necessidade da intervenção militar em certos setores da economia, o autor deste memorial se refere à atuação do exército francês no desenvolvimento das atividades agrícolas, industriais e comerciais nas colônias francesas e à atuação do exército argentino na exploração do ferro em seu país.

Em seu discurso por ocasião da sessão de instalação do Conselho Nacional do Petróleo no Palácio Tiradentes, na Capital Federal, em 12 de setembro de 1938, Horta Barbosa iniciava criticando a Constituição de 1891 por ter privatizado o subsolo – entrega ao proprietário do solo das riquezas do subsolo correspondente – e, desta forma, ter tornado possível que as riquezas minerais do país passassem para mãos estrangeiras:

No Brasil, o regime de acessão instituído pela Constituição de 1891, conferindo ao dono do solo a posse irrestrita do subsolo constituiu um obstáculo insuperável à ação dos poderes públicos no sentido de adotarem medidas indispensáveis à racional utilização dos recursos minerais do País.

Sob a égide de tal regime, que outorgava a particulares o direito de posse absoluta sobre nossas jazidas e minas, conferindo-lhes o império de nossos tesouros minerais, os mais valiosos depósitos dessas matérias primas passaram às mãos de estrangeiros, muitas vezes sem outro intuito que o de armazenar reservas para exploração futura.⁴⁹⁰

Esta situação se modificara com a reforma promovida pela Constituição de 1934 e pelo Código de Minas do mesmo ano:

Somente em 1934, uma nova era, mais propícia ao incremento da indústria extrativa de minérios, teve o seu começo. Com o advento da Carta de 16 de julho, foi possível anular-se o vínculo jurídico da acessão e entregar-se ao Governo Federal o controle da exploração dos nossos valores minerais, que ficou dependendo de prévia autorização ou consentimento do poder central e só podendo ser empreendida por brasileiros ou empresas organizadas no Brasil.

O Código de Minas foi elaborado segundo esses fundamentos acauteladores do interesse nacional.⁴⁹¹

⁴⁸⁹ **O petróleo e a defesa nacional. Memorial do general Júlio C. Horta Barbosa ao Ministro da Guerra, em 30-1-1936, p. 6-7.**

⁴⁹⁰ *Jubileu de prata do Conselho Nacional do Petróleo, 1938-1963: discursos pronunciados pelos presidentes Mal. J. C. Horta Barbosa, a 12/IX/1938 e Dr. Carlos Cesar Meireles Vieira, a 12/IX/1963, p. 1. Arquivo Horta Barbosa, HB-137f, FGV/CPDOC.*

⁴⁹¹ *Jubileu de prata do Conselho Nacional do Petróleo, 1938-1963: discursos pronunciados pelos presidentes Mal. J. C. Horta Barbosa, a 12/IX/1938 e Dr. Carlos Cesar Meireles Vieira, a 12/IX/1963, p. 2.*

A reforma da legislação do subsolo ocorrida em 1934, no entanto, apesar de significar um notável progresso, ainda era incompleta na medida em que a proibição de grupos estrangeiros adquirirem reservas petrolíferas brasileiras a partir do momento da decretação do Código de Minas não foi acompanhada de uma legislação que protegesse as atividades de refino, transporte e comercialização do petróleo do seu monopólio por organizações privadas, fossem elas nacionais ou estrangeiras. Esta lacuna foi preenchida pela lei de 29 de abril de 1938, que declarava de utilidade pública o abastecimento de petróleo e nacionalizava a indústria de refinação:

Preliminarmente, a lei não reconhece o domínio privado sobre as jazidas dessa classe, e atribui à União, ou aos Estados, a propriedade das que porventura forem descobertas, subordinando à prévia anuência federal, em qualquer caso, o seu aproveitamento industrial.

Oportuna e prudentemente, ficou eliminado o perigo do domínio direto dos nossos campos petrolíferos que se descobrirem, seja por organizações estrangeiras, seja por entidades nacionais. Embora inexecutável o monopólio da indústria do petróleo, determinado pelo açambarcamento das fontes de produção, subsistiu a eventualidade do mesmo se estabelecer sub-repticiamente através a posse dos processos de transformação, dos meios de transportes e da entrega ao consumo. Esse novo perigo, logo vislumbrado, presto foi conjurado pelas sábias medidas consubstanciadas no Decreto-lei nº 395, de abril p. passado, o qual não só declarou de utilidade pública o nosso abastecimento de petróleo, mas, indo além, nacionalizou a indústria de sua refinação. Deste modo, o Brasil deixou de fazer exceção à diretriz nacionalista que, em todos os povos cultos, vem norteando a política do combustível líquido, passando a considerá-la, desde então, como atividade de indisfarçável interesse público.

Foi este, sem dúvida, o primeiro passo no sentido de instaurar uma política nacional do petróleo, capaz de subtrair o país à vassalagem econômica em que se achava e aos riscos que ameaçavam a sua própria segurança. A indústria da refinação do petróleo poderá agora surgir sob a proteção do poder público, adstrita às nossas conveniências e diretamente vinculada à economia e segurança da Nação.

Amparando-a para assegurar-lhe êxito, nada terá o país a temer no terreno econômico dos combustíveis, que é o ambiente respirável de tantas indústrias, assim como evitará que qualquer poder se arrogue o direito de ditar-lhe leis no setor de sua defesa e de sua segurança, que é o clima da própria honra nacional.

Essa razão pela qual possuindo ou não em seu subsolo a inestimável riqueza do petróleo os povos economicamente livres, ou aqueles que o mereçam ser, já se não distinguem por haverem declarado uns, e outros não, lidimamente nacional a indústria do combustível líquido. No continente, o Brasil é um dos últimos países a seguir essa política,

de há muito adotada pelas Nações mais fortes e cultas, como a França, a Alemanha, o Japão, a Espanha, a Itália, etc.⁴⁹²

Ao dizer que com o Código de Minas tornara-se *“inexequível o monopólio da indústria do petróleo, determinado pelo açambarcamento das fontes de produção”*, Horta Barbosa está se referindo logicamente ao monopólio da indústria petrolífera pelos trustes estrangeiros, e não ao monopólio estatal. Para o autor do discurso, era importante, então, o país ter a sua própria indústria de refinação, mesmo que tivesse de importar o petróleo bruto.

Horta Barbosa atribui ao Exército, sobretudo ao Chefe do Estado-Maior, Góes Monteiro, papel decisivo nesta política:

Ao Exército, sempre vigilante na defesa dos legítimos e superiores interesses da pátria, não poderia passar despercebida a gravidade da situação criada pela inexistência da indústria lidimamente brasileira da refinação do óleo bruto, que se refletia não apenas sobre a soberania econômica, mas também punha em risco a integridade política da Nação. Dominado o mercado interno por tácito acordo entre as poderosas organizações internacionais detentoras do monopólio mundial do petróleo, operando exclusivamente, ou quase exclusivamente, com os derivados desse combustível, qualquer esforço por mais decisivo, qualquer tentativa por mais audaciosa que fosse, seriam insuficientes para libertá-lo desse jugo e subtraí-lo à vassalagem econômica a que nesse setor fora reduzido.

O estabelecimento da indústria nacional da refinação, único recurso eficaz para assegurar a independência econômica do país, por sua vez corria o risco de tornar-se inoperante, diante da possibilidade de serem instaladas, em nosso território, pelas próprias organizações alienígenas, grandes destilarias para o trato da matéria prima importada e produção dos seus derivados. Ditando os preços no mercado mundial, de todos os produtos originários do petróleo, e podendo fazer o mesmo no tocante ao mercado interno, graças à posse das refinarias ou fontes de produção, o “controle” efetivo do aprovisionamento do combustível líquido, para a vida industrial em todas as suas modalidades, e para a própria defesa nacional, escaparia definitivamente aos brasileiros.

Em face de perspectivas tão alarmantes, não hesitou o Exmo. General Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, em levar ao conhecimento do Governo a situação precária do presente e os perigos iminentes do futuro, relativamente ao suprimento de óleos combustíveis, solicitando a decretação de leis acauteladoras dos vitais interesses do país. Esse grito de alerta encontrou no patriotismo e no descortínio dos responsáveis pelos seus destinos franca e imediata acolhida, seguida de uma ação enérgica e eficaz, traduzida na

⁴⁹² *Jubileu de prata do Conselho Nacional do Petróleo, 1938-1963: discursos pronunciados pelos presidentes Mal. J. C. Horta Barbosa, a 12/IX/1938 e Dr. Carlos Cesar Meireles Vieira, a 12/IX/1963*, p. 2-3.

legislação já em vigor, que regula o abastecimento nacional do petróleo, nacionaliza a indústria da refinação e cria o Conselho Nacional do Petróleo, dotando-o de plenos e amplos poderes para prevenir todos os perigos e ameaças que pudessem afetar o surto da indústria nascente, assim fornecendo as armas econômicas capazes de vencê-los.⁴⁹³

Como não encontramos uma documentação de Góes Monteiro referente ao problema do petróleo, só sabemos de sua posição sobre o assunto naquela época por meio dos textos de Horta Barbosa. O que fica claro, contudo, é que Góes Monteiro podia tomar posição em relação a diversos aspectos da atividade econômica nacional, mas que o desenvolvimento e o aprofundamento de suas opiniões sobre as questões relativas à economia e ao desenvolvimento não era um tópico de seu discurso ideológico.

Horta Barbosa defendia ainda neste discurso o esforço conjunto do Estado e da iniciativa privada nacional na busca de petróleo no território brasileiro, assim como a constituição da indústria nacional de refinação do petróleo com base em refinarias grandes e modernas. Ao Conselho Nacional do Petróleo era atribuída a função de controlar e fiscalizar as atividades das refinarias e a comercialização e a distribuição do petróleo e seus derivados:

É um dever de patriotismo incentivar por todas as formas, a procura do nosso petróleo, aliando ao esforço oficial a iniciativa privada onde e quando procure atuar com patriotismo, honestidade, espírito público e elevação de vistas.

A indústria da refinação do petróleo encontra-se no momento atual em estado incipiente, com reduzido número de instalações de diminuta capacidade, ínfima mesmo, no tocante às necessidades do consumo interno.

A verdadeira indústria deverá surgir com refinarias modernas, de capacidade relativamente elevada, em condições, cada qual, de produzir uma fração apreciável dos combustíveis líquidos reclamados pelos serviços de transporte, bem assim dos carburetos destinados às forças aéreas de terra e mar. Para tanto, torna-se imperioso o emprego de métodos modernos e de alto rendimento para a transformação da matéria prima, pois só assim será possível conseguir a baixa dos preços a realizar uma das finalidades do estabelecimento da indústria no país. Em consequência, parece desaconselhável a multiplicação desde logo das pequenas destilarias, trabalhando com processos antiquados e obsoletos; se é verdade que a sua montagem prescinde de

⁴⁹³ *Jubileu de prata do Conselho Nacional do Petróleo, 1938-1963: discursos pronunciados pelos presidentes Mal. J. C. Horta Barbosa, a 12/IX/1938 e Dr. Carlos Cesar Meireles Vieira, a 12/IX/1963, p. 4-5.*

grandes capitais, a sua fraca produtividade acarreta o fatal encarecimento dos produtos elaborados.

Ao Conselho Nacional do Petróleo caberá estabelecer a capacidade dessas destilarias, localizá-las no território brasileiro e fiscalizar todas as suas operações financeiras e mercantis, aferindo, precisamente, os preços de custo dos produtos e assim podendo fixar os preços, máximo e mínimo, de venda.

O Conselho terá, igualmente, o encargo de controlar todo o comércio do petróleo e seus derivados, desde a importação que só se fará mediante seu consentimento, até a forma de distribuí-lo e entregá-lo aos consumidores.

Tais atribuições constituem certamente um difícil cometimento, sem o qual não seria possível garantir o êxito da própria indústria a criar-se, nem tampouco alcançar o superior objetivo que se colima.⁴⁹⁴

Horta Barbosa defendia, portanto, o desenvolvimento da indústria do petróleo com base em unidades grandes e modernas. Pelo menos num setor estratégico como o petrolífero, as pequenas unidades industriais, antiquadas e pouco produtivas, não eram viáveis na medida em que elas impediriam a produção em larga escala e, portanto, tornariam impossível o abastecimento completo do mercado nacional e a diminuição do preço dos combustíveis. Notamos que não há aqui, ainda, a defesa do **monopólio estatal** da indústria petrolífera, bandeira que imortalizaria a militância política de Horta Barbosa, e sim uma defesa do **monopólio nacional**, que permitia a participação da iniciativa privada brasileira, em detrimento dos trustes estrangeiros. Podemos, todavia, dizer que a defesa da exploração e da industrialização do petróleo com base em grandes unidades modernas já excluía de antemão o capital privado nacional, que como veremos depois era incapaz, devido à sua precariedade, de atender às exigências de uma indústria petrolífera moderna.

A militância de Horta Barbosa pelo **monopólio estatal** da indústria de refinação do petróleo se tornaria pública após a viagem do general à Argentina e ao Uruguai, países nos quais havia uma importante indústria petrolífera estatal. Em seu relatório de viagem datado de abril de 1939 e endereçado a Getúlio Vargas são descritas minuciosamente as atividades das companhias petrolíferas estatais Yacimientos Petrolíferos Fiscales da Argentina e Administracion Nacional de Combustibles Alcohol y Portland do Uruguai, assim como sua importância para a economia de seus

⁴⁹⁴ *Jubileu de prata do Conselho Nacional do Petróleo, 1938-1963: discursos pronunciados pelos presidentes Mal. J. C. Horta Barbosa, a 12/IX/1938 e Dr. Carlos Cesar Meireles Vieira, a 12/IX/1963, p. 5-6.*

respectivos países. No caso da Argentina não havia monopólio estatal da indústria petrolífera devido à penetração dos trustes estrangeiros nesta área desde a descoberta de petróleo no país em 1907, mas o incremento da Yacimientos Petroliferos Fiscales especialmente a partir da ascensão do general Enrique Mosconi à presidência da estatal em 1922, levava a um maior desenvolvimento desta atividade e das demais atividades nacionais com o barateamento do fornecimento do combustível dentro do país. Já no Uruguai, que não possuía uma gota de petróleo em seu território, o monopólio estatal da refinação do petróleo importado permitiu não somente o abastecimento de todo o mercado nacional, mas também o barateamento do fornecimento do combustível. Horta Barbosa insistia no fato de que a indústria estatal da refinação era fator determinante para o barateamento do combustível, enquanto que a indústria privada, movida pela busca do lucro, só levava ao encarecimento de um produto indispensável à circulação de riqueza e ao desenvolvimento das demais atividades nacionais. Sem indústria estatal da refinação do petróleo, o país ficaria a mercê dos preços ditados pelos trustes estrangeiros, mesmo que o Estado tentasse controlar a importação e a distribuição do combustível. Neste documento Horta Barbosa alerta para as vantagens da indústria estatal da refinação de petróleo sob forma de monopólio e apresenta também as seguintes reivindicações: necessidade urgente e inadiável de enviar ao Prata o maior número possível de técnicos brasileiros para se iniciarem no estudo de todas as especialidades pertinentes ao petróleo; concentração no Conselho Nacional do Petróleo de todas as atividades relacionadas com os hidrocarbonetos; vinda de técnicos argentinos especialistas na lavra do petróleo e na organização de campos de produção; intensificação dos serviços geológicos e geofísicos com o objetivo de encontrar novos campos petrolíferos; maiores verbas para o CNP.⁴⁹⁵ Segundo Mário Victor, Horta

⁴⁹⁵ Ver **Relatório do general J. C. Horta Barbosa ao Presidente da República sobre sua viagem ao Prata, em abril de 1939**. In: *Documentos parlamentares. Câmara dos Deputados. Petróleo (subsídios)*. Vol. II, 1957, p. 279-303. Sobre a viagem de Horta Barbosa à Argentina e ao Uruguai, ver também a sua entrevista à revista *Diretrizes* publicada em junho de 1939 (**O problema do petróleo no Brasil. Entrevista exclusiva do General Horta Barbosa, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo**. *Diretrizes*, junho 1939, p. 3-7. *Arquivo Horta Barbosa*, R164, FGV/CPDOC). Não ficou claro para nós, entretanto, qual é a data exata da viagem de Horta Barbosa aos países platinos; não sabemos se a data de abril de 1939 que consta no título do relatório corresponde também à viagem, ou somente à redação do documento. Mário Victor cita o ano de 1938 para esta viagem (VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*, p. 132). O que é claro no texto é que o general visitou a Argentina e o Uruguai já como Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, e que portanto esta viagem não pode ser anterior à criação do órgão e nem à nomeação de Horta Barbosa para a sua presidência em meados de 1938.

Barbosa chegou a enviar técnicos do Conselho Nacional do Petróleo à Argentina para estudos especializados.⁴⁹⁶

A posição de Horta Barbosa em defesa do monopólio estatal da indústria de refinação era apoiada pelo general Francisco José Pinto, Presidente do Conselho de Segurança Nacional e Chefe da Casa Militar de Getúlio Vargas, assim como por Dutra e Góis Monteiro. Aliás, o Estado-Maior do Exército, chefiado pelo próprio Góis Monteiro, ao repudiar proposta da empresa norte-americana Standard Oil em participar das atividades petrolíferas brasileiras, assim se pronunciava em parecer transcrito por Horta Barbosa em ofício endereçado a Getúlio Vargas em 18 de julho de 1941:

O Brasil, para organização da legislação referente ao petróleo, pode utilizar a experiência de outras nações sul-americanas, principalmente da Argentina e Uruguai. Por isso, as disposições legais vigentes entre nós têm um caráter preventivo de fundo essencialmente nacionalista. A orientação que adotamos tende a concentrar no Conselho Nacional do Petróleo todas as atividades que se relacionam com hidrocarbonetos e a criar a indústria estatal da refinação, sob a forma de monopólio, assim como a intensificar metódica e continuamente os serviços geológicos e geofísicos para determinação de novos horizontes petrolíferos.

A uniformidade de orientação na política do petróleo, nos países da América do Sul, é que tende a dar à lavra e exploração desse artigo um caráter francamente *nacionalista*, e consequência do fato de ser universalmente reconhecida a significação do petróleo para a economia e segurança da Nação.

Por isso, a nossa legislação [...] proíbe que qualquer estrangeiro possua ações de companhias de petróleo.⁴⁹⁷

Horta Barbosa defenderia de forma mais sistemática e fundamentada o monopólio estatal da indústria petrolífera no período pós-1945, por ocasião da Campanha do Petróleo. Em palestra proferida em 30 de julho de 1947 no Clube Militar, o general defenderia o monopólio estatal com base na argumentação de que, por ser a função da indústria petrolífera a de fornecer combustível por preço baixo com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento das atividades nacionais, ela não poderia ser movida pela busca do lucro. Somente a indústria petrolífera estatal, por não ter como

⁴⁹⁶ VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*, p. 133.

⁴⁹⁷ Ofício do presidente do Conselho Nacional do Petróleo, General Júlio C. Horta, ao Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas (18-7-41). In: *Documentos parlamentares. Câmara dos Deputados. Petróleo (subsídios)*. Vol. II, 1957, p. 316-317. Sobre as tentativas de grandes empresas petrolíferas estrangeiras, como a Standard Oil e a Royal Dutch-Schell, em atuar no setor petrolífero dentro do território brasileiro naquela época, e a posição da cúpula militar do Estado Novo favorável ao monopólio estatal da refinação do petróleo, ver VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*, capítulo VIII, **A Standard Oil e o General**.

objetivo fundamental, ao contrário da indústria privada, a busca do lucro e sim o desenvolvimento do país, poderia cumprir essa função. Para Horta Barbosa estava descartada, portanto, tanto a opção pelo capital privado nacional, que significava o monopólio das atividades petrolíferas por alguns grupos ou indivíduos, como a opção pelo capital estrangeiro, que significava a submissão da soberania brasileira aos interesses dos grandes trustes estrangeiros. Apesar de contrário ao princípio do “Estado industrial”, isto é, o princípio de que todas as atividades industriais deveriam estar nas mãos do Estado, Horta Barbosa defendia a estatização das atividades ligadas à energia, e particularmente o petróleo.⁴⁹⁸

A orientação estatizante de Horta Barbosa ao mesmo tempo entrava em choque com os interesses dos trustes estrangeiros e com as aspirações do capital privado nacional. No que diz respeito a este último, houve de fato uma revolta do empresariado nacional do petróleo contra a orientação vigente. Foi o caso do empresário baiano Oscar Cordeiro, descobridor da jazida de Lobato e que se opôs ao governo quando este, com base nas diretrizes expostas no Código de Minas e no decreto que especificava as funções do Conselho Nacional do Petróleo, estatizou a reserva petrolífera. Foi também o caso de Monteiro Lobato, praticamente um porta-voz dos interesses da iniciativa privada nacional nas atividades petrolíferas e que, como vimos no capítulo anterior, atacara publicamente o Código de Minas de 1934. Agora em 1940 ele passava a acusar o Conselho Nacional do Petróleo de perseguir as empresas petrolíferas nacionais, de criar embaraços à exploração do subsolo, de planejar secretamente o monopólio estatal da indústria petrolífera e de atuar a serviço dos trustes internacionais; estas acusações o levariam a ser preso no ano seguinte. O alagoano Edson de Carvalho também contestaria a política do regime e insultaria pessoalmente Horta Barbosa após ter sido negada à sua empresa a concessão para pesquisa e lavra de jazidas petrolíferas em Riacho Doce, Alagoas.⁴⁹⁹ O que podemos deduzir, com base neste contexto, é que mais ainda do que o Código de Minas de 1934, a legislação e a política petrolífera do Estado Novo levavam naturalmente ao monopólio estatal da indústria petrolífera, já que tornavam praticamente impossível as atividades particulares, tanto as nacionais como as

⁴⁹⁸ Ver BARBOSA, General J. C. Horta. *Problemas do petróleo no Brasil: conferências no Clube Militar a convite do seu presidente, general Cesar Obino*. Rio de Janeiro: Revista do Clube Militar, 1947, p. 3-23.

⁴⁹⁹ Os episódios do confronto entre empresas petrolíferas privadas nacionais e as autoridades públicas, do surgimento do Código de Minas em julho de 1934 ao início da década de 1940, são relatados em diversos momentos em VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*, capítulos IV a VII, e COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, capítulos I e II.

estrangeiras, neste setor da economia. As jazidas petrolíferas, por não terem sido descobertas antes do surgimento do Código de Minas, pertenciam de antemão ao Estado brasileiro, e portanto nenhum grupo privado, mesmo que descobrisse uma jazida, poderia se apoderar dela. A pesquisa e a exploração de possíveis jazidas dependiam de autorização do governo, e as empresas nacionais, sempre precárias em sua organização e recursos financeiros, não eram capazes de cumprir as exigências do Departamento Nacional da Produção Mineral e do Conselho Nacional do Petróleo. E finalmente, com o artigo 143 da Constituição de 10 de Novembro de 1937, com a nacionalização da indústria de refinação do petróleo em abril de 1938 e com o Código de Minas de janeiro de 1940, os trustes estrangeiros estavam proibidos de atuar nas atividades petrolíferas brasileiras. Assim, a política petrolífera do Estado Novo, apoiada no nacionalismo econômico do Exército – representado pelas posições e pela atuação de Horta Barbosa – , prenunciava a criação da Petrobrás na década de 1950.

As atividades do Conselho Nacional do Petróleo não alcançariam, entretanto, o resultado esperado devido a problemas inerentes à própria organização do órgão (carência de equipamento e de pessoal qualificado, má organização administrativa) e ao pouco valor comercial das jazidas até então descobertas. O poço de Lobato revelou-se de pouco valor econômico; como observa Gabriel Cohn, sua importância foi mais “psicológica”, no sentido de provar a existência de petróleo dentro do território brasileiro. Embora os trabalhos do Conselho tenham levado à descoberta de outras jazidas no Recôncavo Baiano, como Candeias, Aratu, Itaparica e D. João, a produção petrolífera permaneceu bastante modesta.⁵⁰⁰ A situação do Brasil naquele momento, de país atrasado em seu processo de desenvolvimento econômico, dificultava as atividades petrolíferas num território no qual as jazidas eram de difícil acesso e exigiam altíssimos investimentos. A importação de equipamento para o Conselho foi também dificultada pela Segunda Guerra Mundial, que fez com que o seu maior fornecedor, os Estados Unidos, dedicado ao esforço de guerra, restringisse a saída deste tipo de material do

⁵⁰⁰ A propósito dos problemas enfrentados pelo Conselho Nacional do Petróleo, ver COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, p. 60-61 e 65-68. Segundo este autor, “o Conselho Nacional do Petróleo revelava-se, assim, falho nas atividades cotidianas, afetas ao setor técnico e à administração corrente. Sua importância era melhor demonstrada na tomada das “grandes decisões”, para as quais, na realidade, ele havia sido concebido, mais do que para a ação rotineira. É, portanto, na área das decisões que afetam de modo global a economia do país e dizem respeito às grandes linhas da política do petróleo que a ação do CNP deixou suas marcas mais profundas” (COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, p. 61).

país.⁵⁰¹ Gabriel Cohn sugere também, como razão para as dificuldades de entrega do equipamento importado, a má vontade dos Estados Unidos para com o projeto petrolífero do Estado Novo.⁵⁰²

Uma nova orientação iria marcar o Conselho Nacional do Petróleo, e junto com ele a própria política petrolífera do Estado Novo, com a saída de Horta Barbosa em agosto de 1943 e sua substituição por outro militar, João Carlos Barreto, um coronel do Exército favorável à participação do capital estrangeiro nas atividades petrolíferas brasileiras. Barreto, em sua Exposição de Motivos nº 2558 de 6 de maio de 1945, alegaria que a pesquisa e a industrialização do petróleo exigiam grandes capitais, custosa aparelhagem, engenheiros especializados e mão de obra qualificada, elementos ainda indisponíveis no país, e que portanto seria de grande interesse para a economia brasileira a atração de capitais externos. Para ele seria preciso “*admitir a participação de capitais externos na pesquisa e lavra do petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobotuminosas, bem como no seu beneficiamento e definição*”, e para tal seria necessário remover obstáculos encontrados em disposições constitucionais e leis ordinárias.⁵⁰³ Já encontramos aqui o início da controvérsia que dividiria as forças armadas brasileiras a respeito da questão do desenvolvimento nacional no pós-1945: a participação ou não do capital estrangeiro no esforço industrializante do país. A partir desse momento a tendência dominante seria a de procurar uma reforma da legislação vigente no sentido de se permitir a entrada de capitais estrangeiros neste ramo da economia. Esta tendência se fortaleceria depois da queda do Estado Novo com a Constituição de 18 de setembro de 1946, que eliminava a exigência presente na Constituição de 1937 e no Código de Minas de 1940 de que as empresas petrolíferas fossem constituídas exclusivamente por acionistas brasileiros, e com a elaboração, durante o governo pró-americano de Eurico Gaspar Dutra, do projeto de Estatuto do Petróleo que acabou sendo, entretanto, derrotado no Congresso e arquivado.⁵⁰⁴

⁵⁰¹ Cf. VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*, p. 151.

⁵⁰² COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, p. 65-66.

⁵⁰³ A Exposição de Motivos de João Carlos Barreto encontra-se transcrita na íntegra em COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, p. 76-78 e em VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*, p. 158-159.

⁵⁰⁴ Sobre as tentativas de abrir a indústria petrolífera ao capital estrangeiro no período imediato após a queda do Estado Novo, ver COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, capítulo III, **Petróleo e ação política: 1945/51**, e VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*, terceira parte, **O Estatuto do Petróleo**.

Ao pedir demissão de seu cargo de Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, Horta Barbosa citava como razão o desejo de retomar suas atividades militares, e de fato logo foi nomeado para o comando da 2ª Região Militar sediada em São Paulo. Para Gabriel Cohn, entretanto, foram as dificuldades para a criação da indústria de refinação do petróleo sob o monopólio estatal que o levaram a se exonerar do cargo.⁵⁰⁵ Em conferência pronunciada no Instituto de Engenharia de São Paulo, Horta Barbosa afirmava que a inação do governo em relação à implementação de uma política nacional de energia e a campanha política movida contra o Conselho Nacional do Petróleo pelos trustes estrangeiros e por autoridades brasileiras o teriam impedido de realizar a sua ideia, isto é o **monopólio estatal da indústria petrolífera**.⁵⁰⁶ A mudança de orientação na política petrolífera do regime pode se dever em parte aos modestos resultados conseguidos até então pelo Conselho Nacional do Petróleo, o que teria levado à consideração do capital estrangeiro como uma alternativa para se conseguir os investimentos necessários à pesquisa e à exploração das riquezas petrolíferas brasileiras. No entanto, não descartamos, como outra razão, a aliança cada vez mais estreita com os Estados Unidos num contexto marcado pela Segunda Guerra Mundial e o financiamento norte-americano da indústria siderúrgica brasileira: a hegemonia e influência crescente da nova maior potência ocidental dentro do Brasil teria aumentado as pressões sobre a elite dirigente brasileira no sentido do aumento de oportunidades para o capital norte-americano num setor em que este se mostrava particularmente agressivo, isto é o setor petrolífero. A posição favorável ao capital estrangeiro de João Carlos Barreto pode também se dever à crescente tendência pró-americana dentro das Forças Armadas, assunto que veremos no final deste capítulo. Segundo John Wirth, o próprio Getúlio Vargas tendia pessoalmente a preferir uma solução privada ou mista com a participação do capital estrangeiro. Tanto no caso da siderurgia como no caso do petróleo, Vargas era hostil à ideia de monopólio, seja estatal, seja em benefício de trustes estrangeiros,

⁵⁰⁵ COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*, p. 62.

⁵⁰⁶ Horta Barbosa assim dizia nessa ocasião: “Logo que foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, julgou-se possível uma indústria 100% em mãos de nacionais. O trato do problema e aprofundado estudo da matéria, o melhor conhecimento da realidade, o exame de uma a uma das soluções imaginadas, isoladas ou combinadas, levaram o Conselho, por uma unanimidade dos seus membros, em documento de 10 de junho de 1941, a propor ao Governo o monopólio do Estado, como a solução que melhor consultava o interesse público”. E mais adiante: “A guerra, pareceres de órgãos não especializados, a falta de uma política nacional de energia, a campanha de zombaria contra o órgão oficial, às vezes inconscientemente feita por brasileiros altamente colocados na administração pública, as solertes investidas dos trustes e, sobretudo, uma opinião pública não preparada, impediram que o Conselho, até 1943, quando o deixei para ter a honra de comandar a Região Militar de São Paulo, visse realizada a sua ideia” (reproduzido em VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*, p. 144-145).

por achar que o monopólio freava a iniciativa em busca de uma melhor produtividade.⁵⁰⁷

De qualquer forma, a opção pelo monopólio estatal do petróleo – mais especificamente o monopólio no tocante à pesquisa, lavra, refinação e transporte marítimo ou por meio de condutos do petróleo no Brasil – seria vitoriosa com a criação da Petrobrás em outubro de 1953, durante o segundo governo Vargas. Assim como no caso da siderurgia, a solução estatal seria imposta pelo próprio contexto da época. O projeto dos defensores da participação do capital estrangeiro, que encontramos na referida Exposição de Motivos de João Carlos Barreto, nas posições tomadas por Juarez Távora nas palestras de 1947 no Clube Militar⁵⁰⁸ e também no fracassado Estatuto do Petróleo de 1948 que mencionamos atrás, desagradava não somente aos nacionalistas defensores do monopólio estatal como também aos trustes estrangeiros, já que ele não concedia a estes a liberdade de atividades e lucros desejada. Na medida em que não contestava a existência do Código de Minas, defendendo apenas a sua reforma no sentido de se permitir a entrada de capitais estrangeiros na exploração e na industrialização do petróleo, e na medida em que implicava o controle governamental sobre as atividades do capital estrangeiro no Brasil, este projeto seria criticado pelas grandes empresas petrolíferas norte-americanas e seus defensores locais, como Eugênio Gudin, Oscar Weinschenk e Alcides Lins, que advogavam por uma liberdade ampla. A opção pelo capital privado nacional já havia sido derrotada no início da década de 1940 devido à incapacidade dos empresários brasileiros em levarem à frente um empreendimento que exigia altos investimentos e pouco ou nenhum retorno a curto prazo; as tentativas governamentais de reavivá-la no imediato pós-1945 revelaram-se infrutíferas. Além do mais, a indústria petrolífera, mesmo ainda incipiente no Brasil, era demasiadamente importante para o país por seu futuro peso no desenvolvimento

⁵⁰⁷ Ver WIRTH, John D. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*, p. 107-108 e 135.

⁵⁰⁸ Como dissemos no capítulo II, não devemos estabelecer automaticamente uma continuidade entre o Juarez Távora **tenente** e o Juarez Távora liberal-conservador e pró-americano do pós-1945. Na década de 1930, Juarez apresentava o seu Código de Minas como um freio à cobiça dos trustes internacionais desejosos de se apoderar das riquezas minerais brasileiras. Infelizmente, o tenentismo desapareceu sem ter tomado uma posição definida sobre a questão do petróleo (monopólio estatal, iniciativa privada, solução mista, participação do capital estrangeiro etc.) e, portanto, não temos como dizer com certeza qual era exatamente o projeto petrolífero de suas principais lideranças.

econômico e na segurança nacional, para que fosse entregue de forma incondicional a grupos estrangeiros. O monopólio estatal foi, portanto, a única solução viável.⁵⁰⁹

Ao contrário da siderurgia, que era então vista como prioridade, a obra do Estado Novo na questão do petróleo ficou inacabada. Entretanto, toda a legislação surgida no período 1930-1945 relativa às riquezas minerais deu um grande passo no sentido da resolução do problema petrolífero, que aconteceu em meio a grandes debates uma década depois.

*

* *

Com base na análise que fizemos das posições de Macedo Soares e Horta Barbosa, podemos levantar algumas características da política de desenvolvimento do Estado Novo nos dois setores eleitos como a vanguarda do processo de desenvolvimento econômico do país, isto é a **siderurgia** e o **petróleo**.

Primeiramente, é importante ressaltar a presença militar nos órgãos dedicados ao desenvolvimento desses setores. Esta presença militar não se deve apenas à avançada formação técnica e científica da oficialidade da arma de engenharia que participou e em alguns casos liderou os projetos de desenvolvimento nesses dois ramos da indústria, mas também ao fato de que, por serem considerados setores estratégicos vinculados à soberania do país e à defesa nacional, a siderurgia e a indústria petrolífera deveriam ser implementadas sob a coordenação e o monitoramento das Forças Armadas. Como pudemos ver, a relação entre de um lado a siderurgia e o petróleo e de outro a independência econômica e a segurança nacional era bastante explícita no discurso da época. Não estamos querendo dizer com isso que a preocupação principal era o fornecimento de equipamento e combustível para as unidades militares brasileiras, mas sim o fortalecimento do país em geral – dentro do qual estava compreendido o

⁵⁰⁹ Sobre todo o contexto do surgimento da Petrobrás, ver os citados trabalhos de Gabriel Cohn e Mário Victor, cujo objetivo é exatamente o estudo do longo e tortuoso processo que levou à criação desta empresa. Ver também WIRTH, John D. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*, parte III, **Petróleo**, e COUTINHO, Lourival e SILVEIRA, Joel. *O petróleo do Brasil: traição e vitória*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1957.

fortalecimento econômico e o fortalecimento militar –, o que exigia um projeto de econômico de longo prazo. Não se trata apenas, portanto, como alegava a própria cúpula militar do regime pelas razões que expusemos atrás, de medidas preventivas em razão do contexto de guerra mundial daquele momento.

Em segundo lugar, se formos comparar com o projeto econômico do **tenentismo nacionalista** do pós-1930, a preocupação industrializante dos militares do Estado Novo era mais explícita. Deixavam-se de lado as preocupações sociais que haviam caracterizado o discurso tenentista, e passava-se a se concentrar na questão do desenvolvimento industrial, e em especial no desenvolvimento de ramos-chave como a siderurgia e o petróleo. E de fato, tanto no discurso da cúpula militar do Estado Novo como dos representantes do quadro técnico-militar do regime, não encontramos contestação da estrutura fundiária brasileira e nem um discurso antiburguês. No máximo constata-se a incapacidade do capital privado nacional em assumir o papel de liderança econômica no desenvolvimento da siderurgia e do petróleo – o que na verdade era uma constatação técnica, baseada na observação da realidade – e a crítica aos trustes estrangeiros não traduzia uma postura antimonopolista em geral, e sim a defesa da soberania nacional em setores estratégicos da economia. A própria burguesia nacional era chamada a colaborar nos projetos de desenvolvimento do regime, como mostra a presença de representantes da indústria dentro dos órgãos econômicos oficiais. Como dissemos no capítulo anterior, se formos comparar os dois projetos econômicos – o tenentista e o dos militares do Estado Novo –, este último, por se concentrar essencialmente na questão da indústria, levava naturalmente a um desenvolvimento industrial mais rápido. No entanto, é possível que o projeto tenentista, por sua maior ênfase reformista na organização do aparelho de Estado – modernização da máquina administrativa, erradicação dos resquícios oligárquicos do regime deposto em 1930 – e na organização social – difusão da pequena propriedade no campo, melhoria das condições de vida das camadas urbanas mais desfavorecidas e o consequente desenvolvimento do mercado interno –, levaria ao surgimento de condições para um posterior desenvolvimento industrial apoiado em bases mais sólidas e realizado de forma mais equilibrada. O projeto dos militares do Estado Novo correspondia de fato às aspirações de Getúlio Vargas, isto é, a uma política industrializante acelerada sem abalos significativos na ordem social.

Já no que diz respeito aos meios defendidos para o desenvolvimento desses dois setores estratégicos da atividade industrial, no caso de Horta Barbosa, como ficou claro, imperava o domínio estatal direto, enquanto que no caso de Macedo Soares predominava uma postura pragmática aberta a diferentes opções de financiamento do projeto siderúrgico, mas desde que com a presença do Estado, seja como interventor direto seja com uma função coordenadora. A posição de Horta Barbosa referente à questão do financiamento para o petróleo tinha conotação mais ideológica do que a de Macedo Soares para a siderurgia, já que a questão do monopólio estatal estava diretamente associada à soberania nacional e à ideia do petróleo como motor da economia nacional e não como mera fonte de lucro. Ambos descartavam, entretanto, o capital privado nacional como base econômica de seus projetos, por considerarem-no incapaz, naquele momento histórico, de assumir grandes projetos de desenvolvimento a longo prazo. O que fica claro é que os grupos dirigentes do Estado Novo não eram unânimes na defesa de um modelo específico de financiamento para a implementação desses dois setores da indústria: a solução estatal na questão siderúrgica foi vencedora após diversos debates dentro do país e experiências de negociação com grupos estrangeiros, e na questão do petróleo, se a solução estatal parecia inevitável nos primeiros anos do regime, este último mudou de orientação a partir de meados de 1943 e passou a seguir uma tendência favorável à participação do capital estrangeiro. A própria postura de Getúlio Vargas de **negociador** e de **mediador** entre as diferentes tendências dentro do governo só dificulta o entendimento dos projetos econômicos do regime. Infelizmente, não tivemos tempo, e nem era essa a finalidade de nossa pesquisa, de aprofundar o pensamento de Vargas a respeito das questões econômicas e do desenvolvimento, e tivemos de nos basear, no que diz respeito a esta questão, na historiografia sobre o período. Ora, os autores de trabalhos de história econômica que citamos ao longo deste capítulo apresentam todos, sem exceção, Vargas como um negociador entre as diferentes soluções propostas para os problemas da indústria e do desenvolvimento nacional, e não como o expoente de um projeto próprio que ele procuraria impor firmemente dentro do governo. Sabemos que ele era inequivocamente um defensor de um projeto industrializante voltado não somente para o desenvolvimento e a modernização das indústrias já existentes no país, mas também para a implementação de ramos ainda inexistentes da atividade industrial no Brasil, como a siderurgia em larga escala e a exploração e a industrialização do petróleo.

Quanto aos meios de por em prática este projeto, predominavam um pragmatismo aberto a diferentes soluções e uma aparente indefinição.

Macedo Soares e Horta Barbosa continuariam a atuar politicamente em prol do desenvolvimento econômico no pós-1945. Macedo Soares exerceu os cargos de Ministro da Viação e Obras Públicas no governo Dutra (1946) e Ministro da Indústria e Comércio no governo Costa e Silva (1967-1969), de Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (1954-1960) e da Confederação Nacional da Indústria (eleito duas vezes em 1964 e 1966), de Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (eleito em 1964), além de dirigir a Mercedes-Benz do Brasil (1969-1970), entre outras inúmeras funções; foi também Governador do Estado do Rio de Janeiro (1946-1951).⁵¹⁰ Representante típico da **burguesia de Estado** – isto é, a parte da burocracia de Estado que dirige o setor estatal da economia – surgida com o Estado Novo e que se desenvolveria e se fortaleceria posteriormente, Macedo Soares representaria também no pós-1945 a ala das Forças Armadas defensora de uma política de desenvolvimento nacional associado ao capital estrangeiro. Horta Barbosa, por sua vez, se destacaria por sua militância em prol do monopólio estatal do petróleo no final da década de 1940 e início da década de 1950, ao lado de lideranças militares como Estillac Leal, Leitão de Carvalho, Artur Carnaúba, Felicíssimo Cardoso e José Pessoa, e de lideranças civis como Artur Bernardes, Hermes Lima e Bilac Pinto. No ano de 1947 seria protagonista de um histórico debate no Clube Militar com Juarez Távora, que por sua vez defendia a participação do capital estrangeiro nas atividades petrolíferas brasileiras. Em 1950, Horta Barbosa seria eleito Vice-Presidente do Clube Militar, em chapa encabeçada por Estillac Leal e que representava a ala nacionalista das Forças Armadas; chegou a exercer interinamente a presidência da entidade.⁵¹¹ A trajetória de Macedo Soares e Horta Barbosa no pós-1945 reflete o realinhamento político ocorrido dentro das Forças Armadas resultante do triunfo da hegemonia norte-americana no final da Segunda Guerra Mundial.

⁵¹⁰ Ver o já citado verbete **Edmundo de Macedo Soares** do **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**.

⁵¹¹ Sobre a militância de Horta Barbosa na campanha do petróleo do pós-1945, ver as obras já citadas sobre o problema do petróleo do Brasil. Sobre sua atuação como representante da ala nacionalista das Forças Armadas no início da década de 1950, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*, p. 304-355. Ver também o citado verbete **Horta Barbosa** do **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**.

*

* *

O Estado Novo, mesmo com uma estrutura ditatorial aparentemente sólida apoiada nas Forças Armadas, logo entraria em crise conforme o contexto da guerra mundial fosse se aproximando do final. A aliança militar com os Estados Unidos – aliança que implicou a presença de bases militares norte-americanas no Nordeste brasileiro desde 1941 e o envio da famosa Força Expedicionária Brasileira para combater na Itália em julho de 1944 como integrante do Vº Exército norte-americano –, levaria a uma grande influência ideológica norte-americana sobre a oficialidade brasileira, que rapidamente passaria em boa parte a se indispor com o regime nacionalista e autoritário do Estado Novo. A derrota dos regimes fascistas na guerra também logicamente enfraquecia a posição da ditadura varguista, cuja instauração se dera num contexto mundial em que a liberal-democracia e a economia de mercado eram vistas como instituições superadas pela História. A crescente hegemonia norte-americana no subcontinente sul-americano tornava inviável a sobrevivência de ditaduras nacionalistas, mesmo que elas tivessem ajudado no esforço de guerra dos Estados Unidos, como era o caso do Estado Novo. O resultado deste contexto seria, portanto, um divórcio crescente entre as Forças Armadas e o próprio regime que elas até então haviam sustentado.⁵¹²

Este divórcio crescente entre a ditadura estadonovista e as Forças Armadas provocaria uma **virada à esquerda** do discurso varguista a partir do ano de 1943, discurso que procuraria agora se apoiar nas classes trabalhadoras como forma de compensar a sua crescente falta de apoio nos meios militares. Esta mudança no discurso varguista a partir de 1943, discurso que passava de defensor da ordem a incentivador das conquistas trabalhistas, é assim notada por Pedro Cezar Dutra Fonseca:

[...] o Brasil ingressara na guerra ao lado das forças “democráticas”, o que permitiu certa autoconfiança às oposições, principalmente as de cunho liberal, mas também as de esquerda. [...] Vários movimentos com apoio de parcelas das classes dominantes e com respaldo nos

⁵¹² No que diz respeito à influência ideológica norte-americana sobre a oficialidade brasileira participante do esforço de guerra dos Estados Unidos, ver PEIXOTO, Antonio Carlos. **Le Clube Militar et les affrontements au sein des forces armées (1945-1964)**, p. 69-81. Peixoto faz uma associação convincente entre a FEB e o antivarguismo nas Forças Armadas.

segmentos médios urbanos verificaram-se a partir de então, opondo-se ao governo. A saída para a crise institucional implicava necessariamente a volta de determinadas práticas liberais abolidas pela Constituição, como eleições, e a vitória aliada transformava-se na hipótese mais realista a partir de 1943. Assim, os movimentos internos, em consonância com as mudanças internacionais, apontavam para o fim da ditadura.

Vargas a partir daí passou a mudar sua política, especialmente suas relações com a classe operária. A Consolidação das Leis do Trabalho já a havia atrelado ao aparelho estatal, ou seja, o movimento sindical sobrevivente à repressão estava definitivamente controlado por homens de confiança do governo – os “pelegos”. A aproximação de Vargas aos trabalhadores ampliava sua base de sustentação, em parte compensando os desgastes da ditadura e o crescimento das forças opositoras. A partir de 1º de maio de 1943 Vargas começou a incentivar a sindicalização em massa. [...] Iniciava-se, desta forma, com mais nitidez sua política *populista*. [...] Os discursos abordando a “questão social” deixavam de dirigir-se preferencialmente aos empresários e aos políticos; agora destinavam-se aos líderes sindicais e aos trabalhadores, demonstrando-lhes as conquistas, o interesse e a firme decisão do Chefe de Estado em consolidá-las e avançá-las, já que Vargas passava a considerar as Leis do Trabalho então vigentes como apenas um passo inicial rumo a maiores benefícios.⁵¹³

Tinha início, portanto, em 1943, o processo que Décio Saes chama de **radicalização do populismo**⁵¹⁴, que caracterizaria a atuação política de Vargas na década de 1950 e de João Goulart no início da década de 1960. Às pressões internas vindas de grupos oligárquicos antivarguistas, de liberais de classe média e de grupos de esquerda reprimidos pelo regime – oposição interna que se animava com o contexto mundial desfavorável aos regimes ditatoriais –, e ao distanciamento progressivo dos militares, Vargas respondia, portanto, com uma mobilização política das classes trabalhadoras urbanas. A própria legislação trabalhista, antes vista como fator de preservação da ordem social por evitar a luta de classes, passaria agora a ser apresentada como o princípio de uma política de emancipação política do proletariado urbano. Da

⁵¹³ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*, p. 313-314.

⁵¹⁴ O autor citado emprega o termo **radicalização do populismo** para designar o momento em que a política varguista, para não perder sua base de apoio proletária diante das crescentes pressões de um movimento operário cada vez mais forte – força resultante do desenvolvimento industrial acelerado iniciado a partir de 1930 –, passou a uma radicalização verbal que exaltava as conquistas trabalhistas e defendia seu aprofundamento em detrimento dos interesses da burguesia. Este processo de radicalização fez com que a política trabalhista de Vargas passasse involuntariamente, de garantidora da ordem social necessária ao esforço industrializante, a incentivadora das tensões de classe, com um aumento da hostilidade do movimento operário em relação às classes dominantes. Estas últimas, conseqüentemente, se tornariam cada vez mais hostis ao varguismo, o que levaria à derrota final deste último. Esta questão aparece em diferentes momentos em SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*, capítulos II e III.

ditadura baseada nas Forças Armadas, passávamos agora a uma **ditadura das massas urbanas**.

A cúpula militar do regime, apesar de não estar necessariamente influenciada pela pressão ideológica norte-americana cada vez mais forte nos meios militares, seria obrigada a se voltar contra Vargas para não perder o controle das Forças Armadas. Dutra e Góes Monteiro – este último deixara o comando do Estado-Maior do Exército em dezembro de 1943 –, lideraram o golpe militar que depôs Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945 e com isso pôs fim ao Estado Novo. Contribuiu também para esta decisão a radicalização do discurso varguista, cujos aspectos “esquerdistas” passaram a preocupar a alta oficialidade. José Murilo de Carvalho explica desta forma a virada política das Forças Armadas:

À medida que se tornava previsível a vitória dos aliados, intensificou-se a preparação para a democratização e o apelo aos operários. A imagem de Vargas como o “pai dos pobres”, o amigo dos operários, foi sendo sistematicamente construída. [...] Essa guinada, que tinha semelhança com o fenômeno peronista em marcha na Argentina desde 1943, foi a causa imediata do divórcio entre Vargas e as Forças Armadas que, então tomadas pelo anticomunismo e pela pretensão de guiar o Estado, não aceitaram a inclusão de novo ator político que lhes era política e ideologicamente antagônico.

Nas circunstâncias da época – luta interna contra a ditadura e externa contra o nazi-fascismo – o motivo do divórcio foi obscurecido pela aspiração geral de democratização que colocava do mesmo lado parceiros heterogêneos como os socialistas e os liberais. Dentro das próprias Forças Armadas, o quadro não era claro. Em 1945, ficaram contra Vargas os principais entre seus antigos auxiliares, como Góes, Dutra, Canrobert, tidos sempre como simpatizantes do Eixo. Movia este grupo o receio da política trabalhista de Vargas, que vinculavam de modo quase paranoico ao perigo comunista. Ficaram também contra ele antigos aliados da época pré-Estado Novo, como os generais Juracy Magalhães e Juarez Távora, e o brigadeiro Eduardo Gomes, este candidato à presidência em 1945. Embora o anticomunismo e o medo de uma política populista ao estilo de Perón estivessem também presentes nesse grupo, ficavam em parte encobertos sob a capa da luta contra a ditadura, pela defesa do liberalismo e da democratização. Ao evoluir dos acontecimentos, a aliança entre esses dois grupos, que foi conjuntural em 1945, se consolidou e constituiu a nova facção militar que se tornou vitoriosa em 1964, quase 20 anos depois.⁵¹⁵

⁵¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro**, p. 111. O autor menciona aqui o general Canrobert Pereira da Costa, que na década de 1950 se tornaria um ícone da direita antivarguista nas Forças Armadas.

A esta interpretação, com a qual concordamos, acrescentaríamos o peso da ideologia pró-americana que conquistou esta oficialidade relativamente mais jovem e em boa parte veterana do movimento tenentista (Juarez Távora, Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias, Juraci Magalhães), e que se tornaria no pós-1945 representante da ala das Forças Armadas defensora de uma aliança política e militar com os Estados Unidos em sua luta contra o bloco comunista e de uma política de desenvolvimento nacional associado ao capital estrangeiro. Assim, podemos dizer que o golpe de Estado de 29 de outubro de 1945 resultou de uma aliança entre a cúpula militar do Estado Novo, preocupado com a radicalização do populismo varguista, e a oficialidade recentemente convertida ao pró-americanismo. O governo presidencial pró-americano de Dutra (1946-1951), apesar de não ser um governo militar e sim um governo constitucional e livremente eleito, representa de certa forma uma acomodação da antiga cúpula militar do Estado Novo ao novo contexto marcado pela hegemonia norte-americana no pós-guerra.

O contexto de crise do Estado Novo e de consolidação da hegemonia dos Estados Unidos no continente americano levou a um realinhamento político dentro das Forças Armadas. Já desaparecera a antiga oficialidade comprometida com a ordem política da República Velha, e o cenário político-militar passava agora a ser disputado por duas facções modernizadoras das Forças Armadas: uma **nacionalista** voltada para um projeto de desenvolvimento autônomo, para uma política externa independente e para uma aliança política com o populismo varguista; uma **pró-americana** voltada para uma política externa alinhada com os Estados Unidos, para um discurso liberal, anticomunista e antipopulista e para um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Esta última tendência estaria na origem da criação da Escola Superior de Guerra em 1949 e do golpe de Estado de 31 de março de 1964, que colocou Castelo Branco, um representante típico desta orientação, no poder.⁵¹⁶

Apesar de aparentemente derrotado devido ao fim abrupto e prematuro do regime, o projeto do grupo militar no poder no Estado Novo foi a longo prazo vitorioso, já que colocou definitivamente o Brasil no caminho da industrialização. A opção de uma volta à economia exclusivamente agroexportadora já estava descartada. Da mesma

⁵¹⁶ Sobre o conflito entre as alas nacionalista e pró-americana das Forças Armadas no período 1945-1964, ver PEIXOTO, Antonio Carlos. **Le Clube Militar et les affrontements au sein des forces armées (1945-1964)**, e SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*, p. 289-404.

forma, estava descartada uma volta ao regime oligárquico deposedo em 1930, já que o aparelho de Estado havia adquirido de forma irreversível uma organização mais moderna e centralizada, e uma nova burocracia comprometida com o desenvolvimento industrial havia surgido.⁵¹⁷ O grande debate agora passaria a ser entre o desenvolvimento autônomo e o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Para Lourdes Sola, o Estado Novo foi um instrumento de acumulação capitalista num país economicamente atrasado e com uma burguesia ainda sem força:

As características contraditórias do Estado Novo, combinando aspectos progressistas, como o impulso à industrialização, e conservadores, como a repressão aos movimentos de esquerda, e a utilização de técnicas de propaganda e coerção, apoiado nos grupos militares, integrou elementos típicos (ao lado de outros, sem dúvida conjunturais), bastante comuns na evolução dos países subdesenvolvidos. O Estado autoritário, surgido de movimentos democráticos, se fazia, conscientemente, o principal instrumento de acumulação capitalista, a serviço principalmente de uma burguesia industrial incipiente, mas fraca. Esta fraqueza, definida em grande parte pelo fato de se ver obrigada a jogar, em suas lutas para romper o “Pacto Colonial”, com a colaboração de forças contraditórias: aquelas tradicionalmente ligadas ao imperialismo de um lado, mas ainda capitalismo, e as massas de outro.⁵¹⁸

De qualquer forma, o desenvolvimento brasileiro no pós-1945 e a posição das diferentes vertentes políticas dentro das Forças Armadas em relação a esta questão é assunto para outra pesquisa.

⁵¹⁷ Para as transformações irreversíveis ocorridas no período 1930-1945, ver SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, p. 55- 71.

⁵¹⁸ SOLA, Lourdes. *O golpe de 37 e o Estado Novo*, p. 315.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos neste trabalho o projeto econômico dos militares brasileiros em três manifestações diferentes: a oficialidade republicana das décadas de 1880 e 1890, o tenentismo do início da década de 1930 e a cúpula militar do Estado Novo (1937-1945).

Na primeira manifestação, encontramos uma defesa da transformação do Brasil de país agrícola em país industrial. Para os militares republicanos do final do século XIX, o desenvolvimento industrial deveria ser realizado com base num incentivo governamental, via política tarifária protecionista e via política creditícia, à iniciativa privada nacional. Outras medidas favoráveis ao incremento da indústria como a expansão das vias de comunicação e a difusão do ensino profissional eram reivindicadas. A indústria era defendida de forma genérica e embora fossem mencionados diversos ramos, como o têxtil, o alimentício, o militar e o siderúrgico, não havia uma ênfase em nenhum deles. Também não havia uma preocupação com o estágio técnico das unidades industriais brasileiras e não era feita distinção entre atividades que ainda estavam num nível artesanal, as que já estavam num nível manufatureiro e as que poderiam se encaixar dentro do perfil da grande indústria mecanizada.

Na segunda manifestação a ênfase era num reformismo social que privilegiava a pequena propriedade em detrimento do latifúndio no campo e da concentração capitalista na área urbana. As elites brasileiras, tanto as agrárias como as industriais, eram hostilizadas com reivindicações como a reforma agrária, a diversificação da produção agrícola, a proibição de trustes e monopólios, o imposto territorial, o imposto de renda, a legislação operária, a condenação da valorização artificial de produtos e a condenação do protecionismo industrial. Entretanto, a presença de medidas favoráveis ao desenvolvimento industrial como a expansão planejada das vias de comunicação, a difusão do ensino profissional, a criação de um setor bancário com o objetivo de financiar a produção nacional, a estatização das riquezas minerais do subsolo e das quedas-d'água e, mesmo que de forma vaga, a implementação da siderurgia, nos leva a pensar que o programa tenentista era de fato hostil a uma classe, a burguesia industrial brasileira, e não ao desenvolvimento industrial em si. No que diz respeito a setores mais avançados da atividade industrial, como a siderurgia e o petróleo, os **tenentes** pareciam tender para uma solução estatal, embora esta opção não estivesse clara no discurso. De qualquer forma, o capital privado nacional, considerado sem envergadura, estava excluído e o capital estrangeiro era visto com desconfiança.

Na terceira manifestação, encontramos um projeto abertamente industrializante apoiado numa ideologia de guerra cujo principal expoente era a alta oficialidade do Exército que dividia o poder com Getúlio Vargas. O desenvolvimento industrial acelerado do país era apresentado como condição para o Brasil possuir os meios militares para sobreviver num contexto internacional de guerra e de projetos imperialistas e expansionistas. A política industrializante do regime contaria com a participação de uma oficialidade técnica originária da engenharia militar nos setores escolhidos como a vanguarda do desenvolvimento industrial do país, isto é, a siderurgia em larga escala e a exploração e a industrialização do petróleo. Este foi o papel de militares como Macedo Soares no projeto siderúrgico e Horta Barbosa no projeto petrolífero do regime. Se o discurso industrializante da cúpula militar era genérico e não entrava em maiores detalhes sobre os setores da indústria que deveriam ser desenvolvidos e implementados, e nem sobre a forma como isto deveria ser feito, a oficialidade técnica entrou a fundo no estudo do problema siderúrgico e do problema petrolífero. Macedo Soares apresentava a siderurgia como o motor das demais atividades nacionais e defendia um projeto siderúrgico que excluía uma solução apoiada integralmente no capital privado nacional, considerado incapaz de assumir este papel, e propunha uma solução que contava com a participação do Estado, seja como interventor direto, seja como coordenador; o capital estrangeiro não era excluído no caso de uma solução mista. Horta Barbosa, por sua vez, seria um militante pelo monopólio estatal da indústria petrolífera com base na ideia de que o fornecimento de combustível para a população e para as demais atividades econômicas nacionais não deveria ser feito com o objetivo de lucro e sim com o objetivo de promover o desenvolvimento do país. O Estado Novo não possuía, contudo, um projeto uniforme para o desenvolvimento desses dois setores da atividade industrial.

Voltemos agora à duas hipóteses de trabalho que expusemos na introdução e que dissemos que norteariam a nossa pesquisa. A primeira diz o seguinte:

Durante o período 1889-1945, setores das forças armadas brasileiras formados com base nos padrões militares das grandes potências europeias, ao constatar o atraso socioeconômico de seu país e ao considerar a elite civil incapaz de reverter este quadro, decidiram assumir o papel de agentes do desenvolvimento nacional e foram os expoentes de um projeto de transformação do Brasil de país agrícola e exportador de produtos primários em país industrial.

Como procuramos mostrar no capítulo I, a oficialidade militar brasileira, e especialmente a oficialidade do Exército, por sua formação acentuadamente científica e por sua falta de comprometimento ideológico com a ordem agrária e escravista do Império, passara a defender um projeto de desenvolvimento cujo objetivo era a transformação do Brasil de país agrícola e exportador de produtos primários em país industrial. Esta componente continuou presente posteriormente no discurso militar. No caso do tenentismo, se a indústria não tem o mesmo destaque, já que o seu desenvolvimento imediato não aparece como prioridade, todo o reformismo social de seu programa estava voltado, como dissemos, para um futuro desenvolvimento da produção nacional; além do mais, é clara a preocupação de um engenheiro militar como Juarez Távora com o aproveitamento industrial das riquezas minerais e hidráulicas brasileiras. No caso do Estado Novo, a cúpula do Exército foi, enquanto controladora do dispositivo militar do regime, o principal sustentáculo político da política industrializante do governo diante da possível hostilidade das ainda predominantemente agrárias elites brasileiras; a oficialidade técnica originária da engenharia militar atuou como agente desta política industrializante dentro dos projetos siderúrgico e petrolífero do regime. Portanto, nada do que vimos aqui desmente esta primeira hipótese de trabalho, que para nós continua válida.

A segunda hipótese de trabalho afirma o seguinte:

Este projeto de desenvolvimento industrial, embora houvesse permanecido o mesmo na essência, transformou-se em função, internamente, do desenvolvimento socioeconômico nacional e do aprimoramento técnico-profissional da oficialidade brasileira, e, externamente, do contexto econômico e militar mundial.

Vimos ao longo de nossa pesquisa uma transformação, em certos aspectos radical, do projeto econômico dos militares durante o período estudado. No caso da oficialidade republicana de fins do século XIX (jornal **Tribuna Militar**, florianoismo e Serzedelo Corrêa) a política industrializante consistia num apoio governamental à iniciativa privada nacional, a grupos já estabelecidos no país, e não havia o objetivo de promover o surgimento de novos setores da atividade industrial. A política econômica concebida não ultrapassava de fato os limites do liberalismo, já que o Estado tinha apenas uma função protetora das atividades industriais nacionais existentes. Como dissemos, não havia uma preocupação com o atraso técnico das unidades industriais brasileiras em relação à indústria das grandes potências europeias e dos Estados Unidos, e as tarifas protecionistas apareciam como suficientes para a promoção do

desenvolvimento da indústria nacional e o abastecimento do mercado brasileiro com os seus produtos. Os diferentes setores da atividade industrial eram colocados em forma de igualdade e não havia prioridade a um ou a alguns deles dentro da política industrializante concebida por esses militares. A crítica ao caráter agrário da economia brasileira não era acompanhada de uma crítica à estrutura fundiária brasileira – em outras palavras, não encontramos um ataque ao latifúndio e uma defesa da reforma agrária. A questão operária não é mencionada, o que revela o estado embrionário da indústria brasileira naquele momento: a ausência de um programa de leis sociais e trabalhistas no programa econômico dos militares republicanos é um sério indício da inexistência de um movimento operário importante naquele período e, por conseguinte, da inexistência de um setor industrial mecanizado e complexo. O caráter manufatureiro e em muitos casos até mesmo artesanal da indústria brasileira no momento de transição da ordem imperial para a ordem republicana, e o predomínio absoluto da produção em pequenas unidades impedia a formação de um proletariado fabril numeroso, o que por sua vez só seria possível com o surgimento de grandes unidades industriais. Como dissemos no primeiro capítulo desta tese, os limites do projeto econômico dos militares naquele momento histórico só podem ser entendidos se inseridos dentro do contexto de sua época. Este contexto é caracterizado, internamente, por um Brasil agrícola, recém-saído do escravismo e com um setor industrial embrionário, e em muitos casos rudimentar, e externamente pelo processo de consolidação da grande indústria mecanizada nas grandes potências europeias e nos Estados Unidos. Este processo de consolidação, no entanto, exatamente por estar em andamento – com exceção da Inglaterra, cujo desenvolvimento industrial foi pioneiro – provavelmente ainda não era visível para os militares brasileiros naquele momento. A constatação do poderio econômico da Europa e dos Estados Unidos claramente não era acompanhada da constatação de uma evolução técnica da indústria. As declarações dos militares brasileiros de que os produtos manufaturados brasileiros eram páreos para os produtos industriais estrangeiros e de que dependiam apenas de uma proteção tarifária para abastecer o mercado brasileiro com a quantidade e a qualidade necessárias, são um sério indício disso.

O tenentismo e o Estado Novo estão inseridos em outro contexto histórico, contexto marcado pela experiência da Primeira Guerra Mundial, a primeira guerra industrial da História, que teve impacto na própria formação profissional dos militares brasileiros, e por um novo estágio do desenvolvimento brasileiro resultante por sua vez

do desenvolvimento das atividades agroexportadoras. Esses fatores internos e externos influiriam no pensamento dos militares, que passariam a advogar por projetos econômicos mais ambiciosos. No caso da Primeira Guerra Mundial, é importante ressaltar o peso de um conflito marcado pela participação da grande indústria pesada e armamentista, que rompia com o padrão das guerras do século XIX, que ainda se encaixavam dentro de um padrão pré-industrial (predomínio de uma indústria armamentista num nível ainda manufatureiro). O primeiro grande conflito mundial alertou os militares do mundo inteiro, mesmo os militares de países que não participaram do conflito, para a importância da grande indústria mecanizada e para a importância de novos setores da atividade industrial como a siderurgia em larga escala e a indústria petrolífera. Já no que diz respeito ao desenvolvimento industrial brasileiro, o surgimento de um importante setor de bens de consumo durante a República Velha fez com que os militares não se contentassem apenas com o desenvolvimento da **indústria** em seu sentido mais geral e fez com que passassem a se preocupar com a implementação de setores ainda inexistentes no país. Em outras palavras, não era mais necessário lutar pelo desenvolvimento e pela proteção de setores como o têxtil e o alimentício, já consolidados, e sim lutar pela introdução e pelo desenvolvimento de setores novos, como a siderurgia em larga escala e o petróleo.

No caso do tenentismo a menor ênfase no desenvolvimento da indústria e a prioridade conferida a um reformismo social apoiado na pequena propriedade em detrimento da concentração capitalista podem conferir um caráter passadista ao seu projeto econômico e, portanto, podem dar a entender que houve uma regressão em relação ao projeto da oficialidade republicana das décadas de 1880 e 1890, cujo caráter industrializante era mais explícito. Porém, o reformismo social dos **tenentes** levava em conta, como elemento fundamental para o desenvolvimento industrial, a expansão do mercado interno, que teria grande impulso com o surgimento de uma pequena burguesia rural proporcionado pela reforma agrária e com a melhoria das condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população urbana. A preocupação com o incremento do mercado interno como fator de desenvolvimento industrial inexistia no discurso dos militares republicanos: o grande empecilho para o fortalecimento da indústria nacional era para eles a concorrência estrangeira. Este aspecto revela maior percepção dos **tenentes** no que toca à observação do contexto socioeconômico brasileiro, com a inserção da questão do desenvolvimento industrial dentro de um quadro mais amplo. Se para os militares de fins do século XIX o desenvolvimento da indústria parecia

praticamente independente do desenvolvimento social, no caso dos jovens militares revolucionários do início da década de 1930 este desenvolvimento social era visto como um pré-requisito para o incremento da produção nacional. Além do mais, a questão do aproveitamento industrial das riquezas minerais e dos recursos hidráulicos, tão presente no discurso tenentista, não é um item do projeto econômico dos militares de fins do século XIX; Serzedelo Corrêa se refere à questão das riquezas do subsolo em 1903, sem propor por sinal uma solução muito clara. O Estado já tem no discurso tenentista uma função mais direta, como vimos ao falarmos da estatização das riquezas minerais e das quedas-d'água. Com o Código de Minas, a solução estatal se tornaria a única viável para a questão do petróleo.

Já no caso do Estado Novo a ênfase é em setores mais avançados da atividade industrial como a siderurgia em larga escala e a indústria petrolífera. A burguesia nacional é descartada como agente único ou principal da implementação desses dois setores, e o Estado aparece aqui com uma função decisiva, seja como interventor direto (empresas inteiramente estatais ou mistas) seja como coordenador das atividades. Se os militares republicanos do final do século XIX se apresentavam como defensores dos interesses da burguesia industrial brasileira, o grupo militar do Estado Novo objetivava a criação de um novo setor industrial, independente da própria burguesia nacional – mesmo que esta fosse aceita como participante minoritário de um projeto liderado pelo Estado. No que diz respeito às diferenças entre os **tenentes** e os militares do Estado Novo, se o projeto industrializante do segundo grupo era mais claro, o primeiro atentava para fatores sociais indispensáveis a um desenvolvimento industrial mais sólido e equilibrado. O projeto industrializante do Estado Novo sustentado por Vargas e pela alta oficialidade do Exército consistia numa tentativa de promover o desenvolvimento acelerado do país sem abalos significativos na ordem social. Como vimos no terceiro capítulo, esta importante diferença entre o projeto tenentista e o projeto da cúpula militar do Estado Novo é um reflexo da posição desses dois diferentes grupos dentro da hierarquia militar. Embora ambos fizessem parte da classe média enquanto integrantes da burocracia de Estado, a alta oficialidade, por estar no topo da hierarquia e mais próxima das esferas do poder, tendia a assumir posições mais conservadoras e autoritárias, enquanto que os **tenentes**, por serem membros da baixa oficialidade e por estarem mais longe das esferas do poder, tendiam a se identificar com as aspirações de grupos sociais mais desfavorecidos (a baixas camadas médias urbanas, por exemplo) e a assumir uma postura mais revolucionária. Por esta razão, os **tenentes** sustentavam um

discurso radical, pequeno-burguês e jacobino, que contrastava com a atitude mais conciliatória da alta oficialidade para com as classes dominantes. Assim, temos um projeto tenentista mais avançado na abrangência dos diferentes problemas socioeconômicos brasileiros, mas um projeto estadonovista que era mais preciso em seus aspectos industrializantes.

Consideramos, portanto, que a segunda hipótese de trabalho de nossa pesquisa é válida particularmente no caso da diferença entre o projeto econômico dos militares republicanos do final do século XIX e o projeto econômico dos militares no período 1930-1945. No caso da diferença entre os **tenentes** e os militares do Estado Novo, pensamos que ambos estão num mesmo nível de complexidade apesar de se apoiarem em prioridades diferentes. O que fica claro para nós, entretanto, é que conforme o projeto econômico e industrializante dos militares brasileiros – pelo menos no período que a nossa pesquisa cobriu – foi se tornando mais complexo e ambicioso, menos ele procurou se apoiar na burguesia nacional: a opção caminhou cada vez mais para a implementação de um novo setor industrial independente do já existente no país – estamos nos referindo à siderurgia em larga escala e à indústria petrolífera.

Os três projetos que analisamos neste trabalho são admiráveis, cada um à sua maneira. Apesar de seus limites, que ressaltamos até com excessiva dureza, o projeto econômico da oficialidade republicana das décadas de 1880 e 1890 era indubitavelmente um projeto industrializante e modernizador para os padrões da época, e se vitorioso ele teria certamente contribuído para uma aceleração do desenvolvimento industrial brasileiro. Ao introduzir uma organização política e administrativa mais centralizada sob o controle de uma oficialidade progressista, ele teria excluído os representantes dos interesses agroexportadores hegemônicos do poder central, e teria tido as condições de canalizar os recursos governamentais para o desenvolvimento da indústria. A política de desenvolvimento industrial, por sua vez, teria provavelmente se apoiado em medidas como a expansão das vias de comunicação (interligação do país e unificação e expansão do mercado interno), a difusão do ensino profissional (formação de um proletariado qualificado e capaz de se adaptar à indústria moderna), a criação de um sistema de crédito para o financiamento das atividades industriais e a introdução de uma política tarifária protecionista para os setores industriais mais dinâmicos e promissores. No caso do projeto tenentista, ele teria levado, por sua ênfase na pequena propriedade em detrimento da concentração capitalista, a um desenvolvimento industrial

mais lento do que foi o desenvolvimento industrial brasileiro a partir do Estado Novo. Entretanto, como dissemos nos capítulos II e III, ao provocar, com a reforma agrária, o surgimento de uma pequena-burguesia no campo, e ao melhorar, com a introdução de medidas sociais, as condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população urbana, ele teria criado as condições para um posterior desenvolvimento industrial mais equilibrado e assentado em bases mais sólidas, sem os limites e as desigualdades sociais que caracterizaram o desenvolvimento brasileiro nas décadas seguintes. A miséria e a criminalidade que caracterizam a vida das grandes metrópoles brasileiras são em grande parte tributárias desta opção, vitoriosa a partir do Estado Novo, por um desenvolvimento industrial sem alterações significativas na ordem social, e especialmente sem alteração na estrutura social do campo. O projeto da cúpula militar do Estado Novo, por sua vez, apesar dos limites que apontamos acima, é um dos principais responsáveis pelo processo de transformação do Brasil em país industrial, que se concretizaria nas décadas seguintes ao final do regime.

Podemos dizer, para finalizar, que a militância política dos militares no Brasil, desde o seu início enquanto força política autônoma na década de 1880, até o final do regime militar de 1964-1985, esteve essencialmente comprometida com o desenvolvimento e a indústria. Talvez por esta razão, agora que o Brasil é de forma irreversível um país industrial, os militares tenham desaparecido enquanto força política: na medida em que o seu objetivo final, isto é, a transformação do Brasil de país agrícola e exportador de produtos primários em país industrial, foi concretizado, a sua militância de certa forma perdeu o sentido. Embora não gostemos de fazer prognósticos, especialmente por que a História é rica em reviravoltas, achamos que uma futura revolução para corrigir os limites e as lacunas do desenvolvimento brasileiro terá de se apoiar em outras forças.

Este trabalho é uma homenagem a todos os que, independentemente de seu credo político, lutaram no passado, lutam no presente e lutarão no futuro pelo desenvolvimento e pela grandeza do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) Fontes primárias.

Arquivo Nacional, **Fundo Góes Monteiro**. Documentos da Série 3, **Produção intelectual do titular**, microfimes 049-97 e 050-97.

CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos de L. J. Rosso y Cía, 1925.

Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro. In: *Republica dos Estados Unidos do Brasil. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, Volume III, p. 187-245.

Coleção das Leis da República Federativa do Brasil. Disponível em versão digital no **Portal da Câmara dos Deputados** (ver link <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica>).

CORRÊA, Serzedello. *Páginas do passado: Floriano Peixoto na intimidade o mesmo na vida pública (subsídio para a história)*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1919.

CORREIA, Serzedelo. *O problema econômico do Brasil*. Brasília: Senado Federal / Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

Documentos parlamentares. Câmara dos Deputados. Petróleo (subsídios). Vol. II, 1957.

FGV/CPDOC. Documentos dos arquivos **Juarez Távora, Edmundo de Macedo Soares e Horta Barbosa**.

GÓES MONTEIRO, Gal. *A revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*. Rio de Janeiro: Adersen, s/d.

Mensagens presidenciais. Disponíveis em versão digital no portal do **Center for Research Libraries** (ver link <http://www.crl.edu/brazil/presidential>).

O nacional: órgão de propaganda contra o sebastianismo, o clericalismo e o estrangeirismo. Rio de Janeiro, 1895-96. Os números publicados entre 27 de março de 1895 e 7 de junho de 1896 estão disponíveis em versão micro-filmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**.

Relatórios ministeriais. Disponíveis em versão digital no portal do **Center for Research Libraries** (ver link <http://www.crl.edu/brazil/ministerial>).

Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz. Rio de Janeiro: Typographia da Tribuna Militar, 1881-82. Periódico disponível em versão micro-filmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Volta Redonda e o desenvolvimento industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: S. N., 1944.

SILVA, Cel. Edmundo de Macedo Soares e. **Volta Redonda: gênese da idéia, seu desenvolvimento, projeto, execução e custo.** *Separata da Revista do Serviço Público*, ano VIII, vol. VI, nº. 2, novembro de 1945. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*. São Paulo: O Combate, 1927, 1º vol.

TAVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 1928, 3º vol.

TAVORA, Juarez. *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção (Secção de Publicidade), 1934. Disponível no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**, Coleção de Obras Gerais.

2) Fontes secundárias.

ABDEL-MALEK, Anouar. *Égypte, société militaire*. Paris: Éditions du Seuil, 1962.

ABDEL-MALEK, Anouar. **Nasserismo e socialismo**. In: *Problemas e perspectivas para o socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 171-196.

ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1961.

ANCEAU, Éric. *La France de 1848 à 1870: entre ordre et mouvement*. Paris: Librairie Générale Française, 2002.

AVELAR, Alexandre de Sá. **Educação técnica e engenharia no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares**. *Revista Tecnologia e Sociedade*, PPGTE - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR, nº 4, Curitiba, 2007, p. 205-228.

BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales*. Brasília: Câmara do Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan / Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BARBOSA, General J. C. Horta. *Problemas do petróleo no Brasil: conferências no Clube Militar a convite do seu presidente, general Cesar Obino*. Rio de Janeiro: Revista do Clube Militar, 1947.

BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

BELLO, José Maria. *História da República*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

Boletim do Clube Naval. Rio de Janeiro: Instituto Tecnico Naval, 1888-1897, 2 vols.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dos governos militares a Prudente – Campos Sales**.
FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira. Tomo III: O Brasil republicano. 1º volume: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1975, p. 13-50.

CARONE, Edgard. *A República Velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARONE, Edgard. *O tenentismo (acontecimentos – personagens – programas)*. São Paulo: DIFEL, 1975.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, Maria Célia Freire de. *O Clube 3 de Outubro*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em História orientada pelo Professor Arthur Cesar Ferreira Reis. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1975.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

CORRÊA, Maria Letícia. *As idéias econômicas na Primeira República: Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha*. Dissertação apresentada no Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Niterói-RJ, 1996.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996.

COSTA, Wilma Peres. **Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro. Cadernos IFCH UNICAMP**. Campinas-SP: IFCH-UNICAMP, nº 16, janeiro de 1985.

COSTA, Wilma Peres. **Os militares e a primeira Constituição da República**. In: MORAES, João Quartim de, COSTA, Wilma Peres, OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *A tutela militar*. São Paulo: Vértice, 1987.

Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, ano I, num. 9, 10 de novembro de 1941.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe...* 2ª ed. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.

COUTINHO, Lourival e SILVEIRA, Joel. *O petróleo do Brasil: traição e vitória*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1957.

CURY, Vania Maria. *História da industrialização no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em versão digital no portal do FGV/CPDOC, (ver link <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>).

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUDLEY, William S. **Institutional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889**. *Hispanic American Historical Review*, Vol. 55, No. 1, February 1975, p. 44-65.

DUDLEY, William S. **Professionalization and Politicization as Motivational Factors in the Brazilian Army Coup of 15 November, 1889**. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge University Press, Vol. 8, Part I, May 1976, p. 101-125.

DUTRA, General Eurico Gaspar. *O Exército em dez anos de governo do Presidente Vargas*. Rio de Janeiro: D. I. P., 1941.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Oliveiros S. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: SENAC, 2000.

FIALHO, Anfriso. *História da fundação da república no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (coord.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A controvérsia entre papelismo e metalismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil*. Trabalho apresentado no IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (BRASA), realizado na Tulane University, New Orleans, Estados Unidos, de 27 a 29 de março de 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930**. *Revista de Economia Política*. Vol. 23, nº 1(89), janeiro-março/2003, p. 133-148.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Polis, 1978.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

GERSCHENKRON, Alexander. *Atraso económico e industrialización*. 2ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1973.

GOMES, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GREMAUD, Amaury Patrick, SAES, Flávio Azevedo Marques de, TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

HAHNER, June. *Relações entre civis e militares no Brasil, 1889-1898*. São Paulo: Pioneira, 1975.

HILTON, Stanley. **Military Influence on Brazilian Economic Policy, 1930-1945: A Different View**. *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 53, nº 1, February, 1973, p. 71-94.

HILTON, Stanley. **The Armed Forces and Industrialists in Modern Brazil: The Drive for Military Autonomy (1889-1954)**. *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 62, No. 4, November 1982, p. 629-673.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUSSEIN, Mahmoud. *La lutte de classes em Egypte (1945-1970)*. 2ª ed. Paris: François Maspero, 1971.

IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

KEMP, Tom. *A revolução industrial na Europa no século XIX*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ / São Paulo: Vértice, 1988.

LIEWEN, E., JOHNSON, J. F., ALBA, V. e PYE, L. W. *Militarismo e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

LIMA, Hermes. *Notas à vida brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

MACEDO, Roberto. *A administração de Floriano. Floriano: memórias e documentos. Vol. V*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.

MADUREIRA, Antonio de Sena. *Estudo da organização militar dos principaes estados da Europa apresentado ao Ministerio da Guerra pelo capitão do estado maior de 1ª classe Antonio de Sena Madureira*. Londres: Officina Typographica de Guilherme Clowes e Filhos, 1874.

MAGALHÃES, J. B. *Evolução militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, Almirante Custodio José de. *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, 2 vols.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. Volume I: **Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. Volume II: **Da Coluna à Comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945*. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP / Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2002.

NUN, José. **Os golpes militares da classe média**. In: VELIZ, Claudio. *América Latina – Estruturas em crise*. São Paulo: IBRASA, 1970.

O nihilista: orgão dos operários, do exército e da armada. Rio de Janeiro, 30 mar. - 6 abr. 1883. Números 22 e 23 disponíveis em versão micro-filmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**.

PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 a nossos dias*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1982.
- Revista do Club de Engenharia*. Anno III, Nº 36, setembro 1937.
- Revista do Club de Engenharia*. Anno IV, Nº. 38, novembro de 1937.
- ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- ROUQUIÉ, Alain (dir.). *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.
- ROURE, Agenor de. *A constituinte republicana*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- S. Frederico de [Eduardo da Silva Prado]. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SÁ, Alexandre Avelar de. **O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares**. *Militares e Política*, nº 2, janeiro-junho 2008, p. 62-80.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *História nova do Brasil. Vol. IV: Abolição – Advento da República – Florianismo*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- SANTOS, José Maria dos. *A política geral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1989.
- SANTOS, Noronha. **A revolução de 1891 e suas conseqüências. Floriano: memórias e documentos. Vol. II**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SCHULZ, John. **O Exército e o Império**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico. 4º volume: Declínio e queda do Império*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1974, p. 235-258.

SILVA, Hélio. *1934 – A Constituinte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SILVEIRA, Cláudio de C. **A Marinha e a Política do Exército**. *Estudos de História*. Faculdade de História, Direito e Serviço social – UNESP, v. 8, nº 1, 2001, p. 241-251.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. *O positivismo castilhistas e o Exército: identidade e contradição*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com vistas a obtenção do Grau de Mestre. Prof. Orientador: Susana Arrosa Soares. Porto Alegre, julho de 1989.

SIMONSEN, Roberto Cochrane, GUDIN, Eugenio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3ª ed. Brasília: Ipea, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Belém: Typ. do Diario Oficial, 1896 – edição fac-similar – Brasília: Senado Federal, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOLA, Lourdes. **O golpe de 37 e o Estado Novo**. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **O processo político-partidário na Primeira República**. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 183-252.

SUANO, Marcelo José Ferraz. *O pensamento político e militar do general Góes Monteiro*. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP para obtenção do título de Mestre, orientador: Prof. Dr. Oliveiros S. Ferreira, São Paulo, 1997.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVORA, Ten. Cel. Juarez. *O contrato da “The Itabira Iron Ore Co. Ltd.” em face dos interesses da economia nacional e do problema da siderurgia brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. 2º volume: A caminhada no altiplano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, s/d.

TRONCA, Ítalo. **O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)**. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: **O Brasil republicano**, 3º volume: **Sociedade e política (1930-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1981, p. 337-360.

WIRTH, John D. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serv. de Publicações, 1973.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

VIANNA, Oliveira. *O occaso do império*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, s/d.

VICTOR, Mario. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1895*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A ditadura foi “entreguista”? Política externa e desenvolvimento no regime militar brasileiro**. *Estudos de História: revista do Curso de Pós-Graduação em História*. Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca-SP, v. 8, nº 1, 2001, p. 301-319.